

“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”

A PRODUÇÃO URBANÍSTICA DO ATELIER MOREIRA DA SILVA (1941 – 1963)



Ângela Cláudia Alves Pedro Afonso

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Sob a orientação do Professor Doutor Adelino Gonçalves

Departamento de Arquitectura – FCTUC

Coimbra, Setembro de 2017

“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”

A PRODUÇÃO URBANÍSTICA DO ATELIER MOREIRA DA SILVA (1941 – 1963)

Ao meu orientador Professor Doutor Adelino Gonçalves pelo seu apoio, disponibilidade, preciosas sugestões, e compreensão prestados desde o início ao fim deste trabalho.

À Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro pela partilha de informação/conhecimentos.

À Fundação Instituto Marques da Silva através do Director João Ferreira Alves que me possibilitou o trabalho de investigação naquele arquivo, ao Dr. Abel Rodrigues e em especial à Dr.^a Conceição Pratas por a toda a colaboração e apoio prestados.

Às Câmaras Municipais de Amares, Águeda, Paredes e Valongo pela cedência de cartografia, em especial ao Engenheiro Miguel Tavares e técnicas do Arquivo da Câmara Municipal de Águeda pelo apoio prestado.

Às minhas irmãs Patrícia e Ana pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos e colegas.

Os meus sinceros agradecimentos.

[RESUMO]

Esta dissertação dedica-se ao estudo da produção urbanística do Atelier Moreira da Silva – composto por David Moreira da Silva (1909-2002) e Maria José Marques da Silva Martins (1914-1994) – compreendida entre 1941 e 1963, procurando avaliar a influência que as suas propostas tiveram nos núcleos urbanos.

Na cronologia em análise (no período de 1941 a 1963), foi a publicação da lei relativa aos Planos Gerais de Urbanização (em 1934) por Duarte Pacheco, a grande “impulsionadora” da primeira vaga de planeamento urbano produzido em Portugal, com expressão territorial nacional, incluindo a produção de Moreira da Silva, além de outros urbanistas portugueses e estrangeiros. A criação de legislação para efeito, obrigou que as Câmaras Municipais (do continente e ilhas adjacentes) promovessem o levantamento de plantas topográficas a fim de se elaborarem os estudos dos Planos de Urbanização. Esta obrigatoriedade abrangia as sedes dos concelhos em cujos núcleos urbanos se contasse uma população superior a 2500 habitantes e onde se tivesse registado um aumento populacional superior a 10 % em dois recenseamentos oficiais consecutivos e, ainda, os centros urbanos com aspeto histórico, recreativo, de interesse turístico, climático, terapêutico, espiritual ou artístico, assim designado pelo Governo.

O Atelier Moreira da Silva elaborou, no período em análise, um conjunto de propostas constituído por 33 planos (independentemente da sua denominação oficial), referentes a 19 núcleos urbanos, 17 em Portugal Continental. O seu percurso no urbanismo teve por base as formações na Escola de Belas Artes do Porto, na École Nationale des Beaux-Arts de Paris e ainda no Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris, a par das influências transmitidas por outros urbanistas estrangeiros e o acompanhamento constante da evolução das teorias urbanísticas internacionais. Por conseguinte, considerou-se determinante uma análise genérica de todas as propostas elaboradas pelo Atelier de forma a identificar o seu pensamento e metodologia de planeamento.

Na sequência da linha de investigação proposta na disciplina de seminário procurou-se responder à questão: *O que foi feito dos planos gerais de urbanização?* através da análise das propostas dos planos do Atelier Moreira da Silva para 5 aglomerados urbanos, em função da sua integração e/ou influência no existente.

QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

O que foi feito dos planos gerais de urbanização?

PALAVRAS-CHAVE

Atelier Moreira da Silva | Planos Gerais de Urbanização

[ABSTRACT]

This thesis is dedicated to the study of the urban production of Atelier Moreira da Silva – composed by David Moreira da Silva (1909-2002) and Maria José Marques da Silva Martins (1914-1994) -, perceived between 1941 and 1963, in an effort to evaluate the influence that its proposals had in the urban nuclei.

In the chronology under analysis (from 1941 to 1963), was the publication of the Law on General Urban Planning (in 1941) by Duarte Pacheco, that was the “big booster” of the first wave of urban planning produced in Portugal, with national territorial expression, that included the production of Moreira da Silva, as well as that of other Portuguese and foreign urban planners. The creation of legislation for this purpose, forced the Municipal Councils (from the mainland and adjacent islands) to promote the survey of topographic plants of the territory, in order to study the Urbanization Plans. This obligation covered the head office of the municipalities, whose urban centers had a population of more than 2500 inhabitants and where there had been a population increase of more than 10 % in two consecutive official censuses, as well as the urban centers with a historical, recreational, tourist, climatic, therapeutic, spiritual or artistic interest, as designated by the Government.

Atelier Moreira da Silva elaborated, in the period under review, a set of proposals consisting of 33 plans (regardless of their official denomination), relating to 19 urban centers, 17 in the Portuguese mainland. His career in urban planning was based on his studies at the “Escola de Belas Artes” in Porto, at the “École Nationale des Beaux-Arts” in Paris and at the “Institut d'Urbanisme de l'Université” of Paris, along with the information provided by other foreign urbanists and the constant monitoring of the evolution of international urban theories. Therefore, a generic analysis of all the proposals, prepared by the Atelier, was considered decisive in order to identify its thinking and planning methodology.

Following the line of research proposed in the seminary course, we sought to respond to the question: “*What was accomplished from the general plans of urbanization?*” through the analysis of the proposals of the plans elaborated by the Atelier Moreira da Silva, for 5 urban agglomerates, considering their integration and/or influence on the existing ones.

RESEARCH QUESTION

What was accomplished from the general plans of urbanization?

KEY WORDS

Atelier Moreira da Silva | General Plans of Urbanization

[SIGLAS E ACRÓNIMOS]

C.S.O.P. – Conselho Superior de Obras Públicas

C.S.O.P.T. - Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes

D.G.E.M.N. – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

D.G.O.T.D.U. – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

D.G.S.U. – Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização

D.G.T. - Direcção-Geral do Território

E.B.A.P. - Escola de Belas Artes do Porto

E.H.E.U. –École des Hautes Études Urbaines

E.N.S.B.A.P. – École Nationale Supérieure des Beaux-Arts de Paris

E.S.B.A.P. - Escola Superior de Belas Artes do Porto

FIMS/MSMS – Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva/Marques da Silva Moreira da Silva

IMS – Instituto Arquitecto José Marques da Silva

I.U.U.P. – Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris

J.E.N. – Junta de Educação Nacional

J.A.E. – Junta Autónoma de Estradas

M.O.P. – Ministério das Obras Públicas

M.O.P.C. - Ministério das Obras Públicas e Comunicações

P.G.U. – Planos Gerais de Urbanização

S.F.U. – Société Française des Urbanistes

[SUMÁRIO]

[CONTEXTO TEMÁTICO]	13
[INTRODUÇÃO]	15
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	23
[1. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÓMICA DO PAÍS (DÉCADA DE 1930)]	25
[2. O URBANISMO EM PORTUGAL NO SÉC. XX]	29
[3. CONCEITOS]	37
PARTE II – ATELIER MOREIRA DA SILVA	55
[1. ATELIER MOREIRA DA SILVA – BIOGRAFIA]	57
[2. A PRODUÇÃO URBANÍSTICA DO ATELIER MOREIRA DA SILVA]	63
[3. CASOS DE ESTUDO]	69
[CASOS DE ESTUDO GERAIS]	73
[MOLEDO DO MINHO – 1940-41]	75
[LUANDA 1941-1944]	77
[ELVAS – 1941-49]	79
[MONTE REAL – 1941-42]	81
[MATOSINHOS – 1943-56]	83
[GABELA – 1943-45]	85
[TERMAS DO GERÊS – 1944-49]	87
[AVEIRO - 1945-1960]	89
[BARCELOS – 1945-63]	91
[GUIMARÃES – 1945-57]	91
[CALDAS DAS TAIPAS - 1954]	93
[SÃO JACINTO - 1946-55]	95
[VIZELA – 1950-59]	97
[CACIA-SARRAZOLA – 1950-60]	99
[SÍNTESE CONCLUSIVA]	101
[CASOS DE ESTUDO ESPECÍFICOS]	107
[ÁGUEDA - 1941-45]	109
[PAREDES - 1942-45]	133
[AMARES - 1945-55]	157
[VALONGO - 1946-61]	185
[CHAVES - 1946-51]	217
[SÍNTESE CONCLUSIVA]	255
[CONSIDERAÇÕES FINAIS]	257
[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS]	263
[CRÉDITOS DE IMAGENS]	275
[ANEXOS]	283

[CONTEXTO TEMÁTICO]

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no âmbito da linha de investigação *Urbanística e Forma Urbana* subordinada ao tema *O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização? (1930-1970)*, apresentada no ano letivo 2014-2015 ao Seminário de Investigação em Arquitetura do Mestrado Integrado em Arquitetura do Departamento de Arquitetura da FCTUC.

O universo de casos de estudo é constituído pelas vilas e cidades médias e o objetivo comum das dissertações desenvolvidas no âmbito deste tema é criar contributos para escrever e desenhar a história recente do urbanismo em Portugal. Para esse fim, apresentam uma avaliação da influência que os planos e/ou estudos urbanísticos tiveram no desenvolvimento de cada núcleo urbano, ou seja, identificam e ilustram o que foi executado e/ou adotado daqueles instrumentos, tanto ao nível do espaço físico, como ao nível da organização económica e social de cada caso. A designação do tema tem, pois, um sentido metonímico pois não diz respeito apenas à figura de *Plano Geral de Urbanização* criada pelo Decreto-Lei n.º 24802, de 21 de Dezembro de 1934, mas a todos os planos e estudos urbanísticos que as Câmaras Municipais elaboraram para controlar e/ou promover o desenvolvimento dos seus territórios. O período de análise corresponde ao período de vigência deste decreto que, com poucas alterações no quadro jurídico do planeamento urbano, se manteve vigente até à década de 1970.

Tal como para as anteriores e outras que possam vir a ser elaboradas, a base de dados digital do Arquivo Histórico de Instrumentos de Gestão Territorial, disponibilizada em 2009 pela então Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, foi fundamental para desenvolver a sua investigação. De facto, este espólio constitui o principal fundo de fontes primárias, reunindo peças desenhadas, peças escritas e outros documentos relacionados com a elaboração e a apreciação dos planos. Porém, embora a quantidade de informação assim disponibilizada seja enorme, não é suficiente para validar as análises em causa muitos casos. Por isso, a investigação desenvolvida em cada dissertação inclui naturalmente consultas bibliográficas da história recente de cada lugar, bem como a consulta (possibilitada) de fontes documentais dos arquivos municipais.

A investigação necessária para escrever e desenhar a história recente do urbanismo em Portugal, é complexa e representa um grande desafio. A dissertação da Ângela Afonso é a quarta a ser apresentada no âmbito deste tema e o seu enfoque não é temático, como as anteriores, mas biográfico. Por isso, além de contribuir para escrever e desenhar a história recente do urbanismo em Portugal, contribui também para a investigação em torno da produção arquitetónica e urbanística do autor estudado, Atelier Moreira da Silva.

Coimbra, 17 de Setembro de 2017

Adelino Gonçalves

Prof. Auxiliar

Departamento de Arquitetura - FCTUC

[INTRODUÇÃO]

Na linha de investigação *O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?* (1930-1970), os potenciais casos de estudo correspondentes às vilas e cidades médias de Portugal são numerosos (mais de 700 planos). Por conseguinte, foi fundamental definir critérios de selecção. Dentro da vasta produção urbanística realizada em Portugal nesse período, a escolha deste estudo recaiu na obra de um único autor – Atelier Moreira da Silva – que elaborou Planos de Urbanização entre 1941 a 1963.

A obra do Atelier na área no urbanismo (inventariada em anexo) perfaz um total de 33 planos, incluindo aditamentos e remodelações. Estes correspondem a 19 aglomerações urbanas, nomeadamente: Luanda – em colaboração com Etienne de Gröer -, e Gabela – ultramarinos -, Moledo do Minho, Elvas, Águeda, Paredes, Matosinhos, Gerês, Amares, Aveiro, Valongo, Chaves, Barcelos, Guimarães, Caldas das Taipas, S. Jacinto, Vizela e Cacia-Sarrazola.

O tema desta dissertação tem como objectivo base, contribuir para a escrita da História do urbanismo da rede de vilas e cidades médias portuguesas através de uma avaliação da influência que os Planos Gerais de Urbanização, elaborados entre 1930 e 1970, tiveram no desenvolvimento do espaço urbano.

Os objectivos específicos são: por um lado, o contributo para a história de cada núcleo urbano enquanto através da análise das propostas de planos produzidos pelo Atelier Moreira da Silva entre 1941 e 1963 e da influência no seu espaço físico; por outro lado, identificar pensamentos e métodos utilizados pelo Atelier, de forma a contribuir para a história das teorias urbanísticas centradas nos autores (arquitectos/urbanistas) em Portugal.

A metodologia seguida teve por base a identificação e sistematização de fontes documentais fundamentais para o desenvolvimento da dissertação, no que diz respeito à: contextualização política e social da época; História do urbanismo em Portugal no século XX; biografia e produção urbanística do Atelier Moreira da Silva.

A recolha de informação relativa à produção urbanística do Atelier foi feita: no acervo histórico da Direcção-Geral do Território (DGT), que tem disponível alguns dos planos em estudo, e no arquivo da Fundação Instituto Marques da Silva (FIMS), que contempla o espólio da arquitecta Maria José Marques Moreira da Silva e do arquitecto/urbanista David Moreira da Silva.

Como complemento, entrou-se em contacto com algumas Câmaras Municipais e consultaram-se outras fontes bibliográficas relativas ao espaço físico em análise, de forma a ser consultada cartografia da época da elaboração dos planos e cartografia actual e troca de correspondência entre o autor do planeamento e entidades superiores.

A matriz de análise dos casos de estudo específicos, teve por base a comparação dos levantamentos topográficos ou plantas do lugar existentes antes dos planos, com a proposta de planos definidos pelo autor em estudo e, por fim, uma fotografia aérea do espaço na actualidade por forma a verificar-se as marcas deixadas pelos planos.

ESTADO DA ARTE

A produção científica relativa às propostas de Planos Gerais de Urbanização do Atelier Moreira da Silva não é extensa, resumindo-se a duas Dissertações de Doutoramento, as quais se revelaram fundamentais para o desenvolvimento da presente dissertação. Foram identificadas ainda três dissertações de Mestrado que seguem a linha de investigação comum a esta – *O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*.

O primeiro e um dos mais completos estudos da produção urbanística entre as décadas de 1930 e 1960, elaborado com uma perspectiva territorial nacional, foi desenvolvido por Margarida Sousa Lôbo na sua tese de doutoramento, *Duas décadas de planos de urbanização em Portugal (1934-1954)*, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, em 1993. Dois anos mais tarde foi publicada em livro uma versão revista desta tese pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sob o título *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*.

O estudo desenvolve-se, numa visão global, em três partes. Numa primeira parte procede-se a uma contextualização do tema e abordam-se e esclarecem-se conceitos subjacentes à história do urbanismo em Portugal, entre 1865 e 1934, datas referentes à criação de legislação relativa aos Planos Gerais de Melhoramento e Planos Gerais de Urbanização, respectivamente. Na segunda parte são apresentados os Planos Gerais de Urbanização; dá-se conta do seu aparecimento, em 1934, por influência de Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas, sendo que a sua elaboração inicial aconteceu pelas mãos de urbanistas estrangeiros como Agache, Muzio e De Gröer. Nesta segunda parte há ainda referência à respetiva elaboração pelas mãos da geração modernista, os percursores de Cristino da Silva, Carlos Ramos e Paulino Montez. Numa última parte, *Duas décadas de Planos de Urbanização em Portugal*, a autora regista uma evolução de pensamento e prática de gestão do território entre 1934 e 1954, período que, por essa razão, marca a imagem e morfologia urbana do país. Em suma, nesta obra abordam-se as diferentes fases de concepção dos Planos Gerais de Urbanização, bem como as teorias urbanísticas a elas associadas.

Esta tese de Doutoramento é determinante para a contextualização teórica do tema desenvolvido nesta dissertação, pois contempla uma análise geral dos Planos Gerais de Urbanização, explicando o aparecimento dos seus antecedentes (Planos Gerais de Melhoramentos) e a sua fase de “declínio”. A autora faz também referência aos autores dos planos (arquitetos, engenheiros e urbanistas portugueses e estrangeiros), sendo que um é o autor sobre o qual esta dissertação incide – David Moreira da Silva. Neste contexto, a autora “insere” Moreira da Silva no conjunto de urbanistas que trabalham no período que a autora caracteriza como sendo o do “apogeu do urbanismo em Portugal”¹ (entre 1944-1948), dando conta da sua produção urbanística para os núcleos urbanos de Moledo do Minho, Monte Real, Águeda e Matosinhos.

¹ Margarida Sousa Lobo divide os Planos Gerais de Urbanização por períodos de execução, ou seja, o 1º situa-se entre 1932 e 1936 que corresponde de grosso modo ao primeiro mandato de Duarte Pacheco como Ministro e o 2º apogeu do urbanismo em Portugal entre 1944-1948 (Lôbo, 1995, p.3).

Tendo como ponto de partida comum a linha de investigação – *O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?* (1930-1970) – foram defendidas 3 Dissertações de Mestrado:

- *O que foi feito dos planos gerais de urbanização? Núcleos muralhados: património e desenvolvimento urbano: (1930-1970)*, por Diana Martins, em que a autora analisa a inserção dos núcleos muralhados nos planos entre 1930 a 1970;

- *O que foi feito dos planos gerais de urbanização?: centros de identidade - equipamento(s) e espaço(s) público(s) 1940's-1950's*, da autoria de Raquel Filipe, que se centra na temática dos centros de identidade, avaliando a sua expressão nos planos entre 1940 e 1950;

- *O que foi feito dos planos gerais de urbanização?: opções e tendências na localização e organização espacial da indústria vilas e cidades médias (1930's - 1970's)*, de Isabelle Freitas, sendo que a autora se dedica à análise da influência da indústria nos planos entre 1930 a 1970.

A dissertação em curso, apesar de seguir a mesma linha de investigação, difere das três descritas anteriormente por não se centrar numa análise temática, mas antes na produção urbanística de um único autor - Atelier Moreira da Silva.

No âmbito da produção científica produzida sobre o tema específico da presente dissertação encontrou-se apenas o estudo desenvolvido por Maria do Carmo Pires na sua dissertação de doutoramento (2012) - *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Neste trabalho de investigação faz-se uma análise exaustiva da vida e obra do casal Moreira da Silva. Relativamente à produção urbanística, a autora centra-se nos casos: do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Luanda, de 1944; do Anteprojecto do Plano de Urbanização da vila de Gabela de 1945; e dos Anteplanos de Urbanização de Guimarães de 1949 e 1953. Quanto aos restantes 30 planos, são sistematizados em fichas analíticas, com imagens ilustrativas e são também descritas as fontes documentais para posteriores investigações (como é o caso). Esta dissertação é fundamental para a contextualização da presente dissertação até porque contempla uma análise geral das influências de Maria José e David Moreira da Silva a nível pessoal, pedagógico e profissional. Será, portanto, relevante salientar os pontos a desenvolver ao longo da dissertação:

- a formação – Maria José é formada na Escola de Belas Artes do Porto, sendo a primeira portuguesa a obter o diploma de arquitecta (em 1939), Moreira da Silva tem também a sua formação na EBAP (no âmbito do curso Especial de Arquitectura Civil) em 1929, sendo que em 1931 parte para Paris, estagiando no Atelier de Laloux por influência de José Marques da Silva, e em 1935, como bolseiro, ingressa no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* (IUUP), contactando com figuras de referência do ensino do urbanismo como Marcel Pöete, tornando-se, em 1939, na senda de Faria da Costa, no segundo urbanista português;

- o início da profissão – quando Moreira da Silva regressa a Portugal, é convidado a colaborar com o urbanista Étienne De Gröer no Anteprojecto de Urbanização de Coimbra em 1940. Entre 1941-1944, já em parceria com De Gröer, elabora o Anteprojecto de Urbanização de Luanda. A partir de 1943, pela união profissional e no matrimónio com Maria José, era criado o Atelier Moreira da Silva.

A partir das influências procede-se à análise teórica da produção urbanística realizada pelo Atelier Moreira da Silva entre 1941 a 1963 (data do primeiro e último plano). Esta dissertação pretende assim, ir além dos estudos supracitados: ao concretizar a análise dos planos relativos a 5 aglomerações urbanas do ponto de vista da sua influência no existente.

Num sentido mais lato, então, não deixará de se dar o devido valor às vilas e cidades médias, como sistemas integrados (uma visão integrada do desenvolvimento para além das metrópoles como Porto e Lisboa), o que se assumirá como contributo para a História do lugar (de cada núcleo urbano enquanto espaço físico), servindo de base às perspectivas de desenvolvimento territoriais contemporâneas.

ESTRUTURA

A estruturação da tese teve como base os objetivos e metodologia enunciados, numa necessidade inicial de conhecimento de conceitos inerentes ao tema em estudo. Por conseguinte, a dissertação divide-se em duas partes. A primeira é dedicada à contextualização e relacionamento de conceitos inerentes à História do urbanismo em Portugal no século XX e conceitos referentes a métodos e teorias urbanísticas internacionais identificados nas propostas do Atelier Moreira da Silva. A segunda é dedicada à biografia do Atelier Moreira da Silva e respectiva produção urbanística.

Na primeira parte, *Enquadramento Teórico*, descreve-se o “surgimento” do urbanismo no século XX, pelas intenções políticas - de expansão e desenvolvimento do país - no contexto ditatorial do regime do Estado Novo, e definição de conceitos a par das influências estrangeiras e percursos.

A segunda parte divide-se em 3 capítulos. O primeiro é dedicado à biografia dos elementos que compunham o Atelier - David Moreira da Silva e Maria José Marques Moreira da Silva -, bem como as suas formações e influências. No segundo identifica-se a produção urbanística do Atelier e sintetizam-se os pensamentos e metodologias de planeamento aplicados nos Planos de Urbanização. Por fim, o terceiro capítulo corresponde à análise da produção urbanística do Atelier que, por sua vez, se divide em Casos de Estudo Gerais e Específicos. Nos *Casos de Estudo Gerais* é feita uma análise às propostas de plano relativas a 14 núcleos urbanos, onde se focam aspectos e características que melhor descrevem as teorias urbanísticas defendidas pelo Atelier. Nos *Casos de Estudo Específicos* faz-se uma análise mais desenvolvida dos planos relativos 5 aglomerados urbanos, onde se pretende, além do estudo do planeamento urbanístico do Atelier e responder à pergunta “*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*” que dá nome à linha de investigação em que se inscreve esta dissertação.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

[1. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÓMICA DO PAÍS (DÉCADA DE 1930)]

Na década de 1930, Portugal, país periférico e fortemente dependente, era um país agrícola; os aspetos suprarreferidos contribuem fortemente para que, no contexto europeu, se torne num dos casos do advento dos regimes autoritários que surgem em quase todos os países centro, leste e sul da Europa. Estes regimes surgem como consequência da crise internacional económica de 1921, agravada pela Grande Depressão de 1929.

Neste contexto, em 1933, é aprovada a Constituição Política da República Portuguesa que legitimava um regime político-constitucional de contornos autoritários. António de Oliveira Salazar era o Presidente do Conselho de Ministros e acumulava os poderes do executivo em regime presidencial e em regime parlamentar, sem estar sujeito aos limites e controlo de um e de outro, pelo que se assumiu como Chefe do Governo, ininterruptamente, desde 1932 até 1968.

Os princípios fundamentais da Constituição traduziam-se:

- No corporativismo, que centrava a atenção nos organismos que compunham a nação e que incluíam os interesses dos indivíduos (as famílias, as freguesias, os municípios, as corporações); esta era uma ideologia anti-individualista e antiliberal, antissocialista e anti sindicalista - um instrumento de conciliação forçada dos conflitos económico-sociais, considerada como um dos elementos estruturantes do Estado Novo;
- Na concepção do Estado Forte, com a opção pelo autoritarismo que, associado ao corporativismo, possibilitava ao Estado um maior controlo das atividades económicas, bem como exercer uma vigilância apertada sobre os sindicatos, não lhes concedendo qualquer capacidade reivindicativa;
- No intervencionismo económico-social, ficando consagrada a responsabilidade e o dever do estado no sentido de implantar, promover ou incentivar as grandes obras e melhoramentos.

Estes princípios preconizam um novo modelo de sociedade, o *salazarismo*, assente “(...) *na moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lares, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral*” (Rosas, 1992, p. 281).

Um dos objectivos do Estado Novo era o desenvolvimento do país através da construção de infraestruturas básicas. Neste sentido, em 1932, o Governo fez uma reestruturação orgânica dos serviços ministeriais (a partir do Decreto-Lei nº 21454 de 7 de Julho de 1932), pelo que o Ministério do Comércio e Comunicações passou a denominar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Assim, “(...) os melhoramentos e obras anteriormente a cargo de outros organismos passavam ao abrigo da lei, a estar sob alçada do MOPC, o ministério recém-criado, figura tutelar e única orientadora do processo construtivo, fazia ainda reverter a seu favor parte considerável das verbas anteriormente atribuídas aos outros ministérios.” (Costa, 2009, p.187)

Oliveira Salazar convidou Duarte Pacheco² para integrar o seu primeiro executivo, como responsável do recém-criado Ministério. Nesse ano, o Ministro definiria as áreas de acção do Ministério das Obras

² Duarte Pacheco (1900-1943) completou o seu percurso académico na área da Engenharia, no Instituto Superior Técnico (IST), tornando-se, mais tarde, professor e diretor da instituição. De 1932 a 1936 exerceu o cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, voltando a ocupá-lo entre 1938 e 1943, acumulando com o de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Públicas e Comunicações e que incluíam o plano de melhoramentos rurais, urbanos e de saneamento, as comunicações e as grandes obras públicas.

Posteriormente, no Decreto-Lei 21.696 de 30 de Setembro de 1932, Duarte Pacheco atribuiu funções alargadas a três organismos tutelados pelo seu gabinete. A Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Junta Autónoma de Estradas, incumbidas da manutenção, conservação e construção das estruturas sanitárias, viárias, patrimoniais, de edifícios públicos e de planos de urbanismo, como refere o diploma de 1932, passaram a estar também incumbidas da concretização dos planos de melhoramentos sanitários, rurais e urbanos, sob superior orientação do gabinete do ministro das Obras Públicas e Comunicações. Através do Decreto-Lei nº 26 117, de 24 de Novembro de 1935, Duarte Pacheco, reorganizou os serviços do ministério.

Os diplomas legais suprarreferidos criavam e consolidavam, portanto, as competências da pasta ministerial.

Em 1933, de acordo com os princípios fundamentais do regime, era criado o Decreto-Lei nº 23 052, de 23 de Setembro de 1933, que legislava sobre a promoção de construção de casas económicas por parte do Governo, em colaboração com as Câmaras Municipais, corporações administrativas e organismos corporativos. Este diploma estruturou-se a partir de dois princípios “morais”: defender a família enquanto instituição de base da sociedade e facultar o acesso à propriedade da casa como factor de conservação da ordem social. A habitação individual era, assim, considerada o aglutinante social, característica que não era reconhecida na habitação colectiva (Grande, 1997, p.105).

A publicação do Decreto-lei n.º 24.802, de 21 de Dezembro de 1934, estabeleceu a figura dos Planos Gerais de Urbanização, sendo determinante para a primeira vaga de planeamento urbano em Portugal, com expressão territorial nacional e não circunscrita a Lisboa e ao Porto (bem como a outros núcleos) para os quais tinham sido antes elaborados Planos Gerais de Melhoramento.

Duarte Pacheco assumiria, assim, protagonismo na definição das novas políticas urbanísticas em Portugal, fazendo-o nas suas diversas dimensões (legal, administrativa e processual) e marcando definitivamente a relação entre o poder político e os arquitectos (Lôbo, 1995, pp. 35-36). Isto, num período em que Salazar passa a atribuir uma crescente importância à política das obras públicas e à futura “Exposição do Mundo Português”, preparada para 1940.

Em termos económicos, o Governo do Estado Novo incentivou a indústria nacional, “criando barreiras alfandegárias em relação aos produtos estrangeiros e mantendo os salários baixos, procurou-se o desenvolvimento das indústrias tradicionais: lanifícios, calçado, conservas e moagem e desenvolver outros sectores como o cimento, a construção naval e os adubos. Em 1938 lançaram-se novas indústrias como a transformação do petróleo, refinação, e o fomento mineiro” (Rosas, 1992, p.249).

O baixo nível de industrialização manteve-se durante as décadas de 1930 e 1940, num país profundamente ruralizado, de economia substancialmente dependente do estrangeiro. Nesta perspectiva, a política das obras públicas surge como um dos sectores de desenvolvimento básicos e prioritários e aquele em que o centralismo do poder mais se fez sentir sobre as autarquias locais. Os investimentos do Estado incidiam, por isso, especialmente nos sectores das comunicações (portos, estradas, pontes), do urbanismo e dos serviços públicos.

[2. O URBANISMO EM PORTUGAL NO SÉC. XX]

[2.1. ANTECEDENTES – OS PLANOS GERAIS DE MELHORAMENTOS]

O urbanismo surge em Portugal, à semelhança do que acontece nos outros países da Europa, na segunda metade do século XIX, sendo instituído a partir da criação dos Planos Gerais de Melhoramento em 1865. Ainda assim, enquanto prática sociopolítica e administrativa, o urbanismo apenas surge na década de 1930 do século XX.

O Decreto-Lei nº10 de 13 de Janeiro de 1865, vinha promover uma mudança e uma nova preocupação face ao território - este documento legal dedicava-se principalmente à rede viária, à polícia de viação pública, à salubridade e a regras de ocupação urbana que garantissem qualidade de vida aos habitantes. No entanto, este diploma obrigava à elaboração de Planos Gerais de Melhoramento apenas para as cidades de Lisboa e do Porto, possibilidade também disponível para outras cidades e vilas, desde que estas o requeressem ao Governo.

Os primeiros Planos Gerais de Melhoramentos foram realizados, por isso, para os dois maiores núcleos urbanos do país – Lisboa e Porto. No entanto, apesar do diploma aludir ao ano de 1865, apenas em 1903 é finalizado o primeiro Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa, elaborado por Frederico Ressano Garcia (1847-1911) e só em 1915 surge o Plano Geral de Melhoramentos do Porto, elaborado por Barry Parker (1867-1947).

Segundo Nuno Grande, nos Planos Gerais de Melhoramentos de Lisboa e Porto ressaltam, na sua essência, duas formas distintas de pensar e traçar a cidade industrial: i) a visão de Ressano Garcia, recém-formado pela École des Ponts et Chaussées de Paris (na tradição da escola francesa que consistia num desenho urbano formal que procurava a valorização do espaço público), pelo que, à semelhança dos grandes eixos parisienses (Haussmann), o engenheiro “abre” a Avenida da Liberdade e o Passeio Público em dois vales ao longo do Tejo; ii) a visão de Barry Parker, sob influência da escola inglesa, onde o desenho do centro cívico assumia o lugar do objecto arquitectónico pré-definido no espaço e no tempo (Grande, 1997, p.74); assim, no Plano Geral de Melhoramentos do Porto, a cidade era vista como uma obra pública monumental.

Em 1927, Duarte Pacheco convidou J. C. N. Forestier (1861-1930) a debruçar-se sobre as questões inerentes ao desenvolvimento da cidade de Lisboa. O conceituado arquitecto francês não trabalharia a cidade na sua globalidade, mas viria a elaborar dois projectos distintos, um para a zona mais a Norte da cidade, que previa o prolongamento da Avenida da Liberdade, e outro para a zona ribeirinha ocidental (Costa, 2009, p. 270). Conhecedor do movimento *city beautiful*, aplicou na cidade de Lisboa o conceito de *sistema de parques*³ em que o espaço verde contínuo atravessa a cidade, enquadrando esta influência marcante na sua proposta. Para Lisboa, Forestier propôs ainda três cidades-jardim a construir no grande parque que ia desde o actual Parque Eduardo VII até Carnide, a Norte, e Benfica, a Noroeste.

³ Um sistema de espaços verdes e avenidas que organizavam o espaço urbano. Este conceito era divulgado em 1908 na obra *Grandes villes et Systèmes de Parcs*, de Jean Claude Forestier, um dos membros fundadores da Sociedade Francesa de Urbanistas.

[2.2. OS PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO]

O tímido crescimento industrial das duas primeiras décadas do século XX em Portugal teve como consequência o aumento populacional e uma abertura económica internacional. As cidades conheceram um período de forte crescimento, de dilatação urbana, à custa essencialmente de movimentos migratórios, em particular do êxodo rural, responsável pelo aumento populacional. Tal realidade teve implicações, inevitavelmente e como já se aludiu, no aumento das grandes cidades, sobretudo nas periferias.

Na década de 1930, o Estado assumia uma postura muito interventiva em termos de políticas urbanas, sobretudo nas cidades que denunciavam uma maior vitalidade económica e demográfica. Neste sentido, foi criada a legislação formulada no diploma de 1934, tal como foi referido no primeiro capítulo, responsável pela criação da figura dos Planos Gerais de Urbanização, que visavam a organização, expansão e desenvolvimento dos aglomerados urbanos e, consequentemente, do país. Impunha-se, por essa via, que certas e determinadas Câmaras Municipais (do continente e ilhas adjacentes) promovessem o levantamento de plantas topográficas a fim de se elaborarem os estudos dos planos de urbanização “(...) em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento” (Lôbo, 1995, p.225). Esta obrigatoriedade abrangia as sedes dos concelhos em cujos núcleos urbanos se contasse uma população superior a 2500 habitantes e onde se tivesse registado um aumento populacional superior a 10 % em dois recenseamentos oficiais consecutivos e, ainda, os centros urbanos com aspeto histórico, recreativo, de interesse turístico, climático, terapêutico, espiritual ou artístico, assim designado pelo Governo. A realização do plano desdobrava-se em duas fases; na primeira procedia-se ao levantamento topográfico do aglomerado em estudo, enquanto a segunda correspondia ao momento de elaboração do plano. Apesar deste decreto estipular um período de três anos para cada fase, na prática registaram-se atrasos significativos que se deveram essencialmente à dificuldade em proceder à elaboração da cartografia; por outro lado, à data, não existiam em Portugal profissionais qualificados em urbanismo, nem as Câmaras dispunham de quadros técnicos suficientes.

A inexistência de técnicos portugueses com formação específica (urbanistas), levou a que Duarte Pacheco tivesse confiado a elaboração dos principais Planos Gerais de Urbanização, numa primeira fase, a urbanistas franceses e italianos. Foram os casos de Donat-Alfred Agache⁴ (1875-1959) para a elaboração do Plano de Urbanização da Costa do Sol; seguidamente Etienne De Gröer⁵ (1882-1974), que trabalhou ao serviço do estado durante as décadas de 40 e 50 na elaboração de planos como o de Coimbra (1940), Luanda (1944), Braga (1942), Évora (1945), Abrantes (1947), Sintra (1951) e Costa do Sol (1949); por fim, Giovanni Muzio (1893-1982) elaborou o Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto. A influência dos modelos formais importados pelos urbanistas da escola francesa consolidava uma prática urbanística apoiada no plano como projecto de embelezamento urbano, visão partilhada com Duarte Pacheco (Lamas, 1992, p.85).

⁴ Alfred Agache formou-se em Arquitectura em 1905 pela Escola de Belas Artes de Paris, tendo sido aluno de Victor Laloux. Em 1913, com um grupo de arquitectos da sua geração, fundou a Societé Française des Architectes Urbanistes. Em 1927 foi convidado a elaborar o Plano Director da Cidade do Rio de Janeiro, trabalho que concluiu e publicou em 1930.

⁵ Etienne De Gröer formou-se em Arquitectura pela Academia Imperial de Belas-Artes de S.Petesburgo. Em 1920 emigra para França e até 1940 elabora dezoito plantas de cidades francesas. Colaborador de Alfred Agache no Plano do Rio de Janeiro (entre 1928 e 1930), foi convidado pelo director do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, a exercer o cargo de docente dos cursos sobre a teoria urbana de Ebenezer Howard e das “cidades jardim”. De Gröer era conhecido do jovem arquitecto João Faria da Costa (1906-1971), recém-chegado de França, onde frequentara o Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris (IUUP) e onde trabalhara este urbanista, tendo partido de Faria da Costa a sugestão da escolha de Duarte Pacheco (Lôbo, 1995, p. 227).

O Ministro das Obras Públicas, de forma a colmatar a falta de técnicos especializados, aposta na formação de portugueses na área específica do urbanismo em universidades estrangeiras com a esperança de que os conhecimentos adquiridos permitissem a criação de uma corrente de pensamento urbanístico em Portugal. São os casos de João Faria da Costa (1906-1971) e David Moreira da Silva (1909-2002) que, através de bolsas de estudo providas pelo governo⁶, obtêm o diploma de urbanistas pelo IUUP, em 1935 e 1939, respectivamente.

A escassez de técnicos especializados em urbanismo, em simultâneo com a inexistência de cartografia de base actualizada e de levantamentos topográficos, viria a atrasar a implementação dos Planos Gerais de Urbanização. Esta situação coadjuvada pela precipitada morte do, então, Ministro Duarte Pacheco (em 1943) levou à reformulação das normas legislativas a par de uma reestruturação orgânica do Ministério das Obras Públicas.

Em 1944 foi publicado o Decreto-Lei 33921 de 5 de Setembro, diploma que determinava, em termos análogos aos do Decreto-Lei nº24802 de 21 de Dezembro de 1934, que fossem elaborados os Planos Gerais de Urbanização e Expansão das sedes dos concelhos (entre outros aglomerados urbanos acima referidos). Ou seja, foi alterada a nomenclatura de Plano de Urbanização para Plano Geral de Urbanização e Expansão. Não só a nomenclatura se alterava, mas também a escala exigida nos levantamentos topográficos (passando da escala 1:500 para 1:1000 ou 1:2000, em casos especiais) bem como a fiscalização dos mesmos, exercida agora pela Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos. Pela primeira vez foi exigida regulamentarmente a delimitação das áreas a urbanizar (e das expansões) através de zonas rurais de protecção, vedadas à construção urbana, pertencentes ou não ao concelho a que respeitava o plano. Também a supressão da exigência de inquérito público tinha o objetivo de facilitar a aprovação dos planos, pois este diploma estabelecia que enquanto não fossem aprovados os planos gerais, as Câmaras Municipais podiam apresentar planos parciais de urbanização à aprovação do Governo.

No mesmo ano, o Ministério das Obras públicas sofreu uma reestruturação orgânica dos seus serviços, através do Decreto-lei nº 34337 de 27 de Dezembro de 1944, com o objectivo de reunir num só departamento todos os órgãos que representavam a intervenção do estado no que diz respeito aos melhoramentos urbanos e rurais, incluindo: edifícios públicos, arruamentos, abastecimento de águas ou rede de esgotos e estradas municipais. Desta forma, era criada a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, transitando para este órgão todos os serviços que anteriormente competiam à Direcção dos Melhoramentos Rurais e à secção de arruamentos da Junta Autónoma de Estradas, à secção de melhoramentos de águas e saneamento da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, e à secção de Melhoramentos Urbanos, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A criação de um organismo exclusivamente dedicado ao urbanismo fez acelerar o processo de execução dos PGU (Lôbo, 1995, p.43).

⁶ Entre 1932-33 o Estado disponibilizava uma verba para a educação artística e, através da Junta de Educação Nacional, eram abertos concursos para a atribuição de Bolsas de Estudo no Estrangeiro para alunos das Escolas de Belas Artes (Porto e Lisboa), para a especialização em arquitectura de jardins. Fonte: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Volume 1, pp.51-52.

O diploma de 1944, apesar de tentar controlar a morosidade de elaboração e execução dos planos, estava imbuído de burocracia em relação à aprovação dos mesmos. Era exigido que aquando da finalização do plano, tanto o município como a junta de higiene concelhia se pronunciassem sobre ele.

A estes pareceres seguia-se o parecer de outras entidades da Administração Central interessadas no Plano que o Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização entendesse consultar, assim como o parecer da própria DGSU, que por vezes considerava que o plano deveria ser revisto, devolvendo-o ao autor para reformulação. Após o parecer favorável da Direcção-Geral, o plano e respectivas informações eram enviadas para parecer final do Conselho Superior de Obras Públicas, seguindo depois para despacho ministerial (Lôbo, 1995, p.46).

No entanto, a morosidade na aprovação destes planos fez com que os estudos prévios, designados por Anteplos, elaborados já com um elevado grau de profundidade, se tornassem obrigatórios e fossem elevados à categoria de Planos Gerais de Urbanização, através do Decreto-Lei nº35931, de 4 de Novembro de 1946, desde que aprovados pelo Ministro das Obras Públicas (por despacho ministerial) e uma vez obtido o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas. Ou seja, os Anteplos de Urbanização, aprovados, teriam de ser respeitados em todas as edificações, reedificações ou transformações de prédios e no traçado de novos arruamentos nas áreas das sedes de concelhos e demais localidades ou zonas por eles abrangidos. Este decreto deixou de ter qualquer efeito no que diz respeito aos licenciamentos de obras a partir da publicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGU)⁷ em 1951, que lhe é posterior e que só reconhecia o carácter vinculativo dos Planos propriamente ditos (Lôbo, 1995, p.48).

Coincidindo com a separação, em dois Ministérios, das Comunicações e das Obras Públicas em 1947, em Maio de 1948 realizava-se a Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas 1932-1947, por iniciativa do Ministério das Obras Públicas (a cargo de José Frederico Ulrich) e ainda em homenagem à acção de Duarte Pacheco (1899 - 1943), com instalação no recinto do Instituto Superior Técnico de Lisboa. A exposição, em exibição por cerca de 6 meses, apresentava-se estruturada em quatro núcleos expositivos correspondentes a quatro pavilhões (efémeros): Comunicações, Hidráulica, Edifícios e Urbanização.

⁷ Decreto-Lei n.º 38382 de 7 de Agosto de 1951 que actualizava o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei de 14 de Fevereiro de 1903.

[3. CONCEITOS]

A Revolução Industrial trouxe ao contexto urbano da cidade do século XIX uma nova realidade: a mecanização e os novos meios de produção e transporte, a par da densificação dos núcleos centrais das cidades existentes, da saturação do tráfego urbano e de uma importante segregação social.

Neste contexto surgiram as primeiras teorias e experiências urbanísticas do final do século XIX com vista a solucionar as necessidades criadas pela Revolução Industrial: o aumento da densidade populacional aliado à inexistência das infraestruturas básicas (redes de distribuição de água, drenagem de águas residuais domésticas e pluviais e tratamento de lixos), o que provocou a insalubridade das ruas e conseqüente aparecimento de epidemias.

O início do século XX foi um período de intensos desenvolvimentos para o urbanismo a nível internacional, com o aparecimento de novos tratados teóricos, com a criação das primeiras bases regulamentares para gestão das cidades, surgindo pela primeira vez a obrigatoriedade da realização de planos e por uma intensa atividade de urbanização e edificação, equipamentos e de expansão das cidades. (Lamas, 1992, p.234).

[3.1. CIDADE JARDIM]

A primeira resposta à cidade do século XIX, em Inglaterra, foi dada por Ebenezer Howard⁸ (1850-1928) através do conceito da cidade-jardim. Visionário e estudioso de abordagens precedentes ao seu estudo, como Cadbury em Bournville (1879) e Lever em Port Sunlight (1888)⁹, Howard pretendia concretizar um modelo de cidade ideal que ajudasse a resolver o problema da cidade vitoriana, agregando as vantagens higiénicas do habitat rural (campo) e a rede de intercâmbios sociais do habitat urbano (cidade), criando a cidade-campo, ou seja, a “cidade-jardim”.

Em 1898 publicou o livro *To-morrow: a Peacefull Path to Real Reform*, livro que reeditou em 1902 com o título de *Garden Cities of To-morrow*. Neste livro, Howard especifica todos os passos para se estabelecer uma *Cidade-jardim*, desde os critérios de escolha do terreno até à forma de aquisição e tipo de contribuição dos futuros moradores. O terreno onde seria estabelecida uma Cidade-jardim deveria ser adquirido por um grande empresário e arrendado aos futuros moradores. No solo, eliminavam-se os “slums” inabitáveis das periferias industriais, utilizando terrenos de baixo custo pela distância dos grandes centros urbanos. Deste modo poderiam gozar do prazer da luz solar do campo sem renunciar ao trabalho na fábrica e aos intercâmbios urbanos.

⁸ Ebenezer Howard foi um estenógrafo parlamentar e inventor amador com interesses no estabelecimento de longa duração do socialismo cristão, a cooperação, educação das classes trabalhadoras e reforma agrária (Sutcliffe, 1981, p.64).

⁹ Georges Cadbury (1839-1922) e William H. Lever (1851-1925) eram empresários que instalaram as suas fábricas, em Bournville (1879) e Port Sunlight (1888) respectivamente, juntamente com unidades de habitação para os seus empregados, a par de escolas e espaços de lazer, formando assim comunidades denominadas “Company Towns”. Estes empreendimentos possuíam, como características comuns: localização junto ao campo e espaços abertos com desenho informal privilegiando o verde e adaptando-se às características do terreno (Howard, 2002, p.25).

A cidade-jardim teria uma dimensão e densidade fixas de 32000 habitantes (30000 habitantes e 2000 proprietários agrícolas) para 2400 hectares de terreno, dos quais 2000 hectares corresponderiam à área rural a distribuir por 2000 pessoas e 400 hectares à área urbana, a ser dividida em seis bairros destinados a 5000 moradores cada um. Esta cidade deveria ser, de preferência, de forma circular, com um raio de 1130 metros.

Um dos conceitos enfatizados por Howard era o da cidade policêntrica, constituindo um conjunto de cidades-jardim, ligadas por um sistema de transporte rápido (privilegiando uma ferrovia intermunicipal, como denominava Howard), dando origem a uma enorme aglomeração planeada, o que proporcionaria todas as oportunidades económicas e sociais da cidade grande. A partir dessa concepção, a distribuição de espaços seria feita por núcleos circulares: no central existia um jardim com cerca de 2 hectares, circundado pelos edifícios públicos; o restante espaço era constituído por um parque público de 58 hectares que circundava o Palácio de Cristal¹⁰. Deste núcleo central saíam seis boulevards, cada um com 36 metros de largura, que cruzavam transversalmente a cidade, dividindo-a em seis partes. As restantes ruas seriam arborizadas. As casas ocupariam lotes amplos e independentes (cerca de 5500 lotes edificáveis, com superfície média de 6,5m x 44m cada um). Ao redor da cidade formar-se-ia um anel verde com mais de 5 km de comprimento e 125 metros de largura a que chamaria *green belt* (cinturão verde). O anel externo ao grande cinturão verde contemplava a indústria que se situava ao longo da linha ferroviária circular que envolvia toda a cidade, sendo esta a responsável pela contenção do crescimento da cidade-jardim bem como o elo de ligação ao centro urbano mais próximo. Estas cidades deveriam ser isoladas umas das outras com cinturões verdes, por conseguinte deveriam estar agrupadas à periferia de uma cidade central (com uma distância relativa entre 5 a 32 km). Ou seja, quando estas alcançassem os 32000 habitantes teria de se estabelecer uma outra cidade jardim e assim sucessivamente, até à formação de uma “constelação” composta por seis cidades interligadas por vias-férreas e rodoviárias (linhas intermunicipais com cerca de 32km de desenvolvimento), sempre com as mesmas características e princípios orientadores, e com o limite máximo de 58000 habitantes (Choay, 2007, p.219-228).

Em suma, Howard acreditava ser possível construir cidades novas com indústrias e ao mesmo tempo conservar o valor da terra. Acreditava, igualmente, que cada família poderia possuir uma casa numa estrutura verde, com fácil acesso ao trabalho, situada entre a cidade e o campo. Desta forma defendia uma boa qualidade ambiental, não só no centro da cidade, mas em todo o conjunto através do cinturão verde, ao mesmo tempo que era possível a construção a baixo custo de moradias unifamiliares com qualidade.

Em 1899, Ebenezer Howard fundou a “Garden City Association” e, entre 1903 e 1904, iniciou a construção de Letchworth, a primeira cidade-jardim, a cerca de 56 km a Norte de Londres, em terrenos adquiridos por Howard anos antes e sob o projecto executivo dos arquitectos Barry Parker (1867-1947) e Raymond Unwin (1863-1940). Prevista para 35000 habitantes e com uma densidade de 60 habitantes por hectare, o desenho urbano da cidade era claro e informal, com um centro urbano elevado composto por árvores de grande porte e edifícios municipais, próximo à estação de comboios. A cidade foi dividida em regiões de 5000 habitantes com as suas próprias infraestruturas. Unwin e Parker propunham um traçado orgânico, de acordo com as condições locais, fazendo apologia da variedade e irregularidade dos arruamentos da cidade medieval e das pequenas praças fechadas sobre si próprias.

¹⁰ O Palácio de Cristal seria uma grande arcada envidraçada que se abria para o parque, constituindo também um jardim de Inverno.

As habitações unifamiliares para as diversas classes sociais formavam unidades isoladas, recuadas no alinhamento do terreno, com jardins fronteiros, dispostas em ruas arborizadas. Esta cidade foi pensada para ser autossuficiente em termos económicos, representando um modelo urbanístico para diversos trabalhos posteriores.

Apenas entre 1920 e 1926 era iniciada a construção da segunda cidade jardim, promovida por Howard e projectada por Louis Soissons: Welwyn, a 33 km de Londres, prevista para 50000 pessoas, 70 habitantes por hectare. A implantação da cidade foi condicionada pela rede ferroviária que dividia o aglomerado em quatro zonas. Duas destas zonas foram destinadas a bairros residenciais onde predominava a tipologia de moradias unifamiliares de dois pisos com jardim, alternada com moradias geminadas dispostas em “Close”.

Em comparação com Letchworth, Welwyn acabou por se aproximar mais do ideal howardiano, não só pela composição urbana do aglomerado, como pela menor distância em relação à cidade de Londres. Contudo, esta última, acabou por se transformar, na prática, num subúrbio-satélite da metrópole (Gravagnuolo, 1998, p.158).

[DIFUSÃO DA CIDADE-JARDIM]

O ideal da cidade-jardim foi amplamente difundido, principalmente, depois da primeira conflagração mundial (1914-18), quando este movimento se tornou um modelo de planeamento, para a reconstrução das cidades, e de transformação económica, demográfica e social. No entanto, ao propagar-se numa escala internacional, o conceito perdeu os requisitos de fidelidade ao modelo Howardiano para se converter numa influência mais ampla do princípio de uma programação de núcleos suburbanos e de pequenas cidades-satélites ricas em espaços verdes (e nalguns casos as moradias unifamiliares seriam substituídas por equipamentos colectivos). Em suma, a difusão deste conceito representa a antítese de tudo o que Howard defendia, opondo-se aos utópicos esquemas que pretendiam promover a redução populacional das grandes cidades e a recolonização do campo. Algumas dessas variantes, bem como a visão howardiana mais pura, foram executadas pelos seus seguidores: Raymond Unwin, Barry Parker e Frederic Osborn na Grã-Bretanha, Henri Sellier na França, Ernst May e Martin Wagner na Alemanha, Clarence Stein e Henry Wright nos Estados Unidos.

GRÃ-BRETANHA E SUBÚRBIO-JARDIM

A colaboração entre Unwin e Parker iniciou-se muito antes da elaboração de Letchworth. Juntos publicaram alguns clássicos da urbanística mundial, tais como *The art of building a home: a collection of lectures and illustrations*, de 1901, *Cottage plans and common sense*, em 1902; e o artigo *Cottages near a town exhibit*, em 1903. Ainda em conjunto, a partir de 1902, planearam a aldeia-jardim de New Earswick Village, implantada junto de uma fábrica, no extremo Norte de York.

A aldeia encontrava-se separada da fábrica e da cidade por um estreito cinturão verde, ocupado por um campo de jogos. As casas encontravam-se organizadas em banda e agrupavam-se, ou em torno de espaços verdes públicos ou ao longo de caminhos para pedestres e em becos (antecipando em mais de 20 anos o esquema de Radburn). No centro encontrava-se a sede comunal e, por toda a parte, os elementos naturais faziam parte integrante do projecto (Hall, 2007, p.116).

O subúrbio jardim de Hampstead foi realizado na periferia de Londres, projectado pelos mesmos arquitectos Unwin e Parker, com uma colaboração parcial de Edwin Lutyens. Neste caso a população rural foi invocada com uma consciente determinação projectual: devia transmitir um sentido de tranquilidade visual, de conforto habitacional e de ligação com os valores tradicionais, tudo isto a uma breve distância do núcleo central da cidade de Londres. Hampstead marca a diferença em relação à utopia de Howard numa estratégia urbana mais realista.

A primeira redacção deste subúrbio remonta a 1905, no entanto a sua construção apenas foi iniciada em 1909. O objectivo em termos sociais deste subúrbio jardim era as pessoas de todas as classes sociais e todas as categorias de aluguer poderem habitar ali e que os mais desfavorecidos fossem bem-vindos.

Hampstead era exemplo de um planeamento urbano abrangente pois continha: áreas industriais e comerciais distintas, uma rede racional de comunicações, um centro cívico, um sistema de parques, um cinturão verde e áreas de habitação em que as densidades eram fixadas e regulamentadas através de um código administrativo próprio¹¹. Unwin inseria em Hampstead a contribuição teórica de Camillo Sitte¹² e até no traçado urbano é possível reconhecer formas derivadas do inventário histórico de “Der Städtebau”. Esta influência é notória em Unwin no que diz respeito à organização do núcleo central, em que este assegura tanto na variedade como na particularidade do desenho urbano a análise das cidades medievais feita por Sitte. (Gravagnuolo, 1998, p.121)

As inovações em Hampstead são as variadas soluções tipológicas de um agrupamento de casas em torno de um “close” ou “impasse”, ou seja, um espaço encerrado em três lados, que gerava um espaço semipúblico afastado dos perigos da via principal. Este espaço acabava por fomentar a constituição de relações sociais por parte dos moradores daquelas pequenas unidades de vizinhança. As árvores sobrepunham-se às sebes como um filtro na frente das habitações, geralmente de dois andares (com a área de dormir no nível superior) e jardim em torno da mesma. Era, portanto, salvaguardada a privacidade de cada família, mas também o senso de comunidade era incentivado, o reconhecimento do indivíduo num grupo de pares social. A repetição de elementos estruturais típicos, e às vezes as próprias opções decorativas, por sua vez, acentuavam a imagem da “unidade de vizinhança”. (Gravagnuolo, 1998, p.122)

Em 1919 era criada lei da “Habitação e Planeamento urbano” (conhecida pela Lei de Addison) que tornava obrigatória a execução de planos para todas as áreas urbanas com população igual ou superior a 20 000 habitantes. Este diploma foi baseado num relatório¹³, redigido por Unwin em 1918.

¹¹ Para responder às especiais demandas habitacionais exigidas em Hampstead, foi feita uma alteração à legislação então em vigor, proposta em 1906 e aprovada sob o nome de “Hampstead Garden Suburb Act”. Este era apenas um prelúdio para a análise jurídica mais complexa no campo do urbanística realizada em Londres com o diploma “Housing and Town Planning Act” de 1909, do qual o próprio Raymond Unwin fez parte. (Gravagnuolo, 1998, p.123)

¹² Camillo Sitte (1843-1903), diplomado em arquitectura, era o responsável em 1883, pela organização da nova Escola Imperial e Real Artes Industriais de Viena. Autor do livro *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*, publicado em 1889, onde desenvolvia uma teoria e um modelo de cidade ideal inspirados no seu conhecimento da arqueologia medieval e renascentista. Em 1903 lançava revista *Der Städtebau*. As ideias de Sitte serão predominantes nos trabalhos dos ingleses Raymond Unwin e Barry Parker, do irlandês Patrick Geddes, dos franceses Marcel Poëte, Gaston Bardet entre outros.

¹³ Onde eram apresentadas as seguintes propostas: as autoridades locais deveriam construir principalmente em terrenos baratos não urbanizados (a fim de se evitar uma futura lotação das áreas já construídas), nos arrabaldes da cidade, tendo o cuidado de desenvolver as propostas por etapas e paralelamente à instalação progressiva de linhas de eléctricos e outros meios de transporte; construir nas densidades máximas de 12 casas unifamiliares por acre (aproximadamente 4000 m²), cada uma com o seu jardim, assegurando-se o uso parcimonioso do solo; e, para garantir a qualidade dos planos, as propostas seriam elaboradas por arquitectos e aprovadas pelos delegados da junta do governo (Hall, 2007, p.78).

A partir desta data (1919) até 1933, as autoridades locais construíram na Grã-Bretanha perto de 760 000 casas “obedecendo à recentíssima prescrição de Unwin, sob forma de satélites periféricos ao invés de cidades-jardim independentes.” (Hall, 2007, p.83).

FRANÇA E LA CITÉ-JARDIN

A primeira divulgação do conceito de cidade jardim em França foi feita a partir da tradução do livro de Ebenezer Howard em 1902 sob o título de *Villes-Jardins de demain*. (Choay, 1997, p.11)

A “Association des Cités Jardins”, criada por Georges Benoît-Lévy (1880-1971) em 1903, impulsionou a partir desse momento uma série de acções e publicou edições para difundir este conceito. Em 1904, Benoît-Lévy publica *La cité-jardin* em França. Segundo Choay, esta obra, apesar de ter o título de “Cidade Jardim” da autoria de Howard, leva a cabo uma revisão substancial dos seus conteúdos originais, surgindo dominada pelo princípio do rendimento e da eficácia, onde era feita uma racionalização de funções (Choay, 1997, p.33).

Em 1911 tinha-se formado em Paris a Société Française des Urbanistes (SFU), da qual faziam parte, entre outros, os arquitetos Alfred Agache, Marcel Auburtin (1872-1926), André Berard, León Jaussely (1875-1932), Henri Prost (1874-1959) e os paisagistas Jean Nicolas Forestier (1861-1930) e Edouard Redont (1862-1942). O papel destes técnicos foi decisivo na preparação da primeira lei urbanística sobre “L’Aménagement, et l’extension des villes” que fora sancionada em 1919 e reformulada parcialmente em 1924 (Lei Cornudet). Estes diplomas propunham a obrigatoriedade aos municípios de mais de 10.000 habitantes possuírem um Plano de Ordenamento, Embelezamento e Extensão.

Entre 1916 e 1939 foram projectadas 16 cidades-jardim para os arredores de Paris inspiradas nos modelos ingleses com o predomínio de moradias unifamiliares. Em termos espaciais, estes núcleos tinham uma relação mais próxima ao modelo criado em Hampstead, de Unwin, do que com a cidade-jardim de Howard. Alguns dos princípios de Unwin foram utilizados nestes subúrbios-jardim franceses: tamanho reduzido (entre 1000 e 5500 unidades); terrenos comprados nos arrabaldes da cidade a preço fundiários mínimos; densidades baixas em relação a Paris, com cerca de 95 a 150 por hectare; e uma grande quantidade de espaço livres. (Hall, 2007, p.133)

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O ESQUEMA DE RADBURN

No século XX, a difusão do conceito de cidade jardim nos Estados Unidos fez-se através do modelo de subúrbios, como por exemplo no Plano Regional de Nova York, elaborado por Clarence Perry em 1928 e no Plano de Radburn, em Nova Jersey, elaborado por Clarence Stein e Henry Wright no mesmo ano.

Clarence Stein e Henry Wright, no plano para Radburn (1928-29), desenvolviam as soluções de Unwin para os impasses, evoluindo para uma total separação entre a circulação rodoviária e a pedonal por meio de desníveis. As casas eram agrupadas aos pares e orientadas para os jardins. Privilegiavam as áreas exteriores colectivas em detrimento dos logradouros privados, reduzindo-os ao máximo. As áreas verdes eram públicas e de grandes dimensões, estendendo-se por toda a cidade, e orientadas para o uso lúdico e desportivo.

Neste plano encontra-se a ideia de “unidade de vizinhança”, ou seja, os núcleos habitacionais teriam uma ligação directa (curta distância percorrida a pé entre 800 a 1000 metros) a elementos essenciais ao funcionamento de um bairro como escolas, comércio, clubes, unidades de saúde e como áreas de lazer e desporto. aos espaços livres e públicos ajardinados.

[3.2. ZONAMENTO]

O zonamento surge ainda no século XIX como inovação do urbanismo alemão, na aplicação do mesmo às expansões urbanas e às grandes transformações do seu desenho, através do pensamento de Reinhard Baumeister¹⁴ e Franz Adickes que foram os primeiros a estabelecerem formalmente os fundamentos teóricos do zoneamento apresentados no encontro da Sociedade Alemã de Engenheiros e Arquitetos (Deutschen Architekten und Ingenieur Verein) realizado em 1874 (Talen, 2012, p.23). A experiência alemã de gestão urbana difundiu-se mundialmente através de exposições e congressos como o de Dresden em 1903 (Ersten deutschen Städteausstellung zu Dresden), onde foram apresentados cerca de 200 planos desenvolvidos pelas municipalidades alemãs. Posteriormente, surge a lei de zonamento de 1916¹⁵ em Nova Iorque baseada na experiência alemã. Em França foi a partir de 1919, através da Lei de Cornudet que aplicação legal deste conceito se tornou vinculativa no planeamento e expansão urbana.

A introdução de novos conceitos na elaboração de planos de urbanização tais como o zonamento (“zoning”) pressupõe que a cidade (ou núcleo urbano) seja dividida em zonas fixas: zonas de habitação, de comércio, de indústria, entre outras. Através deste zonamento, seria possível proteger os habitantes e os sítios do seu repouso contra os ruídos, os fumos, os maus cheiros e as poeiras. Este era acompanhado por um regulamento que fixava a densidade e a proporção das construções dos quarteirões segundo as necessidades dos diversos aglomerados urbanos. Em Portugal a divulgação do zonamento apenas tinha lugar na década de 1940, através da aplicação do mesmo, por urbanistas estrangeiros como Agache e De Gröer.

“O «zoning», ou «zonage» fixa a densidade e a proporção das construções dos quarteirões, segundo as necessidades dos diversos bairros. É uma legislação diferencial, adaptando-se variavelmente, às diferentes partes da cidade. O «zoning» diminui a especulação predial, que é a causa da alta contínua dos preços do terreno e da construção cada vez mais densa.” (Gröer, 1948, p.19)

Segundo De Gröer, uma cidade deveria ser dividida, geralmente em cinco categorias: a) a zona industrial, b) a zona comercial e cívica (estas duas zonas deveriam variar em termos de valores percentuais entre 15 a 20% da superfície aproveitável da cidade), c) as zonas de habitação (com valores percentuais entre os 80 e 85% da superfície aproveitável da cidade), d) espaços livres e e) a zona rural (Gröer, 1945-1946, p.34).

¹⁴ Reinhard Baumeister (1833- 1917), professor da Escola Técnica de Karlsruhe, na Alemanha, escreve em 1876 um manual (Stadterweiterungen in technischer, baupolizeilicher und wirtschaftlicher Beziehung) onde aborda a questão da expansão urbana e as formas de intervenção por parte do poder público. Pioneiro na proposição de uma legislação sobre o zonamento.

¹⁵ Divisão do uso do solo em 4 tipos de zonas dois dos quais – a residencial e a comercial- estariam sujeitos a restrições de altura) (Hall, 2007, p.69).

[3.3. INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS EM PORTUGAL]

A escola francesa caracteriza-se pela exportação de saber, nomeadamente pela formação de urbanistas para integrar os órgãos de planeamento de muitas cidades. Destacam-se Forrestier, Agache e Étienne De Gröer que passaram por Portugal e contribuíram para a consolidação urbanismo português formal, com suporte político, jurídico e administrativo. Alguns princípios e conceitos marcantes do urbanismo francês iriam ser praticados em Portugal, como o “zonamento” e a sua repartição funcional de acordo com as necessidades da vida urbana e as “unidades de vizinhança”, a partir da reunião de várias unidades residenciais, articuladas pelos espaços públicos comuns. Também para David Moreira da Silva, a sua formação em Paris e o contacto com os urbanistas franceses, em particular com De Gröer, foram decisivos no seu papel no urbanismo em Portugal.

Analisando agora o caso português, verifica-se, de facto, na primeira metade do século XX, essencialmente nas décadas de 30 e 40, uma grande influência europeia, maioritariamente francesa e inglesa, onde se praticaram muitos dos conceitos referidos anteriormente. São, por exemplo, os casos do Plano de Urbanização da Costa do Sol, elaborado primeiramente por Agache e depois por De Gröer, do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, elaborado por De Gröer, e ainda o Anteprojecto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão de Coimbra, elaborado por De Gröer com a colaboração de David Moreira da Silva.

O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA COSTA DO SOL

A Costa do Sol surge como uma região contemplada por um diploma específico, decretado a 10 de Abril de 1933 (Decreto-Lei nº 22444 de 10 de Abril de 1933), como documento político de valorização da faixa costeira delimitada entre Lisboa e Cascais. Para a elaboração do “Plano de Urbanização da Região Oeste de Lisboa”, Duarte Pacheco, convidou Alfred Agache que se encarregou desta incumbência entre 1935 e 1936. Para além de legislação própria, por sugestão de Agache, foi criado um “Gabinete Central de Urbanismo” com vista à formação de especialistas para trabalharem noutras regiões do país que assumiu o acompanhamento da implantação e execução do plano (Lôbo, 1995, p.61). Agache propôs o alargamento da área de intervenção do plano à própria cidade. Identificou como principais centros funcionais da capital, o Marquês de Pombal, o Rossio e a Praça do Comércio, aos quais assegurou ligação à região oeste. Nesse sentido propôs um viaduto que ligava a Praça Marquês de Pombal a Monsanto, em articulação com a futura Auto-estrada da Costa do Sol. O zonamento foi feito de acordo com as categorias de zona rural e zona urbana, e nesta última estabeleceu uma dimensão mínima para as parcelas edificáveis. As localidades deveriam ser separadas por faixas rurais protegendo-as da aproximação de qualquer outro aglomerado. Os espaços verdes eram privilegiados, e eram identificadas áreas de reserva para espaço livres com uma dimensão mínima de 10% para cada um dos aglomerados. Para a execução do plano propôs a divisão das áreas de expansão em três fases ao longo de 30 anos. (Lôbo, 2009, pp. 46-50)

Entregue em finais de 1935, o Plano da Costa do Sol não chegaria a ser aprovado *por falta de oportunidade política* (Costa, 2009, p.284). O Ministro foi afastado do governo em Janeiro de 1936, sendo que o seu sucessor não deu continuidade ao processo. Apenas em 1938, aquando do regresso de Duarte Pacheco ao cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o Plano era retomado, agora pelas mãos de um outro urbanista, também a convite do Ministro. O estudo urbanístico foi entregue ao franco-russo Etienne De Gröer que trabalhava já o Plano de Urbanização da cidade de Lisboa.

Concluído em 1946 e após aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas, o primeiro Plano Geral de Urbanização seria aprovado por decreto em 1948.

Enquanto Agache evidenciava, no Plano da Costa do Sol, uma visão global e integrada que considerava, em conjunto, a Costa do Sol e Lisboa (uma escala regional), De Gröer concentrou-se nos aglomerados de forma individual, em centros urbanos de dimensão limitada na vizinhança da cidade-centro. (Lôbo, 2009, p.45)

De Gröer reestruturou os aglomerados preexistentes, propondo áreas de expansão com um novo desenho urbano: manteve as pequenas altimetrias e melhorou o desenho do espaço público nos centros dos aglomerados. Nas áreas de expansão previstas propôs vias sinuosas, ladeadas por moradias unifamiliares isoladas ou geminadas, rodeadas por jardins privados. Foram fixadas áreas e densidades para a zona habitacional, de acordo com as diversas classes sociais.

PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DE LISBOA

Em 1938 a Câmara Municipal de Lisboa, sob a presidência de Duarte Pacheco, contratou Étienne De Gröer que, juntamente com os serviços técnicos municipais, definiu as grandes linhas de desenvolvimento da cidade. Entre 1946 e 1948, De Gröer desenvolveu e finalizou o Plano Director de Lisboa, embora nunca fosse aprovado ministerialmente. Os princípios gerais do plano resumiam-se à limitação do desenvolvimento urbano por via do estabelecimento de uma cintura rural de proteção que delimitava a dimensão territorial e demográfica da cidade. Previa ainda a regulamentação da utilização do solo pelo estabelecimento do zonamento, dividindo o espaço em áreas com diferentes usos, às quais se aplicava legislação específica, incluindo a repartição da população por classes socioeconómicas¹⁶; e a descentralização dos serviços com vista à diminuição das deslocações ao centro da cidade e consequente aumento da autonomia dos novos centros secundários.

ANTEPROJECTO DE URBANIZAÇÃO DE EMBELEZAMENTO E EXTENSÃO DE COIMBRA

Iniciado em 1940, com aprovação ministerial em 1945, apenas em 1948 o Plano de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra era publicado pela Câmara Municipal. A elaboração deste plano ficou ao cargo de Etienne De Gröer, com a participação de David Moreira da Silva. Assentando na teoria das cidades jardim, a concepção urbanística era feita de acordo com a distribuição de aldeias-satélites ligadas à cidade-mãe, ou seja, o espaço central da cidade, que deveria ser envolvido por um cinturão verde ou zona rural onde não deveria ser autorizada qualquer tipo de construção e serviria de reservatório de ar puro, bem como, de protecção relativamente à aproximação de qualquer aglomerado.

Etienne De Gröer era “*conhecedor da obra de Sitte, Howard e Unwin assiste na Rússia à difusão do conceito de cidade-jardim, com a criação de associações que promovem cidades ou subúrbios-jardim, nos arredores de Moscovo e em Petrogrado, Riga, Kiev, Odessa.*” (Lôbo, 2009, p.55).

De Gröer desenvolveu o plano de Coimbra, teoricamente, de acordo com os princípios da cidade-jardim: exigindo que uma cidade não ultrapassasse um tamanho médio, que lhe era fixado antecipadamente, pelo estabelecimento de um número preciso de habitantes. E, simultaneamente, estabeleceu uma “Zona rural” que envolveria a cidade por todos os lados, servindo de reservatório de

¹⁶ A cada classe correspondiam diferentes densidades de ocupação (Lôbo, 1995, p.93).

ar puro, fornecendo-lhe os produtos agrícolas e protegendo-a da aproximação de qualquer outro aglomerado. No entanto, segundo Margarida Sousa Lôbo, nos planos de Coimbra e Luanda, “(...) *De Gröer* [encontra-se] *muito distanciado da teoria da cidade jardim, que invoca nos seus textos teóricos, e [situa-se] muito mais próximo da concepção francesa do subúrbio jardim (...)*” (Lôbo, 1995, p.77). No caso de Coimbra, por exemplo, o peso dos núcleos urbanos periféricos (75 hectares) era muito pequeno face ao crescimento previsto para a cidade (586 hectares).

Etienne De Gröer elaborou o plano de Coimbra para um período temporal de execução de 30 a 50 anos, destinado para cerca de 100 000 habitantes, na linha do subúrbio-jardim francês, aplicou o zonamento, dividindo a cidade por zonas¹⁷ e com base na regulamentação inglesa (1919)¹⁸, alemã (1926)¹⁹ e francesa (1928)²⁰, estabeleceu os regulamentos de zonas e da divisão dos terrenos em talhões.

O urbanista previa 4 zonas residenciais de extensão da cidade existente, a par de 6 zonas de extensão do subúrbio de Santa Clara e das “aldeias circunvizinhas” de Coselhas, Tovim, Chão do Bispo e Várzea. Para as extensões residenciais, defendia a construção de casas unifamiliares, de forma a alojar apenas uma família, isoladas ou agrupadas com um limite de altura de 2 pisos, divididas por categorias (R1 e R2 para classes abastadas, R3 classe média e R4 casas operárias), rodeadas por um jardim, e, a sua disposição, deveria ser espaçada, a fim de permitir que “o ar e o sol penetrem amplamente na habitação” (Gröer, 1945-46, p.24). Para zona residencial existente permitia a construção de casas de rendimento ou colectivas com um limite de altura de 3 pisos²¹.

A zona comercial prevista seria “mista”, ou seja, era permitida a construção de habitação (principalmente hotéis para viajantes e pensões), de escritórios, estabelecimentos, ateliers, teatros e cinemas²².

¹⁷ Zonas: Industrial, Comercial Local, Comercial Central, Residencial (R1, R2, R3, R4 e R5), Arqueológica e Turística, de Espaços Livres Públicos e Rural. Fonte: Gröer, E. De (1948). *Peças Escritas do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*. Tradução de David Moreira da Silva, edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra Editora, p. 21.

¹⁸ Lei de Addison.

¹⁹ Regulamentação da cidade de Berlim de 1926 que definia que as Zonas Residenciais eram divididas pelas categorias H1, H2 e H3, com um limite de superfície edificada de 10%, 20% e 25%, respectivamente, em relação ao tamanho total do talhão e com um limite de altura de 2 pisos. Fonte: Gröer, E. De (1948). *Peças Escritas do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*. Tradução de David Moreira da Silva, edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra Editora, p.20.

²⁰ Lei de Sarraut de 1928 que permitia às Câmaras Municipais a fiscalização e divisão dos terrenos em talhões. Fonte: Idem, p.23.

²¹ Idem, p. 22 e 30.

²² Idem, p.21.

PARTE II – Atelier Moreira da Silva



Figura 1 Fotografia de Maria José Marques da Silva Martins (1914-1994) e David Moreira da Silva (1909-2002).

[1. ATELIER MOREIRA DA SILVA – BIOGRAFIA]

David Moreira da Silva²³ (1909-2002) iniciou a sua formação na extinta Escola de Belas Artes do Porto, onde concluiu, em 1929, o Curso Especial de Arquitectura Civil. Em 1931, Moreira da Silva parte para Paris, estagiando no Atelier de Laloux-Lemaresquier-Larrieu por interpelação de José Marques da Silva²⁴ e, como bolseiro, em 1935 ingressou no Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris (IUUP)²⁵. Em 1939 obteve os seus diplomas em arquitectura, pela ENBAP, e em urbanismo, pelo IUUP²⁶, tornando-se o segundo urbanista português com formação especializada²⁷.

Após dois anos de preparação para admissão na ENBAP, em 1934, Moreira da Silva tornou-se aluno daquela instituição. Segundo Pires, o futuro urbanista, enquanto aluno da ENBAP e, posteriormente do IUUP, terá conhecido personalidades como Robert Auzelle²⁸ e Faria da Costa. Neste contexto, Moreira da Silva foi discente de conceituados professores urbanistas, como: Henri Prost (arte e técnica da construção das cidades), Jacques Gréber (arte urbana), Marcel Poète (evolução das cidades), Perez, Vitale, William Oualid (organização económica das cidades), Gaston Jèze (organização administrativa das cidades), Louis Bonnier (arte urbana), Georges Sébille (arte e técnica da construção das cidades), Picard, François Sentenac (arte e técnica da construção das cidades), Louis Hautecoeur (história geral da arquitectura).

Na passagem pelo IUUP Moreira da Silva estabeleceu o contacto com a teoria da cidade jardim de Ebenezer Howard e do modelo francês de subúrbio jardim²⁹, entre outras teorias e realizações internacionais no âmbito do urbanismo³⁰.

²³ Filho de José Moreira da Silva e de Lucinda Alves da Silva, nasceu no dia 28 de Janeiro de 1909 no lugar da Guarda, freguesia da Moreira da Maia, concelho da Maia.

²⁴ José Marques da Silva (1869-1947) foi um arquitecto e professor de referência da cidade do Porto, e lecionou a cadeira de Arquitectura Civil na EBAP de 1907 a 1939. Fonte: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Volume 1, p. 38, 49 e 128.

²⁵ No ano lectivo de 1934/35 iniciou os seus estudos na École Nationale des Beaux-Arts de Paris como bolseiro da Junta Nacional de Educação e, em 1935 ingressou no IUUP como bolseiro do Instituto para a Alta Cultura. Fonte: Idem, pp.51-52.

²⁶ Após a conclusão do curso no IUUP, Moreira da Silva defendeu, em Julho de 1939, a sua tese: "*Les villes que meurent sans se dépeupler*". Fonte: Idem, p.5.

²⁷ João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) seria o 1º urbanista português, diplomado em 1937. Segundo Pires, foi Faria da Costa que propôs Moreira da Silva como colaborador de Etienne De Gröer no Plano de Coimbra. Fonte: Idem, p.66.

²⁸ Robert Auzelle frequentou o IUUP em 1937-39 e iniciou em 1957 os estudos do Plano Director da Cidade do Porto. Fonte: Idem, p.65.

²⁹ Segundo Pires, encontra-se entre o espólio do Atelier Moreira da Silva documentação relativa a: Cité-jardins de Chatenay-Malabry (1931-1933) por Bassompierre, de Rutté e Sirvinde; Office Publique d'Habitation du Département de La Seine por F. Dumail; Cité-jardins de Stains (1ª fase -1919) da autoria de Gonnot y Albenque, destinada a uma população operária; Plessis-Robinson de Payret-Dortail (1924-25 e 1932-35); Cité-jardin Cachan de Payret-Dotail, com 1200 a 1500 habitantes correspondendo a modelos ingleses com predomínio da habitação unifamiliar; Cité-jardin de Champigny sur Marnes de Pelletier e Teisseirie; Cité-jardin de Champigny; Cité-jardin de Pré.; St Gervais Pantin, Les Lilas de 1924 por F. Dumeil; Cité-jardins de Suresnes por Mistrasse y Quonian de 1922. Fonte: Idem, pp.110-112.

³⁰ Segundo Pires, a bibliografia de consulta obrigatória no curso do IUUP passava pelos autores: Patrick Geddes, Joyant, E. Hénard, Sellier, Camillo Sitte, R. de Souza, Raymond Unwin, Stubben, Inigo Triggs, Jacques Gréber, Stein, Gromort, Alphand, Ernouf e Forestier. Fonte: Idem, p.115.

Em 1939, Moreira da Silva entregou a sua tese com um tema ligado à evolução urbana da cidade do Porto³¹, sob orientação de Georges Sebillé, obtendo o diploma de estudos especiais de Urbanismo³². De regresso a Portugal, residiu em Lisboa e em 1940 iniciou a sua carreira profissional no urbanismo em colaboração e parceria com Etienne De Gröer nos planos de Coimbra (1940-48) e Luanda (1941-1944), respectivamente. Entre 1941 e 1943, Moreira da Silva iniciou a atividade de urbanista a título individual com a elaboração de estudos de Anteprojectos de Planos de Urbanização para vários núcleos urbanos³³.

Ainda em 1940, Moreira da Silva publicou os seguintes artigos sobre urbanismo no jornal *O Primeiro de Janeiro*: “Ordem e desordem Urbana – origens, causas e efeitos”, “A Ordem Urbana, as Câmaras municipais e o público” e “A Ordem Urbana e o culto das aparências”. Nestes artigos, Moreira da Silva manifestava uma preocupação em alertar a opinião pública para as questões da cidade, nomeadamente: explicava o conceito de urbanismo e desordem urbana; sublinhava a importância da realização dos planos de urbanização para a criação da “Ordem Urbana”; referia a necessidade de criação de legislação específica e de organismos ligados à educação e à administração por forma a implementar uma política de urbanização correcta; defendia a criação de instituições ligadas à formação de urbanistas ou comissões de elaboração de Planos de Urbanização de acordo com o que acontecia noutros países da Europa³⁴.

Em 1943, foi criado o Atelier Moreira da Silva na cidade do Porto, composto por David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins, numa união profissional e pessoal através do matrimónio até 1994³⁵.

Maria José Marques da Silva Martins³⁶ (1914-1994) iniciou em 1933 o Curso Especial de Arquitectura Civil e, em 1937, o Curso Superior de Arquitectura, que concluiu em 1939 na EBAP. Após cerca de três anos de tirocínio, sob a orientação do pai, arquitecto José Marques da Silva, Maria José apresentou o seu trabalho final (CODA³⁷) em 1943, tonando-se na primeira arquitecta diplomada em Portugal³⁸.

A formação de Maria José na EBAP aproximava-se do modelo de aprendizagem que Moreira da Silva vivenciou na ENBAP, apesar de neste haver um maior domínio do desenho livre e da grande composição e naquela se constatar um registo mais clássico³⁹.

³¹ Segundo Pires, na tese de final de curso, Moreira da Silva aplicava as lições transmitidas no IUUP, no que dizia respeito: às preocupações estéticas (arranjo urbanístico, composição, alinhamentos, loteamento e organização dos quarteirões), às dialéticas estabelecidas entre o lugar e o Homem, à valorização da história enquanto disciplina estruturadora do conhecimento e às características do lugar (geológicas, climáticas, económicas, sociais, religiosas, culturais e político-administrativas); tendo em conta a regulamentação e organização económica. Fonte: Idem, pp.126-127.

³² Idem, p.121.

³³ Praia de Moledo do Minho (1940-41), cidade de Elvas (1941-45), vila de Águeda (1941-45), Caldas de Monte Real (1941-42) e vila de Paredes (1942-45).

³⁴ Fonte: Idem, pp.147-149.

³⁵ Data em que Maria José faleceu.

³⁶ Filha do arquitecto José Marques da Silva e de Júlia Lopes Martins Marques da Silva, nasceu em Setembro de 1914, no Porto. Fonte: Idem, p.128.

³⁷ No Decreto-Lei nº26 347 de 11 de Fevereiro de 1936, era instituído o CODA ou Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto nas Escolas de Belas Artes do Porto e Lisboa. Fonte: Idem, p.141.

³⁸ Idem, p.142.

³⁹ Idem, p.145.

Em 1946, por convite do então Presidente da EBAP⁴⁰, David Moreira da Silva tornava-se docente da 16ª cadeira de Projectos e Obras de Urbanização⁴¹, até 1957. Em 1958 o urbanista tornava-se professor interino da cadeira de Urbanologia da Escola Superior de Belas Artes do Porto, cargo que exerceu até 1961⁴². A par da docência na EBAP, e depois na ESBAP, o arquitecto/urbanista integrava a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Porto⁴³ e desenvolvia as actividades profissionais no âmbito da arquitectura e urbanismo no Atelier partilhado com a sua esposa.

Entre 1940⁴⁴ e 1994, o Atelier Moreira da Silva produziu uma vasta obra de arquitectura e urbanismo.

⁴⁰ Moreira da Silva foi convidado em 1945 pelo Presidente do Conselho escolar à data, Joaquim Francisco Lopes. Fonte: Idem, pp.151-152.

⁴¹ No âmbito do Decreto-lei 34607 de 15 de Maio de 1945, pelo Ministério da Educação Nacional – Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, eram criadas as cadeiras de urbanologia e projectos e obras de urbanização (15ª e 16ª cadeira, respectivamente) no Curso Superior de Arquitectura. Fonte: Idem, pp.150-151.

⁴² Em 1961, o contrato de Moreira da Silva para docência na ESBAP terminou e, no mesmo ano, o urbanista candidatou-se ao concurso de provas públicas para o provimento de um lugar de professor do 2º grupo daquela instituição com uma dissertação intitulada de *Subsídios para a Elaboração do Código Urbanístico Português* entregue em 1962. No entanto, em relação aos outros candidatos ficava em 2º lugar no concurso (1º lugar - João Henrique de Mello Breyner e 3º Lugar - Fernando António Lorenzini Borges de Campos), terminando nesta data a sua carreira de docente. Fonte: Idem, pp.156-173.

⁴³ Moreira da Silva tornava-se membro em 1946 desta comissão até 1974. Esta Comissão era um órgão com carácter consultivo onde eram apresentados pareceres sobre questões urbanísticas da cidade do Porto. Fonte: Idem, p.175.

⁴⁴ A partir de 1943, Maria José passaria a ser coautora dos projectos elaborados por Moreira da Silva, constando, a partir desse ano, ambas as assinaturas nas peças desenhadas e escritas dos estudos de Planos de Urbanização. Segundo Pires, Maria José teve uma participação activa no Atelier na realização de projectos com David Moreira da Silva. Fonte: Idem pp. 182-185.

[2. A PRODUÇÃO URBANÍSTICA DO ATELIER MOREIRA DA SILVA]

A produção urbanística do Atelier Moreira teve início em 1940, aquando da colaboração de David Moreira da Silva com Etienne De Gröer no “Anteplano de Embelezamento e Extensão da cidade de Coimbra”. Durante cerca de 25 anos o Atelier produziu estudos urbanísticos e fez consultadoria em várias Câmaras Municipais⁴⁵.

Fora do contexto dos Planos Gerais de Urbanização, o Atelier Moreira da Silva elaborou, ao longo da sua carreira profissional, outros arranjos urbanísticos, nomeadamente: 1940-41 Anteprojecto de remodelação do Largo de Infias e Monte d’Arcos, em Braga; 1941-42 Projeto e Anteprojecto de remodelação da zona Marginal do Porto, no Funchal; 1943 Esboceto de remodelação da Praça do Município, no Funchal; 1943 Anteprojecto de construção da Avenida do Infante, no Funchal; 1943-44 e 1944-48 Anteprojecto do Parque da Cidade do Funchal; 1944 Anteprojecto de urbanização do Largo da Camacha; 1947-63 Anteprojecto do conjunto do Santuário da N^a Sr.^a da Conceição do Monte Sameiro.

A título individual, Moreira da Silva elaborou (ou iniciou estudos) de Planos de Urbanização entre 1940 e 1942 dos aglomerados urbanos de: Moledo do Minho (1940-41), Elvas (1941-49), Águeda (1941-45) e Monte Real (1941-42). Em parceria com Etienne De Gröer, executou o plano de Luanda entre 1941 e 1944. Em coautoria com Maria José, o Atelier Moreira da Silva⁴⁶ produziu ainda Anteprojectos, Esbocetos e Anteplanos para: Paredes (1942-45), Matosinhos (1943-56), Gabela (1943-45), Gerês (1944-49), Amares (1945-55), Aveiro (1945-60), Barcelos (1945-51), Guimarães (1945-53), Valongo (1946-61), Chaves (1946-51), S. Jacinto (1946-55), Vizela (1950-59), Cacia-Sarrazola (1950-60) e Caldas das Taipas (1954).

[METODOLOGIA DE PLANEAMENTO]

Moreira da Silva, entre 1940 e 1963 elaborou planos, individualmente ou em colaboração, relativos a 19 aglomerados urbanos por convite do Ministério das Obras Públicas ou das autarquias locais. Neste período temporal desenvolveu a sua obra de urbanismo tendo por base a sua formação no IUUP, as influências transmitidas por Etienne De Gröer e o acompanhamento constante da evolução das teorias urbanísticas internacionais através da participação em Congressos.

O seu percurso no urbanismo, apesar das questões burocráticas ou imposições ministeriais, não deixa de ter um cunho pessoal e uma linha contínua de pensamento no que diz respeito ao planeamento da organização e desenvolvimento de cada aglomerado urbano. Neste sentido, Moreira da Silva considerava que uma população activa apenas vivia em boas condições de saúde moral, espiritual e física quando dispunha dos lugares de trabalho, recreio, abastecimento, cura e repouso necessários,

⁴⁵ Por exemplo no caso do plano de Valongo, Moreira da Silva exerceu o cargo de consultador na autarquia local até 1976. Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 26 de Julho de 1976, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429.

⁴⁶ Daqui adiante irei referir-me ao(s) autor(es) dos planos como Moreira da Silva, no singular, por uma questão de facilidade de expressão e pelas inúmeras referências a correspondência dirigida especificamente a David Moreira da Silva.

bem como vias de comunicação correspondentes às suas necessidades, e era neste contexto que surgiam os seus Planos Gerais de Urbanização.

*“(...) o Plano Geral de Urbanização racional, útil e exequível, não é uma simples PLANTA de urbanização, mais ou menos pormenorizada, representando em superfície maior ou menor número de arruamentos, praças, jardins, mictórios e fontanários públicos, mas sim e antes de tudo um mais ou menos vasto programa ou conjunto de medidas directivas, desenhadas e escritas, capazes de promover a disciplina e facilitar o desenvolvimento dos órgãos essenciais da aglomeração respectiva e a actividade material e espiritual dos seus indivíduos. Não é concebido em duas mas em três dimensões; não compreende projectos ou pormenores de execução especulosa mas que não possam ter realização dentro de curto prazo; nem se compõe só de desenhos mais ou menos vistosos, mas, também, duma regulamentação própria, individual e intransmissível, bem definida formando com êles um tódo único e indivisível baseado no conhecimento prévio e tanto quanto possível perfeito da aglomeração a que se destina.”*⁴⁷ (Silva, 1945, p.25)

De 1940 até 1946⁴⁸, Moreira da Silva apenas planeava Anteprojectos ou Esbocetos com a justificação de que as vantagens da existência dos Planos Definitivos de Urbanização eram quase nulas, além dos grandes encargos para as autarquias locais, resultantes da sua elaboração⁴⁹. Desta forma defendia que os Anteprojectos eram os “verdadeiros programas” que fixavam as linhas gerais e as regras a que devia obedecer o desenvolvimento de um aglomerado urbano, num prazo mais ou menos largo, com a única diferença de que estes não incluíam os pormenores que caracterizavam os projectos definitivos ou de execução. Esta ideia vinha da colaboração com De Gröer, que já no plano de Coimbra, em 1940, defendia que um plano de urbanismo não podia ser senão um programa destinado a dirigir, em linhas gerais, o desenvolvimento de uma cidade ou região, durante um certo número de anos e que, tal plano, não devia compreender desenhos de execução⁵⁰.

Os Anteprojectos eram elaborados com os elementos (peças desenhadas e escritas) definidos por lei, no entanto o urbanista considerava que para a organização do desenvolvimento de um aglomerado urbano se devia aplicar os “(...) princípios urbanísticos já [à data] largamente aplicados no estrangeiro (...)”⁵¹, ou seja, procedendo à divisão racional do solo em zonas e aplicando normas regulamentares. Por conseguinte, todos os planos elaborados pelo Atelier eram acompanhados de uma “Planta de Zonas” e Regulamentos das Zonas, dos Talhamentos e Quarteirões e das Construções.

⁴⁷ Fonte: Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p. 25.

⁴⁸ Segundo o Decreto-Lei de 1934, os urbanistas contratados pelos municípios, podiam entregar Anteprojectos dos planos, submetidos à aprovação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações e, quando aprovados, mesmo que tivessem observações, serviriam de base ao plano definitivo. Este é o caso de vários Anteprojectos de Moreira da Silva. Posteriormente, o Decreto-lei nº35931 de 4 de Novembro de 1946 visava que os Anteplanos teriam a força legal dos planos definitivos.

⁴⁹ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Águeda em 5 de Fevereiro de 1943, disponível no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

⁵⁰ Fonte: Gröer, E. De (1948). *Peças Escritas do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*. Tradução de David Moreira da Silva, edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra Editora, p. 7.

⁵¹ Fonte: Silva, D. M. (1941). *Regulamentos do Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.1.

A partir de 1946, Moreira da Silva elaborou Anteplos e Esbocetos Gerais de Urbanização de acordo com os critérios e objectivos dos PGU com a excepção dos pormenores de execução.

Os planos elaborados por Moreira da Silva, na linha de Etienne De Gröer, foram desenvolvidos de acordo com: as teorias de Raymond Unwin (subúrbio-jardim) e dos subúrbios-jardim franceses, as experiências urbanísticas holandesas, belgas, inglesas e alemãs⁵² e as regulamentações aplicadas na Inglaterra (1919) e na Alemanha (1926).

Na elaboração dos planos, o urbanista tinha por base o conhecimento da origem, causas do desenvolvimento nos anos anteriores e o estado actual (à data) da aglomeração urbana em causa, os seus “grandes problemas”, os aspectos moral, social, económico e higiénico, as necessidades e exigências da sua população, e as tendências de expansão. Focando-se nas características de cada aglomerado como: o clima e situação geográfica; ligações rodoviárias, ferroviárias ou aéreas; organização administrativa e político-social; habitação; e em questões de ordem industrial, comercial, agrícola, entre outras.

A partir do conhecimento intrínseco do aglomerado urbano, Moreira da Silva procedia à aplicação do zonamento – a divisão racional do solo por zonas –, defendendo que para o estabelecimento ou remodelação de uma “Ordem Urbana” era indispensável escolher e distribuir pela área urbanizada e urbanizável de um aglomerado urbano, em percentagens criteriosas e nos locais mais apropriados, os terrenos mais favoráveis ao exercício das actividades da população alvo.

A designação ou nomenclatura atribuída às Zonas variava consoante as funções dominantes específicas de cada aglomerado, como por exemplo: a Zona Fortificada, no caso de Elvas, ou a Zona Balnear, nos casos de Moledo do Minho e Matosinhos, ou ainda a Zona Termal, nos casos do Gerês, Chaves, Monte Real e Vizela. Em geral, todos os aglomerados eram divididos por Zonas do tipo: Residencial ou Habitacional, Mista (destinada à habitação, ao comércio, ao artesanato e à pequena indústria), Espaços Livres Públicos (reservas de ar puro e espaços indispensáveis para a saúde e logradouro da população), Industrial, Rural ou Rústica (por norma contornava a área urbanizável e era destinada à agricultura ao mesmo tempo que constituía uma reserva de espaço para futuros arranjos urbanísticos). Associados às Zonas, nalguns planos, eram também criados Centros do tipo: Administrativo, Comercial, Escolar, Clínico e Desportivo.

⁵² À semelhança de De Gröer no plano de Coimbra, Moreira da Silva cita, em diversas Memórias Descritivas dos seus planos, os Relatórios dos Congressos da Federação Internacional da Habitação e Urbanização das cidades, 1919-39, onde era recomendada a construção de habitação unifamiliar em especial para a classe operária.

[3. CASOS DE ESTUDO]

[OBJECTIVOS E METODOLOGIA DE ANÁLISE]

A obra do Atelier Moreira da Silva no âmbito dos Planos Gerais de Urbanização (inventariada em anexo) perfaz um total de 33 planos, incluindo aditamentos e remodelações, que correspondem a 19 aglomerados urbanos descritos no capítulo anterior.

Como objectivo geral considerou-se relevante o estudo genérico da totalidade dos planos relativos a estes núcleos, de forma a analisar a produção do Atelier Moreira da Silva na área do urbanismo, no sentido da evolução do pensamento e teoria urbanística aplicada nos diversos casos. Porém, uma análise aprofundada requer uma particular atenção, pelo que se fez uma a selecção de casos de estudo específicos.

Um dos critérios de selecção dos casos de estudo teve por base o número e tipo de elementos constituintes de cada plano disponíveis no acervo histórico da DGT ou na Fundação Instituto Marques da Silva, considerados necessários para uma análise consistente. Assim, considerou-se fundamental analisar um plano que contivesse, no mínimo, Peças Escritas e Peças Desenhadas. Das Peças Desenhadas, foram consideradas necessárias: *Planta do Estado Actual* (correspondente ao levantamento topográfico do existente antes do plano), *Planta de trabalho e Urbanização* (esta nomenclatura varia entre os planos, mas refere-se ao plano de urbanização propriamente dito) e *Plantas de Zonas* (onde é feito o zonamento do que se pode construir em cada área específica do espaço físico, detalhado posteriormente no regulamento do plano).

Dos 33 planos, apenas 7 casos que cumprem os critérios de selecção acima enumerados, sendo estes: Amares, Chaves, Águeda, Paredes, Valongo, Barcelos e Aveiro. Porém, dado existirem duas Dissertações de Mestrado que englobam o estudo das propostas de planos do Atelier Moreira da Silva referentes às cidades de Aveiro e Barcelos⁵³, seleccionaram-se, como casos de estudo específicos, os planos de: Águeda, Paredes, Amares, Valongo e Chaves.

A análise da produção urbanística do Atelier divide-se em duas partes. Na primeira é feita uma análise às propostas de plano onde se focam aspectos e características que melhor descrevem as teorias urbanísticas defendidas pelo Atelier. Organizados cronologicamente⁵⁴ são apresentados os casos de: 1940-41 Moledo do Minho; 1941-44 Luanda (colaboração com De Gröer); 1941-49 Elvas; 1941-42 Monte Real; 1943-56 Matosinhos; 1943-45 Gabela; 1944-49 Gerês; 1945-60 Aveiro; 1945-63 Barcelos; 1945-57 Guimarães (e 1954 Caldas das Taipas, Guimarães); 1946-55 S. Jacinto; 1950-59 Vizela; 1950-60 Cacia – Sarrazola.

⁵³ *Aveiro no Estado Novo – a cidade idealizada versus a cidade operacionalizada* (2003) por Sofia Ferreira e *Transformação da forma urbana da cidade de Barcelos* (2015) por Carlos Casanova.

⁵⁴ Ao longo da dissertação são assinaladas duas datas em relação a cada aglomerado urbano que correspondem: a primeira, ao início do estudo do plano e/ou data do contrato celebrado para execução do plano de urbanização; e a segunda, à data de entrega do último plano. Ou seja, o período temporal assinalado inclui todas as remodelações, aditamentos e planos parciais elaborados pelo Atelier (excluindo o período consultadoria nas Câmaras Municipais).

Na segunda parte é feita uma análise mais desenvolvida de 5 casos, onde se pretende, além do estudo do planeamento urbanístico do Atelier, responder à pergunta “*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*” que dá nome à linha de investigação em que se inscreve esta dissertação. Organizados cronologicamente são apresentados os casos de: 1941-45 Águeda; 1942-45 Paredes; 1945-55 Amares; 1946-61 Valongo; 1946-51 Chaves.

[CASOS DE ESTUDO GERAIS]

1940-41 MOLEDO DO MINHO

1941-44 LUANDA (COLABORAÇÃO COM DE GRÖER)

1941-49 ELVAS

1941-42 MONTE REAL

1943-56 MATOSINHOS

1943-45 GABELA

1944-49 GERÊS

1945-60 AVEIRO

1945-63 BARCELOS

1945-57 GUIMARÃES (E 1954 CALDAS DAS TAIPAS, GUIMARÃES)

1946-55 S. JACINTO

1950-59 VIZELA

1950-60 CACIA – SARRAZOLA

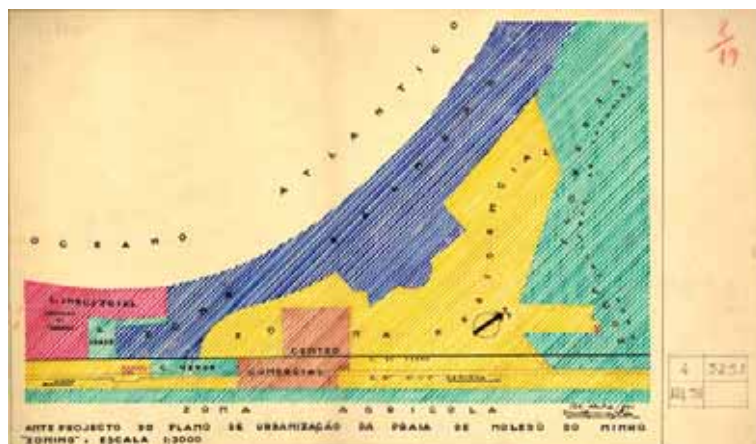
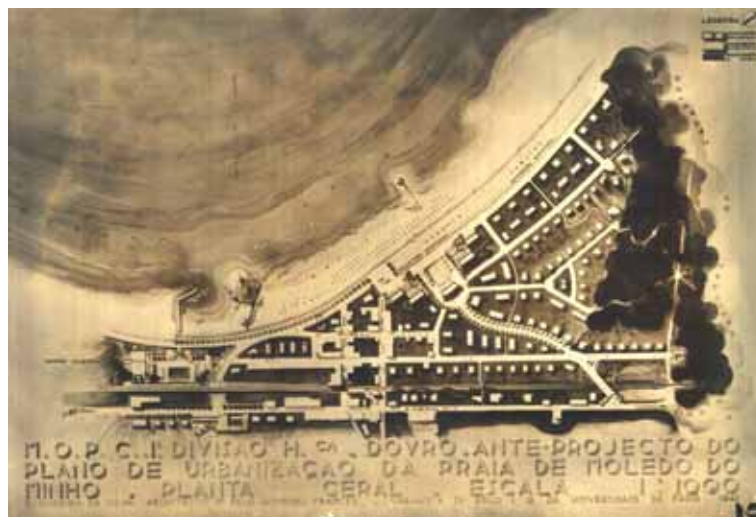


Figura 2 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho - Planta Geral - Escala 1:1000, de 1941. | Figura 3 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho - "Zoning" - Escala 1:3000, de 1941.

[1940-41 MOLEDO DO MINHO]

Em 1929, Moledo do Minho foi objecto de estudo por Carlos Ramos e, passados 11 anos, o MOP encarregou David Moreira da Silva da elaboração do Ante-Projecto do Plano desta estância balnear.

O principal objectivo de Moreira da Silva, ao elaborar o “Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho”, era a valorização do aglomerado urbano através da divisão racional do solo criando para o efeito as zonas balnear e de residências, e os centros comercial e industrial⁵⁵.

O urbanista previa uma completa remodelação do aglomerado urbano, nomeadamente: através da divisão do solo em talhões e quarteirões de “dimensões racionais”, de acordo com a topografia; da regularização da faixa arenosa (que correspondia à praia propriamente dita) numa extensão superior a 550 metros; de um troço de estrada de turismo com duas passagens através do caminho de ferro, uma inferior e outra superior a este; e de um vasto passeio público arborizado, “(...) *criando assim uma zona de sombra e protegendo-se as habitações dos ventos por meio daquela verdadeira cortina de verdura* (...)”⁵⁶.

Na Zona Balnear era incluída a praia, o passeio público, hotéis e o casino (previstos no eixo principal da composição e o casino numa praça em forma de “U”). Na Zona Residencial, o urbanista previa a construção de moradias unifamiliares isoladas até dois pisos, rodeadas de vegetação, salientando que “(...) *este é o principio da cidades-jardins de tão felizes resultados económicos, higiénicos e estéticos.*”⁵⁷. O Centro Comercial seria misto, ou seja, teria habitação e comércio, e o Centro Industrial, apesar de não ficar dentro da área do plano, teria regulamentação própria.

Ao elaborar este plano, Moreira da Silva tinha em conta as preexistências, conservando os edifícios existentes em Moledo com a excepção de alguns barracões que impediam a passagem da estrada de turismo proposta.

⁵⁵ Fonte: Silva, D. M. (1941). *Memória Descritiva do Anteprojecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, pp. 6.

⁵⁶ Idem, p.7.

⁵⁷ Idem, p.13.



Figura 4 Anteprojecto do Plano de Urbanização de Luanda - Planta da Região - Escala 1:1000, s.d. | Figura 5 Anteprojecto do Plano de Urbanização de Luanda - Planta Geral - Escala 1:5000, s.d.

[1941-1944 LUANDA]

Em 1941, Etienne De Gröer e David Moreira da Silva eram encarregados pelo MOP da elaboração do Plano Geral de Urbanização de Luanda, entregue na figura de Anteprojecto em 1944 e apresentado à população na Exposição Colonial realizada em Lisboa no mesmo ano⁵⁸.

Os urbanistas propunham uma cidade para 150000 habitantes⁵⁹ (incluindo a ilha de S. Paulo de Luanda), envolvida por uma zona rural, com cinco aglomerações-satélites capacidade para 400 000 habitantes, ligadas à primeira por meios de transporte rápidos (ferroviário e rodoviário)⁶⁰. Estas aglomerações ficavam separadas da cidade cerca de dois quilómetros, unidas pela via de circunvalação (fig. 4), de onde partiriam sete estradas, ladeadas por avenidas arborizadas, em direcção ao Congo (duas), Fundo, Catete, Calumbo e Foz do Quanza (duas).

Recorrendo ao zonamento, os urbanistas dividiam o solo por zonas, de acordo com as actividades da população e funções dominantes citadinas, tais como: habitacional, comercial e administrativa.

Os urbanistas propunham uma zona residencial, a Oeste, uma zona comercial, a Nascente, e zonas de vegetação que separavam as avenidas arborizadas dos quarteirões a edificar. Os quarteirões habitacionais eram compostos por moradias unifamiliares isoladas, geminadas ou em banda, com logradouro, espaçadas entre si “(...) devido ao clima equatorial e para que os ventos dominantes de sudoeste as arejem bem (...)”⁶¹. Nas zonas Nascente e Sul eram previstos os quarteirões destinados à poluição indígena⁶², separados das restantes zonas por vegetação. A ilha de S. Paulo de Luanda era ligada por uma avenida marginal, em torno da Baía de Luanda e albergaria duas zonas: uma, a Sudoeste, destinada à praia e ao lazer, e a segunda para uma aldeia de pescadores.

Segundo Lôbo, este plano e o de Coimbra, da autoria de De Gröer, tinham uma característica comum, na medida em que ambos previam, na linha da cidade de jardim de Ebenezer Howard, um desenvolvimento da cidade através de aglomerações-satélites. No entanto, a autora salienta que no caso de Luanda, a proposta de descentralização era mais consistente pela “generosa” zona rural de protecção planeada para separar estes núcleos da cidade mãe⁶³.

⁵⁸ Fonte: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Volume 1, p.282 e 285.

⁵⁹ Idem, p.289.

⁶⁰ Idem, p. 286.

⁶¹ Idem, 290.

⁶² Idem, p.290.

⁶³ Lôbo, M. S. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco* (2a ed). Porto: FAUP Publicações, pp.77-79.

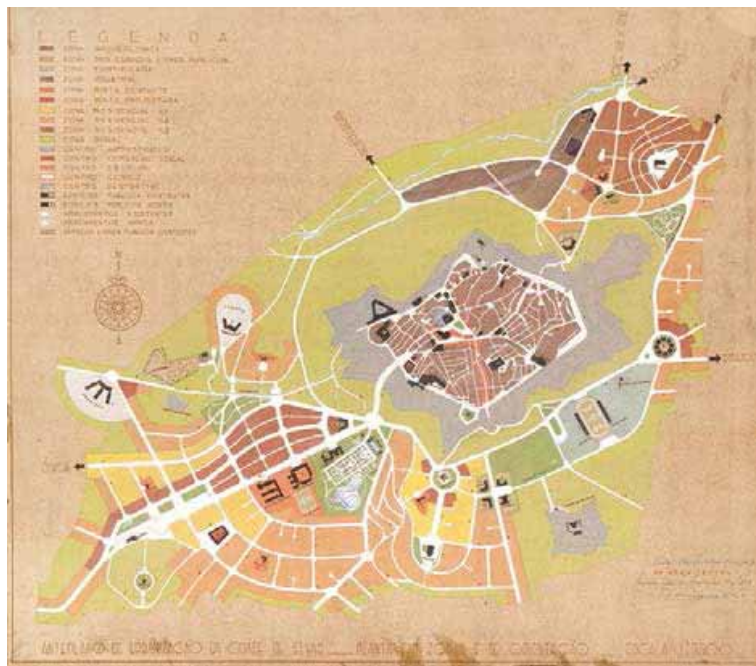


Figura 6 Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas - Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2000, de 1949. | Figura 7 Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas - Planta das Zonas e de Orientação - Escala 1:2000, de 1949.

[1941-49 ELVAS]

Moreira da Silva iniciou os estudos de urbanização de Elvas em 1941 com os Anteprojectos de “remodelação dos acessos à cidade de Elvas” e da “Avenida Carmona e abertura da Muralha”. Em 1945, elaborou o “Esboçeto de Remodelação da Parte Central da Cidade” e, em 1949, entregou o Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas.

O núcleo urbano intramuros era designado, quase na sua totalidade, como Zona Arqueológica com o objectivo de valorização e salvaguarda do conjunto edificado. No entanto, o urbanista previa ainda nesta área Zonas Mistas onde era permitida nova construção de acordo com a regulamentação anexa ao plano.

A expansão da cidade era planeada em torno do núcleo central, separada deste pela Zona Rural que tinha a sua área destinada à agricultura (e reserva para construção de futuros parques e jardins). Ao mesmo tempo, constituía uma zona de protecção das muralhas e do aqueduto da Amoreira.

A principal expansão da cidade era planeada para Sudoeste, junto à Estrada Nacional que ligava Lisboa a Badajoz, onde existiam já o Parque Municipal e uma Pousada. Nesta área eram incluídos todos os serviços, os Espaços Livres Públicos e ainda os núcleos residenciais destinados à construção de moradias de médio e alto valor.

A Nordeste ficaria a Zona Industrial e um núcleo residencial planeado de acordo o princípio das unidades de vizinhança, ou seja, com moradias (neste caso de baixo preço), comércio, uma igreja, escola, praças e um parque infantil.

As Avenidas projectadas seriam amplas e arborizadas e os arruamentos variavam entre traçados rectilíneos e sinuosos, criando impasses no seio dos núcleos residenciais.

Moreira da Silva previa o predomínio das Zonas Residenciais, divididas e distribuídas pelas categorias H1, H2 e H3, destinadas à construção de moradias unifamiliares isoladas, geminadas ou agrupadas com um limite de altura até dois pisos (pisos térreo e um andar)⁶⁴.

⁶⁴ Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.56.

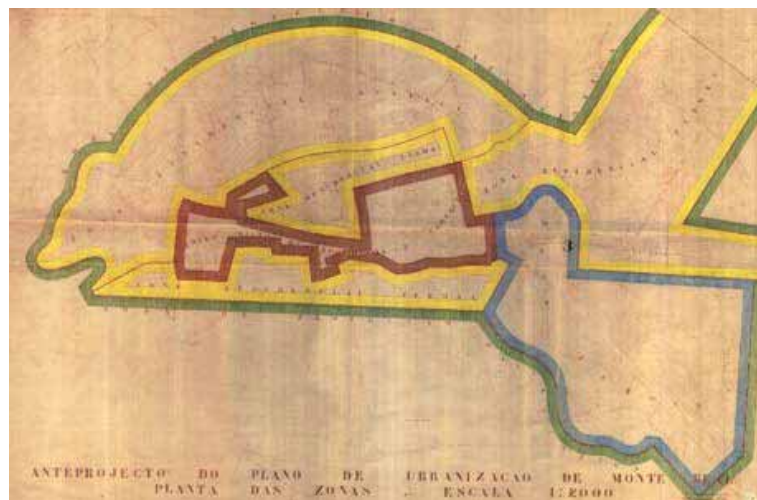


Figura 8 Anteprojecto do Plano de Urbanização de Monte Real - Planta Geral - Escala 1:2000, de 1942. | Figura 9 Anteprojecto do Plano de Urbanização de Monte Real - Planta das Zonas - Escala 1:2000, de 1942.

[1941-42 MONTE REAL]

Em 1941, David Moreira da Silva foi encarregado do Plano de Urbanização Monte Real, terminando-o em 1942, substituindo o “plano de arruamentos” elaborado para esta estância termal de Ernesto Korrodi⁶⁵.

Moreira da Silva elaborou o Anteprojeto do Plano de Urbanização de Monte Real tendo em conta as características do aglomerado urbano, tanto no que diz respeito à topografia e preexistências (arruamentos e edificado), como às necessidades da população, ou seja, distribuindo de modo racional e equilibrado “(...) os diferentes órgãos vitais das aglomerações, urbanas ou não, sem perder de vista o aproveitamento do solo, das suas belezas e riquezas naturais, bem como o aspecto económico, moral e higiénico dos seus habitantes (...)”⁶⁶. Deste modo definiu Zonas de: Protecção Paisagística (com um limite de 1500 metros), Termal, Residencial Termal, Residencial Rústica, e os Centros Mistos de Residência e Comércio.

A ocupar grande parte da área do plano, estava prevista a Zona Residencial Termal, destinada à construção de casas unifamiliares isoladas, geminadas ou agrupadas, onde só poderia ser construída uma casa em cada talhão, com limite máximo de altura de 2 pisos (piso térreo e um andar com aproveitamento do vão do telhado)⁶⁷.

O urbanista previa a localização de novas construções, nomeadamente: de edifícios públicos (cuja utilização deixava em aberto), um hotel, um mercado misto (coberto e ao ar livre), ampliação do cemitério e dois Jardins públicos.

Uma proposta com uma expressão no sistema/conjunto de arruamentos, era a criação de uma Avenida de Turismo, a Este do aglomerado, que faria a ligação da Estrada Nacional existente ao Hotel (com a construção prevista no pinhal das termas). Os arruamentos existentes sofreriam remodelações, tais como alargamentos ou prolongamento, enquanto que os novos teriam um traçado sinuoso, adaptado à topografia, ou recorrendo a impasses nos núcleos residenciais, de modo a evitar os “cruzamentos em rotunda”⁶⁸.

⁶⁵ Chefe da repartição técnica da Câmara de Leiria à data. Fonte: Lôbo, M. S. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco* (2a ed). Porto: FAUP Publicações, p. 152.

⁶⁶ Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1942). *Memória Descritiva do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Monte Real*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.9.

⁶⁷ Idem, pp.19-20.

⁶⁸ Moreira da Silva pretendia abandonar o principio de construção de arruamentos em linha recta ou quebrada com o fim de evitar estes “cruzamentos em rotunda” e a excessiva subdivisão do solo que tornava as artérias demasiado próximas umas das outras dificultando assim o trânsito. Fonte: Idem, p.10.

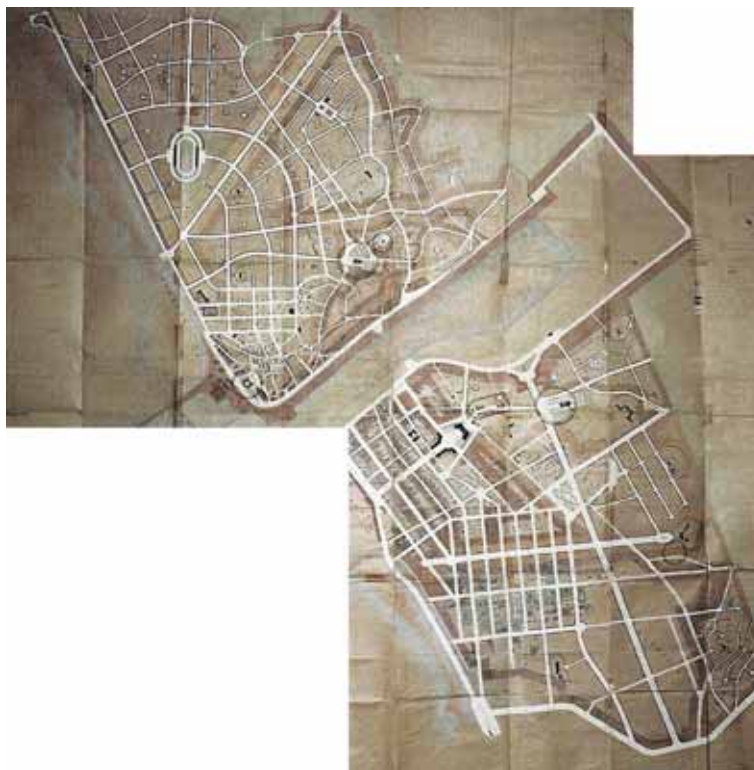


Figura 10 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos - Planta Geral - s.E., s.d. | Figura 11 C.M.M. - Casas de Renda Barata - Aldeia de Gondim - Planta do Conjunto - Escala 1:2500, de 1947. | Figura 12 C.M.M. - Casas de Renda Barata - Aldeia de Gondim - Escala 1:2000, de 1947.

[1943-56 MATOSINHOS]

Em 1943, Moreira da Silva iniciava o estudo do Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos, que seria entregue em 1944.

Moreira da Silva elaborou o plano da vila de Matosinhos tendo em conta as características industriais e comerciais, da freguesia de Matosinhos, e habitacionais, da freguesia de Leça da Palmeira. Por conseguinte, dividiu a área urbanizada e urbanizável nas zonas: Industrial e Pecuária; Industrial Especial; Mista de Comércio e Indústria; Comercial e Central (destinada ao comércio, habitação e pequena indústria, onde apenas era permitida a construção de edificações ligadas); Comercial Local (inserida nos núcleos residenciais e destinada exclusivamente ao comércio); Balnear; dos Espaços Livres Públicos; Arqueológica; e Zona Rural (destinada à agricultura e reserva para a futura expansão ou alargamento da área urbanizada).

A expansão das Zonas Industrial e Comercial eram planeadas na freguesia de Matosinhos, abrangendo o Porto de Leixões. Enquanto que, na freguesia de Leça da Palmeira, haveria um predomínio das Zonas Residenciais, destinadas à construção de moradias unifamiliares até dois pisos com quintal ou logradouro⁶⁹. Devido à importância da pesca em Matosinhos, tradição, cultura e economia do mar eram previstos, na zona residencial H3, bairros destinados às classes piscatória e conserveira.

No plano era prevista ainda a construção de novos edifícios de interesse público, tais como: os Paços do Concelho, uma biblioteca e um museu; correios; escolas e creches⁷⁰; uma piscina na praia de Leça da Palmeira; o estádio municipal; jardins e parques; arranjos locais das duas praias; e um Hotel de turismo.

Mais tarde, em 1947, e de acordo com o plano de urbanização de 1944, Moreira da Silva projectou ainda dois bairros habitacionais: “Habitações Económicas na Aldeia de Cruz de Pau em Matosinhos” e “Casas de Renda Barata – Aldeia de Gondim - em Matosinhos” (fig. 10 e 11). Cada um destes projectos compreendia 155 moradias unifamiliares de dois pisos projectadas pelo urbanista, destinadas a grupos carenciados⁷¹.

Em 1956, o urbanista apresentava vários estudos referentes à Ampliação do Porto Comercial de Leixões prevista no plano de 1944, inclusivamente um Extrato do Anteplano de Urbanização da vila de Matosinhos devidamente actualizado⁷².

⁶⁹ As zonas residenciais eram divididas e distribuídas por categorias e classes, nomeadamente: (H1) moradias individuais isoladas para as classes abastadas; (H2) moradias individuais isoladas e agrupadas para a classe média; e (H3) moradias individuais isoladas e agrupadas para a classe operária. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1944). *Memória Descritiva do Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.64.

⁷⁰ A distribuição dos estabelecimentos de ensino era feita de acordo com a localização dos núcleos residenciais com o objectivo das crianças não andarem mais de 400 ou 500m entre a escola e casa. Fonte: Idem, p. 83.

⁷¹ Fonte: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Volume 3, pp.228-250.

⁷² Idem, pp. 257-262.



Figura 13 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Gabela - -Planta do Existente - s.E., s.d. | Figura 14 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Gabela - Planta de Apresentação - Esboceto - Escala 1:2000, de 1944.

[1943-45 GABELA]

Moreira da Silva iniciou o estudo do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Gabela em 1943, finalizando-o em 1945.

Moreira da Silva dividiu a área urbanizada e urbanizável da vila de Gabela nas zonas: Residenciais (H1 e H2); Mista do Comércio, Indústria e Habitação; Industrial; dos Espaços Livres Públicos; Rural; e Centros Administrativo, Clínico e de Desporto.

As zonas residenciais propostas eram destinadas à construção de moradias unifamiliares isoladas ou agrupadas (com um limite de altura até 2 pisos), cada uma com o seu próprio quintal, sendo divididas e distribuídas por categorias e classes. Ou seja: a Zona Residencial H1, destinada aos empregados públicos e funcionários do comércio, ficaria situada ao longo da grande avenida projectada que faria a ligação da Igreja Matriz, a Norte, à grande praça existente à data no centro do aglomerado; a Zona Residencial H2, destinada a operários, ficaria situada ao longo da Avenida do General Carmona, ou seja a Sul da Estação de Caminho de Ferro⁷³.

A grande praça, situada no centro do aglomerado, ficaria abrangida pela Zona dos Espaço Livres Públicos e era pensada como reserva de ar puro e espaço “permanentemente aberto aos ventos”⁷⁴. Em redor a esta praça ficaria o comércio, a Norte e Sul, os Paços do Concelho, a Poente e a Estação do Caminho de ferro, já existente à data, a Nascente.

A Zona Rural, à semelhança da Zona dos Espaço Livres Públicos era caracterizada como reserva de ar puro, destinando-se à agricultura. Não podendo afirmar com certeza a localização da zona rural pela qualidade da fotografia (fig. 14), deduz-se que esta abrangia o espaço circundante à área urbanizada (prevista).

O Centro de Desportos ficaria a Norte do aglomerado, junto no núcleo residencial projectado e do novo mercado.

⁷³ Fonte: Transcrição da Memória Descritiva do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Gabela, disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Volume 3, p.704.

⁷⁴ Idem, p.705.

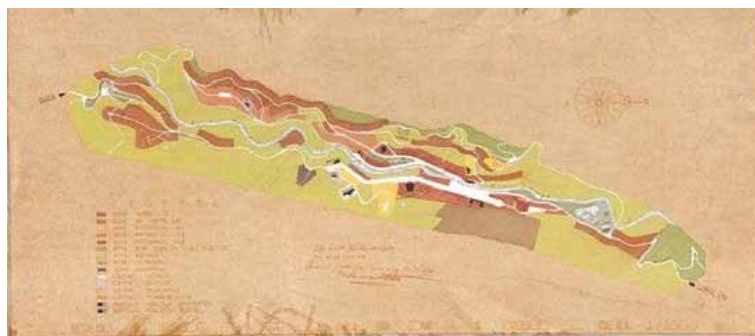


Figura 15 Antepiano de Urbanização das Termas do Gerês - 3º Estudo - Planta de Zonas e Orientação - Escala 1:2000, de 1945. |
Figura 16 Antepiano de Urbanização do Gerês - 4ª Remodelação - Planta de Zonas e de Orientações - Escala 1:5000, de 1949.

[1944-49 TERMAS DO GERÊS]

Em 1944 Moreira da Silva foi encarregado pela Junta de Turismo do Gerês e pelo MOP da elaboração do Anteprojecto do Plano de Urbanização das Termas do Gerês, o qual elaborou nesse mesmo ano. Posteriormente elaborou mais duas propostas: dois Anteplanos de Urbanização entregues em 1945 e 1949, respectivamente, sendo o último um aditamento do anterior.

Moreira da Silva considerava que o aglomerado urbano do Gerês era acima de tudo uma estância termal privilegiada, com características especiais e necessidades próprias bem definidas. Por isso, nos planos de 1944 e 1945, Moreira da Silva previa a reconstrução da estância termal com vista à melhoria das suas condições de funcionamento e valorização das belezas naturais através da demolição das construções existentes entre o rio e a encosta, do lado Nascente, para manter aberto o estreito vale do Gerês⁷⁵. Nestes anteplanos, o urbanista previa a construção de: edifícios comerciais, pensões, um grupo de hotéis, um hospital termal, moradias individuais isoladas, geminadas ou em grupo, uma igreja, edifícios para os Correios e para a Comissão de Iniciativa e Turismo, na encosta fronteira às nascentes termais, e ainda uma avenida com passeios ajardinados e caminhos para peões, entre o rio e encosta.

As diferenças mais relevantes entre os planos de 1945 e 1949 incidiam na distribuição de habitação. Inicialmente, o urbanista, previa este uso num núcleo residencial, a sudoeste, inserido na Zona Residencial Permanente, destinado à construção de moradias unifamiliares isoladas, geminadas ou em grupo, com um limite de altura de dois pisos⁷⁶. Além da Zona Residencial, a proposta do plano também previa habitação nas Zonas Termal e Comercial Local, com um limite de altura de 3 pisos. Em 1949, a “Zona Residencial Permanente” seria substituída pelas “Zonas Residenciais H1, H2 e H3”. Estas zonas eram destinadas exclusivamente à habitação unifamiliar até dois pisos, com tipologias diferentes: (h1) moradias de “alto preço” isoladas; (h2) moradias de “preço médio” isoladas ou agrupadas de 2 a 5; e (h3) moradias “modestas” isoladas ou agrupadas de 2 a 10⁷⁷. A distribuição destas zonas era feita de acordo com os princípios das unidades de vizinhança, assim como na “Zona Residencial Permanente”.

Moreira da Silva previa ainda, no plano de 1949, novas zonas de protecção e reserva. Era esse o caso da Zona de Protecção (situada na encosta tinha o fim de evitar construções na zona da falha e filão termal, protegem as nascentes termais); das Zonas dos Espaços Livres Públicos (reserva de ar puro e de espaço para recreio e logradouro); da Zona Rústica (contornava a zona urbanizável, destinada exclusivamente à agricultura) e da Zona Florestal (vedada a construções, contornava a área urbanizada).

⁷⁵ O urbanista previa, nas margens do rio, a construção de um centro de desportos (com piscina ao ar livre, campos de golfe e ténis). Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1944). *Memória Sucinta do Anteprojecto do Plano de Urbanização do Gerês*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, pp. 2-3.

⁷⁶ Na Zona Residencial Permanente deveriam ser construídos, além de moradias, edifícios de acordo com as unidades de vizinhança, ou seja, uma capela, escola primária, um mercado e lojas ou estabelecimentos. Fonte: Idem, p.48.

⁷⁷ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização das Termas do Gerês*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, pp. 29-30.

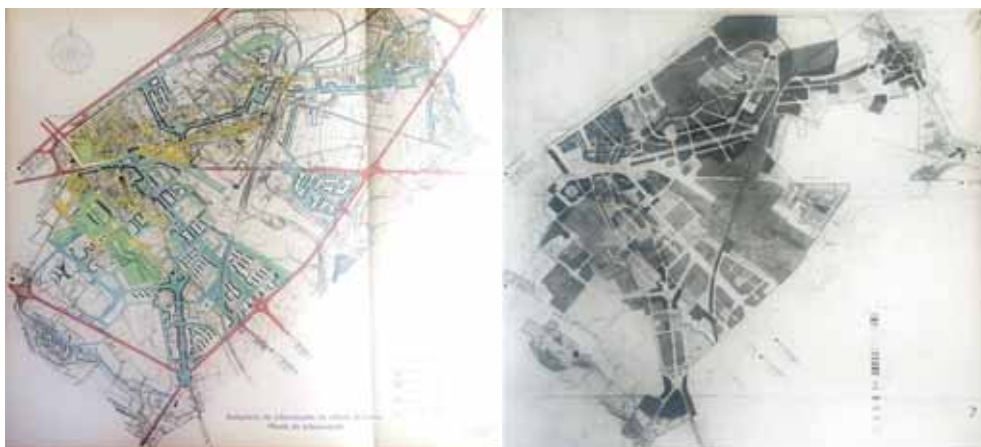
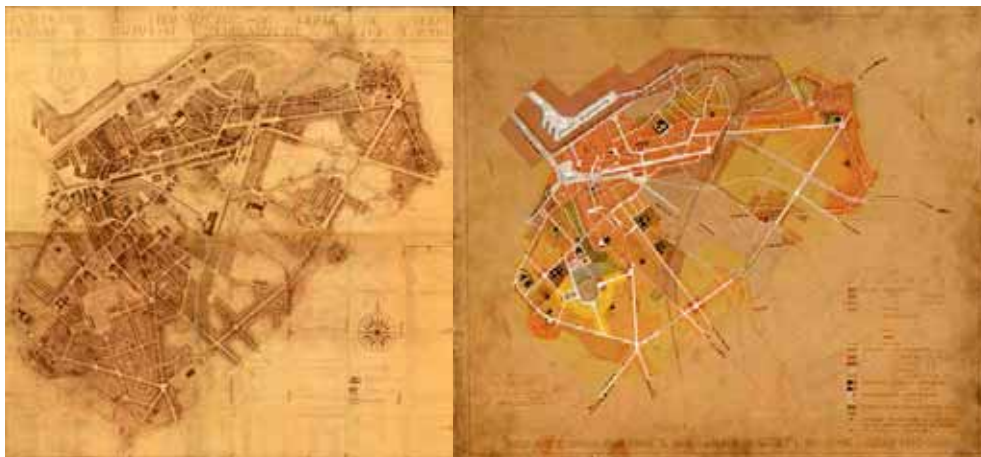


Figura 17 Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro - Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2000, de 1947. | Figura 18 Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro - Planta da Região e das Zonas - Escala 1:2000, de 1947. | Figura 19 Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro (aditamento) - Planta de Urbanização - s.E., s.d. | Figura 20 Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro (aditamento) - Planta de Zonas - s.E., s.d.

[1945-1960 AVEIRO]

A elaboração do Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro, iniciada em 1945, prolongou-se por 15 anos, período em que Moreira da Silva apresentou duas propostas de plano: uma em 1948 e outra em 1960⁷⁸.

Moreira da Silva previa a construção de um conjunto de equipamentos e espaços públicos abrangendo, entre outros, novos núcleos residenciais, estabelecimentos de ensino, parques infantis, uma faixa verde, com cerca de 50 metros de largura (para separar o lado sul da zona industrial situada a Norte da cidade), e um porto comercial com ligação fácil à linha de caminho de ferro. Para além de praças e jardins, previa ainda a ampliação da malha existente com a construção de novos arruamentos e a remodelação de outros.

Moreira da Silva delineou o plano de 1960 para cerca de 23000 habitantes, numa previsão de execução para 30 anos. Pelo aumento de habitantes, em relação a anos anteriores, o urbanista previa o predomínio da zona residencial, reformulando a regulamentação da habitação em relação aos tipos de construção e o limite de altura das edificações de 2 para 4 pisos acima do piso térreo. Ou seja, no plano de 1948, a habitação era distribuída segundo as Zonas Residenciais H1, H2 e H3 (moradias unifamiliares com um tipo de construção isolada, geminada ou em banda; correspondendo estas a moradias caras, de preço médio e barato). No plano de 1960 a habitação era distribuída pelas zonas: Mista e Anteplaneada, Comercial Local, Residencial Existente e Residencial Anteplaneada (tipo de construção agrupada; zona destinada à habitação, profissões liberais e pequeno comércio de utilização diária; altura máxima total variável entre 3 a 5 pisos)⁷⁹.

A distribuição destas zonas era feita segundo o princípio das unidades de vizinhança, ou seja, os núcleos residenciais seriam providos de estabelecimentos de ensino e outros serviços públicos, comércio, jardins, e dos arruamentos necessários.

No plano de 1960, era prevista ainda a construção de núcleos satélite (nos lugares de Presa, Sol Posto, Chão d'Além, S.Bernardo, Bragal e Bredemilho), separados do núcleo central da cidade por uma área rústica de protecção e reserva⁸⁰, num princípio similar ao da cidade jardim.

⁷⁸ Aditamento determinado pelo Ministro das Obras Públicas em 13 de Fevereiro de 1952.

⁷⁹ Fontes: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1948). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.66 e Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1960). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.192.

⁸⁰ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1960). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.173.



Figura 21 Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos - Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2500, de 1948. | Figura 22 Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos - Planta de Zonas e Orientação - Escala 1:10000, de 1949. | Figura 23 Esboceto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos - Planta de Apresentação - Escala 1:2500, de 1963. | Figura 24 Esboceto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos - Planta de Zonas - Escala 1:2500, de 1963.

[1945-63 BARCELOS]

Moreira da Silva iniciou os estudos de urbanização da cidade de Barcelos em 1945 e, em 18 anos, apresentou duas propostas: o Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos, em 1951, e o Esboceto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos, em 1963.

Em 1951, os sentidos de expansão previstos pelo urbanista seriam para Norte, Poente e Sul, enquanto que a Nascente, abrangendo a estação e linha do caminho de ferro, iria situar-se a zona industrial. A zona Norte seria destinada à construção de moradias de baixo e médio preço (incluindo um bairro para famílias pobres⁸¹), ao comércio local, ao parque de jogos municipal, um grupo escolar, uma igreja, uma cadeia, um grande parque de estacionamento, uma malha arruamentos com recurso a impasses nos núcleos residenciais, e ainda uma ampla avenida com 3 faixas de rodagem. A zona Poente era destinada ao comércio local, ao artesanato, a moradias de médio e alto preço, uma escola, uma igreja, e, junto à margem direita do rio Cávado, o matadouro e um jardim público. Por sua vez, a Zona Sul era destinada ao comércio local, ao artesanato e a moradias de médio e alto preço, 3 escolas, um quartel dos bombeiros, uma igreja, um cemitério, uma praça ajardinada e uma praia junto à margem esquerda do rio Cávado.

As zonas residenciais eram distribuídas de acordo com a topografia, orientação e recato e divididas por categorias de alto, médio e baixo preço, destinadas à construção de: (H1) moradias unifamiliares isoladas, geminadas ou agrupadas, com um limite de altura até 2 pisos; (H2) igual à anterior, com um limite de altura até 3 pisos, quando isolados, até 4 pisos quando ligados em ala contínua ou em bloco; e (H3) moradias unifamiliares isoladas, geminadas ou agrupadas, com um limite de altura até 2 pisos.

No plano de 1963, foram mantidos os mesmos sentidos de expansão, contudo foram feitas algumas alterações ao plano. As Zonas e Centros sofriam alterações de classificação e regulamentação, deixando o comércio de ter tanta relevância. A diferença mais significativa em termos regulamentares dizia respeito ao limite de altura e disposição das edificações, nomeadamente na “Zona Residencial Anteplaneada” destinada à habitação, profissões liberais e pequeno comércio, com um tipo de construção agrupada ou em bloco, e com um limite máximo de altura variável entre 3 pisos (cave e 2 andares) e 5 ou mais pisos⁸².

No que diz respeito aos atravessamentos do rio Cávado, Moreira da Silva propunha a substituição ou consolidação da ponte afonsina existente e construção de uma nova⁸³, o que condicionaria tanto os arranjos urbanísticos como a malha de arruamentos previstos anteriormente.

⁸¹ Bairro de cem casas para famílias pobres cuja localização foi indicada por Moreira da Silva em 1946. Fonte: Casanova, C. M. da R. G. (2015). *Transformação da Forma Urbana da Cidade de Barcelos*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Escola Superior da Gallaecia, p.87.

⁸² Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1963). *Memória Descritiva do Esboceto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.113.

⁸³ A localização da nova ponte era indicada pela DGSU e projectada pela JAE em 1959. Fonte: Idem, p.41.



Figura 25 Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães - Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2500, de 1949. | Figura 26 Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães - Planta de Zonas e de Orientação - Escala 1:1000, de 1949. | Figura 27 Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães (Remodelação) - Planta de Apresentação - Escala 1:2500, de 1953. | Figura 28 Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães (Remodelação) - Planta de Trabalho - Escala 1:2500, de 1952.

[1945-57 GUIMARÃES]

Moreira da Silva iniciou o estudo do Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães em 1945. Em 8 anos apresentou duas propostas de plano, uma em 1949, com um aditamento em 1953, e um Anteplano Parcial de Urbanização da cidade, em 1957.

Em 1949, os sentidos de expansão eram previstos para Norte, Sul, Nordeste do aglomerado urbano existente e ainda para Sudoeste da praça do Toural. A zona Norte seria destinada à construção de moradias de baixo e médio preço⁸⁴, ao artesanato e ao comércio local. A zona Sul era abrangida em grande parte pela indústria e a restante área destinada a moradias de baixo e médio preço, comércio e artesanato. Para Nordeste o urbanista previa a localização de moradias de médio e alto preço incluindo uma escola secundária, a GNR e outros edifícios de interesse público. A zona Sudoeste seria essencialmente mista, ou seja, destinada ao comércio, pequena indústria, artesanato e moradias de baixo, médio e alto preço. Nesta Zona eram ainda previstos o Parque da Cidade, um parque de estacionamento, um Liceu e uma grande avenida ajardinada e arborizada.

O Centro administrativo ficaria localizado no núcleo central da cidade enquanto que os Centros Escolares e Comerciais Locais eram distribuídos por todas as zonas de expansão, junto aos núcleos residenciais.

No plano de 1953 foram mantidos os mesmos sentidos de expansão, contudo foram introduzidas algumas alterações, nomeadamente: a redução das áreas de expansão; supressão de algumas edificações previstas anteriormente; e, como consequência, alteração da malha de arruamentos. A diminuição da área urbanizável levava ao aumento da densidade populacional previsto⁸⁵.

Neste plano, Moreira da Silva previa ainda a remodelação do núcleo central existente, o que implicava: várias demolições, abertura de clareiras, regularização de cérceas e rectificação de alinhamentos⁸⁶.

[1954 CALDA DAS TAIPAS]

Moreira da Silva elaborou ainda o Anteplano de Urbanização das Caldas das Taipas em 1954, em Guimarães, ao qual não se teve acesso, com a excepção do “Extrato do Anteplano de Urbanização das Caldas das Taipas” constante na dissertação de doutoramento de Maria do Carmo Pires⁸⁷.

⁸⁴ As zonas residenciais eram categorias de alto, médio e baixo preço, destinadas à construção de moradias unifamiliares isoladas, geminadas ou agrupadas, com um limite de altura até 2 pisos. As únicas diferenças regulamentares entre as zonas H1, H2, e H3 eram relativas ao tamanho dos talhões e limites de superfícies. Fonte: Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, pp. 39 e 67-71.

⁸⁵ A densidade população prevista em 1949 era de 63,2 habitantes por hectare, aumentando este número para 188, 2 hab/hec, em 1953. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1953). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p. 36.

⁸⁶ Na maioria das edificações estabelecia um limite máximo de altura de 3 pisos. Fonte: Idem, p.18.

⁸⁷ "Extrato do Anteplano de Urbanização das Caldas das Taipas", disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Volume 3, p.626.



Figura 29 Anteplano de Urbanização de S. Jacinto - Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1955. | Figura 30 Anteplano de Urbanização de S. Jacinto - Planta de Zonas - Escala 1:2000, de 1955.

[1946-55 SÃO JACINTO]

Moreira da Silva iniciou os estudos do Anteplano de Urbanização de São Jacinto em 1946⁸⁸ e durante 8 anos, elaborou duas propostas, finalizadas em 1947 e em 1955, respectivamente.

O plano de 1955 teria um prazo de validade de 25 anos, com um aumento populacional previsto na ordem de 1300 habitantes. Os sentidos de expansão definidos pelo urbanista iam de acordo com os limites naturais do aglomerado, ou seja, a Ria, a Nascente, a Mata, a Norte e Poente, e a Sul, pela localização da Escola de Aviação Naval existente à data⁸⁹.

O aglomerado era dividido em zonas, com o predomínio da Residencial e da Industrial. As restantes zonas⁹⁰ seriam uma consequência daquelas duas, dispostas de acordo com a “(...) *unidade de vizinhança para que [deveriam] tender os núcleos urbanos convenientemente organizados.*”⁹¹.

Divididas por uma malha regular de arruamentos, ficavam distribuídas a Norte e Nordeste as zonas Industrial e Industrial Especial que incluíam os Estaleiros de Construção Naval e a Seca do Bacalhau, situados no extremo Nordeste do aglomerado urbano. A zona residencial mista, já parcialmente edificada à data, situava-se junto à ria. Entre a Escola de Aviação, a Mata Nacional e as Zonas Industriais, o urbanista localizava um núcleo residencial.

A zona residencial seria composta por moradias unifamiliares individuais, geminadas e em ala contínua, espaçadas e dispostas em torno da capela do Senhor das Areias, com uma malha de arruamentos novos repletos de impasses, ou seja, ruas que “(...) [terminam] *em fundo de saco para dar aproveitamento à parte interior do respectivo quarteirão (...)*”⁹².

Moreira da Silva previa ainda equipamentos de interesse público e outras construções importantes, tais como: uma doca de refúgio de pequenas embarcações, a Sede da Junta de Freguesia, os CTT, Casa dos Pescadores (associação), e uma escola primária (junto à capela existente).

Todas as edificações teriam um limite de altura de piso térreo, salvo as destinadas à indústria e edifícios marginais à ria (os últimos poderiam ter piso térreo e um andar).

⁸⁸ O planeamento de São Jacinto foi iniciado, e atribuído a Moreira da Silva, por iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização de São Jacinto*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, pp.29-30.

⁸⁹ Idem, p.22.

⁹⁰ Zonas: Existente, Industrial, Industrial Especial, Habitação e Comércio, Expansão Habitacional, Reserva (pequena área destinada à ampliação da escola primária), Interesse Público e de Espaços Livres Públicos. Fonte: Idem, p.51.

⁹¹ Idem, p. 50.

⁹² Idem, p. 48.



Figura 31 Anteplano Parcial de Urbanização da Vila de Vizela - Planta de Zonas - Escala 1:1000, de 1950. | Figura 32 Anteplano de Urbanização da Vila de Vizela (Esboceto) - Planta de Zonas - Escala 1:2000, de 1959.

[1950-59 VIZELA]

Moreira da Silva elaborou para a vila de Vizela um Anteplano Parcial de Urbanização, entregue em 1950, e um Esboceto do Anteplano de Urbanização, em 1959.

A vila de Vizela, em 1950, tinha a sua estância termal instalada junto ao rio Vizela e tinha um centro industrial em próspero desenvolvimento, a Sul da anterior. Por conseguinte, o plano parcial abrangia o espaço ocupado por estas duas áreas, com o principal objectivo de promover a protecção e embelezamento da área ocupada pela estância termal através da sua subdivisão em zonas e faixas verdes⁹³.

O Esboceto do Anteplano de Urbanização, de 1959, abrangia uma área maior do que o anterior, incluindo o núcleo urbano existente nas cotas mais baixas do vale de Vizela, junto às margens do rio com o mesmo nome, e ainda a Estância Termal e a Zona Industrial⁹⁴.

As zonas de expansão do aglomerado urbano foram planeadas tendo em conta as características das várias instalações existentes e do solo que as rodeava, assim como “(...) *as possibilidades e conveniências da utilização deste centro dos bons princípios da unidade de vizinhança (...)*”⁹⁵. Neste sentido, as zonas de expansão ficariam situadas nos terrenos vagos nas margens dos arruamentos já construídos ou simplesmente abertos. A Norte situar-se-ia um núcleo residencial, próximo da “nova” Igreja Paroquial das Caldas de S. Miguel, que incluía um edifício público, uma escola primária e um mercado. A Sul ficaria um núcleo residencial, que incluía uma Igreja ou capela, uma escola primária, dois edifícios públicos e um centro comercial local e a Nascente/Nordeste da estação de caminho de ferro, era localizada uma nova zona industrial.

Moreira da Silva propunha ainda a demolição de alguns edifícios no núcleo existente (entre eles o mercado) com o intuito de os substituir por uma ligação entre a nova igreja paroquial e a praça da republica, um parque de estacionamento para automóveis no centro da vila, uma praça com parque de estacionamento no topo nascente da rua do Dr. Braulio Caldas, e novas instalações da Comissão de Iniciativa e Turismo das Termas de Vizela⁹⁶.

⁹³ Zonas: Termal, Mista, Residencial (destinada à construção de moradia isoladas ou geminadas até 2 pisos), Industrial; Faixa Verde de Protecção Panorâmica e Cortina Verde de Embelezamento. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1950). *Memória Descritiva do Anteplano Parcial de Urbanização da Vila de Vizela*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.6.

⁹⁴ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1959). *Memória Descritiva do Esboceto do Anteplano de Urbanização da Vila de Vizela*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.18.

⁹⁵ Idem, p. 29.

⁹⁶ Idem, pp.27-28.



Figura 33 Esboçeto de Urbanização de Cacía-Sarrazola - Planta de Trabalho - Escala 1:2000, de 1956. | Figura 34 Esboçeto de Urbanização de Cacía-Sarrazola - Planta de Urbanização - Escala 1:2000, de 1956.

[1950-60 CACIA-SARRAZOLA]

Moreira da Silva elaborou para Cacia-Sarrazola⁹⁷ um Esboceto de Urbanização em 1956 e um aditamento a este, em 1960.

As principais vias de comunicação existentes, na década de 1950, eram o caminho de ferro, a E.N. nº 16 e a estrada municipal tinha início na Taboeira, a Sul do aglomerado, sendo esta última a mais relevante, não só pela sua extensão (atravessava Cacia, Cabeço e Sarrazola), mas pelo número de edificações que existiam em 1956 nas suas margens. Tendo em conta as actividades gerais dos seus habitantes, as preexistências e “(...) a configuração do terreno e a escôlha das cótas mais favoráveis ao seu correcto traçado (...)”⁹⁸, Moreira da Silva planeou as zonas de expansão do aglomerado urbano nos terrenos livres mais próximos das edificações existentes.

As zonas de expansão correspondiam a uma ampliação do existente, com o predomínio das áreas residenciais onde eram incluídos espaços públicos, estabelecimentos de ensino e edifícios religiosos. As zonas mistas (HM) eram distribuídas ao longo da E.N. nº 16 e da estrada municipal supracitada. Como centro cívico, o urbanista previa a localização de um conjunto de edifícios públicos⁹⁹ no centro da composição.

A ligação entre os lugares de Cacia e Sarrazola era feita através da construção de uma estrada, a Poente do aglomerado, com direcção a Rio Novo, atravessando a linha de caminho de ferro através de uma passagem superior.

No antepiano de 1960, Moreira da Silva alterava a regulamentação das zonas residenciais, onde agora era permitida a construção de moradias até 4 pisos em forma de blocos e ainda a substituição de grande parte das moradias geminadas previstas anteriormente por blocos residenciais e mistos de dimensões variáveis¹⁰⁰. O urbanista indicava ainda uma faixa de isolamento da zona industrial (incluindo a fábrica de celulose existente), em forma de “L”, com uma largura máxima de cerca de 100 metros¹⁰¹.

⁹⁷ A área do plano abrangia os lugares de Cacia, Sarrazola e de Cabeço, como se de um único aglomerado urbano se tratasse, apenas divididos pelas clareiras da linha do caminho de ferro. Fonte: em Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1956). *Esboceto de Urbanização de Cacia-Sarrazola*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, pp.30-36.

⁹⁸ Idem, p. 51.

⁹⁹ Junto à estação de Cacia, Moreira da Silva previa uma praça-alameda, rodeada pelos edifícios dos CTT, Estação de Camionagem, Mercado, Igreja, Junta de Freguesia e Cinema.

¹⁰⁰ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1960). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização de Cacia- Sarrazola*. Disponível no Arquivo FIMS/MSMS/2031/4064/224, pp.3-4.

¹⁰¹ Idem, pp.4-5.

[SÍNTESE CONCLUSIVA]

Após a análise dos Casos de Estudos Gerais destaca-se que a particularidade no planeamento de Moreira da Silva se encontrava na distribuição destas zonas e centros e à regulamentação associada. Por conseguinte, planeava as expansões dos aglomerados a partir dos centros urbanos edificados e dos arruamentos existentes, sendo que a organização funcional era feita através duma hierarquização de funções, dentro do mesmo aglomerado na área urbanizável, e dos diferentes espaços habitacionais, por categorias e consoante os estratos sociais a que se destinavam.

As Zonas Residenciais ou Habitacionais eram previstas com uma densidade populacional baixa, pois Moreira da Silva defendia que 120 habitantes por hectare o ideal para uma boa distribuição higiénica e social dos edifícios¹⁰². Para estas zonas eram propostos núcleos residenciais, articulados pelos espaços públicos comuns, segundo a teoria do subúrbio jardim inglês e o conceito das unidades de vizinhança, isto é, compreendo: comércio local, parques infantis, espaços verdes públicos e privados, edifícios religiosos, e estabelecimentos de ensino (com o objectivo das crianças não andarem mais de 400 ou 500m entre a escola e casa¹⁰³).

A características tipológicas da habitação eram definidas por moradias unifamiliares com, no máximo, dois pisos, espaçadas, recuadas em relação ao alinhamento da rua e com jardim ou quintal. À semelhança de De Gröer¹⁰⁴, Moreira da Silva definia a distribuição habitacional através de categorias de moradias isoladas, geminadas ou agrupadas, associadas, nalguns casos de acordo com uma hierarquização social, divididas pelas categorias H1, H2 e H3 (classe abastada, média e pobre ou operária, respectivamente), com um limite de superfície edificada em relação ao tamanho total do talhão, baseadas nas normas regulamentares da cidade de Berlim de 1926¹⁰⁵.

Moreira da Silva, à semelhança de De Gröer, defendia que a moradia unifamiliar era a melhor escolha tipológica em relação à habitação plurifamiliar em altura:

“(...) os edifícios altos são perfeitamente aceitáveis nos centros de trabalho, quando há recursos para isso e se destinam ao exercício das profissões liberais, ao comércio, ao artesanato e, até, à indústria, também não é menos verdade que são quasi sempre condenáveis quando destinados à habitação, pelos perigos que constituem para a saúde moral e educação das crianças, como pelo enfraquecimento dos tradicionais laços de família (...) Isto não significa uma condenação absoluta da casa onde possam abrigar-se várias famílias. Significa, apenas que, quanto a nós, a casa-bloco, em altura, só excepcionalmente e quando destinada a famílias possuidoras de capacidade moral suficiente para enfrentar sem perigos os referidos riscos, é que poderá vir a dar resultados satisfatórios (...)” (Silva, 1951, pp.40-42)

¹⁰² Moreira da Silva dava o exemplo de Inglaterra, em que a lei de 1919 admitia apenas a construção de 29 casas unifamiliares, em talhões, por hectare. Fonte: Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1944). *Memória Descritiva do Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p. 55.

¹⁰³ Memórias Descritivas de Águeda, Matosinhos, Chaves, Valongo.

¹⁰⁴ De Gröer baseia-se na Lei de Addison, de 1919, e nas normas regulamentares de Berlim de 1926 para definir o regulamento das zonas residenciais do plano de Coimbra. Fonte: Gröer, E. De (1948). *Peças Escritas do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*. Tradução de David Moreira da Silva, edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra Editora, p. 20.

¹⁰⁵ Fonte: Memória Descritivas de Matosinhos, Chaves, Guimarães, Barcelos, Aveiro.

*“Pelo contrário, a casa individual, espaçada e baixa, além de reunir melhores condições de intimidade e higiene social e de corresponder melhor à tradição, psicologia, predilecção e formação da nossa gente é, também, economicamente, de realização mais fácil e vantajosa.”*¹⁰⁶ (Silva, 1951, pp.40-42)

No entanto, a partir da década de 1960, o urbanista admitia que tanto as técnicas construtivas como as relações sociais e os programas habitacionais tinham evoluído, não no sentido individual, mas no colectivo, e por isso nos planos elaborados a partir dessa data permite a construção de blocos habitacionais com limites variáveis entre 4 a 5 andares (casos de Cacia-Sarrazola, Aveiro e Barcelos).

A atribuição de nomenclaturas relativas às categorias habitacionais variavam. A primeira “distinção” encontra-se no tipo de aglomerado urbano abrangido pelo plano, ou seja, para sedes de concelho (vilas ou cidades), Moreira da Silva até à década de 1960 baseia-se nas normas alemãs, dividindo as zonas por H1, H2 e H3 (ou R1, R2 e R3 no caso específico de Águeda); no planeamento das estâncias balneares ou termais o urbanista adopta apenas uma zona destinada à habitação (Zona Residencial, no caso de Moledo do Minho) ou separa em 2 categorias, uma dirigida à população advéncia e outra à população residente (no caso do plano de 1942 de Monte Real, de 1944 do Gerês e de 1950/59 de Vizela). A segunda distinção surge, nalguns casos (Amares, Valongo, Cacia-Sarrazola, S.Jacinto, 1959 Vizela, 1960 Aveiro, 1963 Barcelos), a partir de 1951 por imposição da DGSU. Ou seja, esta entidade “obriga” Moreira da Silva a elaborar os planos com base nas peças desenhadas do Antepiano de Urbanização de Tondela de 1951¹⁰⁷, adoptando as designações de zonas daquele, nomeadamente: Zona de expansão habitacional – ZH - ou Zonas de expansão habitacional - HA e HM - em construções agrupadas e em moradias isoladas, respectivamente, ou ainda Zona Residencial Anteplaneada, nos casos específicos de Aveiro de 1960 e de Barcelos de 1963.

Na linha da cidade jardim inglesa e dos subúrbios jardins franceses, o arquitecto/urbanista previa a preservação de zonas rurais ou rústicas, como reservatórios de ar puro e de exploração agrícola que correspondiam, na maior parte dos planos, a mais 50 % do conjunto da área do plano (urbanizada e urbanizável). Por outro lado, nalguns planos, estas zonas serviriam também como reservas para futuros arranjos urbanísticos e/ou expansão dos aglomerados (a partir de 1951, nalguns planos, o urbanista criava uma zona específica para este fim – Zona de Reserva).

Os Espaços Livres Públicos, eram considerados pelo urbanista, à semelhança das Zonas Rurais, uma reserva de ar puro e logradouro para a população. Estes espaços, distribuídos pelos aglomerados urbanos, correspondiam a praças, jardins, parques e cemitérios.

¹⁰⁶ Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, pp.40-42.

¹⁰⁷ Fonte: Ofício nº2854 Processo nº U-166 (relativo ao plano de Amares) da DGSU dirigido a Moreira da Silva a 7 de Dezembro de 1951, disponível no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446 e Carta de Moreira da Silva dirigida ao Engenheiro Chefe da Repartição de estudos de Urbanização da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos (no âmbito da elaboração do plano de Valongo) a 7 de Outubro de 1953, disponível no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

Quanto ao período de execução dos planos, verifica-se que Moreira da Silva não assinalava ou estabelecia um prazo, nem uma previsão de população provável, na maioria das suas propostas. Ou seja, Moreira da Silva não acreditava no interesse do cálculo da previsão exacta ou aproximada de qual viesse ser a população da vila dentro de determinado prazo, por exemplo de 30 ou 50 anos, através de “(...) qualquer fórmula que no papel ilusoriamente lhes permitisse ADIVINHAR ou simplesmente indicar que o antepiano corresponderá ao desenvolvimento da cidade”¹⁰⁸. Por isso calculava o número de habitantes, que o aglomerado urbano em estudo poderia comportar no futuro, com base no aproveitamento do solo na totalidade da sua área e cálculo da densidade populacional para cada uma das zonas. O urbanista justificava esta opção nas memórias descritivas dos planos de Barcelos¹⁰⁹ e Guimarães:

*“(...) A razão desta preferência é simples: por um lado, parece-lhes que todo o cálculo de probabilidades, sendo falível, pode levá-los a restringir, sem motivo, a urbanização de uma área que só o futuro poderá demonstrar se é excessiva ou exígua para as necessidades da população, cujo ritmo de desenvolvimento ninguém pode regular, mantendo-o como até aqui, acelerando-o ou retardando-o; e por outro, por entenderem que quanto menor for a área urbanizável, maior será a sua zona periférica exposta à anarquia urbana, por falta de directrizes ou sobre a qual é necessário anular o direito que a cada um assiste de construir naquilo que julga ser seu, mesmo que desse facto não advenha prejuízo para terceiros, o que não parece justo.”*¹¹⁰

Outra característica, comum a todos os planos de Moreira da Silva, era o desenho urbano dos arruamentos e espaços públicos.

Moreira da Silva planeava a estrutura viária na linha do subúrbio-jardim inglês, de acordo com o relevo e orientação do terreno, ou seja, privilegiando uma topografia com pequenas variações, de forma a evitar pendentes muito fortes para os terrenos, não comprometendo a circulação. No traçado urbano das vias de circulação destacam-se duas categorias: regulares e irregulares. As linhas curvas ou sinuosas eram utilizadas, maioritariamente, por uma questão de adaptação ao terreno, mas também por opção nalguns núcleos residenciais. As linhas regulares eram utilizadas para traçar amplas avenidas marginais ou de turismo, ou simplesmente de ligação entre edifícios públicos que o urbanista pretendia destacar. As vias de distribuição local eram hierarquizadas e nos núcleos residenciais criados impasses às vias de circulação (protegidos, sem continuidade de tráfego).

Os espaços públicos eram previstos numa lógica de cidade tradicional (centralidade), associados a jardins/praca pública, ao mesmo tempo que rodeados por edifícios públicos e um misto de habitação e comércio.

¹⁰⁸ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1963). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.16.

¹⁰⁹ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas p.45.

¹¹⁰ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1963). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.16.

[CASOS DE ESTUDO ESPECÍFICOS]

1941-45 ÁGUEDA

1942-45 PAREDES

1945-55 AMARES

1946-61 VALONGO

1946-51 CHAVES

[1941-45 ÁGUEDA]

Em Janeiro de 1941, David Moreira da Silva foi convidado pelo engenheiro A. de Almeida e Brito¹¹¹, o chefe de gabinete da Secção de Expediente Geral da secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a elaborar o Plano Geral de Urbanização de Águeda¹¹². Por conseguinte, a 8 de Março de 1941 foi celebrado o contrato, estabelecido por escritura, entre David Moreira da Silva e Joaquim de Melo Pinto Leitão, Presidente da Câmara Municipal de Águeda à data, para a elaboração do Ante-Projecto de Urbanização, de Embelezamento e Extensão da Vila de Águeda¹¹³.

No contrato consta que a Câmara Municipal forneceria, por intermédio dos seus serviços técnicos, plantas do estado actual da Vila de Águeda às escalas 1/2000 e 1/500, e a planta de região à escala de 1/25000 ou 1/50000. Ficava também a cargo da autarquia local fornecer ao urbanista estatísticas relativas à população bem como documentos elucidativos sobre a situação económica da Vila. Além disso era estipulado que, ao urbanista, não era atribuída qualquer responsabilidade se plantas fornecidas não correspondessem à realidade¹¹⁴. David Moreira da Silva ficava obrigado a elaborar o plano num prazo máximo de 12 meses a contar da data da assinatura do contrato e a proposta devia ser composta pelo seguinte conjunto de peças desenhadas e de peças escritas:

- Planta de zonas (aproveitamento do solo) à escala 1/2000, acompanhada do respectivo regulamento;
- Planta de conjunto (também chamada de planta de apresentação) à escala 1/2000;
- Planta de pormenores com indicação de alguns talhões-tipo à escala 1/500;
- Memória descritiva e justificativa do Ante-projecto, acompanhada das medidas legislativas acerca de talhões, quarteirões e construções.

O contrato estabelecia ainda que aquando da apreciação superior, todas as modificações de carácter urbanístico sugeridas deveriam ser executadas para a completa aprovação do Ante-projecto.

A documentação existente nos arquivos consultados, em relação conteúdo do Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda de 1941, cinge-se às seguintes peças desenhadas e escritas: a “Redução da Planta da Vila de Águeda à escala 1:2000” de 1936, a “Planta de Apresentação à escala 1:2000” de 1941, “Regulamentação das Zonas” (transcrita em anexo) e correspondência trocada entre 1941 e 1957, David Moreira da Silva, o Conselho Superior das Obras Públicas, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Junta Autónoma de Estradas e a autarquia local, incluindo os vários pareceres às propostas de plano. A única memória descritiva encontrada refere-se ao aditamento do plano de 1945, composta apenas por 11 páginas, com dois grupos de conteúdos relevantes para a análise deste caso: transcrições dos pareceres anteriores, tanto da Câmara Municipal de Águeda como do CSOP com as respectivas anotações do que alterar; e as alterações introduzidas na regulamentação

¹¹¹ António Duarte Perry de Almeida e Brito (1906-1945), licenciado em engenharia civil. Foi também Presidente da Comissão Administrativa das Obras do Estádio de Lisboa. Fonte: <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=128388&ht=lisboa>

¹¹² Fonte: Carta manuscrita pelo próprio engenheiro de Almeida e Brito consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

¹¹³ Fonte: Ofício nº1741/45 da Câmara Municipal de Águeda dirigido a David Moreira da Silva em 20 Junho de 1956 consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

¹¹⁴ Fonte: Cópia da escritura de 8 de Março de 1941 consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

36
16



Figura 35 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda - Redução da Planta da Vila de Águeda - Escala 1:2000, de 1936.

das zonas, nomeadamente, a inserção do campo de jogos e ampliação do centro clínico e do centro escolar.

A elaboração do Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda prolonga-se por cerca de 15 anos e, durante este tempo, David Moreira da Silva realizou duas propostas. O plano era apresentado à Câmara Municipal de Águeda em 1941, aprovado por esta a 15 de Outubro de 1942 e pelo Conselho Municipal a 21 de Outubro de 1942. Apesar do parecer favorável, ofício nº71 de 12 de Junho 1944 assinado por Jorge Almeida Segurado (arquitecto chefe da secção administrativa da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais à data), o Ante-projecto de 1941 não foi aprovado pelo Conselho Superior das Obras Públicas (parecer nº1611 da 1ª Sub-secção da sua 4ª Secção a 12 de Fevereiro de 1945 com várias observações), sofrendo aditamento em 1945 por ordem do Ministro. O último foi aprovado por despacho ministerial a 20 de Julho de 1946 (parecer nº 003181 de acordo com o Decreto-Lei nº 33921 de 05/09/1944) mas com anotações o que levou a consecutivas alterações do Ante-Projecto até 1956, data em que é contratado Miguel Resende para fazer a remodelação do Antepiano de urbanização da Vila de Águeda.

[ANTE-PROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE ÁGUEDA DE 1941]

Águeda, na década de 1940, era uma vila que se situava no cruzamento das estradas nacionais n.º10-1ª e 39-2ª entre o rio Águeda e o caminho de ferro do Vale do Vouga, num planalto abrigada a norte por um espesso pinhal, *“aberta ao sul, sobranceira às suas verdejantes e parcialmente inundáveis terras baixas, fica a atraente e donairoso freguesia que, sendo sede de concelho, tão legitima como briosamente ostenta o nome do tranquilo e pouco sinuoso rio que o banha: Águeda.”* (Silva, 1961, p.123).

David Moreira da Silva elaborou o ante-projecto de acordo com as necessidades socioeconómicas da Vila de Águeda, tendo como base *“(…) os aspectos moral, social, económico e higiénico, os desejos ou necessidades dos seus habitantes (…)”* (Silva, 1945, p.3), o seu desenvolvimento nos anos anteriores, o estado actual (à data) e tendências de expansão. O urbanista tinha como principais propósitos a conservação do *“(…) maior número possível de edificações, ainda que de pouco valor intrínseco ou estimativo”* e *“conservar e, na medida do possível, valorizar os lugares pitorescos”*¹¹⁵, focando-se em características: de ordem industrial, comercial e agrícola; clima e situação geográfica; habitação; e organização administrativa e político-social. Quanto às necessidades e possibilidades de expansão, tomava por base: as comunicações (viária, rodoviária e ferroviária); as diferentes zonas urbanas, novas e existentes (à data); a eventual instalação de novas indústrias; a estruturação da habitação; e as indicações da autarquia local quanto aos novos edifícios públicos a construir com maior urgência.

A “Redução da planta da vila de Águeda à escala 1:2000” (fig. 35), também denominada de “Planta de Estado Actual da Vila”) corresponde ao levantamento topográfico efectuado em 1934 pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal, assinado pelo Major Moreira de Sá Oficial do Exército em 1936. Esta planta foi aprovada por despacho do Ministro das Obras Públicas e Comunicações em 18 de Abril de 1939, depois de verificada pela Comissão de Fiscalização de Levantamentos Topográficos.

¹¹⁵ Fonte: Ofício nº71 da Divisão de urbanização de 12 de Junho de 1944, p.1, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.



Figura 36 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda - Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1941.

O levantamento foi apenas enviado a Moreira da Silva a 16 Junho de 1941, data em que inicia a elaboração do ante-projecto de acordo com esta planta. Importante salientar que o Ante-projecto era restrito apenas a esta área, delimitada pela autarquia local, como zona a urbanizar, planeando dentro desta a extensão da Vila¹¹⁶.

Como se pode verificar na “redução da planta da vila de Águeda” datada de 1936, o núcleo urbano concentrava-se ao longo das Estradas Nacionais n.º10-1ª no sentido Porto-Lisboa (actual E.N. n.º1), 39-2ª no sentido Aveiro-Caramulo (actual E.N. 230) na zona ribeirinha, a Sul, e no sinuoso prolongamento das ruas Adolfo Portela, Venda Nova, Fernando Caldeira e José Maria Veloso no sentido Norte-Sul. Neste último prolongamento (actual rua Engenheiro Júlio Portela) para além de habitações, era onde se localizavam os serviços municipalizados num edifício localizado no enfiamento das ruas Fernando Caldeira e António Ferreira Sucena. Em ruas paralelas, encontravam-se: a Oeste, a Igreja matriz e cemitério e, a Este a Fábrica de Louças do Outeiro que se localizava nos terrenos da antiga Escola de Sargentos onde é hoje Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda.

[ZONAMENTO]

David Moreira da Silva planeia a extensão da vila maioritariamente para Nascente com novos arruamentos, e habitação seguindo o princípio das “unidades de vizinhança”, isto é, contemplando escolas, espaços verdes públicos e privados, comércio local e edifícios religiosos, para além da Igreja Matriz situada no centro da vila existia à data a Capela de S. Pedro, isolada à data, em terrenos a Leste do centro. Para Norte, prevê também uma pequena zona habitacional, situada ao longo da linha do caminho de ferro (onde era demarcada a zona industrial). Para Oeste, junto à E.N. n.º10-1ª contemplando o existente Hospital Conde de Sucena e “Parque da Alta Vila”, criava, entre eles, duas pequenas áreas de habitação, delimitando a malha urbanizável da vila através da Zona Agrícola. Para Sul propõe, para além dos espaços comerciais, um Mercado Municipal.

A divisão da vila foi definida através da designada “Planta de Zonas” elaborada em 1941 e acompanhada pelo respectivo regulamento. Este regulamento estabelecia as regras a que deveria obedecer o aproveitamento do solo para um prazo de 60 anos. Esta regulamentação foi considerada como legislação válida e aplicável a qualquer construção nova na vila a partir de 1946 (data da aprovação do Ante-projecto) até 1956.

Considerando que a densidade populacional da vila prevista não iria ultrapassar os 100 habitantes por hectare, David Moreira da Silva propôs um aumento três vezes superior, tendo em conta que até 1941, em termos percentuais, apenas 24,4% da área urbanizável da vila estava edificada, sendo considerada como área urbanizável 75,6% da área de intervenção do plano. Deste modo, os Espaços livres públicos teriam um aumento de 0,9% para 5,7%, os arruamentos de 6,6% para 17% e os lugares de residência e trabalho de 11,4 % para 77,3%¹¹⁷.

¹¹⁶ Fonte: Ofício nº915 AT/JJS da Câmara Municipal de Águeda dirigido a David Moreira da Siva de 16 de Junho de 1941, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

¹¹⁷ Fonte: Carta de David Moreira da Silva dirigida ao Engenheiro Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 31 de Outubro de 1944 em resposta aos pareceres da Divisão de Urbanização e Repartição de Estudos de Obras e Monumentos, p.6. Documento consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461. Todas as referências a este documento a partir daqui serão assinaladas como (Silva, 1944, p.X).

O urbanista dividia o núcleo urbano por zonas, centros, cortina de verdura e arruamentos, de acordo com as áreas a urbanizar e urbanizáveis, atribuindo-lhes as seguintes percentagens:

- Zonas Residenciais – R1, R2 e R3: 39,6%;
- Zona Mista - M: 15,5%;
- Centros Comerciais - C: 1,5%;
- Centros Escolares - E: 2,8%;
- Centro Clínico - CC: 0,8%;
- Zona Industrial - I: 6,5%;
- Zona dos Espaços livres públicos - L: 5,7%;
- Zona “Non Aedificandi” - N: 3,3%;
- Zona Agrícola - A: 6,3%;
- Zona Florestal – F;
- Cortina de Verdura: 1,0%;
- Arruamentos: 17%.

ZONA RESIDENCIAL – R1, R2 E R3

A distribuição das zonas residenciais foi delineada por Moreira da Silva com base na avaliação do estado atual da vila à data, no que dizia respeito: à existência de núcleos residenciais dispersos e de diferentes categorias ou classes; à topografia, natureza e exposição do terreno; à posição definida ou em estudo dos espaços de trabalho; e às percentagens definidas inicialmente de distribuição do aproveitamento e uso do solo.

O princípio orientador da distribuição das zonas residenciais era a sua divisão por classes sociais, representadas por três categorias: R1, R2 e R3¹¹⁸. Segundo a regulamentação, estas zonas deveriam possuir como características comuns: casas no máximo até dois pisos, admitindo-se que podia ser feito o aproveitamento do vão do telhado correspondente ao sótão; a distância entre fachadas sobre os arruamentos deveria ser de pelo menos igual a 3 vezes a altura média das casas dos quarteirões a que pertencessem; e um recuo no alinhamento das casas em relação aos arruamentos igual ou superior a 7 metros nas R1 e de 4 metros nas R2 e R3. As diferenças incidiam: na superfície dos talhões (áreas superiores a 1500m² na R1, 600m² na R2 e 300m² na R3); na superfície coberta, relativamente a cada talhão, que não poderia ultrapassar, respectivamente 20%, 30% e 40% da sua superfície total; e na sua disposição (posicionamento em relação a outras zonas definidas).

Por conseguinte, na zona R1, era somente permitida a construção de casas isoladas ou geminadas, agrupadas num número máximo de 3; na zona R2, destinada à “(...) *pouco importante classe média, [ficariam] relativamente perto das zonas mistas, as moradias igualmente já existentes ou a edificar em talhões médios (...)*”; na zona R3 destinada à “(...) *classe operária, [ladearia] a zona industrial e*

¹¹⁸ Este é o único plano em que Moreira da Silva utiliza esta designação para as categorias residenciais (nos restantes estas categorias eram assinaladas por H1, H2 e H3). Possivelmente, este plano sofreu influência pelo *Anteprojecto do Plano de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra* de De Gröer, no qual Moreira da Silva colaborou, e onde estas categorias eram denominadas de R1, R2, R3, R4 e R5.

[estender-se-ia] *para nascente da futura escola industrial, isto é, pelo ponto mais sossegado e menos visto da vila.*” (Silva, 1944, p.16). Nestas duas últimas zonas, R2 e R3, era permitida a construção de casas isoladas singelas ou agrupadas desde que seguissem a orientação e extensão definidas no plano.

ZONA MISTA - M

A zona mista era destinada à habitação, comércio, pequenas oficinas, escritórios, hotéis e pensões, edifícios de espectáculos, entre outros. Localizada maioritariamente no centro da vila, abrangia a grande parte do edificado existente. Para além desta eram propostas mais três zonas na área de expansão da vila para nascente, intercaladas paralelamente pelas zonas residenciais propostas, concentradas ao longo das ruas projectadas: “B” (actual rua José de Sucena); no prolongamento da rua Escola Central de Sargentos; e no largo situado em frente da Escola Industrial que rematava a avenida “A” actual largo António Breda.

A superfície mínima de cada talhão era fixada em 240m², sendo que a largura de cada um deles, face à rua, seria de pelo menos 10 e 15 metros, consoante os prédios ficassem ligados ou isolados, e a superfície coberta de cada um deles não poderia ultrapassar 50% da sua superfície total. Os edifícios novos desta zona poderiam ter até 3 pisos (rés-do-chão, primeiro e segundo andares, e ainda aproveitamento do vão do telhado), podiam ser isolados ou ligados uns aos outros, recuados ou no alinhamento da rua.

CENTROS COMERCIAIS - C

O urbanista justifica a localização dos centros comerciais no limite da extensão da vila com o facto de, historicamente, o favorável desenvolvimento do pequeno comércio ocorrer em sítios de passagem e à entrada ou saída das povoações, “(...) *nos pontos onde pode ser procurado por quem passa ou reside nas proximidades.*” (Silva, 1944, p.9).

CENTROS ESCOLARES - E

O critério de distribuição dos centros escolares, segundo Moreira da Silva, tinha por base a distância de 250m como sendo o limite máximo da “(...) *distância que qualquer criança, sem custo percorre (...)*” (Silva, 1944, p.5) entre as zonas residenciais e as zonas mistas e comerciais.

As zonas assinaladas na “Planta de Zonas” com a letra C correspondem a cinco centros escolares que pertenciam ou destinavam-se: a uma escola projectada no terreno do Hospital¹¹⁹; à escola primária situada junto à igreja matriz já existente à data e onde se localiza actualmente o edifício da Junta de freguesia; à Escola Central de Sargentos existente à data e actual Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda; às novas instalações da Escola Industrial, no topo da avenida “A”, assinalada na “Planta de orientação”¹²⁰; e à Escola Primária, que ficaria situada entre os dois primeiros, num raio de 400 metros, que deveria servir a extensão oriental da vila, afastada propositadamente das artérias de maior circulação (Silva, 1944, p.18). A implantação definida para a escola primária foi seguida e esta localiza-

¹¹⁹ Importa ter em conta que esta escola nunca foi construída.

¹²⁰ Zona onde se encontra hoje a Escola Secundária Marques Castilho.

se hoje na rua Comandante Pinho e Freitas, onde se pode encontrar o edifício construído em 1958, para esse fim, pelo Ministério das Obras Públicas. Trata-se da actual Escola Básica 1º Ciclo de Águeda.

A superfície coberta das novas edificações em cada talhão não deveria exceder 15% da superfície total, e a altura dos edifícios poderia variar de acordo com “(...) *as exigências e a interpretação que fôr dada aos respectivos programas.*” (Silva, 1941).

CENTRO CLÍNICO - CC

O centro clínico ficava circunscrito à área ocupada pelo Hospital Conde Sucena existente à data, onde apenas era autorizada a ampliação deste ou a remodelação dos restantes edifícios existentes. A ampliação do hospital poderia ser feita tanto horizontal como verticalmente, sendo que no último caso esta não poderia ser feita a menos de 10 metros de distância do edifício.

ZONA INDUSTRIAL - I

Os edifícios industriais existentes em 1941 resumiam-se à fábrica de cerâmica do Outeiro, a uma fábrica de telha, duas de serração, e à garagem de Francisco de Oliveira.

A zona industrial, “I”, ficaria circunscrita à zona do caminho de Ferro, incluindo a estação, tendo em conta que a indústria existente à data fora dessa área poderia manter-se como era o caso da Fábrica do Outeiro, situada a sul da Escola Central de Sargentos. A superfície dos talhões poderia ser 100% ocupada e a altura de cada edifício determinada pelas necessidades de cada indústria. Como atenuação dos fumos produzidos pelas indústrias, Moreira da Silva determina a construção de fumívoros e chaminés com mais de 6 metros “(...) *acima da parte mais alta das coberturas dos prédios vizinhos, abrangidos por um raio de 100 metros.*” (Silva, 1941, p.7). Para além desta solução era prevista uma cortina de verdura, com 10 metros de largura, entre a zona industrial e as restantes zonas situadas imediatamente a sul.

ZONA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS - L

Moreira da Silva considerava de um modo geral que todos os espaços livres eram “espaços livres públicos” “(...) *visto que não será ilícito considerar espaço livre as zonas agrícola e “non aedificandi” e a cortina de verdura.*” (Silva, 1944, p.7). No entanto, em termos regulamentares, ele separa estes espaços através das zonas: dos Espaços Livres Públicos, *non aedificandi*, Agrícola e Florestal.

Os espaços livres públicos encontravam-se distribuídos por 4 áreas que abrangiam: o Parque da Alta Vila; a praça projectada na bifurcação entre a avenida Dr. Joaquim de Melo e a E.N. nº 10-1ª; a área de implantação da Igreja matriz, bem como do cemitério e ampliação projectada; e a nova Praça do Comércio localizado a sul da antiga E.N. 39-2ª, superfície ocupada hoje com um conjunto de edificações que circundam a actual Praceta Rio Grande.

O Parque da Alta Vila, que se encontra a poente e possui uma área de cerca de 31400 m2, é incluído nas zonas dos espaços livres públicos como “(...) *um dos mais ricos, senão o mais rico ornamento útil da vila, que a tódo custo convirá conservar e beneficiar (...)*” (Silva, 1944, p.8).

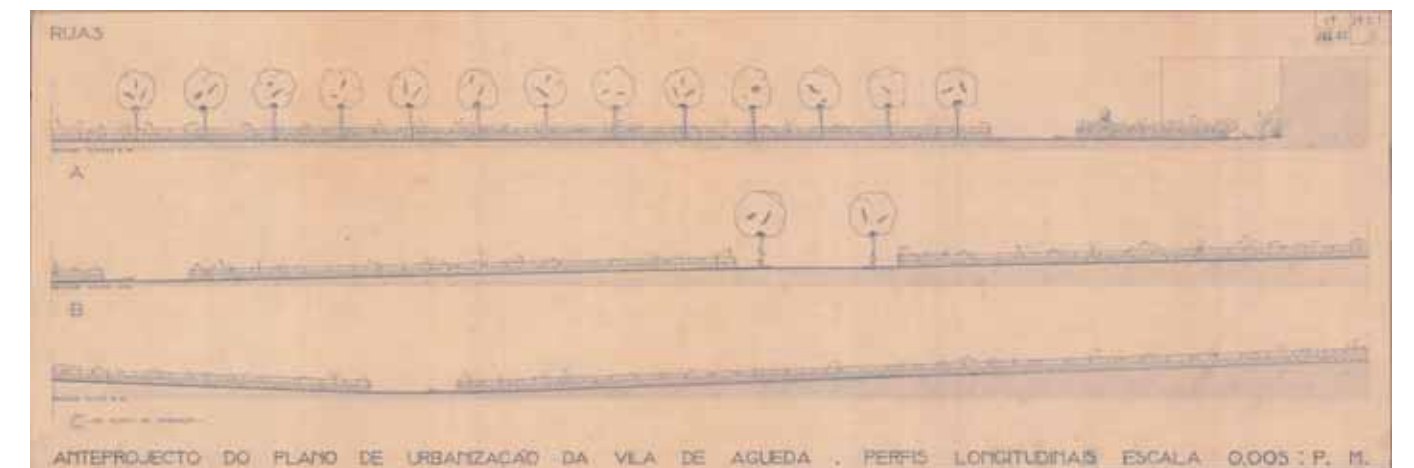
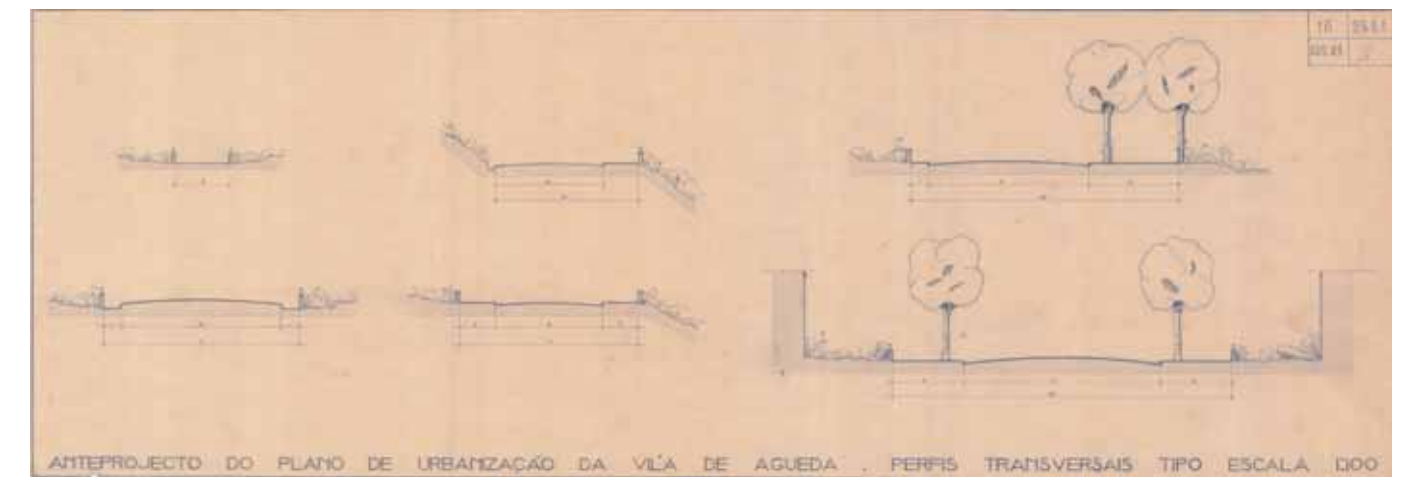


Figura 37 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda (aditamento) - Planta de Orientação - Escala 1:2000, de 1945. | Figura 38 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda - Perfis Transversais Tipo - Escala 1:100, de 1941. | Figura 39 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda - Perfis Longitudinais - Escala 0,005: P.M., de 1941.

A ampliação do cemitério, vedado por muro no Largo Dr. António de Melo, junto à Igreja matriz, foi prevista para a área que se encontrava livre de construções, a norte do existente, admitindo Moreira da Silva que mesmo depois de ampliado, atingindo a sua lotação, poderia ser feito um novo nos terrenos vedados a construções da zona florestal assinalada (Silva, 1944, p.12).

Anexo à nova Praça do Comércio, estava também previsto um edifício público sem conteúdo programático definido, localizado a Sul desta, onde se encontra hoje o Pavilhão Multiusos do Ginásio Clube de Águeda.

ZONAS “NON AEDIFICANDI”, AGRÍCOLA E FLORESTAL – N, A e F

As zonas “non aedificandi”, “N”, eram estabelecidas onde o solo era muito acidentado, a Norte da linha do caminho de ferro (onde ainda hoje não se encontram construções), e com o intuito de conservar e valorizar os lugares pitorescos, nomeadamente no espaço ocupado pela Capela de São Pedro (entre a actual rua António da Silva Brinco e a rua de São Pedro).

As zonas agrícolas, “A”, ficavam restritas à agricultura, com a excepção dos edifícios indispensáveis à exploração desta actividade. Por conseguinte a superfície coberta das edificações não poderia ir além de 3% da sua superfície total e a altura destas não poderia exceder os dois pisos (rés-do-chão e primeiro andar com aproveitamento do vão do telhado), com as excepção de barracas e barracões que estavam limitados ao máximo de 8 metros de altura. As zonas agrícolas encontravam-se concentradas nos extremos poente e sul da planta de zonas, servindo de barreira ou limite do núcleo urbano em relação a outras aglomerações.

ARRUAMENTOS

Os arruamentos tipo propostos eram assinalados na “Planta de Orientação”(fig.37)¹²¹ e as suas dimensões eram definidas por seis Perfis Transversais Tipo (fig. 38), nomeadamente: o primeiro, com uma faixa de rodagem de 3 metros; o segundo, com dois passeios de 1m cada um e faixas de rodagem com 9 metros; o terceiro com um passeio de 2m e faixa de rodagem com 6 metros; o quarto, com um passeio de 2m e uma faixa de rodagem de 6 metros; o quinto com um passeio de 1m, faixas de rodagem de 9 me seguidas de um passeio arborizado com 5 metros; e o sexto, com dois passeios arborizados, cada um com 4 metros e faixas de rodagem com 11 metros.

Os principais arruamentos propostos eram denominados de A, B e C (Perfis longitudinais fig.39). O arruamento “A” fazia a ligação transversal da vila no sentido Este-Oeste, uma avenida de grande extensão que percorreria três quarteirões, unindo o Hospital Conde de Sucena (situado a Oeste) e o novo edifício da “Escola Industrial e Comercial”. Hoje este arruamento corresponde à avenida Doutor Eugénio Ribeiro, sendo de menor extensão do que o planeado pelo urbanista, atravessando apenas dois quarteirões e rematada, a Oeste, pela Câmara Municipal e, a Este, pela Escola Secundária Marques Castilho, antiga Escola Industrial. O arruamento “B” seria um prolongamento da rua Maria José

¹²¹ A única “Planta de Orientação” a que se teve acesso é de 1945 (fig.37), onde também estão identificados estes arruamentos.

Veloso, onde se encontrava a Câmara Municipal, no sentido Sul-Norte, atravessando a linha do comboio, rematado por um novo edifício público, cujo programa funcional não é identificado e que nunca chegaria a ser feito. Este arruamento corresponde hoje à rua José de Sucena, construído apenas até cruzamento planeado da rua das Chãs, já existente à data e que corresponde à actual rua Doutor Manuel Alegre. O arruamento “C” ficaria a Norte, paralelamente à rua das Chãs, contendo uma “cortina de verdura” adjacente que separava, a Norte, a zona industrial, onde se encontra o caminho de ferro, das habitações planeadas a Sul desta estrada. Este troço nunca chegou a ser feito.

O urbanista previa também um desvio da estrada nacional Porto-Lisboa pela impossibilidade prática do alargamento da estrada nacional de modo a conservar as edificações existentes que a ladeavam de ambos os lados, nomeadamente o hospital, o edifício dos correios (em construção à data), habitações e estabelecimentos comerciais considerados importantes à data. Este desvio, planeado a poente da Vila, contornava o Parque da Alta Vila (a poente) e para sul, através da construção de um viaduto, atravessava a estrada nacional Aveiro-Caramulo e o rio Águeda, “(...) o único sitio que, sem fazer estragos, permitirá uma excelente circulação rápida, evitando o cruzamento ao nível da estrada Aveiro-Caramulo (...)” (Silva, 1944, p.10). Esta construção foi criticada desde logo pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹²² pois, segundo esta entidade, a solução apresentada não permitiria a comodidade e liberdade de trânsito que eram pretendidas conseguir. Posteriormente, o CSOP considera esta hipótese inviável devido aos custos que um viaduto daquela dimensão viria a ter¹²³.

Para além desta solução, Moreira da Silva previa ainda no plano de 1941 uma terceira via atravessamento do rio Águeda através de uma ponte, construída hoje como prolongamento da Estrada Nacional 230.

OS NOVOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

A pedido da Câmara, ficava a cargo de Moreira da Silva a indicação da localização de novos edifícios públicos, nomeadamente: a) correios; b) Caixa G. de Depósitos (urgente); c) Mercado Coberto; d) Escola Industrial¹²⁴. Não sendo explícito, em planta, nem encontrada em peças escritas consultadas nos vários arquivos, qualquer referência quanto à localização dos Correios e da Caixa Geral de Depósitos pelo que não é possível indicar as suas zonas de implantação de acordo com a vontade do urbanista em estudo. Contudo, é provável que a localização do edifício dos Correios, construído em 1944¹²⁵, tivesse no mínimo a aprovação de Moreira da Silva, visto que o urbanista era o consultor da câmara até à data de finalização do Ante-Projecto do Plano de Urbanização de Águeda e, segundo a correspondência trocada entre esta e o urbanista, foi enviada uma planta onde era indicada a zona implantação do novo edifício.

¹²² Fonte: ofício nº 7/44 ref.^a Av-50 da Secção de Melhoramentos Urbanos de 17 de Maio de 1944, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

¹²³ Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, 1ª Sub-secção da 4ª Secção, de 12 de Fevereiro de 1945, p.6, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

¹²⁴ Fonte: nota escrita à mão de David Moreira da Silva com a data de 22 Janeiro de 1941, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

¹²⁵ Segundo o jornal semanal “Soberania do Povo” de 19 de Agosto de 1944, efectuava-se à data “as últimas demãos” do edifício da Estação dos Correios na rua Tenente Coronel Albano de Mello.

Moreira da Silva planeia a localização do Mercado coberto a Sudoeste do centro da vila, na Avenida 5 de Outubro (segmento da E.N. 39-2ª no sentido Aveiro-Caramulo) com uma área total de cerca de 4300 m² (parte coberta entre 500 a 1000m² e espaço livre com 3300m²). O urbanista justifica a localização do edifício pela proximidade às estradas nacionais e pelo valor do terreno a adquirir: “Os produtos que no seu mercado se vendem são para êle transportados, na maioria, através da sua rêde de estradas. Logo, e se outros motivos não houvesse, natural seria que o seu mercado se situasse nas proximidades do cruzamento das suas principais vias de acesso. (...) Mas, há outros motivos: não há na parte baixa da vila, terrenos edificados de preço igual ou mais baixo, ou livres, que tão pouco possam vir a comprometer o futuro da beira-rio, como aqueles que escolhemos (...)” (Silva, 1944, p.13) e, para concluir, refere que a localização escolhida ficaria em ligação directa com a zona onde se costumava fazer o mercado semanal da vila no Largo Conde de Águeda. A autarquia local solicita a alteração da localização do mercado para Sul da rua Vasco da Gama e a nascente a ponte de ligação Norte-Sul já existente (actual Largo 1º de Maio), por questões de facilidade nas expropriações¹²⁶, ao qual Moreira da Silva não se opõe alertando que “(...) a localização que para o mercado a Câmara sugere fica, relativamente às principais vias de acesso, em posição idêntica à indicada no nosso trabalho. É certo que além da expropriação de alguns casebres também exige a de um dos maiores prédios da vila. Mas, a Câmara que, afinal, é quem sabe com o que conta para realizar a operação, prefere-o (...)” (Silva, 1944, p.15). Esta alteração foi contemplada no aditamento de 1945, no entanto o edifício nunca foi construído.

A “Escola Industrial e Comercial” encontrava-se prevista “(...) no tôpo leste da avenida A, isto é, no ponto mais destacado ou de maior relêvo da composição da nossa planta (...)” (Silva, 1945, p.6), na zona onde está hoje implantada a Escola Secundária Marques Castilho, construída em 1959 pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, incluídos no 2º Plano de Fomento.

O Ante-projecto foi submetido a discussão pública pela Câmara (deliberação tomada pelo Concelho Municipal em sua sessão) entre 31 de Outubro a 15 de Dezembro de 1941 (Fonte: Ofício nº 1735 (J.G.) da CMA dirigido a DMS). Segundo Margarida Sousa Lôbo o Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda de 1941, “(...) constitui um dos raros casos, no período de que nos ocupamos [1934-1954], em que a população participa no processo de elaboração do plano.” (Lôbo, 1995, p. 153). De facto, pode-se comprovar que foi feito um inquérito público tanto através da correspondência consultada, como nas notícias do jornal semanal “Soberania do Povo” relativas aos anos de 1941 e 1942.

“Durante um período julgado suficiente esteve o anteprojecto de urbanização desta vila exposto e sujeito às reclamações dos Municípios, para serem atendidas aquelas que fossem julgadas procedentes e não colidíssem não só com os princípios e pontos de vista estabelecidos no mesmo ante-projecto, como também com as regras gerais que determinaram a sua elaboração (...)”¹²⁷ explicava o Presidente da Câmara Municipal de Águeda Joaquim Leitão ao urbanista. Neste ofício, o Presidente, transcreve as críticas e sugestões dos Municípios quanto ao plano elaborado por David Moreira da Silva.

¹²⁶ Fonte: ofício nº 893/F.S. da Câmara Municipal de Águeda dirigido a David Moreira da Silva a 3 de Junho de 1944, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.

¹²⁷ Fonte: ofício nº 288/JG da Câmara Municipal de Águeda dirigido a David Moreia da Silva em 14 de Fevereiro de 1942, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.



Figura 40 Anteprojeto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda (aditamento) - Planta das Zonas - Escala 1:2000, de 1945.

A sugestão, salientada pelo município como essencial, era a inclusão do edifício *Dispensário da A.N.T.* (existente já em 1934) juntamente com aproveitamento total praça projectada na bifurcação entre a avenida Dr. Joaquim de Melo e a E.N. nº 10-1ª, para a formação de um *Parque Municipal*. Este parque foi executado de acordo com o plano de 1945 e ainda hoje existe com reformulação do traçado inicial, albergando o edifício da A.N.T. hoje reabilitado.

[ANTEPROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE ÁGUEDA – ADITAMENTO 1945]

No que diz respeito à “Planta das Zonas” de 1945 (fig.40), comparativamente à de 1941, sofre apenas as seguintes alterações: ampliação do centro clínico (passando de 8000 para 14000 metros); ampliação do centro escolar (na Escola de Sargentos passa de 8500 para 13000 metros e na Escola Industrial de 10000 para 21000 metros) e criação de um centro de desportos - dividido em três áreas diferentes destinadas ao remo, à natação e ao futebol.

O Centro de Desporto é projectado para Sul, onde o urbanista assinala o próprio rio, como se pode ver na planta de zonas, como Zona de Campo de Desportos (CD), a piscina junto ao rio (a Este da localização proposta do mercado e a Sul da “Praça do Comércio”) e o campo de futebol junto à E. N. nº 39-2ª no limite com a freguesia de Assequins; quanto à localização do campo de futebol Moreira da Silva refere que “(...)ficaria melhor, pelo menos assim o pensamos, ligeiramente fora da sua área urbana; como, porém, quem tem competência para mandar, manda que se proceda de outra maneira, localizámo-lo dentro daquela área(...)” (Silva, 1945, p.8). À data da elaboração do plano existia um campo provisório de futebol, junto à capela de S. Sebastião e a rua das chãs, onde se encontra agora a sede da Câmara Municipal de Águeda e praça do Município. Actualmente o Estádio Municipal de Águeda encontra-se em Redolho, na Borralha.

A planta de orientação (fig. 37) foi aprovada pelo Conselho Superior das Obras Públicas (1ª Sub-secção da sua 4ª Secção) em 12 de Fevereiro de 1945, com uma série de observações (Silva, 1945). David Moreira da Silva procedeu às alterações sugeridas pelo CSOP e finalizou o Ante-projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda a 8 de Novembro 1945.

As alterações efectuadas na planta de orientação foram as seguintes: supressão dos desvios propostos da E.N. nº10-1ª e E.N. nº39-2ª propostos anteriormente; alargamento da E.N. nº10-1ª, da respectiva ponte e da rua “B”; construção de rampas de ligação da ponte existente ao largo de 5 de Outubro (actual Largo Doutor Elísio Sucena) e rua Vasco da Gama; abertura do lado Este da praça fronteira (hoje Praça da República) ao futuro Museu Municipal (praça do comércio e edifício público referido anteriormente), e prolongamento da rua de Vasco da Gama, para Leste, até à E.N. nº39.2ª¹²⁸.

¹²⁸ Prolongamento que nunca foi construído.

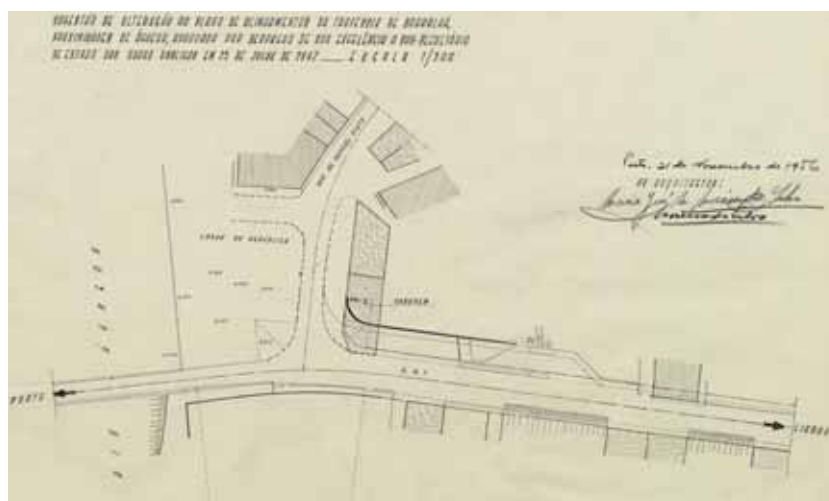


Figura 41 Sugestão de alteração ao Plano de alinhamentos da Travessia de Borralha, Proximidades de Águeda, aprovado por despacho de sua excelência o Sub-secretário de Estado das Obras Públicas em 15 de Julho de 1947 - Escala 1/500 , de 1956.. | Figura 42 Ante-Plano de Urbanização de Águeda de M. Rezende - Planta de Urbanização e de Zonas - Escala 1:2000, de 1959.

O alargamento da E.N. nº1 (anteriormente designada por E.N. nº10-1º) era previsto ao longo de todo o seu perfil longitudinal a Norte do Hospital, incluindo a actual rua da Misericórdia de Águeda e a ponte em direcção a Lisboa. Em virtude da pouca profundidade dos talhões existentes então na rua Tenente Coronel Albano de Mello, o urbanista apenas propunha o alargamento de um dos lados. Deste modo estabelecia para esta estrada nacional uma largura máxima de 17 metros, integrando passeios de 2,5m em cada lado e 12m para as faixas de rodagem.

A rua “B”, actual rua José de Sucena, prevista com 10 metros, na proposta de plano passava para 13 metros, sendo 2m para cada um dos passeios e 9m para as faixas de rodagem.

A 6 de Junho de 1946, Moreira da Silva submeteu a apreciação superior o aditamento ao Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda. A 20 de Julho o Ante-Projecto foi aprovado ministerialmente, podendo o urbanista a partir dessa data elaborar o plano definitivo de Águeda (Plano Geral de Urbanização). Apesar de aprovado, foi objecto de alguns reparos pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização¹²⁹. De facto, Moreira da Silva permaneceu como consultor da autarquia local e definiu algumas alterações relativamente aos arruamentos. É disso exemplo a Alteração ao Plano de Alinhamentos da Travessia de Borralha, aprovado por despacho do Sub-secretário de Estado das Obras Públicas em 15 de Julho de 1947. Rectificada em 1956 (fig.41) de acordo com a nova variante da E.N. nº1, esta zona sofreria um alargamento até ao Largo da República, “(...) *cuja arborização frondosa* [devia] *ser posta em destaque.*”¹³⁰.

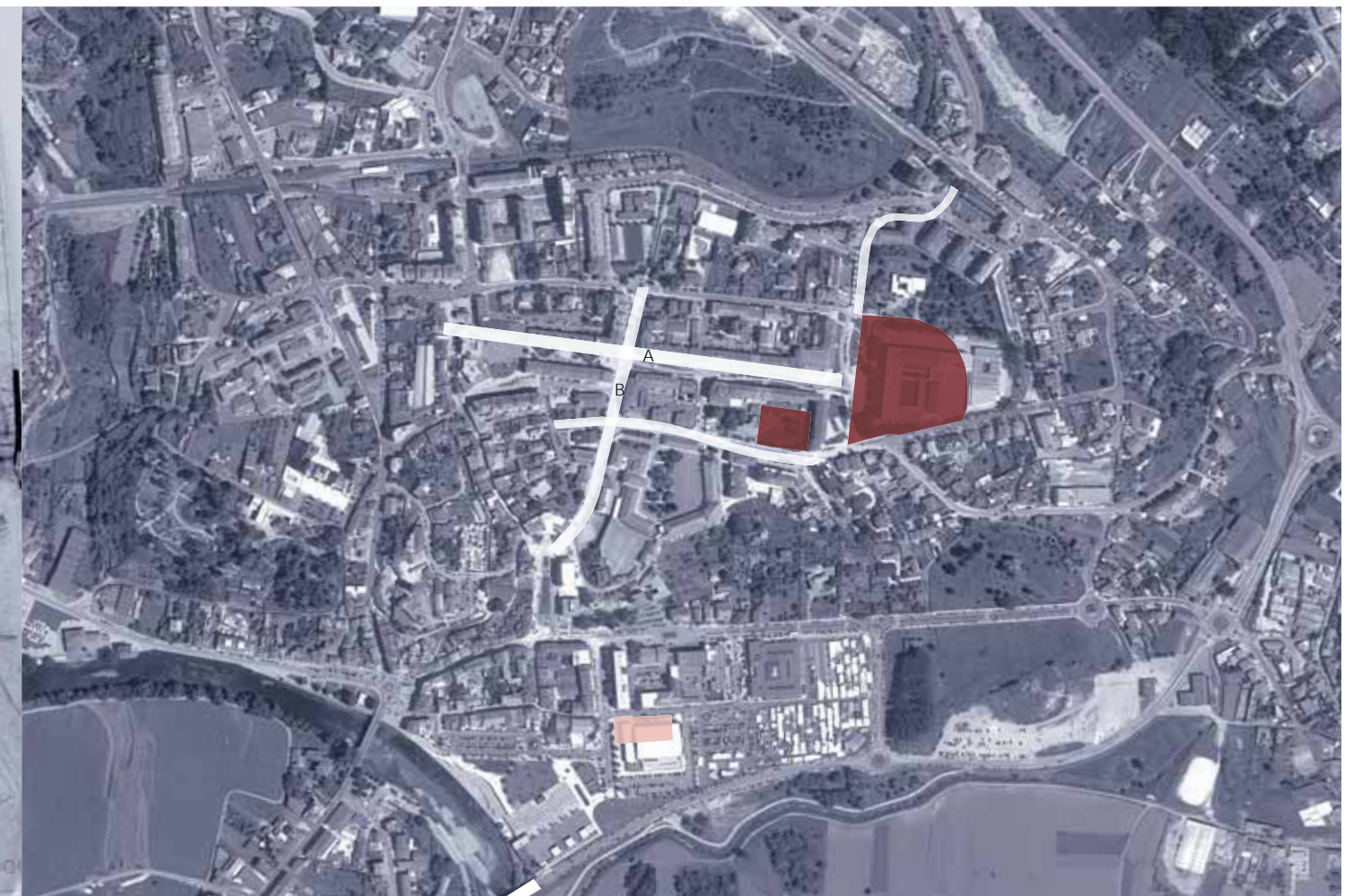
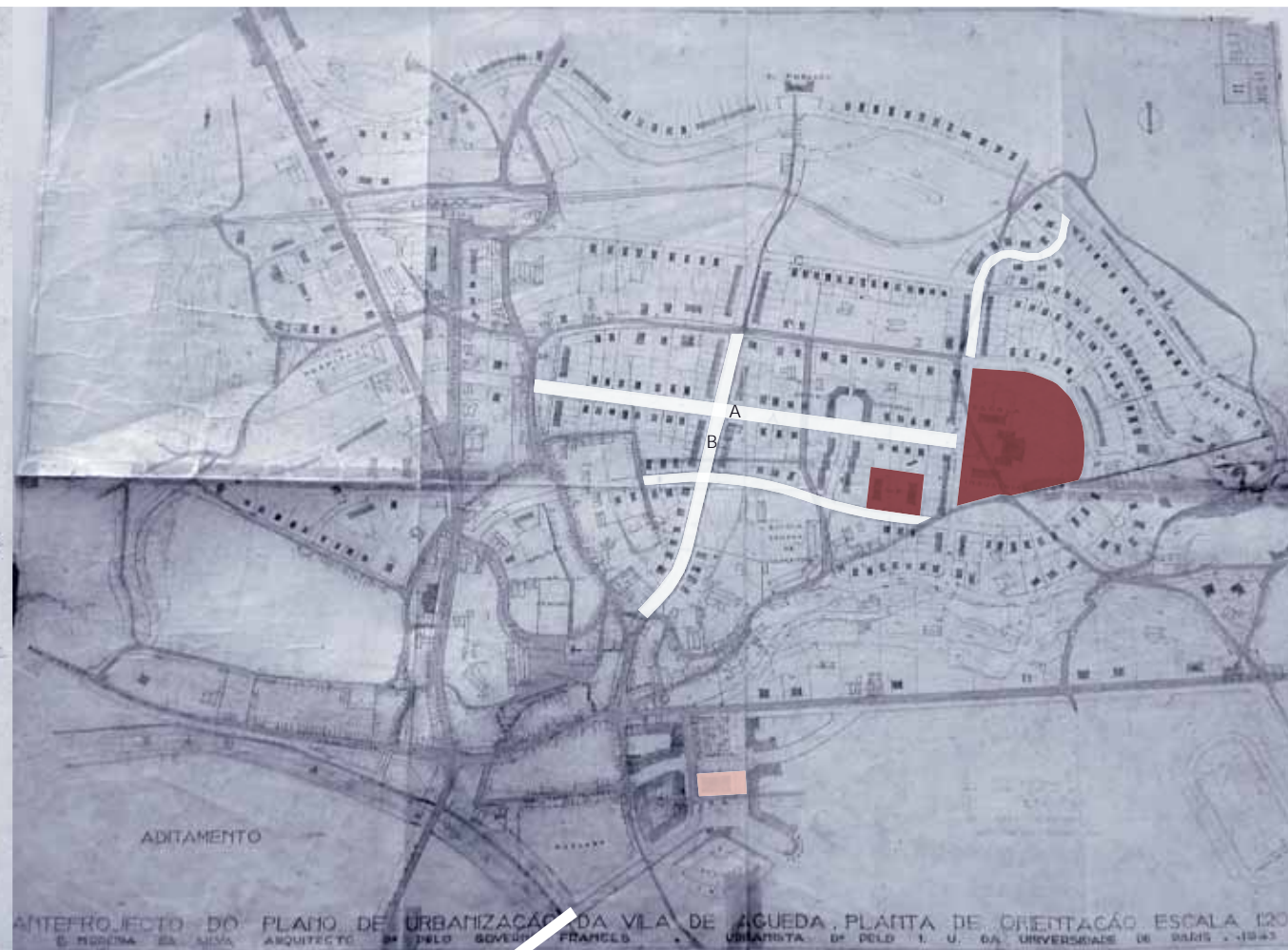
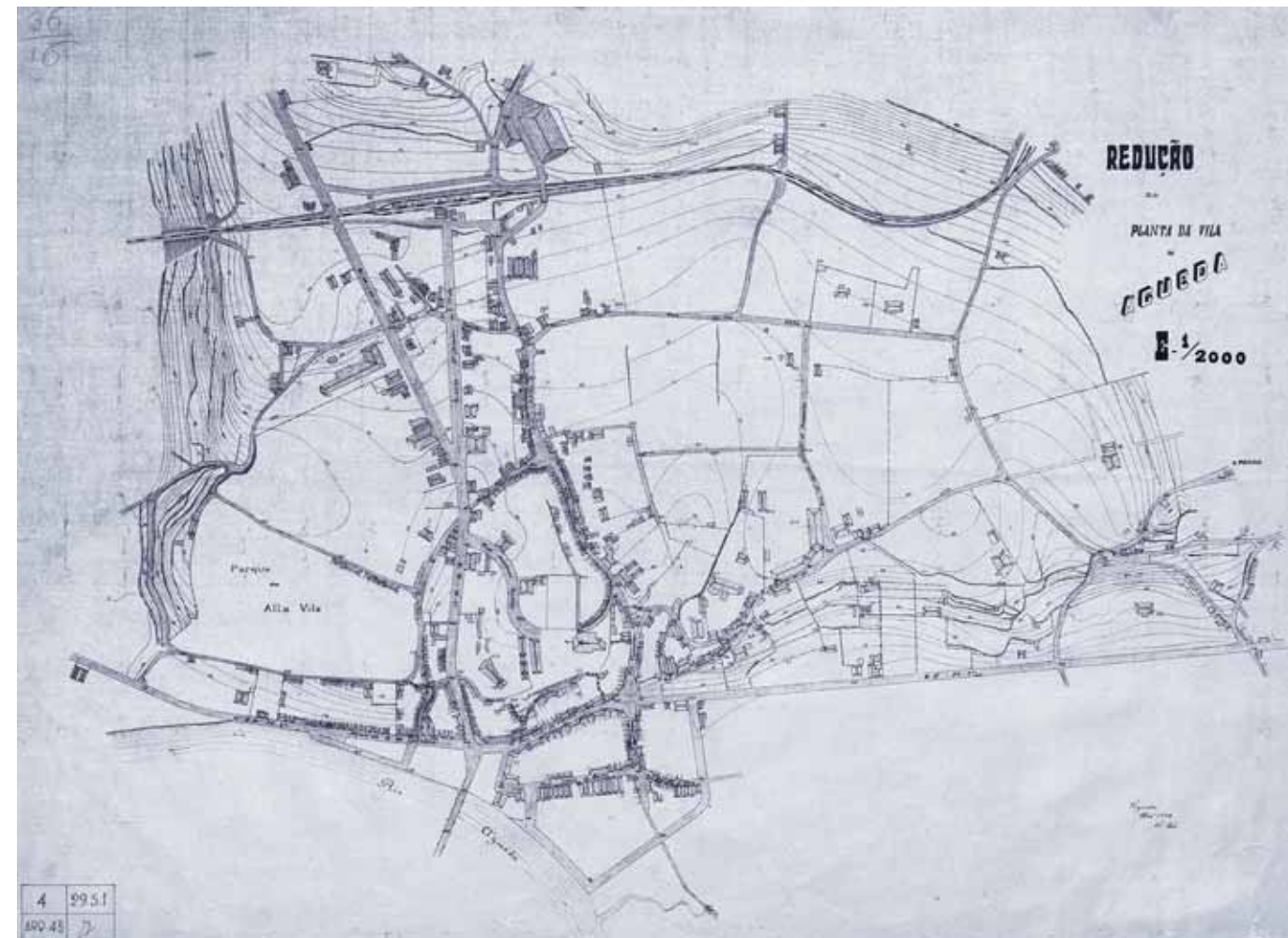
A 13 de Julho de 1956 o Director-Geral dos Serviços de Urbanização encarregou o Engenheiro Miguel Resende de proceder ao trabalho de actualização do Antepiano de Urbanização de Águeda, ficando este como consultor da autarquia local a partir de 1 de Janeiro de 1957.

[ANTE-PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÁGUEDA DE MIGUEL RESENDE DE 1959]

Miguel Resende previa uma grande avenida com 20,50m de largura (4, 50 para cada um dos passeios e 11,50m para as faixas de rodagem), desde o Jardim Conde Sucena (o Parque Municipal projectado por DMS) até ao local previsto para a escola técnica na Quinta de S.Pedro. Esta avenida corresponde à avenida “A” proposta por Moreira da Silva o Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda de 1941. Miguel Resende “(...) *adapta o traçado dessa artéria, delineada em estudos de urbanização anteriores, porque ela foi já objecto de compromissos entre a câmara e os proprietários dos terrenos que atravessa* (...)” (Resende, 1959, p.48).

¹²⁹ Fonte: Parecer sobre o Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda, da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização de 8 de Julho de 1946.

¹³⁰ Carta de David Moreira da Silva dirigida ao Engenheiro Chefe da Repartição de Estudos de Urbanização a 21 de Novembro de 1956, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.



LEGENDA:

- Escolas propostas
- Arruamentos propostos
- Edifícios Públicos propostos

Figura 43 Redução da Planta da Vila de Águeda - Escala 1:2000, de 1936.

Figura 44 Planta de Orientação - Escala 1:2000, de 1945.

Figura 45 Fotografia aérea de Águeda, de 2017.

[O QUE FOI FEITO DOS PLANOS?]

Na análise dos planos elaborados por Moreira da Silva para Águeda verificou-se que as suas propostas não foram construídas na totalidade, mas apenas alguns arruamentos e edifícios previstos pelo urbanista, havendo ainda similaridades no critério de distribuição de Zonas estabelecidas.

O arruamento “A” previsto fazia a ligação transversal da vila no sentido Este-Oeste, a uma avenida de grande extensão que corresponde hoje à avenida Doutor Eugénio Ribeiro, sendo esta de menor extensão do que o planeado pelo urbanista. Atravessando apenas dois quarteirões e rematada, a Oeste, pela Câmara Municipal e, a Este, pela Escola Secundária Marques Castilho, antiga Escola Industrial. O arruamento “B” previsto, correspondente hoje à rua José de Sucena, seria um prolongamento da rua Maria José Veloso (onde se encontrava a Câmara Municipal) no sentido Sul-Norte, atravessando a linha do comboio. Moreira da Silva previa ainda, no plano de 1941, uma nova via atravessamento do rio Águeda através de uma ponte, construída hoje como prolongamento da Estrada Nacional 230.

Em termos de equipamentos e serviços públicos, o urbanista previa: as novas instalações da Escola Industrial, no topo da avenida “A”, onde se encontra hoje a Escola Secundária Marques Castilho; uma escola primária, construída pelo MOP em 1958, onde hoje se situa a Escola Básica 1º Ciclo de Águeda; um edifício público sem conteúdo programático definido, localizado a sul do núcleo existente à data, onde se encontra hoje o Pavilhão Multiusos do Ginásio Clube de Águeda; e ainda o *Parque Municipal* já presente nas propostas do plano de 1945 que ainda hoje existe com o formato de uma praca ajardinada, albergando o edifício da A.N.T..

No critério de distribuição de Zonas estabelecidas pelo urbanista, pode-se verificar hoje (tendo em conta que, na década de 1940, não existiam edificações no lado Nascente de Águeda) a existência de zonas habitacionais e mistas (comércio e habitação) distribuídas de acordo com os planos de Moreira da Silva.

E por último, a proposta de 1959, elaborada por Miguel Resende, adopta alguns dos traçados dos planos anteriores no que diz respeito aos arruamentos, bem como grande parte do zonamento.

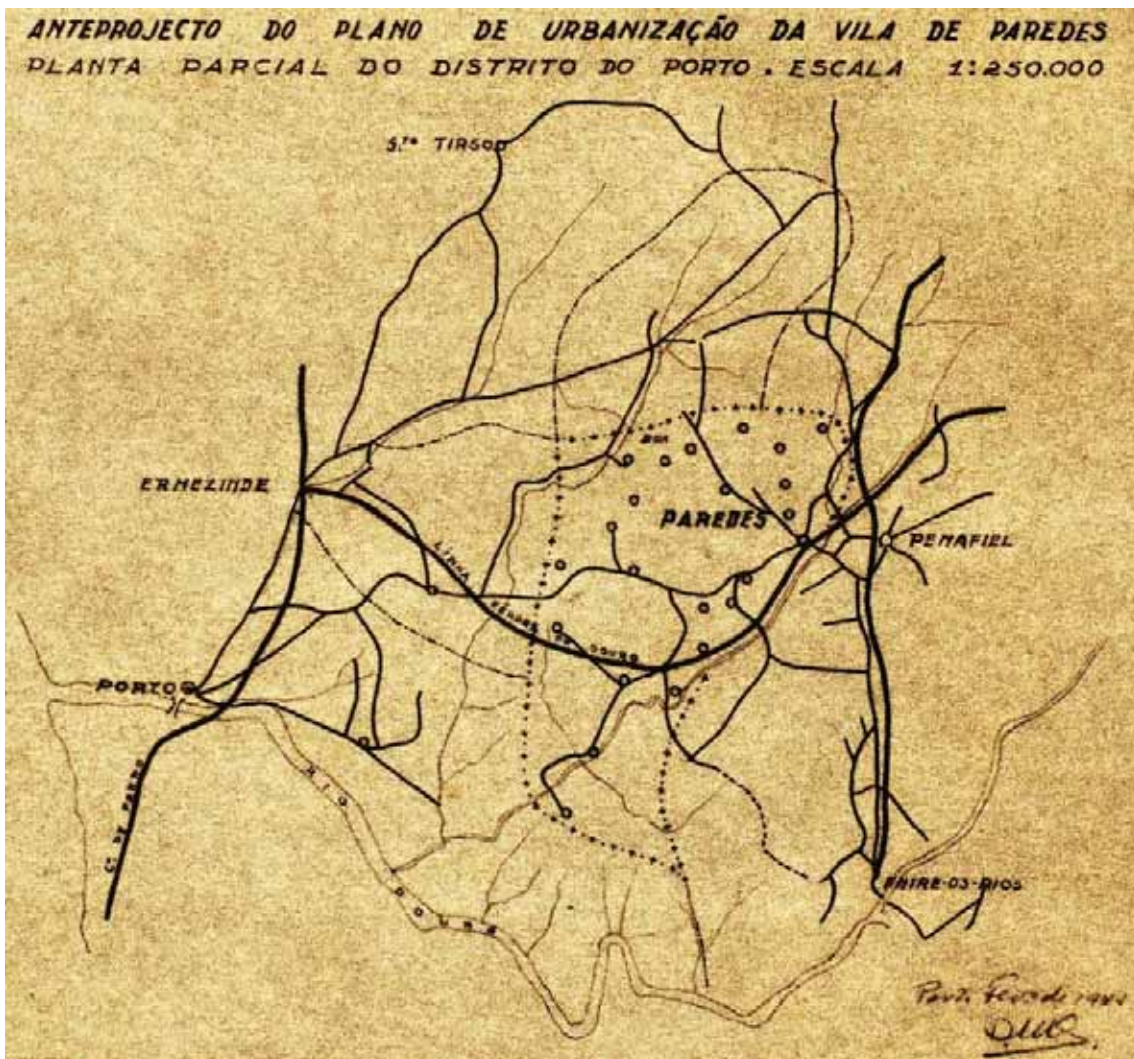


Figura 46 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes - Planta Parcial do Distrito do Porto - Escala 1:250000, de 1942.

[1942-45 PAREDES]

Aguiar de Sousa era extinto em 1820 dava lugar à freguesia de Paredes, elevada esta a sede de Concelho em 1844, “(...) *tal como um sêr vivo, saudável e irrequieto, jamais deixou de se desenvolver e enfileirar na vanguarda das terras mais progressivas do país (...)*”¹³¹. Pertencente à Província do Douro litoral, em 1940, o concelho de Paredes contava com 31249 habitantes.

A vila de Paredes situa-se nas proximidades da cidade de Penafiel e a 32 quilómetros da cidade do Porto, sua sede de districto. Localizando-se entre os rios Ferreira e Sousa confronta os concelhos: de Paços de Ferreira e Louzada, a Norte; Gondomar, a Sul; Penafiel, a nascente; e Valongo a Poente. Pela sua posição geográfica¹³², Paredes era ponto de passagem obrigatório para quem partia do Porto pela estrada nacional nº6-1ª (actual E.N. nº15) com destino a Vila Real-Chaves ou, por caminho de ferro, para quem se dirigia a Espanha.

Em 1942, Moreira da Silva era encarregado, por despacho ministerial¹³³, da elaboração do Plano Geral de Urbanização da Vila de Paredes. Por conseguinte, a 18 de Maio de 1944 foi celebrado o contrato, estabelecido por escritura, entre Moreira da Silva e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paredes à data para a elaboração do plano¹³⁴.

Tomando por base a doutrina do Decreto-lei nº 24802 de 21 de Dezembro de 1934, ficava estabelecido no contrato a execução dos trabalhos em duas fases: a primeira das quais seria constituída apenas por um Anteprojecto, constituído por peças desenhadas e escritas¹³⁵, a entregar num prazo de 8 meses a contar da data da assinatura do contrato e, a segunda, pelo Plano Geral de Urbanização, constituído por peças desenhadas e escritas¹³⁶, a ser entregue um ano depois.

¹³¹ Fonte: Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.16.

¹³² Moreira da Silva defendia que, apesar da proximidade com a cidade de Penafiel, esta vila era satélite da cidade do Porto. Fonte: Silva, D. M. da (1961). *Curriculum Vitae*. Curriculum Vitae, apresentado ao Concurso de provas públicas para provimento de um lugar de professor do 2.º grupo da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, p. 78.

¹³³ Despacho ministerial de 18 de Abril de 1942. Fonte: ofício nº 2968 Procº nº P-239 da Secção de Melhoramentos Urbanos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais dirigido a Moreira da Silva a 28 de Abril de 1942, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.

¹³⁴ Fonte: Contrato, estabelecido por escritura, entre David Moreira da Silva e o Doutor José Firmino Vieira de Meireles, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paredes, de 18 de Maio de 1944, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.

¹³⁵ “Planta de Zonas” na escala 1:2000; “Planta de orientação” com indicação dos arranjos existentes e projectados; e uma Memória Descritiva e Justificativa sucinta. Fonte: contrato, estabelecido por escritura, entre David Moreira da Silva e o Doutor José Firmino Vieira de Meireles, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paredes, de 18 de Maio de 1944, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282, p.3.

¹³⁶ “Planta de Orientação” na escala 1:2000, com a indicação a cores e traços convencionais, dos arranjos e traçados projectados; “Planta de Apresentação” na escala 1:2000; “Planta de trabalho”, na escala 1:2000, com curvas de nível, com a indicação dos arruamentos projectados de forma a relacionar-se com os perfis longitudinais; “Planta de Urbanização”, na escala 1:2000, com traços e cores convencionais com a indicação dos espaços e edifícios existentes e propostos; Planta esquemática dos sistema de drenagem de águas pluviais e esgotos; Plantas esquemáticas das redes de abastecimento de águas e energia eléctrica; Perfis longitudinais dos arruamentos principais e Perfis Transversais-Tipo; Memória Descritiva e Justificativa acompanhada das regras especiais e regulamentos municipais a publicar para garantia da execução do plano. Fonte: contrato, estabelecido por escritura, entre David Moreira da Silva e o Doutor José Firmino Vieira de Meireles, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paredes, de 18 de Maio de 1944, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282, pp.3-4.

No contrato consta que a Câmara Municipal de Paredes forneceria os elementos necessários¹³⁷ para elaboração do plano, existentes à data, que deviam ser, à responsabilidade do urbanista, verificados, completados ou corrigidos.

O contrato estabelecia ainda que aquando da apreciação superior, todas as modificações de carácter urbanístico sugeridas deveriam ser executadas para a completa aprovação do Anteprojecto.

Os trabalhos da primeira fase, ou seja, o “Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes” foi entregue à Câmara Municipal em Fevereiro de 1945¹³⁸, o CSOP emitiu sobre este o parecer nº1656 a 13 de Outubro de 1945¹³⁹ e, a 28 de Outubro do mesmo ano¹⁴⁰ era aprovado por despacho ministerial, com algumas reservas constantes no citado parecer.

David Moreira da Silva não deu seguimento imediato ao estudo de revisão do Anteprojecto e, com as posteriores publicações dos Decretos-lei de 1944 e 1946¹⁴¹ seria necessário proceder a um novo contrato para a elaboração de um Anteplano que, segundo a lei em vigor à data exigia novas peças desenhadas. Até 1964, Moreira da Silva exerceu o cargo de urbanista consultor da Câmara Municipal e, segundo a documentação consultada, não chegou a elaborar nenhuma revisão daquele plano, nem a autarquia local contratou novo urbanista.

A documentação existente nos arquivos consultados, em relação ao conteúdo do Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes de 1945, cinge-se às seguintes peças desenhadas e escritas: a “Planta Parcial do Distrito do Porto - Escala 1:250000” de 1942, “Planta das Zonas e de Orientação - Escala 1:2000” de 1944, “Planta das Zonas e de Orientação - Escala 1:2000” de 1944, a grafite com a indicação do existente à data, “Vila de Paredes - Estado Actual - Escala 1:2000” sem data, “Mapa das Estandas no Concelho de Paredes - Escala 1:100000” de 1945, “Planta da vila em 1923 [De Monografia de Paredes] - Escala 1:6000” de 1945, “Perfis Transversais-tipo dos arruamentos A, B, C, D, E, F e Longitudinal nº1 - Escalas, respectivamente, 1:200 e 1:1000” de 1945, “Planta da Região de Paredes indicando a solução para a variante à E.N. 15 destinada a evitar a travessia da vila - Escala 1:25000” sem data, “Memória Descritiva”¹⁴² de 1945 e correspondência trocada entre 1942 e 1964, Moreira da Silva, o CSOP, a JAE e a autarquia local, incluindo os pareceres à proposta de plano.

¹³⁷ Uma planta do concelho de Paredes na escala 1:25000 ou 1:50000; planta da vila de Paredes e respectiva área a urbanizar, com curvas de nível, na escala 1:2000; anteprojectos ou simples estudos anteriormente feitos; informações, dados estatísticos ou outros documentos existentes que servissem de base para a elaboração do plano. Fonte: contrato, estabelecido por escritura, entre David Moreira da Silva e o Doutor José Firmino Vieira de Meireles, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paredes, de 18 de Maio de 1944, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282, pp. 5-6.

¹³⁸ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Paredes a 13 de Fevereiro de 1945, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.

¹³⁹ Fonte: Parecer nº1656 da 1ª Sub-seção da 4ª Secção do CSOP de 13 de Outubro de 1945, homologado por despacho ministerial a 28 de Outubro de 1945, com 20 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.

¹⁴⁰ Fonte: Ofício nº2828 Processo nº U-33 da Repartição de Estudos de Urbanização da DGSU dirigido a Moreira da Silva a 19 de Novembro de 1945, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.

¹⁴¹ O Decreto-lei nº33921 de 5 de Setembro de 1944 revogava o anterior, de 1934, e o Decreto-lei nº35931 de Setembro de 1946 conferia força jurídica aos Anteplanos de Urbanização, cujos processos não tinham a mesma constituição dos Planos Gerais anteriormente exigidos.

¹⁴² A Memória Descritiva do Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes de 1945 não inclui a regulamentação das zonas.



Figura 47 Vila de Paredes - Estado Actual - Escala 1:2000, s.d.

[LEITURA CRÍTICA DO EXISTENTE]

Moreira da Silva, aquando da elaboração do Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes, fez uma leitura crítica do existente em 1944 no que diz respeito: às características naturais do território (topografia, clima), as comunicações (viária, rodoviária e ferroviária) e à organização do aglomerado de acordo com as funções dominantes da vila (administrativa, agrícola, comercial e residencial).

O centro urbano desenvolvia-se na década de 1940 a meia encosta, no cruzamento e ao longo das estradas E.N. nº12-2ª, direcção Porto-Lousado, e a E.N. 6-1ª, hoje E.N. nº15. Esta última entrava na vila pelo lado sudoeste da Praça de José Guilherme passando pelos Largos de Nuno Álvares e José Barbosa e cruzava, de nível, com o caminho de ferro do Douro, próximo da estação, transpondo, a jusante, o rio Sousa pela respectiva ponte, em direcção a Penafiel. As estradas municipais encontravam-se, segundo o urbanista, demasiado próximas umas das outras, sobretudo aquelas que se encontravam a Noroeste da Praça José Guilherme, além de cobrirem uma área excessiva comparativamente ao número de edificações existentes à data.

O edificado existente à data (fig. 47) correspondia: ao edifício dos Paços do Concelho, recentemente inaugurado à data, ficando este a noroeste da Praça de José Guilherme; uma *esplêndida* Escola Primária¹⁴³, situada em frente à Praça anteriormente referida; centenas de moradias, algumas das quais com *muito bom aspecto*¹⁴⁴ e vários prédios mistos de habitação e comércio; o Hospital da Misericórdia, instalado em edifício próprio, num terreno que permitia a ampliação das suas instalações; e a Igreja de S. Salvador; a capela de Nª Sª da Guia; o quartel dos bombeiros, instalado no antigo edifício dos Paços do Concelho, situado no Largo de José Barbosa.

Os espaços livres públicos existentes eram considerados pelo urbanista suficientemente grandes para a população da vila em 1944, correspondendo a: um cemitério que, segundo o urbanista era espaçoso e que, apesar da sua localização central no aglomerado urbano estava *bem arrumado*¹⁴⁵; um campo de futebol *bem*¹⁴⁶ situado entre o Hospital e o caminho de ferro; um *pequeno e malcheiroso*¹⁴⁷ matadouro, situado, à data, próximo do edifício dos Paços do Concelho; o Largo de José Barbosa; a Praça do Avelino; a praça arborizada de José Guilherme; o campo da feira composto por uma zona arborizada destinada ao gado e uma outra, em terreno íngreme, destinada aos géneros e cereais; e o adro da igreja.

Moreira da Silva referia ainda que a vila carecia de hotéis, espaços de lazer e repouso e uma piscina para a população advençã que frequentava a vila no Verão:

*“Salubre e de aspecto alegre e acolhedor, a vila de Parêdes que, normalmente e sob certos aspectos, mais se pôde considerar satélite do Pôrto do que de Penafiel, sua rival é, no Verão, a verdadeira estância de repouso a que nos referimos quando nos ocupamos do clima na área do seu concelho.”*¹⁴⁸ (Silva, 1945, p.23)

¹⁴³ Fonte: Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.20.

¹⁴⁴ Idem, p.21.

¹⁴⁵ Idem, p.21.

¹⁴⁶ Idem, p.21.

¹⁴⁷ Idem, p.21.

¹⁴⁸ Idem, p.23.

	QUADRO DE SUPERFÍCIES E PERCENTAGENS					
	EXISTENTE			ANTEPLANO		
	Superfície (ha)	%	Nº de habitantes	Superfície (ha)	%	Nº de habitantes
Zona Mista - H	2,58	8,5		7,59	6,5	
Zonas Residenciais H1 H2 H3	7,82	25,6		54,09	46,0	
Zona Industrial - I	2,37	7,8		10,89	9,3	
Zona dos Espaço Livres Públicos - EL	5,78	19		17,01	14,0	
Zona Rural - R	-	-		-	-	-
Centro Administrativo - A	0,36	0,1		0,41	0,3	-
Centros Comerciais Locais - CL	-	-		1,29	1,1	-
Centro Clínico - CC	1,99	6,6		2,35	2,1	-
Centro de Desportos - CD	1,08	4,4		9,54	8,2	-
Arruamentos	8,52	28		25,35	21,6	-
Área Livre urbanizável	86,49					
não urbanizável	61,52					
Total	178,5		2262			

Figura 48 Quadro de superfícies e percentagens existentes e propostas no Anteprojecto de acordo com a divisão da Vila de Paredes em Zonas e Centros.

A área livre (ou área urbanizável) em redor no núcleo urbano existente, que era de grandes dimensões, no entanto, segundo o urbanista, apenas uma pequena parte seria aproveitável para edificações devido à sua baixa cota, à deficiente ventilação e à pequena profundidade a que se encontrava a “toalha aquífera”¹⁴⁹.

[ANTEPROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE PAREDES – 1945]

Moreira da Silva, após o estudo da origem, desenvolvimento e estado actual da vila de Paredes à data, procedia a uma análise criteriosa das superfícies e percentagens de ocupação do solo do aglomerado urbano em 1944 (fig.48).

O Anteprojecto abrangia uma área urbana com cerca de 178 hectares¹⁵⁰ que incluía uma área urbanizada de 30,5 hectares e uma área livre de 148 hectares. A área urbanizada existente encontrava-se distribuída pelas áreas: residencial, mista, industrial, administrativa, clinica, desportiva, dos arruamentos e dos espaços livres públicos. A área livre existente à data era dividida pelo urbanista através de áreas urbanizável e não urbanizável com cerca de 86 e 61 hectares, respectivamente.

A partir desta análise, o urbanista concluía que: quase $\frac{1}{4}$ da área urbanizada era absorvida por arruamento, o que era excessivo; a área residencial abrangia grande parte da área urbanizada; seguindo-se a área mista e industrial com um índice percentual baixo; a área dos espaços livres públicos excedia $\frac{1}{5}$ da área urbanizada, o que, segundo o urbanista, estava inteiramente dentro das melhores normas¹⁵¹; e a área livre urbanizável, embora de grandes dimensões, não chegava a ser 3 vezes superior à área urbanizada.

A expansão planeada por Moreira da Silva, inserida na área urbanizável do Plano, correspondia a um aumento 3 vezes superior à área urbanizada à data, cujas superfícies e percentagens se encontram especificadas na figura 48.

Moreira da Silva referia que população da vila de Paredes em 1940 correspondia a um total de 2262 habitantes, no entanto nada é dito quanto à previsão do aumento populacional deste aglomerado.

[ZONAMENTO]

*“As aglomerações existem e desenvolvem-se, tôdos o sabem, graças à actividade dos seus habitantes. Estes, por sua vez, têm necessidade de trabalho, recreio e repouso, motivos pelos quais necessário e indispensável se torna escolher e distribuir pelo solo que êles ocupam, em percentagens criteriosas e nos locais mais apropriados, os espaços que melhor podem convir ao exercício de cada uma daquelas funções urbanas.”*¹⁵² (Silva, 1945, p.24)

¹⁴⁹ Idem, p.23.

¹⁵⁰ Fonte: Contrato, estabelecido por escritura, entre David Moreira da Silva e o Doutor José Firmino Vieira de Meireles, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paredes, de 18 de Maio de 1944, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282, p.3.

¹⁵¹ Fonte: Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.27.

¹⁵² Idem, p.24.

Tomando por base a conservação, no maior número possível, dos diferentes elementos ou órgãos urbanos existentes na vila, as necessidades da população e o aproveitamento racional do solo, Moreira da Silva, dividiu estas áreas em zonas e centros, correspondendo esta divisão ao zonamento da vila de Paredes (fig. 49):

- Zonas Residenciais – H1, H2 e H3;
- Zona Mista, de Comércio e Habitação – H;
- Zona Industrial - I;
- Zona dos Espaços Livres Públicos – EL;
- Zona Rural – R;
- Centro Administrativo – A;
- Centros Comerciais Locais – CL;
- Centro Clínico – CC;
- Centro de Desportos – CD.

Os edifícios escolares e respectivos terrenos ficavam integrados nas áreas das zonas onde se encontravam.

Moreira da Silva, para além dividir o solo da aglomeração urbana por zonas, defendia ser essencial a regulamentação não só destas, mas também dos talhamentos e quarteirões. Esta regulamentação, segundo o urbanista, era fundamental para fixar as áreas mínimas e máximas das superfícies cobertas e exigir, na marcação de talhões, a implantação aproximada dos futuros edifícios¹⁵³. Estes documentos não foram encontrados nos arquivos consultados, por isso a análise do zonamento será feita a partir da Memória Descritiva de 1945 e pela informação constante na correspondência trocada entre 1942 e 1964 entre Moreira da Silva e as várias entidades.

ZONAS RESIDENCIAIS – H1, H2 e H3

As Zonas Residenciais eram destinadas à habitação, embora nalguns dos seus edifícios pudessem existir alguns estabelecimentos comerciais, tais como: farmácias, mercearias, retrosarias, papelarias, floristas, entre outras casas de idêntica importância e utilidade.

O princípio orientador da distribuição das zonas residenciais era a sua divisão por classes sociais, representadas por três categorias: H1, H2 e H3. Como características comuns, as moradias construídas nestas zonas deveriam ser unifamiliares isoladas ou agrupadas, dispostas de forma a albergar, cada uma, o seu próprio quintal¹⁵⁴.

A Zona H1, destinada à classe abastada, ficaria ao longo e a Nascente da Avenida da República até ao parque infantil previsto e numa pequena área de expansão para Norte do aglomerado existentes à data. Os talhões desta zona seriam grandes de forma a permitirem a construção de “*boas casas individuais isoladas*”¹⁵⁵, com anexos, quintais ou jardins.

¹⁵³ Idem, p.36.

¹⁵⁴ Idem, 30.

¹⁵⁵ Idem, p.30.

A Zona H2, destinada à classe média ou remediada, ficaria a Sul do cemitério, em torno do Hospital da Misericórdia e ao longo da E.N. nº6 (actual E.N. nº15), no troço em direcção ao Porto, a Nascente do núcleo central da vila. Os talhões desta zona seriam de tamanho médio para a construção de casas isoladas e agrupadas.

A Zona H3, destinada à classe operária, seria descontínua, distribuída por três áreas: uma a Sul da estação de caminho de ferro, outra junto à Zona Industrial projectada e uma terceira a Oeste do Cemitério. Os talhões desta zona seriam pequenos para a construção de casas isoladas e agrupadas.

ZONA MISTA, DE COMÉRCIO E HABITAÇÃO - M

A Zona Mista era destinada ao comércio, às profissões liberais, ao artesanato e às habitações e ficaria dentro dos limites da Zona H2, ou seja, ao longo: do Campo da Feira, da Avenida D. Afonso Henriques, a Praça de José Guilherme, o Largo de Nuno Álvares, a Praça do Avelino e a rua do 1º de Dezembro. Os talhões seriam médios e grandes de forma a permitir a construção de *prédios ligados uns aos outros e construídos no alinhamento*¹⁵⁶.

ZONA INDUSTRIAL – I

A Zona Industrial era destinada à indústria que eventualmente se viesse a instalar na vila e ficaria situada ao longo da linha de caminho de ferro. Os talhões poderiam ser grandes, médios ou pequenos incluindo cais directamente ligados à via férrea.

ZONA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS - EL

A Zona dos Espaços Livres Públicos era considerada pelo urbanista uma reserva de ar puro da vila “(...) *cuja necessidade inútil se [tornava] encarecer (...)*”¹⁵⁷. Ou seja, esta zona abrangia os espaços livres públicos existentes à data¹⁵⁸ que, para Moreira da Silva eram já suficientes, de qualquer modo o urbanista previa ainda a ampliação destes e ainda novos espaços como o Parque Infantil e a Praia Artificial a implantar a Nordeste do aglomerado urbano.

ZONA RURAL – R

A Zona Rural era uma vasta reserva de ar puro destinada à agricultura e, também, “(...) *uma preciosa e indispensável reserva para a futura extensão ou alargamento da vila.*”¹⁵⁹. De área indeterminada, esta zona começava no limite exterior da área urbanizada. Por conseguinte, as edificações que eventualmente se viessem a construir na zona rural deveriam ficar recuadas no mínimo de 10 metros em relação ao alinhamento da estrada, salvo nos casos em que existisse algum largo ou praça.

¹⁵⁶ Idem, p.31.

¹⁵⁷ Idem, p.31.

¹⁵⁸ A praça de José Guilherme, o Campo da Feira, o Centro de Desportos, o Centro Clínico e o cemitério.

¹⁵⁹ Fonte: Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.32.

CENTRO ADMINISTRATIVO – A

O Centro Administrativo era exclusivamente destinado aos serviços públicos, situado no topo Noroeste da Praça José Guilherme, abrangia o terreno onde se localizava o edifício dos Paços do Concelho.

CENTROS COMERCIAIS LOCAIS – CL

Os Centros Comerciais Locais destinavam-se ao comércio, de forma a satisfazer as necessidades quotidianas da população residencial e, por isso, eram distribuídos pelas quatro zonas de expansão habitacional situadas a Nordeste, Noroeste, Sudoeste e Sudeste do aglomerado urbano.

CENTRO CLÍNICO – CC

O Centro Clínico era exclusivamente destinado aos serviços hospitalares, abrangendo o Hospital da Misericórdia e acrescida uma faixa de terreno compreendida entre o alinhamento existente¹⁶⁰ e a “Avenida do Hospital” prevista pelo urbanista, hoje Avenida Comendador Abílio Seabra.

CENTRO DE DESPORTOS

O Centro de Desportos era exclusivamente destinado à prática do desporto, tais como: o futebol, o basquetebol, o ténis e a natação. Este centro era dividido em duas zonas: a primeira, denominada em planta (fig.49) de “Parque de Desportos”, incluía o campo de futebol existente à data com a ampliação do terreno de forma a incluir os campos de basquetebol e de ténis¹⁶¹; e a segunda, junto à ribeira de Sentiais, onde seria captada e filtrada a água necessária para a construção de uma piscina, denominada em planta (fig.49) de “Praia Artificial” junto ao Parque Infantil previsto¹⁶².

EDIFÍCIOS DE INTERESSE PÚBLICO

Para além do zonamento, o urbanista procedia à localização racional das edificações particulares e publicas novas, a transferir ou simplesmente beneficiar, tais como: escolas primárias, escola agrícola, mercado coberto, agência da Caixa Geral de Depósitos, o edifício dos Correios e o dos Bombeiros, uma pequena Igreja, o parque infantil, a praia artificial, a capela de N^a S^a da Guia, a ampliação do cemitério, dos campos da feira e de jogos, entre outros.

Moreira da Silva previa a instalação dos serviços de Correios, Telégrafos e Telefones num novo edifício localizado num terreno que ainda hoje se encontra livre de edificações, no Largo de José Barbosa, hoje Praça do Capitão Torres de Meireles. O urbanista justifica a localização pelo fácil acesso e “boa vizinhança”¹⁶³, ou seja, por este se situar perto do edifício da antiga Câmara Municipal.

¹⁶⁰ Moreira da Silva pretendia suprimir o arruamento que hoje corresponde à rua Elias Moreira Neto de forma a aumentar o terreno destinado ao Centro Clínico.

¹⁶¹ Nesta zona encontra-se hoje um campo de futebol e um pavilhão gimnodesportivo, inactivos, e, para Poente, encontra-se o Complexo Desportivo de Paredes que inclui a piscina municipal e campos de ténis.

¹⁶² No sítio onde Moreira da Silva previa este centro de desporto e o Parque Infantil foi inaugurado no ano 2000 o Parque da Cidade de Paredes, com cerca de 2,5 hectares, um espaço de lazer que inclui hoje vários equipamentos para a prática de desporto de manutenção e espaços infantis. Fonte: site da Câmara Municipal de Paredes, disponível em http://www.cm-paredes.pt/pages/723?poi_id=38, consultado em várias datas.

¹⁶³ Fonte: Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.41.

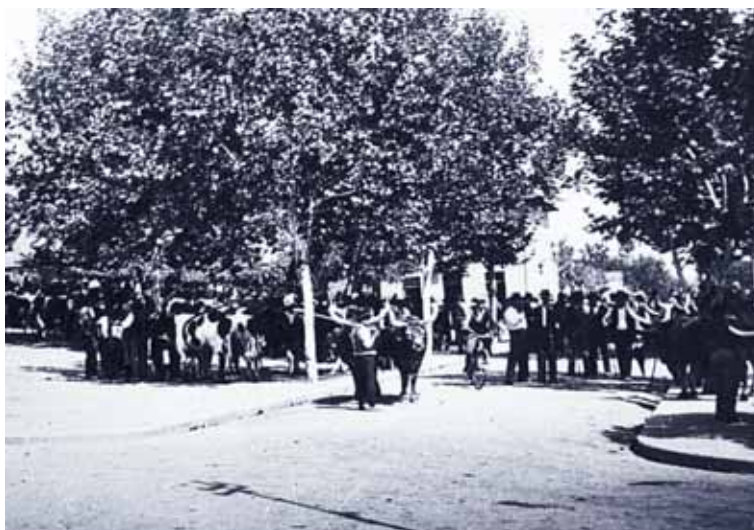


Figura 50 Fotografia com a legenda: “Situada no ponto mais elevado da vila, a interessante capela do Calvário será o lógico motivo de fundo da projectada artéria ligando aquêlo monte ao Campo da Feira”, de 1945. | Figura 51 e Figura 52 Fotografias com a legenda: “Aspecto da parte arborizada do Campo da Feira.”, de 1945.

No mesmo quarteirão onde ficava prevista a implantação do edifício dos Correios ficaria também a agência da Caixa Geral de Depósitos, no Largo Nuno Álvares. Esta agência encontra-se hoje a escassos metros da localização indicada por Moreira da Silva, no mesmo Largo.

Em Paredes existia um campo da feira (fig. 51 e 52), onde eram feitas trocas comerciais nas feiras mensais da vila, no entanto, Moreira da Silva considerava que fazia falta à população “(...) *um mercado ou centro onde, ao abrigo das intempéries, cotidianamente, possa abastecer-se.*”¹⁶⁴. Por conseguinte, o urbanista, previa um novo Mercado, a construir quando houvesse necessidade tal, localizado entre a Avenida da República e nova avenida de acesso à estação (extensão correspondente à actual rua da Igreja Velha).

Os edifícios religiosos existentes à data restringiam-se a duas capelas e uma Igreja. Apesar de não ser uma necessidade imediata, Moreira da Silva previa uma nova igreja, mais pequena do que a existente, que viesse a servir a população da futura extensão Norte da Vila, a localizar-se junto do cemitério existente.

As novas instalações escolares previstas correspondiam a 3 escolas primárias, além da existente, uma escola primária, um grupo escolar e uma Escola Técnica ou Agrícola. Os novos edifícios encontravam-se identificados na "Planta das Zonas e de Orientação", distribuídos de acordo com o princípio das unidades de vizinhança, inseridos nas zonas de expansão dos núcleos residenciais, de modo a que “(...) *as crianças não [tivessem] necessidade de andar mais de 400 metros para se deslocarem de casa até à escola ou vice-versa.*”¹⁶⁵. A Escola Técnica ou Agrícola era apenas uma sugestão do urbanista em virtude da grande actividade agrícola que se exerce no concelho de Paredes à data, situando-a perto do centro de desportos proposto, perto do local onde hoje se encontra a Escola Secundária de Paredes. O grupo escolar ficaria situado onde hoje se encontra o Centro de Dia de Paredes e a escola primária junto ao Parque Infantil proposto a Nascente da vila.

Moreira da Silva previa um pequeno hotel, destinado a veraneantes, localizado no monte do Calvário junto da capela do mesmo nome (fig.51), um lugar “(...) *bem ventilado e com melhores vistas panorâmicas da vila.*”¹⁶⁶. No local onde este hotel se encontrava previsto situa-se hoje o Tribunal Judicial de Paredes.

A Nordeste da Praça José Guilherme, junto aos Paços do Concelho de Paredes, ficava prevista a construção de um pavilhão de chá, com vista privilegiada sobre as terras baixas de Paredes, a serra de Santiago e a cidade de Penafiel. Neste local encontra-se hoje a Junta de Freguesia de Castelões de Cepeda.

O Matadouro existente deveria ser demolido em prol da construção de um novo edifício para este fim, num local “(...) *mais amplo, em melhores condições de higiene e em local mais apropriado* (...)”¹⁶⁷, local escolhido pelo urbanista na margem esquerda da ribeira de Sentiais, perto do caminho de ferro, longe das habitações e numa posição em que os ventos predominantes afastassem os maus cheiros da vila.

¹⁶⁴ Idem, p.41.

¹⁶⁵ Idem, p.42.

¹⁶⁶ Idem, p.43.

¹⁶⁷ Idem, p.44.



Figura 53 Fotografia com a legenda: “Construído no eixo principal da Praça José Guilherme, o actual edifício dos Paços do Concelho é uma honrosa realização para tôdos aquêles que nele colaboraram”, de 1945. | Figura 54 Fotografia com a legenda: “Situada no Largo de José Barbosa, com frente para a rua do Dr. José de Magalhães, está a antiga casa da Câmara de acentuado sabôr plástico, que depois de limpa e convenientemente adaptada, muito bem poderia servir para séde da Casa do Pôvo”, de 1945. | Figura 55 Fotografia com a legenda:” Perto da respectiva estação, a E.N. nº6-1ª passa ao nível do caminho de ferro do Douro”, de 1945.

O urbanista previa ainda dois edifícios públicos: a casa do povo e o Grémio da Lavoura. O primeiro seria localizado no edifício da antiga Câmara Municipal (fig.54) e o segundo, uma nova construção, situada no ângulo formado pela rua Infante Dom Henrique e o Campo da Feira¹⁶⁸.

O quartel dos bombeiros, à data instalado num dos anexos do edifício da antiga Câmara Municipal, seria transferido para um novo edifício a construir junto à Praça do Avelino (hoje Praça do Capitão Torres Meireles), no ângulo formado pela nova avenida prevista que fazia a ligação deste a estação (actual rua da Igreja Velha) àquela Praça, direcção a Lousada.

[ARRUAMENTOS]

*“Na sua forma física, o desenvolvimento e o futuro aspecto da vila de Parêdes depende, em grande parte, das soluções que vierem a ser dadas aos seus problêmas de arruamentos e vias de acesso.”*¹⁶⁹

Uma das principais vias de acesso à vila de Paredes era uma passagem de nível, existente à data, no cruzamento da E.N. nº6 e a linha de caminho de ferro (fig 55). Considerada um problema, esta passagem de nível era já objecto de estudo à data pela Direcção de Estradas¹⁷⁰, no entanto, Moreira da Silva, enquanto autor do anteprojecto de urbanização da vila apresentava uma solução: substituindo esta por uma passagem superior que ficasse no enfiamento da Avenida da República – *“(…) no único local onde a configuração natural do terreno admiravelmente se presta para a sua construção.”*¹⁷¹.

A construção desta nova via de acesso à vila concomitantemente à remodelação da própria Avenida da República¹⁷² e artérias convergentes permitira, segundo o urbanista, a passagem de um grande caudal de trânsito.

O núcleo urbano de Paredes, como já foi referido anteriormente, encontrava-se ao longo de um cruzamento de estradas que, segundo o urbanista, deveriam ser apenas um prolongamento das suas vias de acesso, prevendo assim uma remodelação da rede de arruamentos interurbanos e pouco mais.

¹⁶⁸ Em 1949, a Câmara Municipal de Paredes pedia ao urbanista um novo parecer sobre a localização do Grémio da Lavoura. Por conseguinte, Moreira da Silva indicava o terreno que se situa entre as ruas Alameda José Cabral e Infante Dom Henrique referindo que a implantação do edifício deveria ficar a 5 metros do alinhamento desta última rua. O edifício do Grémio da Lavoura foi construído neste local, albergando hoje a cooperativa agrícola. Fontes: Ofício nº842 Proc. 112 da Câmara Municipal de Paredes dirigido a Moreira da Silva a 15 de Novembro de 1949 e Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Paredes a 25 de Novembro de 1949, consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.

¹⁶⁹ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.36.

¹⁷⁰ Idem, p.36.

¹⁷¹ Idem, p.37.

¹⁷² Em 1945 esta Avenida encontrava-se já desarborizada para efeitos de alargamento que, segundo o plano seria de 18 metros a partir da nova Praça da Estação. Fonte: Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.37.

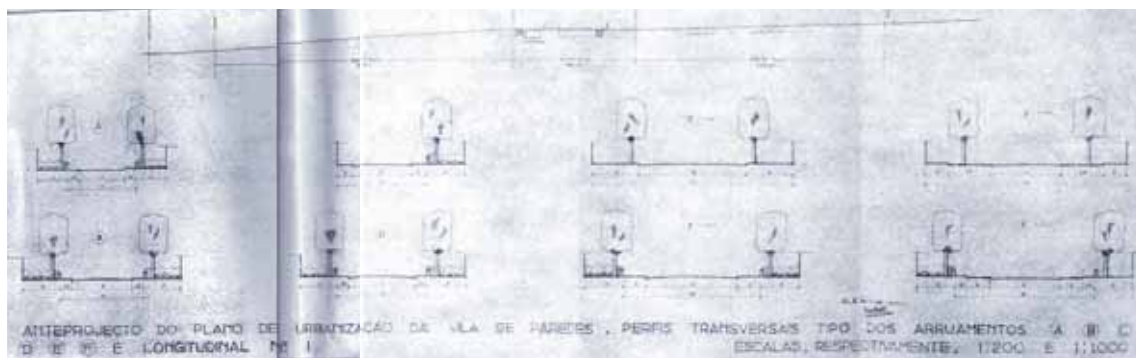


Figura 56 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes - Perfis Transversais-tipo dos arruamentos A, B, C, D, E, F e Longitudinal nº1 - Escalas 1:200 e 1:1000, respectivamente, de 1945.

Os arruamentos tipo propostos eram assinalados por A, B, C, D, E e F na “Planta das Zonas e de Orientação” (fig. 56) e as suas dimensões eram definidas por Perfis Transversais Tipo (fig. 55), nomeadamente: (A) com duas faixas *non aedificandi* de 4m, passeios com 1,5 m cada um, faixa de rodagem com 6 m; (B) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 1,5 m cada um, faixa de rodagem com 8 m; (C) com dois passeios de 2m cada, uma faixa de rodagem com 8m e, do lado direito do arruamento, uma faixa *non aedificandi* de 5m que separa a artéria das edificações; (D) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 1,5 m cada um, faixa de rodagem com 9 m.

Os arruamentos que correspondiam aos perfis E e F teriam duas fases de construção. A primeira: (E-1ªFase) com passeios com 3 m cada um, seguidos de faixas verdes arborizadas com 5,5m em toda a sua extensão e faixa de rodagem com 9 m e (F-1ªFase) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 1,5 m cada um, seguidos de faixas verdes com 1,5m em toda a sua extensão e faixas de rodagem com 9 m. E a segunda: (E-2ªFase) os passeios seriam arborizados e alargados para 6 m cada um bem com as faixas de rodagem que passavam a ter um total 14 m de largura e (F-2ªFase) mantinha as duas faixas *non aedificandi* de 5m, mas os passeios aumentavam para os 3m cada um, bem como as faixas de rodagem que passavam a ter um total 12 m de largura.

Moreira da Silva previa uma larga Avenida, no único local central onde a sua construção teria um declive mínimo¹⁷³, e que estabelecesse uma ligação entre os “dois pontos mais importantes da vila”, ou seja, a Praça José Guilherme e o Campo de Feira. A construção desta artéria daria lugar à criação de uma “(...) *esplêndida zona mista de comércio, passeio, estacionamento e habitação, através ou à volta da qual passaria a girar o melhor da actividade da sua população.*”¹⁷⁴. Prevista com uma largura total de 26 metros, a construção desta Avenida seria faseada de acordo com o Perfil E anteriormente descrito¹⁷⁵. Esta avenida foi apenas parcialmente construída correspondendo hoje à rua Doutor José Firmino Ferreira.

O urbanista previa ainda uma avenida que faria a ligação desde a Estação de Caminho de Ferro ao troço da E.N. nº15 para Poente, com 28 metros de largura, de construção faseada de acordo com o Perfil F anteriormente descrito. Esta “variante” à estrada nacional foi construída e corresponde hoje às Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro e Comendador Abílio Seabra.

Os restantes arruamentos correspondiam ao prolongamento dos existentes, como no caso da artéria com o Perfil B que faria a ligação da Igreja de Paredes à Praia Artificial e Parque Infantil previstos no plano. Este arruamento foi construído e corresponde hoje à rua Padre Marcelino da Conceição.

¹⁷³ Moreira da Silva pretendia construir uma artéria suficientemente larga e de nível para que a população fixa ou adventícia pudesse passear. Fonte: Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.39.

¹⁷⁴ Idem, p.39.

¹⁷⁵ As edificações que marginavam esta artéria, segundo o urbanista deveriam ser construídas em ala contínua, no seu alinhamento, com gavetos oitavados, com um, dois ou três andares, destinadas ao comércio, à habitação e às profissões liberais. Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Paredes a 13 de Julho de 1964, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.

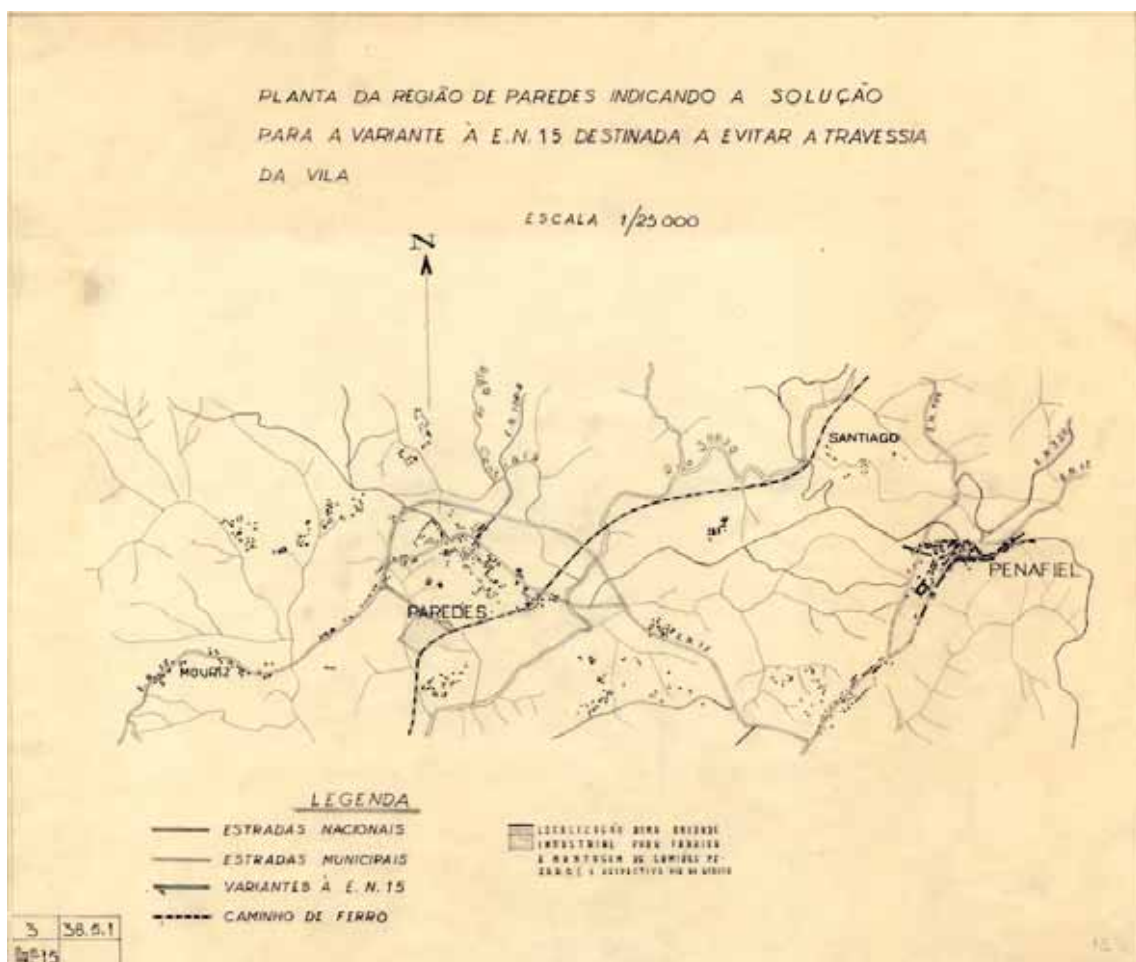
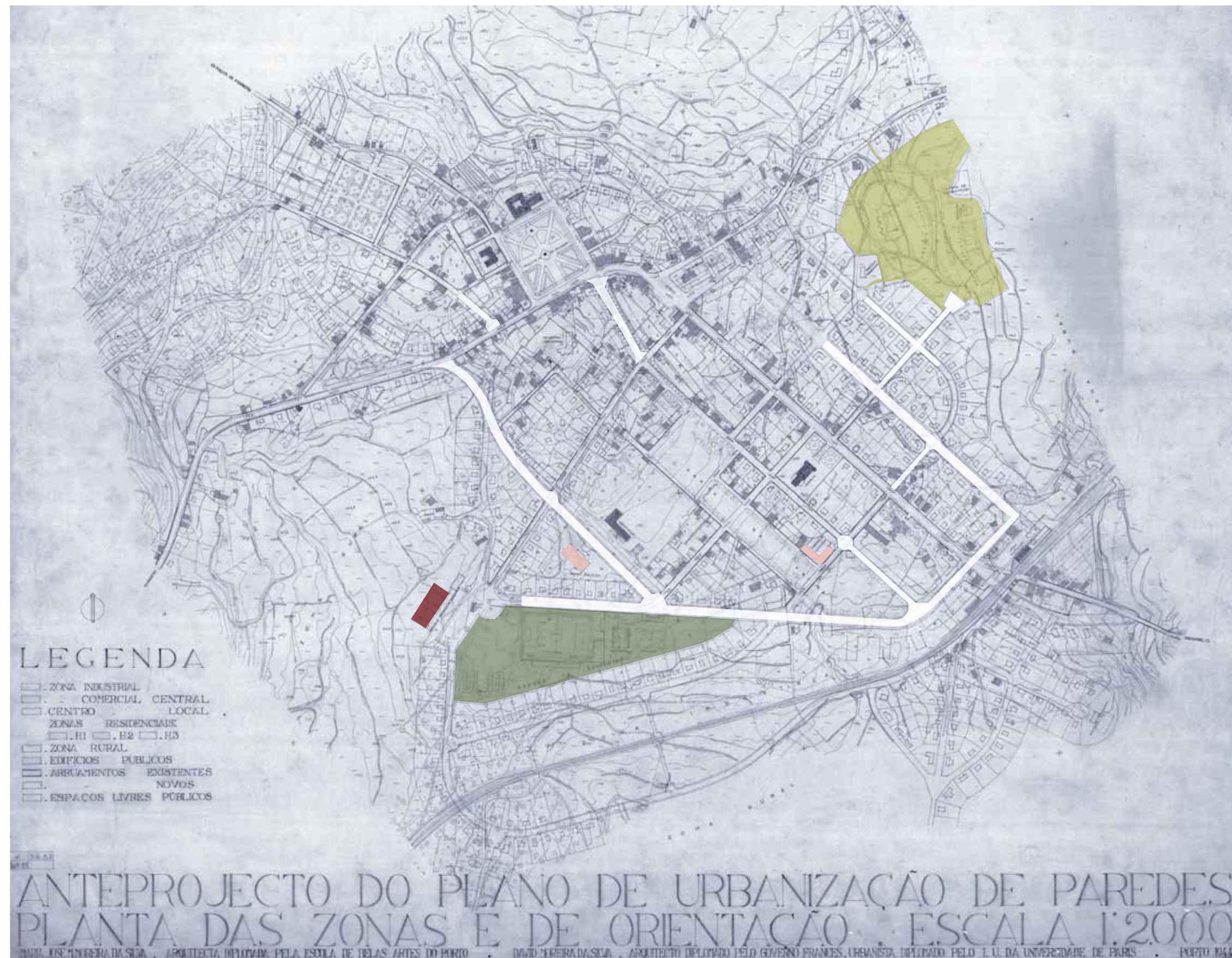


Figura 57 Planta da Região de Paredes indicando a solução para a variante à E.N. 15 destinada a evitar a travessia da vila - Escala 1:25000, s.d.

Em 1956, a Câmara Municipal de Paredes enviava ao urbanista o traçado da variante à E.N. nº15 elaborado pela Direcção de Urbanização do Distrito do Porto (fig. 57), que atravessava a vila, pelo exterior, do lado Nascente. Esta variante não teria impacto na solução apresentada por Moreira da Silva pois tomava a forma das avenidas construídas hoje segundo o traçado protagonizado pelo urbanista¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Fonte: Ofício nº 273 Procº112 da Câmara Municipal de Paredes dirigido a Moreira da Silva a 21 de Fevereiro de 1956, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.



LEGENDA: □ Arruamentos propostos □ Edifícios Públicos propostos □ Parque de Desportos proposto □ Centro de Desporto: Parque Infantil e Piscina Artificial □ Escolas propostas

Figura 58 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes - Planta das Zonas e Orientação, a grafite, com a indicação do existente - Escala 1:2000, de 1944.

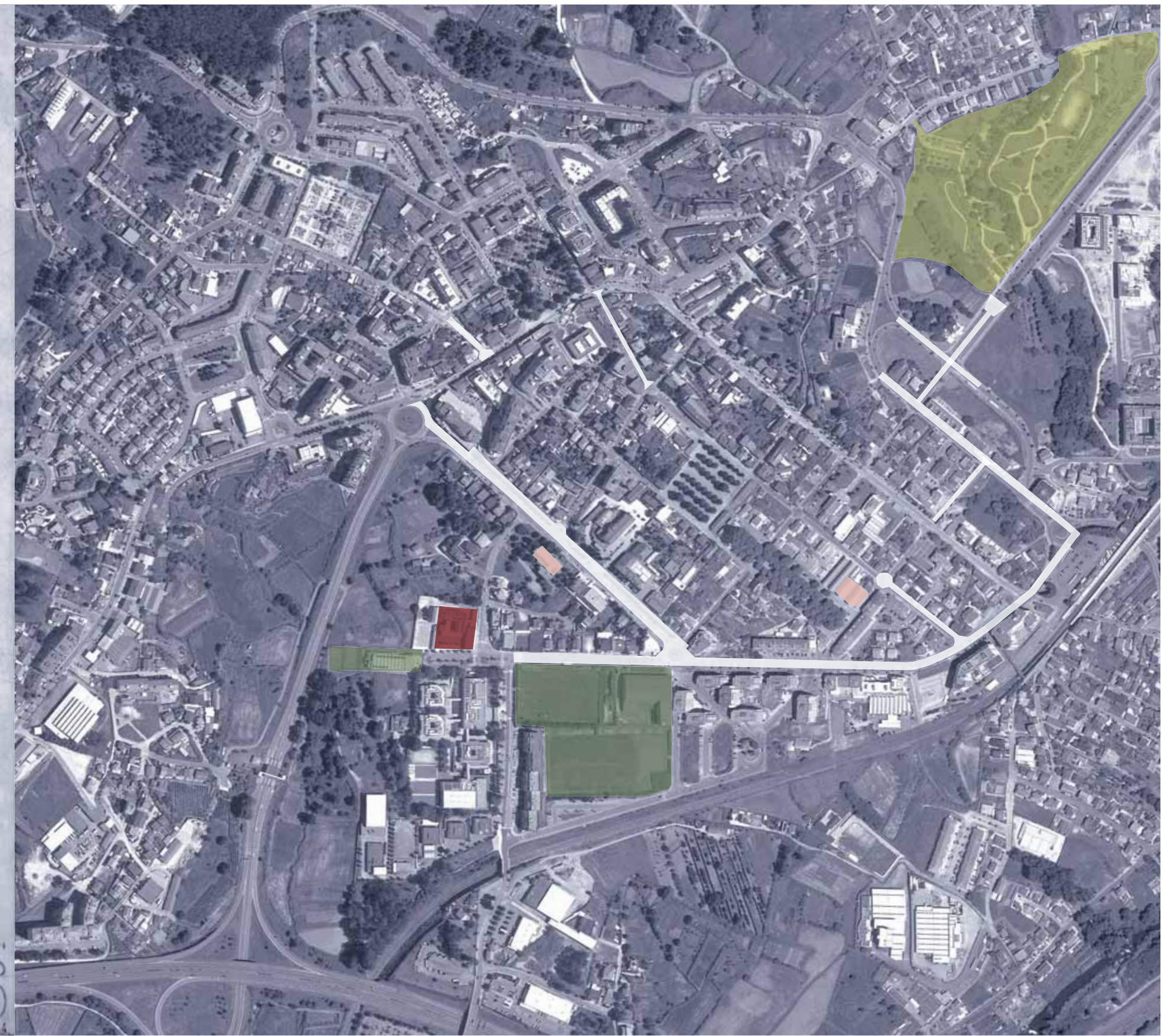


Figura 59 Fotografia aérea de Paredes, de 2017.

[O QUE FOI FEITO DO PLANO?]

O plano de Paredes, de 1945, não foi executado na sua totalidade, no entanto existem hoje alguns arruamentos construídos de acordo com o previsto por Moreira da Silva. Simultaneamente, verifica-se que as zonas habitacionais e mistas e ainda os Centros de Deportos, planeados naquele período destinados às mesmas funções e/ou serviços.

Os arruamentos propostos seriam na sua maioria um prolongamento dos existentes, no entanto verifica-se hoje a construção de novas vias de comunicação de acordo com o plano de 1945, nomeadamente:

- a avenida de ligação entre a Praça José Guilherme e o Campo de Feira prevista, parcialmente construída, corresponde hoje à rua Doutor José Firmino Ferreira;
- a avenida de ligação entre a Estação de Caminho de Ferro ao troço da E.N. nº15 prevista para Poente, corresponde hoje às Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro e Comendador Abílio Seabra;
- e a artéria, com o Perfil B, que faria a ligação da Igreja de Paredes à Praia Artificial e Parque Infantil previstos no plano corresponde hoje à rua Padre Marcelino da Conceição.

A supressão da passagem de nível existente à data prevista pelo urbanista não foi concretizada a partir da solução que apresentou para o efeito, através de uma passagem superior, mas através de uma passagem em túnel, a Nascente do local proposto inicialmente por Moreira da Silva.

A Zona habitacional planeada ao longo da Avenida da República, em torno do Hospital da Misericórdia, ao longo da actual E.N. nº15, onde se situa a rua da Senhora da Guia, foi, quase na sua totalidade, construída de acordo com o planeado. Apenas a construção de habitação junto à linha de caminho de ferro não corresponde hoje à tipologia de moradias unifamiliares, mas a habitação colectiva com mais de 5 pisos e comércio no piso térreo.

Também de acordo com as propostas de planos de Moreira da Silva, existe hoje uma Zona Mista situada ao longo do Campo da Feira, da Avenida D. Afonso Henriques, a Praça de José Guilherme, o Largo de Nuno Álvares, a Praça do Avelino e a rua do 1º de Dezembro.

Os Centros de Desportos previstos encontram-se hoje parcialmente construídos. Para Poente do núcleo central existente à data, encontra-se um campo de futebol e um pavilhão gimnodesportivo, inactivos, e, ainda o Complexo Desportivo de Paredes que inclui a piscina municipal e campos de ténis. A Nascente, onde Moreira da Silva previa o segundo Centro de Desporto e o Parque Infantil, encontra-se hoje o Parque da Cidade de Paredes, com cerca de 2,5 hectares, um espaço de lazer que inclui vários equipamentos para a prática de desporto de manutenção e espaços infantis.



Figura 60 Anteplano de Urbanização da Vila de Amares - Planta da Região - Escala 1:100000, de 1949.

[1945-55 AMARES]

O concelho de Amares, pertencente ao distrito de Braga em 1949 ocupava uma superfície de 80,68 km². A apenas 12 km de Braga, a vila de Amares¹⁷⁷ era servida pelas estradas nacionais nº 205-2ª e 308-3ª e banhada a Sul pelo rio Cávado que serve de fronteira natural entre o seu concelho e os de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho. A vila era constituída pelas freguesias de S. Salvador de Amares e Santa Maria de Ferreiros, separadas apenas pelo acidente natural ravinoso da ribeira de Caires. Em conformidade com a legislação em vigor¹⁷⁸, Amares, como sede de concelho, foi objecto de estudo do Plano Geral de Urbanização na década de 1940.

Em Julho de 1944, David Moreira da Silva foi oficialmente encarregado, por despacho do Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas¹⁷⁹, da elaboração do PGU de Amares. Por conseguinte, a 14 de Setembro de 1945¹⁸⁰, foi celebrado o contrato, estabelecido por escritura, entre David Moreira da Silva e o presidente da Câmara Municipal de Amares.

No contrato consta que a Câmara Municipal e a DGSU forneceriam uma planta topográfica da vila de Amares, oficialmente aprovada, e dados estatísticos relativos à população, bem como documentos elucidativos sobre a situação económica da vila que servissem de base à elaboração do plano¹⁸¹. David Moreira da Silva ficava obrigado a elaborar: o “Anteplano ou Plano Regulador” num prazo máximo de 6 meses a contar da data da assinatura do contrato, constituído, em triplicado, por peças desenhadas e escritas¹⁸². Ficava ainda estabelecido neste documento que a entrega do “Plano Definitivo”, constituído, em triplicado, por peças desenhadas e escritas¹⁸³, seria feita 6 meses após a aprovação do Anteplano pela DGSU.

¹⁷⁷ Moreira da Silva considerava Amares como uma “povoação satélite” da cidade de Braga. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p. 6.

¹⁷⁸ Decreto-lei 33921 de 5 de Setembro de 1944.

¹⁷⁹ Fonte: ofício nº958 da Câmara Municipal de Amares dirigido a Moreira da Silva a 16 de Setembro de 1944, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

¹⁸⁰ Fonte: Ofício nº412 da Câmara Municipal de Amares dirigido ao Engenheiro Director da DGSU a 6 de Março de 1947.

¹⁸¹ Fonte: Minuta do Contrato para a elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Amares enviada pela Câmara Municipal de Amares a Moreira da Silva a 2 de Agosto de 1945, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

¹⁸² “Planta da Região” nas escalas 1:5000 ou 1:10000; “Planta de Conjunto – Estado Actual” com indicação das zonas, na escala 1:1000 ou 1:2000; “Planta de Trabalho”, com curvas de nível, na escala 1:2500 ou 1:5000, com a distribuição geral das zonas e indicação das principais artérias a conservar, a modificar ou projectar; “Planta de Urbanização” na escala 1:1000 ou 1:2000 onde fossem indicadas, a cores convencionais, as diferentes zonas, de harmonia com as diferentes actividades, as ruas e artérias, jardins e parques, espaços livres e instalações de interesse social, económico e público; “Perfis Longitudinais” dos principais arruamentos; “Perfis Transversais-Tipo” das diferentes artérias; Memória Descritiva e Justificativa; Regulamentos das diferentes zonas e indicação das suas características e do parcelamento dos terrenos em quarteirões e lotes. Fonte: Minuta do Contrato para a elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Amares enviada pela Câmara Municipal de Amares a Moreira da Silva a 2 de Agosto de 1945, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, p.2.

¹⁸³ “Planta de Orientação”, uma planta geral, com a indicação a cores e traços convencionais, dos arranjos e traçados projectados, à escala 1:2000; a mesma planta transformada em “Planta de Apresentação”; uma “Planta de Trabalho”, à escala 1:2000, com curvas de nível onde deveriam constar traçados simples dos arruamentos projectados, de forma a poder relacionar-se com os perfis longitudinais; uma “Planta de Urbanização”, à escala 1:2000, onde seriam indicados ruas, praças, jardins e parques, edifícios públicos, escolas, campos de jogos, entre outros; uma planta esquemática do sistema de drenagem de águas pluviais e esgotos; plantas esquemáticas das redes de abastecimento de águas e energia eléctrica; perfis longitudinais dos arruamentos principais e perfis transversais tipo; e por último, uma “Memória Descritiva e Justificativa” da orientação e métodos adoptados, acompanhada de regras especiais e regulamentos municipais a publicar para a garantia de execução do plano. Fonte: Minuta do Contrato para a

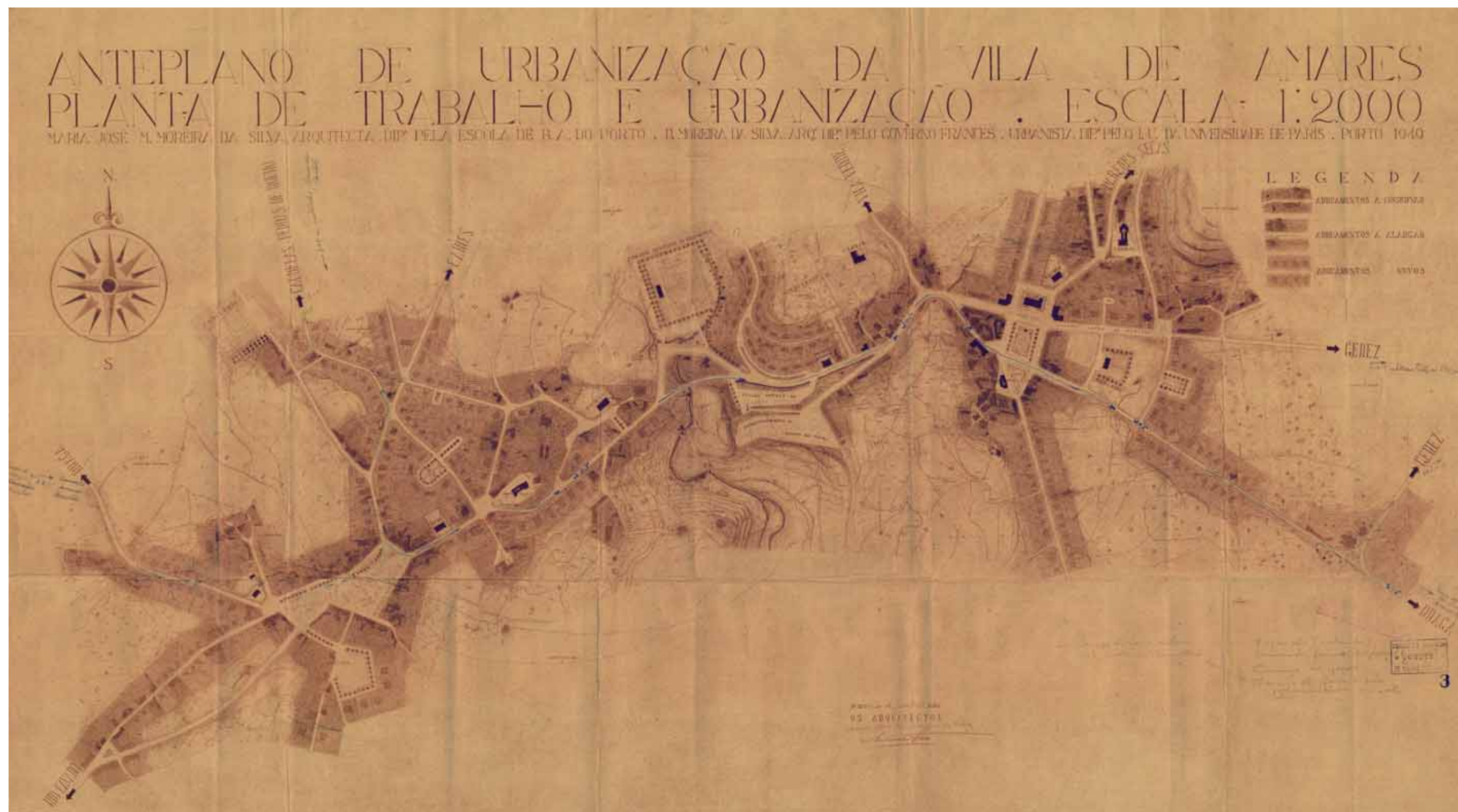


Figura 61 Anteplano de Urbanização da Vila de Amares - Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2000, de 1949.

O contrato estabelecia ainda que aquando da apreciação superior, todas as modificações de carácter urbanístico sugeridas deveriam ser executadas para a completa aprovação do plano.

A elaboração do Anteplano de Urbanização da Vila de Amares prolonga-se por 10 anos, período em que o Moreira da Silva exerceu a função de urbanista consultor¹⁸⁴ da Câmara Municipal e realizou quatro propostas. O Esboceto Geral de Urbanização era apresentado à autarquia local em 1947 e o Anteplano de Urbanização em 1949, não aprovado pelo CSOP (parecer nº 2228 da 1ª Sub-secção da sua 3ª Secção a 6 de Novembro de 1951 com várias observações), sofrendo aditamento em 1953 por ordem do Ministro¹⁸⁵. O último sofreu uma remodelação, por autoria de Moreira da Silva, em 1955 e foi aprovado por despacho ministerial¹⁸⁶, mas com anotações o que levou a consecutivas alterações do Anteplano até 1959, data em que era contratado um novo urbanista para a elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Amares¹⁸⁷.

[ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE AMARES DE 1949]

O Anteplano abrangia uma área urbana, urbanizada e urbanizável, de 145,6 hectares, constituída, segundo o urbanista, essencialmente por dois núcleos urbanos mais desenvolvidos em torno dos largos Dom Gualdim Pais, em S. Salvador de Amares, e da Feira Nova, em Santa Maria de Ferreiros, ligados através da Estrada Nacional nº205 que fazia a conexão da vila, para Poente, a Barcelos e, para Nascente, a Póvoa de Lanhoso. O primeiro núcleo caracterizava-se por: uma praça pública, onde se encontrava o monumento a D. Gualdim Pais; diversas edificações em torno desta praça incluindo os Paços do Concelho, uma escola primária e uma igreja; a um núcleo residencial de “*moradias muito pobres*”¹⁸⁸ no lugar de Cancela de Abreu; e um cemitério. O segundo núcleo caracterizava-se por: uma igreja cujo o adro servia de cemitério; um campo da feira, duas escolas e numerosos prédios de “*pouco interesse arquitectónico*”¹⁸⁹ que circundavam este último.

Em 1940, a vila tinha cerca de 1722 habitantes (507, na freguesia de Amares, e 1215, na freguesia de Ferreiros), cuja actividade era essencialmente agrícola, administrativa, judicial, comercial, industrial, religiosa e artesanal. Por conseguinte, a vida económica de Amares girava em torno da agricultura e do comércio concentrado no lugar da Feira Nova, na freguesia de Ferreiros, através de vários estabelecimentos comerciais e na feira que se realizava semanalmente.¹⁹⁰

elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Amares enviada pela Câmara Municipal de Amares a Moreira da Silva a 2 de Agosto de 1945, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, pp.2-3.

¹⁸⁴ No contrato, o urbanista ficava obrigado a prestar assistência técnica à Câmara Municipal sobre todos os assuntos que se relacionassem com o plano de urbanização durante o prazo que decorresse entre a apreciação do Anteplano e o Plano Definitivo. Fonte: Minuta do Contrato para a elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Amares enviada pela Câmara Municipal de Amares a Moreira da Silva a 2 de Agosto de 1945, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, p.5.

¹⁸⁵ Despacho ministerial de 21 de Novembro de 1951. Fonte: Ofício nº 2854, Processo nº U-166 da Repartição de Estudos de Urbanização do DGSU dirigido a Moreira da Silva a 7 de Dezembro de 1951, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

¹⁸⁶ Anteplano aprovado por despacho ministerial a 18 de Novembro de 1957. Fonte: Cópia do despacho ministerial exarado no parecer nº 2795 do CSOP dirigido a Moreira da Silva a 30 de Setembro de 1958, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

¹⁸⁷ Fonte: Ofício nº 745 da Câmara Municipal de Amares dirigido a Moreira da Silva a 6 de Abril de 1959.

¹⁸⁸ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.11.

¹⁸⁹ Idem, p.12.

¹⁹⁰ Idem, p.9.

Moreira da Silva salientava que, a vila de Amares não tinha “(...) *nem arruamentos a mais nem talhões ou quarteirões pequenos*”¹⁹¹, segundo o urbanista esta era uma excepção à regra - em relação a outros aglomerados urbanos - devida ao facto de ser uma população pequena, mas que necessitava definir as suas futuras zonas de expansão e respectiva urbanização. A área total do plano em estudo, incluindo as áreas urbanizada e rústica¹⁹², era pouco superior 1 500 000 m2. A área urbanizada (155 982m2) incluía: a área edificada (32 597m2), a área ocupada pela indústria (576 m2), os espaços livres públicos (10 638 m2) e arruamentos (62 171 m2).

Após a análise do aproveitamento do uso do solo de Amares, Moreira da Silva concluiu que a área edificada, ocupada pelo comércio e moradias era a mais relevante, a indústria insignificante, os espaços livres públicos satisfatórios e que os arruamentos não eram exagerados. Por conseguinte, a densidade habitacional de Amares era de 142 habitantes por hectare, valor este que o urbanista considerava aceitável e pretendia manter nas novas zonas de expansão onde nas décadas seguintes “(...) *não [haveria] necessidade de construir edifícios com altura superior à de um rés-do-chão acrescido de um ou dois andares.*”¹⁹³.

Entre 1946 e 1947, segundo a documentação consultada nos vários arquivos, Moreira da Silva elaborou várias propostas¹⁹⁴, inclusive um Esboceto Geral de Urbanização, cujas peças desenhadas não foram encontradas. Contudo, o acesso a ofícios e pareceres da Câmara Municipal de Amares, do MOP e DGSU em relação a este esboceto permitiu perceber as recomendações destas entidades para o desenvolvimento do estudo do Antepiano de Urbanização de Amares.

O Ministro das Obras Públicas e a DGSU recomendavam a revisão do Esboceto no sentido de localizar, no espaço entre as duas povoações (Amares e Ferreiros), o novo campo da feira admitindo o alargamento do existente à data, o núcleo residencial para pobres e o Posto de Socorros. Estas entidades recomendavam ainda a construção do novo edifício dos Paços do Conselho na praça Gualdim Pais¹⁹⁵, enquanto que o edifício que albergava esses serviços à data deveria ser remodelado de forma a adaptar-se a tribunal, a localização de uma nova cadeia junto ao cemitério de Amares e um novo cemitério em Ferreiros¹⁹⁶.

¹⁹¹ Idem, p.12.

¹⁹² A área rústica correspondia, não necessariamente à área urbanizável, rural ou agrícola, mas a toda a área do aglomerado urbano que não estivesse urbanizada.

¹⁹³ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.17.

¹⁹⁴ Em 1946, Moreira da Silva enviou propostas do arranjo da Praça do Município, situada no largo Gualdim Pais, e o do lado Norte do Largo da Feira Nova, integradas no Antepiano Geral de Urbanização em estudo à data. Nestes estudos incluía a localização dos edifícios pedidos pela Câmara Municipal a 26 de Março de 1946. Fontes: Cartas de Moreira da Silva dirigidas à Câmara Municipal de Amares a 25 de Março e 28 de Junho de 1946, consultadas no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

¹⁹⁵ A localização dos novos Paços do Concelho foi objecto de controvérsia, nomeadamente, após análise do Esboceto de 1947, o Governador de Distrito à data, Major de engenharia Nery Teixeira, considerava que este edifício deveria ser implantado entre as localidades de Amares e Ferreiros com vista à união das duas freguesias. Fonte: carta manuscrita do presidente da Câmara Municipal de Amares dirigida a Moreira da Silva sem data, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

¹⁹⁶ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.18-22.

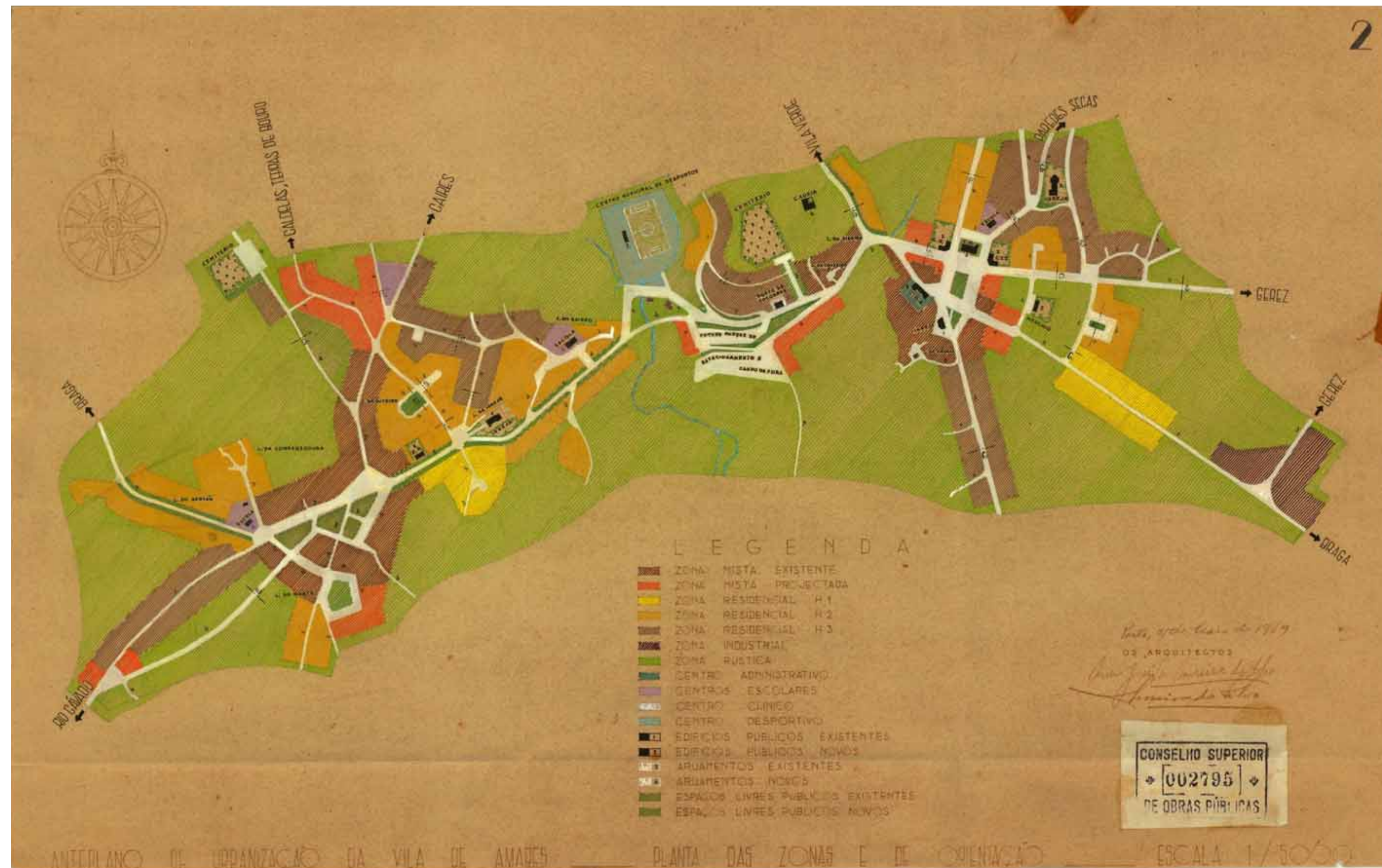


Figura 62 Anteplano de Urbanização da Vila de Amares - Planta das Zonas e de Orientação - Escala 1:5000, de 1949.

		QUADRO DE SUPERFÍCIES E PERCENTAGENS					
		EXISTENTE			ANTEPLANO		
		Superfície (m2)	%	Nº de habitantes	Superfície (m2)	%	Nº de habitantes
Zona Mista		83,17	5,59		129 467	8,70	2824
Zonas Residenciais	H1	-	-		35 676	2,39	267
	H2	-	-		158 596	10,62	1897
	H3	-	-		132 255	8,88	2645
Zona Industrial		576	0,04		20 386	1,30	50
Zona Rústica		1 329 123	89,27		791 649	53,17	1583
Centro Administrativo		2 400	0,16		3 632	0,24	-
Centros Escolares		824	0,6		11 460	0,78	-
Centro Clínico		-	-		840	0,06	-
Centro Desportivo		-	-		22 208	1,49	-
Arruamentos		62 171	4,18		133 586	8,97	-
Espaço Livres Públicos		10 638	0,71		49 150	3,37	-

Figura 63 Quadro de superfícies e percentagens existentes e propostas no anteplano de acordo com a divisão da Vila de Amares em zonas e Centros.

[ZONAMENTO]

Os sentidos de expansão planeados por Moreira da Silva circunscreviam os Largos Gualdim Pais, para Nascente, e da Feira Nova, para Poente, e ao longo da E.N. nº205, no sentido convergente com o objectivo de aproximação destes dois núcleos, onde ficavam previstos o Bairro para pobres, o campo da feira e o posto de socorros.

Tomando por base o aproveitamento racional do solo, as necessidades da população, a valorização existente em Amares, a topografia, a aproximação física dos núcleos urbanos de Amares e Ferreiros e as instruções verbais e escritas das diversas entidades¹⁹⁷, o urbanista dividiu estas áreas em zonas e centros (fig. 62) seguindo o princípio das “unidades de vizinhança”, ou seja, contemplando habitação, escolas, espaços verdes públicos e privados, comércio local (zona mista) e edifícios religiosos (três igrejas e uma capela).

Com base no cálculo da densidade populacional em cada uma das zonas¹⁹⁸ (fig. 63), Moreira da Silva propôs um aumento populacional cinco vezes superior ao existente à data na área de intervenção do plano, ou seja, de 1776 para 9266 habitantes e definiu o zonamento, acompanhado dos respectivos regulamentos de “Zonas”, talhamento de quarteirões e construções.

ZONAS MISTAS

As zonas mistas – nova e existente – eram destinadas ao comércio, ao artesanato, à pequena indústria, ao artesanato, a edifícios de espectáculos, escritórios, hotéis, pensões e à habitação. Localizadas nos núcleos urbanos de Amares e Ferreiros, abrangiam grande parte do edificado existente à data, com a excepção da zona mista proposta que se encontrava na área central de confluência entre as duas freguesias¹⁹⁹.

A superfície coberta de cada talhão poderia atingir os 100% da sua superfície total, com a excepção das casas de espectáculo cujo limite era fixado em 80%. Os edifícios novos nas zonas mistas propostas deveriam ser construídos em ala ou em “forma de pente”, com um limite de altura de vez e meia a largura da rua para qual ficassem voltadas as fachadas principais, enquanto que, na zona mista existente, este limite correspondia a 3 pisos (piso térreo e dois andares)²⁰⁰.

¹⁹⁷ Moreira da Silva referia-se às considerações dadas acerca do Esboço Geral de Urbanização de Amares elaborado em 1947 pelas entidades: o Ministro das Obras Públicas, o Director Geral dos Serviços de Urbanização e o Director dos Serviços de Melhoramentos Urbanos. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.17.

¹⁹⁸ Moreira da Silva não acreditava no interesse do cálculo da previsão exacta ou aproximada de qual viesse ser a população da vila dentro de determinado prazo, por exemplo de 30 ou mais anos, por isso avaliou o número de habitantes que Amares poderia comportar no futuro com base no cálculo da densidade populacional em cada uma das zonas. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.26.

¹⁹⁹ Na “Planta de Zonas e Orientação” de 1949 encontra-se assinalada como Zona mista proposta um pequeno núcleo urbano junto ao “futuro parque de estacionamento e campo da feira”.

²⁰⁰ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.32.

ZONAS RESIDENCIAIS H1, H2 E H3

A distribuição das zonas residenciais foi delineada por Moreira da Silva com base na avaliação do estado actual da vila à data, no que dizia respeito: às percentagens definidas inicialmente de distribuição do aproveitamento e uso do solo; à topografia, natureza e exposição do terreno, em "(...) *terrenos firmes, enxutos, de boa ventilação e insolação (...)*"²⁰¹; e à construção e divisão de núcleos residenciais por categorias, ou seja, moradias de alto, médio e baixo preço (H1, H2 e H3, respectivamente).

As zonas residenciais H1, H2 e H3, encontravam-se delimitadas na "Planta das Zonas e de Orientação -Escala 1:5000" (fig.62) e, segundo a regulamentação, deveriam possuir como características comuns: a construção, em cada talhão, de moradias individuais isoladas (H1 e H2), gémeas (geminadas) ou agrupadas (H3) em edifícios destinados a uma ou mais famílias, dotadas ou não com um pequeno estabelecimento, indústria caseira ou loja no piso térreo e respectivos anexos; a distância entre fachadas laterais e posteriores não poderia ser inferior a uma vez e meia a altura dos edifícios; e a faixa *non aedificandi*, situada entre a fachada principal e o alinhamento da rua seria de 7, 5 e 4 metros nas zonas H1, H2 e H3, respectivamente, e a altura dos seus muros seria de, no máximo 1,20 metros.

Nestas zonas ficava ainda estabelecido que o limite máximo de altura das edificações, no caso de moradias isoladas, seria de um andar acima do rés-do-chão com o aproveitamento do vão telhado, e o mínimo à de uma cave habitável (formando envasamento e um rés-do-chão elevado). Ficava proibida a construção de moradias isoladas no lugar onde, na planta de trabalho, se encontravam indicadas as edificações em ala, em contraponto, na zona H3 era dada a possibilidade de construção em ala mesmo nas áreas que em planta se encontravam edifícios isolados²⁰².

Na Zona Residencial H1, a superfície de cada talhão seria variável consoante as casas fossem ligadas duas a duas (geminadas) ou isoladas, correspondendo a uma percentagem de superfície coberta de: 25 % em talhões com menos de 600m², 18% em talhões com menos de 800m², 15% em talhões com menos de 1000m² e 10% em talhões com menos de 1500m². A largura dos talhões variava segundo os mesmos critérios entre: 15 e 20 metros e 20 e 25 metros.

Na Zona Residencial H2, a superfície de cada talhão seria variável consoante o número de casas fosse superior a duas, geminadas ou isoladas, correspondendo a uma percentagem de superfície coberta de: 25% em talhões entre 450 e 600 m², 20% em talhões entre 600 e 700 m² e 15% em talhões entre 700 e 800 m², respectivamente.

Na Zona Residencial H3²⁰³, a superfície de cada talhão seria variável consoante o número de casas fosse superior a duas, geminadas ou isoladas (áreas superiores a 250, 300 e 400 m², respectivamente), correspondendo a uma percentagem de superfície coberta de: 30% em talhões com 250 m², 27% em talhões com menos de 300 m², 24% em talhões com menos 400 m² e 21% em talhões com menos 500

²⁰¹ Idem, p.24.

²⁰² Idem, pp.33-37.

²⁰³ Nesta zona encontrava-se assinalado o Bairro para pobres em Guiames, projectado por Moreira da Silva no Esboçeto de Urbanização de 1947.

m2. A largura dos talhões variava segundo os mesmos critérios entre: 8 e 10 metros, 11 e 13 metros e 15 e 20 metros.

ZONA INDUSTRIAL

A zona industrial ficava situada na bifurcação das estradas Braga-Amares e Braga-Gerês, destinando-se à eventual expansão da indústria²⁰⁴, com a excepção da indústria perigosa, incómoda ou insalubre de 1ª classe. Para além de edifícios de carácter industrial, apenas era permitida a construção das moradias necessárias para os guardas das respectivas fábricas.

As fábricas ou oficinas que produzissem fumos, deveriam ser dotadas de dispositivos especiais que evitassem a sua difusão no ar. Além disso as cargas e descargas de mercadoria dos estabelecimentos industriais deveriam ser feitas no interior dos terrenos, ficando estas proibidas na via pública.

ZONA RÚSTICA

A zona rústica correspondia ao espaço circunscrito da área urbanizada, destinada exclusivamente à agricultura, integrando simultaneamente uma reserva de espaço para a futura expansão da vila. Nesta zona apenas era permitida a construção de edifícios destinados à exploração agrícola e à habitação dos agricultores com uma área coberta inferior a 2% da superfície total do terreno.

ZONA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

A Zona dos espaços livres públicos correspondia a “(...) *uma reserva de ar e espaço indispensável para a saúde e logradouro da população de Amares.*”²⁰⁵. Estes espaços eram distribuídos maioritariamente por 3 áreas: os largos da Feira Nova e Gualdim Pais, e ao longo da E.N. nº205, incluindo o novo campo da feira. Nesta zona não era permitida a construção de edifícios sem a prévia compensação desta noutro local da área que porventura estes viessem a ocupar.

CENTRO ADMINISTRATIVO

O centro administrativo destinava-se exclusivamente à construção dos novos Paços do Concelho e respectivos jardins, no largo Gualdim Pais, que depois de ampliado permaneceria como praça pública. O novo edifício dos Paços do Concelho e os edifícios públicos previstos nas proximidades desta área teriam um limite de altura de dois andares (um andar acima do piso térreo).

²⁰⁴ Em 1949, a indústria existente em Amares resumia-se a uma serração de madeiras e uma fábrica de bagaço de azeitona, não tendo à data influência na economia local. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Memória descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.12.

²⁰⁵ Idem, p.39.

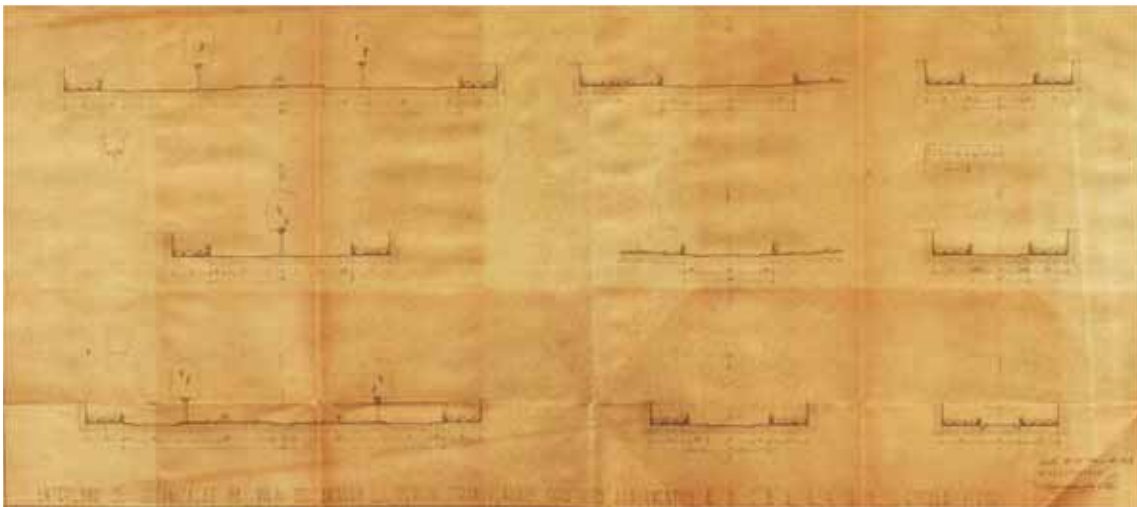


Figura 64 Antepiano de Urbanização da Vila de Amares - Perfis-Tipo dos arruamentos A, B, C, D, E, F, G, H, I - Escala 1/200, de 1949.

CENTROS ESCOLARES

Os centros escolares, inseridos nas novas áreas de expansão habitacional, destinavam-se exclusivamente à construção de estabelecimentos de ensino e educação, respectivos anexos e habitações do pessoal menor e docente²⁰⁶.

CENTRO CLÍNICO

O centro clínico ficava previsto junto ao futuro campo da feira, destinado à instalação de um Posto de Socorros, pequeno hospital ou outros serviços de assistência pública²⁰⁷. Neste local encontra-se hoje a sede da segurança social.

CENTRO DESPORTIVO

O centro desportivo, destinado à prática de desporto, competições e festas ao ar livre, abrangia todos os campos de jogo e recreio que, ao longo dos tempos, a Câmara Municipal pretendesse construir. Hoje o parque desportivo de Amares encontra-se hoje na zona de Cancela da Cruz, fora dos limites do antepiano.

ARRUAMENTOS

Os principais arruamentos propostos eram denominados de C, D, E, F e G (como se pode verificar na "Planta das Zonas e de Orientação -Escala 1:5000" de 1949, fig. 62). Cada uma destas artérias tinha as suas larguras estipuladas pelo urbanista (fig.64), nomeadamente: (C) com duas faixas *non aedificandi* de 5 m, passeios com 1,5 m cada um, duas faixas de rodagem com 6 m cada uma intercaladas por duas extensas faixas verdes de 12,5 m separadas por uma faixa de 3m, totalizando 43 metros ; (D) uma faixa *non aedificandi* de 11 m, passeios com 3 m cada um e duas faixas de rodagem com um total de 12 m; (E) passeios com 1,5 m cada um e duas faixas de rodagem que totalizavam 9 m; (F) com duas faixas *non aedificandi* de 5 m, passeios com 1,25 m cada um e uma faixa de rodagem de 6 m; e (G) com duas faixas *non aedificandi* de 5 m, passeios com 1,5 m cada um e uma faixa de rodagem de 6 m.

O arruamento C era utilizado para definir a extensão da Avenida Lopes de Almeida para Poente, em direcção ao Gerês, enquanto que o D estipulava as larguras mínimas desta avenida, hoje construída parcialmente de acordo com este plano, onde se encontra hoje a Avenida Lopes de Almeida. O arruamento E correspondia à rua Engenheiro Adelino Amaro da Costa²⁰⁸. O arruamento F corresponde hoje à rua Doutor Aristides Marques Vilela, projectada para dar acesso entre o centro cívico e o núcleo residencial H3 propostos.

²⁰⁶ Idem, p.40.

²⁰⁷ A primeira Sede Social da Santa Casa da Misericórdia de Amares, (Sede provisória) funcionou na casa nº 10, do Bairro dos Pobres (bairro municipal), construído no lugar de Guiames em Amares em 1952. Em 1956, por indicação de Moreira da Silva, esta sede é transferida para o Largo Doutor António Salazar (antigo Largo da Feira Nova) em Ferreiros como Posto de Socorros. Fontes: Site da santa casa da misericórdia de Amares, disponível em http://scmamares.com/scma/?page_id=2009, consultado em várias datas, e Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Amares a 25 de Setembro de 1956, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

²⁰⁸ Construída apenas parcialmente de acordo com este plano.

O perfil G era a tipologia mais utilizada para definir os arruamentos propostos em Amares, tais como: a actual rua das Casas Novas, a rua que daria acesso entre o centro cívico e o núcleo residencial proposto a sudeste deste, e a rua a Este do novo mercado, hoje rua das Escolas.

OS NOVOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

A pedido da Câmara Municipal²⁰⁹, ficava a cargo de Moreira da Silva a indicação da localização de novos edifícios, nomeadamente: os Paços do Concelho, um Hospital (Posto de Socorros), uma Igreja, um Bairro de casas para pobres²¹⁰, Correios, Grémio da Lavoura, Casa do Povo, Caixa de Crédito Agrícola, cadeia, Guarda Republicana, uma escola, um campo para a Feira Franca²¹¹ e um campo de jogos.

Moreira da Silva planeia a localização de uma nova Igreja de acordo com o princípio das “unidades de vizinhança”, para Nordeste, entre o centro cívico (que incluía os novos edifícios dos Paços do Concelho, Correios e Guarda Republicana), o novo mercado e o novo núcleo residencial H3.

O “Centro Municipal de Desportos” e a cadeia ficariam localizados a Este e Oeste, respectivamente, do cemitério existente à data, enquanto que o novo campo da feira ficaria a Sul destes equipamentos, também numa posição central em relação às freguesias de Amares e Ferreiros.

As três escolas previstas por Moreira da Silva iriam servir os 3 núcleos de expansão residencial e comercial da Vila de Amares, sendo que uma já existia à data (escola Conde Ferreira) na freguesia de Amares, a segunda implantada numa posição central iria ficar no lugar do Bárrio, e a terceira em Ferreiros, junto ao largo da Feira Nova, onde hoje se encontra a sede da Junta de Freguesia de Ferreiros²¹².

²⁰⁹ Fonte: carta do presidente da Câmara de Amares dirigida a Moreira da Silva a 26 de Março de 1946, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, pp. 1-2.

²¹⁰ Moreira da Silva elaborou o esboço de localização de “casas para pobres”, em 1947, no lugar de Guiames onde hoje se encontra o Bairro Municipal. Fonte: Carta de Moreira dirigida à Câmara Municipal de Amares a 19 de Fevereiro de 1947, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

²¹¹ Feira que se fazia anualmente no Largo Gualdim Pais, enquanto que a feira semanal tinha lugar no campo da Feira Nova. Fonte: carta do presidente da Câmara de Amares dirigida a Moreira da Silva a 26 de Março de 1946, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, p.2.

²¹² Moreira da Silva enviou a planta de localização desta escola primária, em 1947. Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Amares a 23 de Julho de 1947, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

[O(S) PARECER(ES)]

O antepiano de urbanização da vila de Amares foi entregue a 31 de Julho de 1949²¹³, mas apenas em 1951 eram reunidos os pareceres da Câmara e Conselho Municipais, da Junta Autónoma de Estradas e da Comissão de Revisão da DGSU²¹⁴ (acompanhado de plantas de “alterações ao antepiano”, fig. 65 e 66) juntamente com o parecer do CSOP²¹⁵ com várias anotações.

As críticas eram unânimes no que dizia respeito à falta de clareza tanto das peças desenhadas como das peças escritas, por conseguinte, o CSOP considerava que o Antepiano de Urbanização de Amares carecia de uma profunda revisão à luz das observações constantes no parecer, em especial: completar o inquérito quanto à natureza da ocupação das edificações existentes, o seu estado de conservação e natureza e qualidade dos terrenos livres disponíveis; justificar devidamente a futura população a alojar nos terrenos de expansão; determinar as percentagens dos vários tipos de habitação a construir; justificar a vantagem de prever a zona industrial; rever a localização do mercado; ponderar sobre a necessidade do campo de jogos; estudar nova localização para o posto hospitalar; alterar o regulamento; definir as fases de realização; e apresentar em separado e a cores as plantas de “trabalho e zonas” e de “urbanização e apresentação”²¹⁶.

Em aditamento ao plano anterior, Moreira da Silva entrega, a 12 de Novembro de 1953, o designado “Antepiano de Urbanização da vila de Amares - 2ª remodelação”, constituído apenas por peças desenhadas²¹⁷ (fig. 67 e 68), que segundo o urbanista foram “(...) *prática e apressadamente decalcadas daquelas que a Exm^a Comissão de Revisão tinha mandado elaborar e oportunamente submeteu a apreciação de quem de direito.*”²¹⁸, pois nesta data, o autor encontrava-se a elaborar vários planos de urbanização²¹⁹.

²¹³ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Amares a 31 de Julho de 1949, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

²¹⁴ Após a análise do plano proposto, a Comissão de Revisão da DGSU concluía que este carecia ser revisto por forma a submeter-se à aprovação superior e por isso elaborou as “alterações ao antepiano” (Planta de trabalho e zonas – escala 1:2000 e Planta de Urbanização e apresentação – escala 1:2000). Estas alterações visavam apenas o estabelecimento de novas bases para prosseguimento dos estudos de Moreira da Silva. Fonte: Parecer nº 2228 do CSOP, 1ª Sub-secção da sua 3ª Secção a 6 de Novembro de 1951 com várias observações, com 15 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, p.9.

²¹⁵ Fonte: Parecer nº 2228 do CSOP, 1ª Sub-secção da sua 3ª Secção a 6 de Novembro de 1951 com várias observações, com 15 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

²¹⁶ Idem, p.14.

²¹⁷ “Planta do Estado Actual – utilização dos edifícios”, “Planta do Estado Actual – estado de conservação e número de pavimentos dos edifícios”, “Planta das Zonas”, “Planta de Apresentação”, “Planta de Trabalho”, “Esquema Rodoviário”, “Planta de Identificação dos Perfis Longitudinais”, “Perfis Longitudinais” e “Perfis Transversais-Tipo”. Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Amares a 12 de Novembro de 1953, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

²¹⁸ Fonte: Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Peças Escritas do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.21.

²¹⁹ Moreira da Silva pedia o adiamento da entrega do Antepiano de Amares pela acumulação de serviços “urgentes” relativos à elaboração dos planos de Guimarães, Valongo, S. Jacinto e Matosinhos. No entanto, o Director da DGSU pede urgência na conclusão dos planos de Guimarães e Amares. Fontes: Carta de Moreira da Silva dirigida ao Engenheiro Chefe da Repartição de Estudos de Urbanização a 15 de Março de 1953 e Ofício nº 730 Processo U-166 da DGSU dirigido a Moreira da Silva a 27 de Março de 1953, consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE AMARES PLANTA DE APRESENTAÇÃO

ESCALA 1:2000

ADITAMENTO ELABORADO POR DETERMINAÇÃO DE SUA EXCELENCIA O MINISTRO DAS OBRAS PUBLICAS DE 21-11-1954
MARIA JOSE MONTENEGRO DA SILVA, ARQUITETA DO PELA ESCOLA DE B.A. DO PORTO, D. MONTENEGRO DA SILVA, ARQUITETA DO PELA ESCOLA DE B.A. DO PORTO, URBANISTA DO PELA LIX DA UNIVERSIDADE DE PORTO, PORTO, 1955



Figura 69 Antepiano de Urbanização da Vila de Amares - 3ª Remodelação - Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1955.

[ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE AMARES – 3ª REMODELAÇÃO - 1955]

Moreira da Silva entrega o aditamento do Antepiano de Urbanização de Amares (datado de 22 de Abril de 1955) a 6 de Maio de 1955²²⁰ com peças escritas e novas peças desenhadas²²¹. Estas novas plantas vinham substituir as de 1953 face ao inquérito local finalizado apenas em 1955.

A Comissão de Revisão da DGSU, no parecer de 1951²²², condenava a previsão feita para um aumento da população de 5 vezes o valor de habitantes existentes à data em Amares devido a, nos 50 anos anteriores à data do plano, o nº de habitantes ter aumentado apenas cerca de 20%. Por conseguinte, na remodelação proposta por esta entidade em 1953, o limite de área urbanizável era reduzido.

Moreira da Silva seguiu as orientações da Comissão de Revisão da DGSU ao reduzir o limite do antepiano para uma área urbanizável de 37, 6 hectares, prevendo um aumento de cerca de 1000 habitantes, em 30 anos, com uma densidade populacional de 62, 8 hab/hec²²³.

A 3ª Remodelação do Antepiano de Urbanização da vila de Amares (fig.69) consiste, em relação aos planos anteriores, genericamente a uma mudança de localização da maior parte dos edifícios públicos e a pequenas alterações na nomenclatura, distribuição e regulamentação de zonas.

ZONAMENTO

A divisão do aglomerado urbano era, neste antepiano, feita pelas seguintes zonas:

- Zona Existente – ZE;
- Zona de habitação e comércio – ZHC;
- Zona de expansão habitacional -ZH;
- Zona rural de protecção;
- Zona de interesse público;
- Zona dos espaços livres públicos;
- Zona non aedificandi – ZNAE;
- Zona de reserva – ZR.

²²⁰ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Amares a 6 de Maio de 1955, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

²²¹ “Planta do Estado Actual (utilização dos edifícios)” na escala 1:2000; “Planta do Estado Actual (conservação dos edifícios)” na escala 1:2000; “Planta de Zonas” na escala 1:2000; “Planta de Trabalho” na escala 1:2000; “Planta de Trabalho (1ª fase)” na escala 1:2000; “Planta de Apresentação” na escala 1:2000; “Esquema rodoviário” na escala 1:4000; “Planta de identificação dos perfis longitudinais e transversais”, na escala 1:4000; “Perfis longitudinais dos arruamentos e da variante à E.N. 205” e “ligação à E.N. 308”, nas escalas 1:2000 e 1:200, respectivamente; e “Perfis transversais tipo” na escala 1:100. Fonte: Parecer nº 2795 do CSOP, 1ª Sub-secção da sua 3ª Secção a 16 de Setembro de 1956, com 16 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

²²² A Comissão de Revisão da DGSU, no parecer de 1951, condenava a previsão feita para um aumento da população de 5 vezes o valor de habitantes existente à data em Amares devido a, nos 50 anos anteriores à data do plano, o nº de habitantes ter aumentado apenas cerca de 20%. Por conseguinte, na remodelação proposta por esta entidade em 1953, o limite de área urbanizável era reduzido. Fonte: Parecer nº 2228 do CSOP, 1ª Sub-secção da sua 3ª Secção a 6 de Novembro de 1951 com várias observações, com 15 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, p.11.

²²³ Neste aditamento a população provável na vila em 1985 era reduzida da prevista anteriormente em 9200 para 1340 habitantes. Fontes: Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Peças Escritas do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.56 e Parecer nº 2795 do CSOP, 1ª Sub-secção da sua 3ª Secção a 16 de Setembro de 1956, com observações, com 16 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, p.11.

ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE AMARES PLANTA DE ZONAS ESCALA 1:2000

ADITAMENTO ELABORADO POR DETERMINAÇÃO DE SUA EXCELENCIA O MINISTRO DAS OBRAS PUBLICAS. DE 21-11-1951
MARIA JOSE M. MOREIRA DA SILVA, ARQUITETA DIR. PELA ESCOLA DE B.A. DO PORTO. D. MOREIRA DA SILVA, ARQ. DIR. PELA GOVERNO FRANCES. URBANISTA DIR. PELA U. IV UNIVERSIDADE DE PARIS. PORTO, 1955

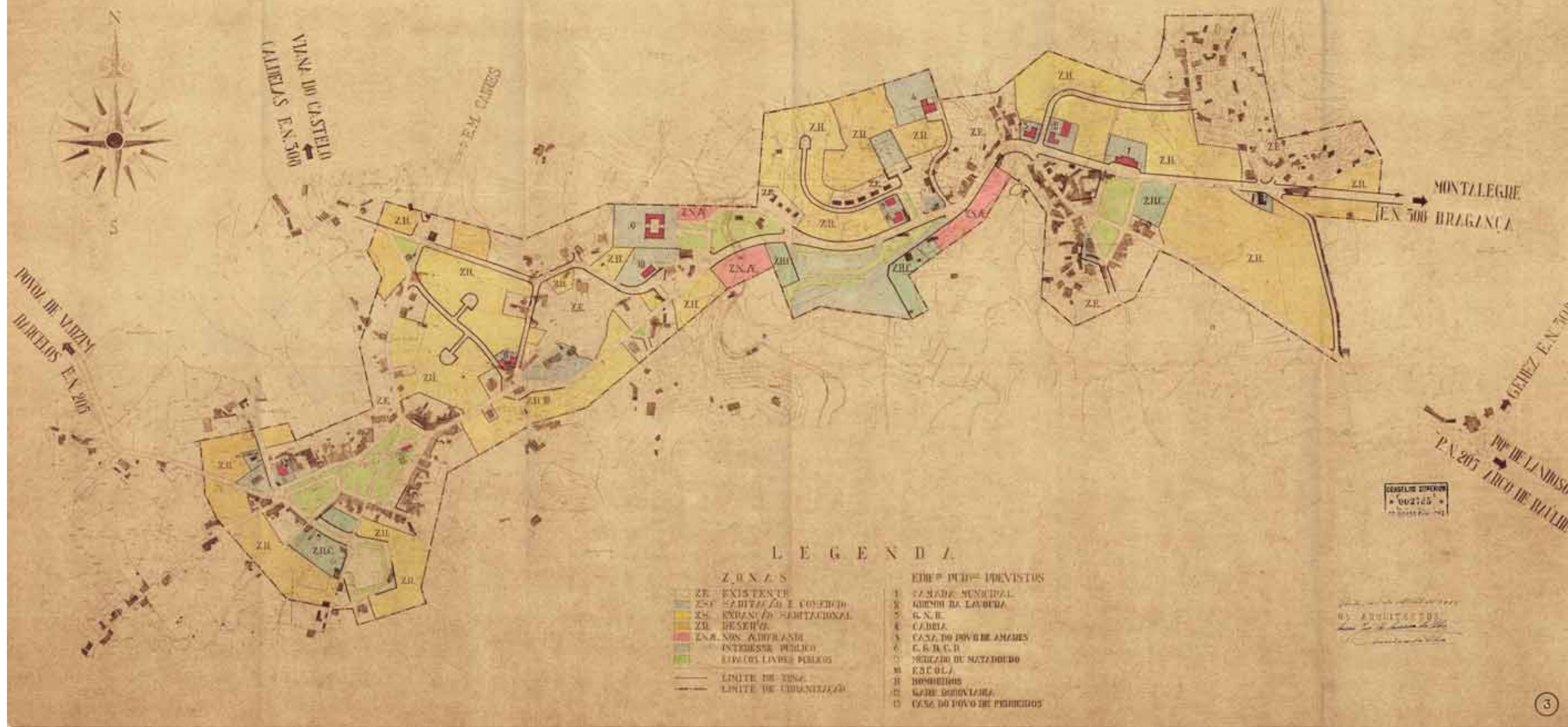


Figura 70 Antepiano de Urbanização da Vila de Amares - 3ª Remodelação - Planta de Zonas - Escala 1:2000, de 1955.

Moreira da Silva salienta a função residencial como sendo a mais relevante do aglomerado urbano de Amares²²⁴, por conseguinte as soluções adoptadas neste antepiano priorizavam as áreas residenciais de expansão. As restantes zonas eram delineadas em consequência das funções administrativa, agrícola e comercial e distribuídas de acordo com: o arranjo do conjunto, configuração do terreno e sua constituição.

O centro cívico mantinha a configuração anteriormente planeada com a inserção dos novos Paços do Concelho junto ao largo Gualdim Pais²²⁵, no entanto os edifícios do Grémio da Lavoura e GNR ficariam implantados na extensão da Avenida Lopes de Almeida para Poente.

O zonamento comercial era alterado, englobando agora 3 sectores: um no largo Dom Gualdim Pais, outro na Feira Nova e um terceiro junto ao novo campo da feira. Neste antepiano o urbanista assume a transferência do campo da feira (existente à data no Largo da Feira Nova) bem como o comércio associado para o núcleo central de encontro entre as duas freguesias de acordo com as orientações das várias entidades²²⁶.

A pedido da Câmara Municipal²²⁷, o mercado previsto anteriormente a sudoeste da praça D. Gualdim Pais era indicado neste antepiano num local compreendido entre os dois aglomerados populacionais de Amares e Ferreiros.

O campo de desportos bem como a zona industrial eram excluídos deste antepiano, também por indicação das várias entidades.

O urbanista projectava ainda uma Gare Rodoviária no largo da Feira Nova (hoje Praça do Comércio) assemelhando-se a “(...) *um modesto pórtico de abrigo para passageiros e despacho de mercadorias por camionagem (...), com todos os serviços inerentes a uma assistência total a veículos e passageiros (...)*”²²⁸. Esta Gare funciona hoje com um serviço variado de transportes rodoviários nacionais e municipais.

ZONA EXISTENTE – ZE

Anteriormente designada de Zona Mista Existente, esta zona não sofre alterações regulamentares.

ZONA DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO – ZHC

Anteriormente denominada de “Zona Mista”, a Zona de Habitação e Comércio era destinada ao mesmo tipo de construções que a anterior (tal como o nome indicada – habitação e comércio). No entanto

²²⁴ Idem, p.56.

²²⁵ Hoje em dia, os edifícios dos Paços do Concelho e Tribunal encontram-se junto à E.N. nº205, no local onde no plano de Moreira da Silva estava previsto o estacionamento e campo da feira.

²²⁶ Fonte: Parecer nº 2228 do CSOP, 1ª Sub-secção da sua 3ª Secção a 6 de Novembro de 1951 com várias observações, com 15 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.

²²⁷ Idem, p.6.

²²⁸ Fonte: Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Peças Escritas do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p. 64.

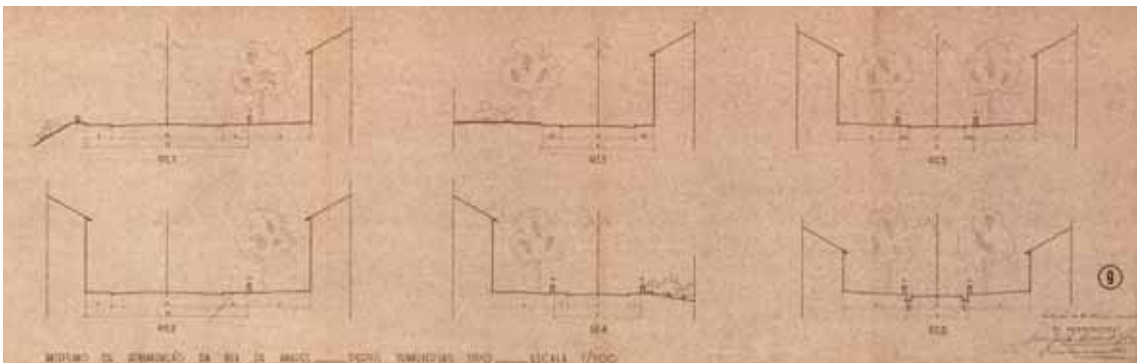


Figura 71 Antepiano de Urbanização da Vila de Amares – 3ª Remodelação - Perfis Transversais Tipo - Escala 1:100, de 1953.

sofre alterações no que diz respeito à tipologia de edifícios, ou seja, apenas era permitida a construção de edifícios em ala com uma profundidade máxima de 10 metros.

ZONA DE EXPANSÃO HABITACIONAL - ZH

A distribuição da habitação, era definida por Moreira da Silva, de acordo com o aproveitamento do solo, condições de insolação e interesse público como no plano anterior, no entanto altera neste as tipologias, desaconselhando a construção de casas geminadas²²⁹.

Anteriormente designada por Zonas Residenciais H1, H2 e H3, a “Zona de Expansão Habitacional” ficava destinada apenas à construção de moradias individuais isoladas e agrupadas (em número inferior a oito) como indicadas em planta (fig. 69).

ZONA RURAL DE PROTECÇÃO

A Zona Rural de Protecção correspondia à anteriormente denominada Zona Rústica, deixando esta de constituir uma reserva para futuras expansões. Esta zona era agora destinada à exploração agrícola, englobada numa faixa de protecção que distava 1000 metros do limite de urbanização do antepiano.

ZONA NON AEDIFICANDI

A Zona *non aedificandi* era acrescida à elaboração deste antepiano para definir áreas vedadas a qualquer tipo de construção.

O Antepiano de Urbanização da vila de Amares – 3ª Remodelação foi aprovado em 1956 mas com a indicação de alterações, a efectuar no prazo de 90 dias, nos seguintes pontos: áreas de expansão, zonamento habitacional, localização das várias instalações de interesse público e, estabelecimento de prioridade de realização dos trabalhos previsto no prazo de validade do antepiano (30 anos), tendo em consideração os recursos do município de Amares²³⁰.

ARRUAMENTOS

Os perfis-tipo dos arruamentos novos eram elaborados em 1953, mas apresentados juntamente com o antepiano de 1955. Estas artérias eram reduzidas em relação às planeadas em 1949 e excluídas as tipologias com faixas verdes centrais.

Os principais arruamentos propostos eram denominados de PT1, PT2, PT3, PT4, PT5 e PT6. Cada uma destas artérias tinha as suas larguras estipuladas pelo urbanista (fig.71), nomeadamente: (PT1) passeios com 2 m cada um e duas faixas de rodagem que totalizavam 9 m; (PT2) igual ao anterior; (PT3) passeios com 1,5 m cada um e uma faixa de rodagem com 6 m; (PT4) passeios com 1 m cada

²²⁹ Fonte: Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Peças Escritas do Antepiano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.60.

²³⁰ Fonte: Parecer nº 2795 do CSOP, 1ª Sub-secção da sua 3ª Secção a 16 de Setembro de 1956, com observações, com 16 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446, p.15.

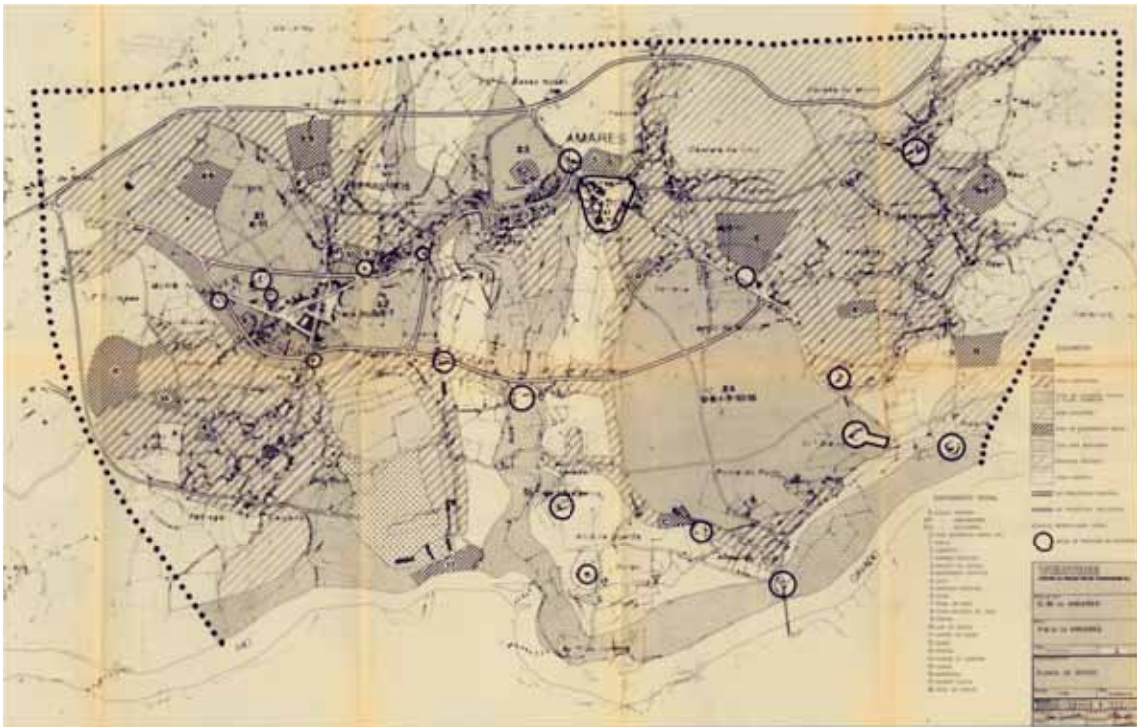


Figura 72 Plano Geral de Urbanização de Amares elaborado pela empresa C. Vertice – Planta de Síntese – Escala 1:1000, de 1985.

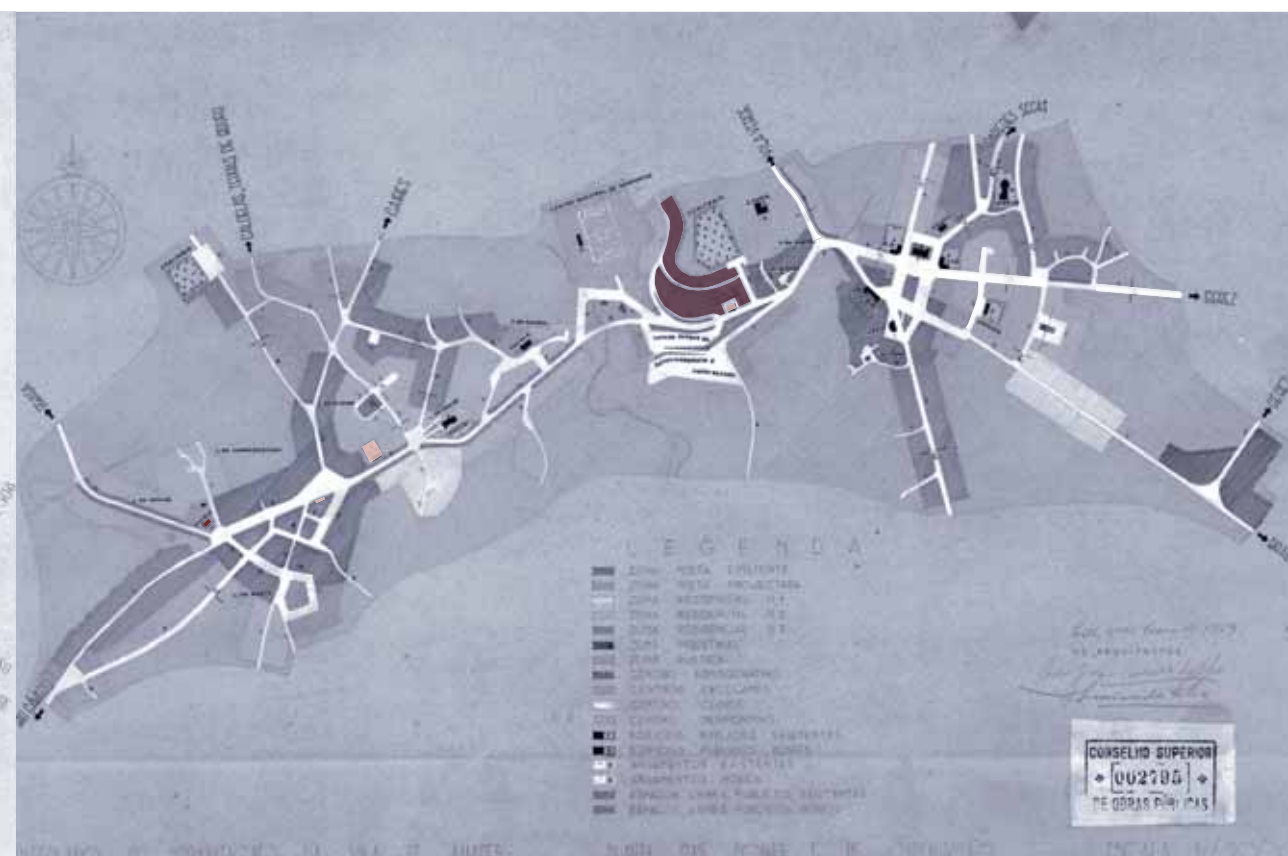
um e uma faixa de rodagem com 5 m; (PT5) passeios com 0,75 m cada um e uma faixa de rodagem com 4 m; e (PT6) passeios com 0,50 m cada um e uma faixa de rodagem com 4 m.

Moreira da Silva não procede a estas alterações, acabando a Câmara Municipal por rescindir contrato em 1959.

*“(...) São vários os motivos meramente pessoais mas de força maior, que nos últimos quatro ou cinco anos têm seriamente perturbado toda a minha actividade profissional. Desde a precariedade da minha saúde até aos mais rudes incómodos de ordem moral, tudo tem servido ou contribuído para atrasar muitos trabalhos (...)”*²³¹

De acordo com os arquivos consultados, nomeadamente do arquivo histórico da DGT, foi elaborado apenas em 1985 o Plano Geral de Urbanização de Amares (fig.72) pela empresa Vertice.

²³¹ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Amares a 17 de Outubro de 1959, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.



- LEGENDA:
- Arruamentos propostos (plano de 1949)
 - Arruamentos propostos (plano de 1955)
 - Edifícios Públicos propostos
 - Escolas propostas
 - "Bairro para Pobres" / Bairro Municipal de Amares

Figura 73 Planta do Estado Actual - Utilização dos Edifícios - Escala 1:2000, de 1955.

Figura 74 Planta das Zonas e Orientação - Escala 1:5000, de 1949.

Figura 59 Fotografia aérea de Amares, de 2017.

[O QUE FOI FEITO DOS PLANOS?]

Ao longo da análise dos vários planos elaborados por Moreira Silva para Amares, comparativamente ao existente hoje, conclui-se que pouco foi construído, salvo alguns edifícios de interesse público e habitacionais, além de alguns arruamentos.

Por conseguinte, verifica-se que apenas foram construídos os edifícios indicados ou planeados pelo urbanista nos Esboços de Urbanização de 1947, nomeadamente:

- as “casas para pobres”, para o lugar de Guiames onde hoje se encontra o Bairro Municipal;
- a escola primária prevista na freguesia de Ferreiros, junto ao largo da Feira Nova, edifício onde hoje se encontra a sede da Junta de Freguesia de Ferreiros;
- e ainda a Gare Rodoviária, prevista no plano de 1955, no largo da Feira Nova (hoje Praça do Comércio) onde funciona hoje um serviço variado de transportes rodoviários nacionais e municipais.

De acordo com o plano de 1949, foram parcialmente construídos alguns dos núcleos habitacionais previstos, principalmente ao longo e a Norte da rua Doutor Afonso Vilela, que corresponde a um troço da E.N. nº 205.

A maioria dos arruamentos que foram construídos, ainda que parcialmente, corresponde ao proposto no plano de 1949, nomeadamente: o arruamento “D” que corresponde à actual Avenida Lopes de Almeida; o arruamento “E” hoje rua Engenheiro Adelino Amaro da Costa; o arruamento “F” que corresponde hoje à rua Doutor Aristides Marques Vilela; e os arruamentos “G” que correspondem às actuais ruas das Casas Novas e das Escolas.



Figura 76 Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo - Planta da Região - Escala 1:100.000, de 1955.

[1946-61 VALONGO]

O Concelho de Valongo era constituído, na década de 1950, por 5 freguesias - Alfena, Ermesinde, S. Martinho do Campo, Sobrado e S. Mamede de Valongo -, cuja população total à data era de 27 939 habitantes. O concelho localiza-se a norte do rio Douro, compreendendo as bacias hidrográficas dos rios Ferreira e Leça, inserindo-se no Douro litoral, pertencente ao distrito e comarca do Porto.

A localidade era servida pela E.N. nº 15, que ligava a cidade do Porto a Bragança, sendo esta ponto obrigatório de passagem nas ligações rodoviárias, e pela E.N. nº 209, que ligava o Porto a Lustosa, por Gondomar, S. Pedro da Cova e Sobrado. O núcleo urbano era ainda contornado, a nordeste, pela linha de caminho de ferro do Douro, com estação em Valongo e Ermesinde e apeadeiros no Susão, Cabeda (Alfena) e São Martinho do Campo.

A construção das linhas de caminho de ferro do Minho e Douro²³², juntamente com a melhoria e expansão da rede viária, impulsionou o desenvolvimento económico do concelho, facilitando a implantação industrial. Sucedeu-se assim a abertura de estabelecimentos comerciais, com particular relevo para a principal artéria de Valongo e outros locais de Ermesinde.

Na altura, a Vila de Valongo correspondia a um núcleo urbano de média dimensão com cerca de 6738 habitantes, no entanto, sendo a sede de um concelho em que a agricultura, a indústria e o comércio adquiriram uma forte expressão na economia daquela região, no século XX, sofreria de saturação populacional. Na vila de Valongo, mais de 60 % dos habitantes pertenciam a uma classe económica baixa e viviam em condições precárias, por isso, por deliberação do Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas, de 1945, David Moreira da Silva foi encarregado de proceder à elaboração do Plano Geral de Urbanização de Vila de Valongo²³³.

A 23 de Julho de 1946 foi celebrado o contrato entre a Câmara e o urbanista²³⁴, no entanto, devido a desacertos entre o autor, a autarquia local e o CSOP, o Antepiano seria entregue para apreciação superior apenas passados 9 anos, em 26 de Dezembro de 1955²³⁵, aprovado por despacho ministerial a 21 de Maio de 1959²³⁶ (parecer nº 2893) e revisto em 1961.

²³² A inauguração do primeiro ramal da linha do Douro, entre Ermesinde e Penafiel, foi em 12 de Julho de 1875. Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.28.

²³³ David Moreira da Silva foi encarregado de elaborar o Plano de Urbanização da Vila de Valongo por deliberação do Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas a 6 de Novembro de 1945 - despacho ministerial nº 8738. Fonte: carta da Câmara Municipal de Valongo dirigida a Moreira da Silva de 5 de Janeiro de 1946, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²³⁴ Fonte: anotações de David Moreira da Silva em papel escritas à máquina de Junho de 1947, consultadas no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²³⁵ Fonte: carta de David Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 26 de Dezembro de 1955, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²³⁶ Fonte: parecer nº2893 do CSOP 1959 (29 páginas) do Conselho Superior de Obras Públicas de 12 de Maio de 1959, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292. Todas as referências a este documento a partir daqui serão assinaladas como (CSOP, 1959, p.X).

A Câmara Municipal de Valongo estabeleceu que a área de intervenção do plano de urbanização era de 246,80 hectares²³⁷ e ainda que o prazo de entrega do mesmo seria de 15 meses após a recepção de todos os elementos fornecidos pela edilidade (levantamento topográfico da Vila de Valongo e inquérito local) pelo Atelier Moreira da Silva.

A documentação existente nos arquivos consultados relativa ao conteúdo do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo de 1955, cinge-se às seguintes peças desenhadas e escritas: "Planta da Região - Escala 1/100.000", sem data; "Planta do Estado Actual (Utilização dos Edifícios) - Escala 1:2000", de 1955; "Planta do Estado Actual" (Estado de Conservação e Nº de Pavimentos dos Edifícios), 1:2000", de 1955; "Planta de zonas e Orientação 1:2000", de 1955; "Planta de Trabalho, 1:2000", de 1955; "Perfis transversais tipo dos arruamentos - Escala 1:200" de 1955, "Condições naturais do terreno e esquema rodoviário - Escala 1:5000", de 1955; "Rua projectada entre a Praça Machado dos Santos e a Praça Machado dos Santos e o hospital - Escala 1:5000", de 1955; "Densidades habitacionais - Escala 1/5.000" de 1955, "Sistema utilizado para o Inquérito local"²³⁸, de 1955; e “Peças Escritas”²³⁹, de 1955. Em relação ao Aditamento do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo, de 1961, a documentação existente nos arquivos consultados cinge-se à “Planta de Apresentação” e a correspondência de 1946 a 1976, trocada entre David Moreira da Silva, o Conselho Superior de Obras Públicas, a Junta Autónoma de Estradas e a autarquia local, incluindo os vários pareceres às propostas de plano.

Segundo a documentação consultada, também ficava a cargo de David Moreira da Silva, a elaboração do Plano de Urbanização de Ermesinde²⁴⁰ (freguesia do Concelho de Valongo), embora tenha acabado por ser elaborado por David F. Caravana (arquitecto) em 1959.

David Moreira da Silva permaneceu como consultor da Câmara Municipal de Valongo desde o início da elaboração do anteplano até 1976. Neste espaço temporal foi convidado a elaborar o projecto dos Paços do Concelho de Valongo em 1961: “*A Câmara [de Valongo], plenamente satisfeita com os estudos urbanísticos daqueles Excelentíssimos Senhores [David Moreira da Silva e Maria José M. Moreira da Silva], bem como dos numerosos pareceres e informações prestadas, mais deliberara encarregá-los da elaboração do projecto do novo Edifício da Câmara Municipal.*”²⁴¹

²³⁷ Fonte: Ofício nº60/46 da Câmara Municipal de Valongo dirigido a Moreira da Silva a 23 de Janeiro de 1946, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²³⁸ Tabela referente à “Planta do Estado Actual” (Estado de Conservação e Nº de Pavimentos dos Edifícios)”, onde são descritos os seguintes elementos: “Número de referência assinalados na planta”, “Estado de Conservação”, “Número de pavimentos do edifício”, “Utilização”, “Número de fogos”, “Número de quartos por cada fogo”, “Número de quartos interiores por fogo”, “Número de famílias por fogo”, “Número de pessoas por família”, “Instalações sanitárias por fogo”, “Renda de cada fogo”, “Valor matricial da construção”, “Terreno privado” (utilização e ligação à rua) e “Observações”.

²³⁹ Memória descritiva e justificativa.

²⁴⁰ Fonte: ofício nº 1402/48 da Câmara Municipal de Valongo dirigido David Moreira da Silva a 8 de Novembro de 1948, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292. E, posteriormente, por despacho ministerial, David Moreira da Silva era oficialmente encarregado da elaboração do Plano de Urbanização de Ermesinde a 27 de Fevereiro de 1952. Fonte: carta da Câmara Municipal de Valongo dirigida a David Moreira da Silva a 22 de Março de 1952. Este plano nunca viria a ser realizado por Moreira da Silva, no entanto existem algumas peças desenhadas na Fundação Instituto Marques da Silva relativas ao levantamento topográfico da Vila de Ermesinde da década de 1950.

²⁴¹ Fonte: Certidão do livro de actas de reuniões da Câmara Municipal de Valongo correspondente às folhas 39 e seguintes de 13 de Março de 1961, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1381/4647.

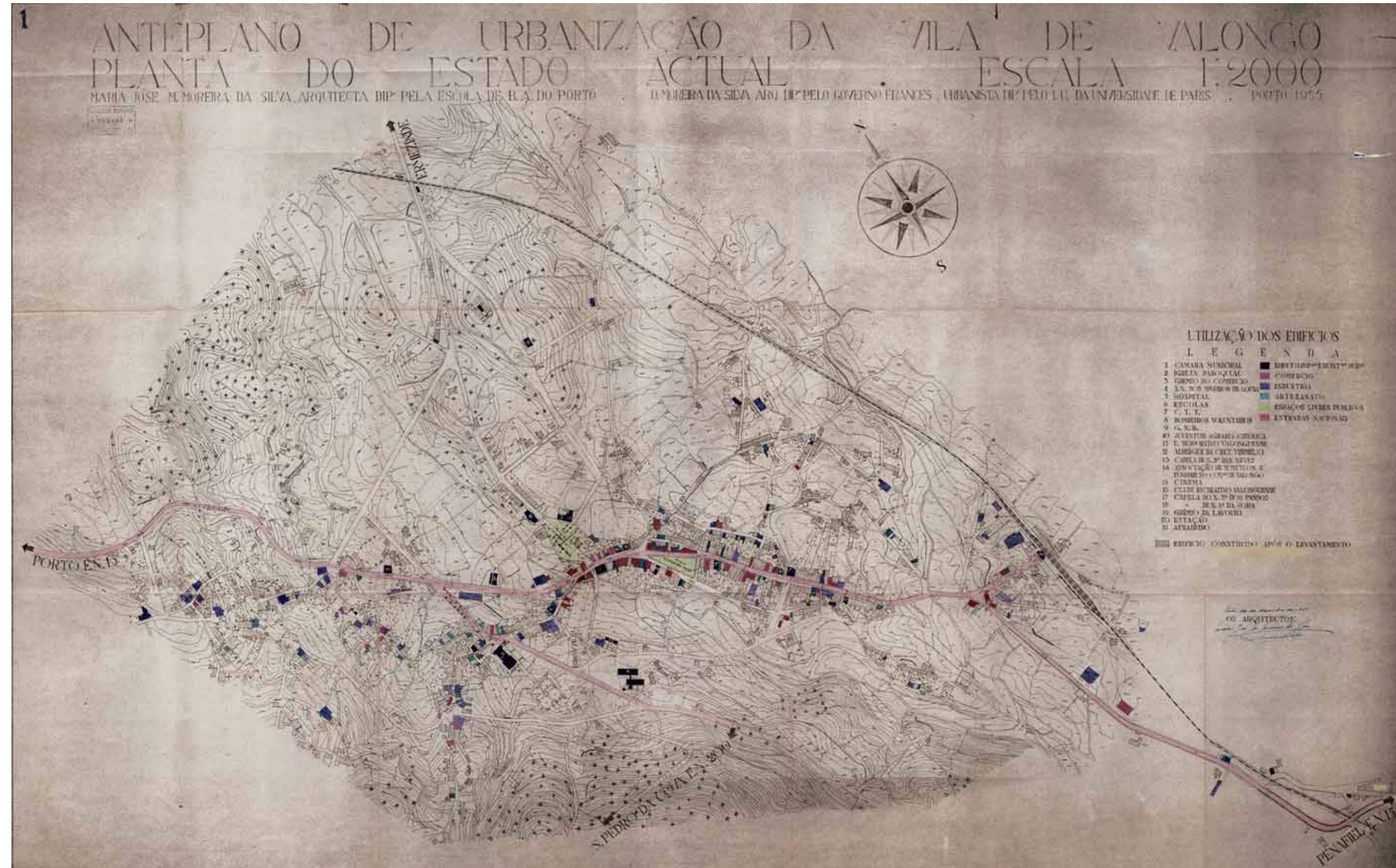


Figura 77 Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo - Planta do Estado Actual (Utilização dos Edifícios) - Escala 1:2000, de 1955.

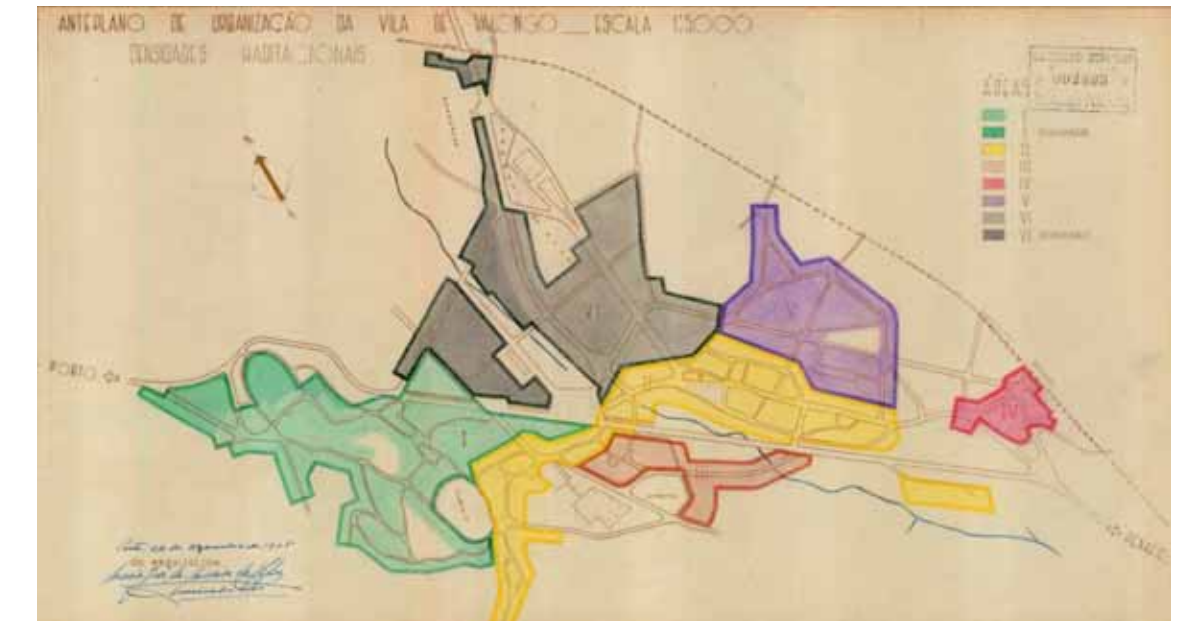


Figura 78 Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo - Densidades habitacionais - Escala 1: 5000, de 1955.

Densidades Habitacionais - Legenda:

Área I - "(...) zona urbana que se formou ao longo da chamada "Estrada Velha" [correspondente às actuais ruas da Estrada Velha, Marques da Rocha, da Raiz e Sousa Pinto] (...) (Silva, 1955, p.19) que compreendia a parte sudeste da vila, os terrenos situados a poente da linha de água que passa pela Fonte da Rua (situada na actual rua Sousa Pinto), incluindo a vertente nordeste dos montes de Santa Justa e Senhora dos Chãos até à E.N. nº 15. Área de 16,82 hectares para 997 habitantes com uma densidade de 59,27 hab/ha.

Área II - abrangia o núcleo central da vila, a zona mais edificada à data que marginava a E.N. nº15 que ia desde as proximidades da estação de caminho de ferro (a nascente), ao longo da rua Alves Saldanha, incluindo a zona da igreja matriz (actual centro paroquial de Valongo) e as ruas de Sousa Paupério e Dias de Oliveira, até ao açude situado a meia encosta do monte de Santa Justa (ruas Doutor Cândido e Santa Justa). Área de 18,15 hectares para 1987 habitantes com uma densidade de 109 hab/ha.

Área III - compreendia os terrenos situados a Sul da área II, ou seja, onde se situava (e situa) o cemitério e a zona hospitalar. Área de 5,09 hectares para 99 habitantes com uma densidade de 19,63 hab/ha.

Área IV - pequeno núcleo urbano situado em redor da estação de caminho de ferro de Valongo que incluía as actuais ruas da Estação, Vale Amores e travessas da Estação e Vale Amores. Área de 3,47 hectares para 192 habitantes com uma densidade de 55,26 hab/ha.

Área V - abrangia as colinas situadas a nordeste da área II, onde se encontravam instaladas, segundo o urbanista, algumas indústrias e habitações pobres, algo dispersas. Área de 11,05 hectares para 384 habitantes com uma densidade de 35,67 hab/ha.

Área VI - abrangia a "(...) principal zona de expansão da vila [sentido Norte], actual e vagamente estruturada ao longo da E.M. de Ermezinde [actuais avenidas Primeiro de Maio e dos Desportos], desde o núcleo central até ao Calvário e Susão." (Silva, 1955, p.20) Área de 14 hectares para 339 habitantes com uma densidade de 24,21 hab/ha.

O Atelier Moreira da Silva, aquando da elaboração do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo, fez uma leitura crítica do existente em 1955 no que diz respeito às características naturais do território (topografia, clima) e à organização do aglomerado de acordo com as funções dominantes da vila (administrativa, mineira, residencial, industrial, comercial, da agricultura e de passagem ou atravessamento). A disparidade de funções dominantes da vila, aliada ao aumento populacional exponencial, fez com que o urbanista sentisse a necessidade de subdividir a área total (urbanizada e urbanizável) em 6 sectores (de acordo com as densidades habitacionais – fig. 78).

David Moreira da Silva considerava importante o planeamento e extensão da Vila de Valongo pois apesar da sua autonomia administrativa era, segundo o urbanista, uma aldeia-satélite da cidade do Porto devido à sua localização. Além disso, “(...) *o seu crescimento linear, axial e de flanco, é mais o inexpressivo e caótico resultado de múltiplas, sucessivas e louváveis mas desarticuladas realizações, do que aquele que seria licito esperar de idêntico esforço, se este tivesse podido tomar apoio num prévio e racionalmente bem estruturado antepiano geral de urbanização.*” (Silva, 1961, p.66).

Em 1955, segundo o inquérito e levantamento topográfico da vila, a área deste núcleo urbano rondava 95,841 hectares “(...) *abrangendo tôdos os grupos populacionais e espaços ainda livres de edificações ou não habitáveis, como o Calvário, o cemitério e a parte da zôna hospitalar (...) e que a sua relativamente baixa densidade, apesar de não incidir sôbre os referidos espaços livres, [era] da ordem dos 58,29 h/ha.*”²⁴².

As habitações existentes em Valongo à data “(...) *além de [estarem] em mau estado de conservação [cerca de 40%], [tinham] fracas condições higiénicas e dependências insuficientes para o elevado número pessoas de algumas das famílias que as habitam.*”²⁴³ (Silva, 1955, p.36).

A maioria das edificações existentes eram compostas por habitações entre um a dois pisos. As habitações de um piso situavam-se maioritariamente na Boavista e nos bairros mais pobres da zona baixa da vila (zona correspondente à área I). Por sua vez, concentradas no núcleo central, as habitações situadas nas imediações da E.N. nº 15 (área II) tinham, na sua maioria, dois pisos. Nestas, o rés-do-chão era destinado a comércio ou arrecadações e o primeiro piso a habitação.

Nas áreas com menores densidades (III, IV, V e VI), para além do pouco edificado existente à data, eram compostas maioritariamente por terrenos de cultivo, no entanto “(...) *a agricultura que se [praticava] na área compreendida entre os limites dêste antepiano e as edificações urbanas existentes, que [era] escassa, pouca importância [tinha].*”²⁴⁴.

²⁴² Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.18.

²⁴³ Idem, p.36.

²⁴⁴ Idem, p.24.



Figura 79 Fotografia com a legenda: “Aspecto parcial do centro da vila, na margem da E.N. nº15 ou Rua de S. Mamede”, de 1955. |
Figura 80 Fotografia com a legenda: “Aspecto parcial do mercado semanal, cujas barracas foram há pouco construídas”, de 1955. |
Figura 81 Fotografia com a legenda: “Prolongamento da Rua de Oliveira Zina vendo-se, no fundo, a Igreja Matriz”, de 1955. |
Figura 82 Fotografia com a legenda: “Panorâmica da E.N. nº15, sôbre a mancha verde do Calvário, acima da qual, ao centro, fica a escola primária do plano dos Centenários.”, de 1955.

Em 1955 a indústria existente encontrava-se dispersa por toda a vila:

- 14 Fábricas de lousas escolares;
- 35 Padarias e fábricas de biscoito;
- Fábricas com diversos fins produtivos, desde sistemas de canalização de águas, móveis, à transformação e acabamentos de produtos de ardósia.

Apesar de ser um factor de importante desenvolvimento económico para a vila, Moreira da Silva, considerava que as fábricas se encontravam na sua maioria mal localizadas por se situarem nas imediações de núcleos habitacionais:

“É licito reconhecer que algumas destas fábricas estão mal situadas. A sua laboração produz intensos ruídos e finas poeiras de ardósia e madeira, facilmente penetráveis pelas mais estreitas fendas. Havendo, como há, casas de habitação na sua vizinhança, sem esforço se infere que não podem ser pequenos os inconvenientes que de tal facto inevitavelmente resultam.” (Silva, 1955, p.30)

Quanto a este problema, Moreira da Silva propunha que as fábricas fossem realocizadas para um local mais adequado (na zona industrial a desenvolver mais à frente) sugerindo que, principalmente nos edifícios em mau estado de conservação “(...) seria de boa política a Câmara ir suspendendo as licenças para obras de conservação ou concedê-las sob condição desses edifícios se destinarem a outro fim ou ainda a título precário, para que a indústria possa continuar em laboração pelo tempo que fôr necessário para os interessados procederem à sua instalação em edifícios próprios, noutra local.” (Silva, 1955, pp. 30-31).

A importância comercial de Valongo decorria das actividades industriais e agrícolas. O Comércio encontrava-se distribuído principalmente ao longo da E.N. 15, na Praça Machado dos Santos e Rua de S. Mamede (fig.79), ou seja, no núcleo central do aglomerado urbano à data. Para além do mercado semanal, que decorria no Largo dos Centenários (fig.80), existiam neste núcleo central de Valongo 68 estabelecimentos comerciais²⁴⁵ que ocupavam uma área total de 7166 m², os restantes encontravam-se disseminados pela vila. Devido à solução proposta para a localização dos Novos Paços do Concelho e arranjo urbanístico circundante no Largo dos Centenários, o mercado deixaria de ter lugar neste espaço.

Os estabelecimentos de ensino existentes à data eram três: 1) a Escola do Conde Ferreira, onde actualmente se encontra o Centro de Convívio para a 3.ª idade; 2) Escola Mista/Escola Primária 1.º de Maio, sendo hoje a Universidade Sénior de Valongo; e 3) a Escola do Plano dos Centenários, edifício que serve ainda hoje o mesmo fim como Escola Básica do Calvário. Estes edifícios localizam-se na rua Conde Ferreira e nas Avenidas Primeiro de Maio (junto ao Largo dos Centenários) e 5 de Outubro, respectivamente. David Moreira da Silva considerava que havia uma má distribuição destes estabelecimentos de ensino porque “(...) encontrando-se todas elas do mesmo lado da E.N. nº 15 [a Norte], algumas das crianças que as frequentam e obrigatoriamente atravessam esta estrada fazem caminhadas entre mil e mil e quinhentos metros!” (Silva, 1955, p.45).

²⁴⁵ Idem, p.34.



Figura 83 Fotografia com a legenda: “Fachada principal dos Paços do Concelho”, de 1955. | Figura 84 Fotografia com a legenda: “Fachada principal do Grémio da Lavoura”, de 1955.



Figura 85, Figura 86 e Figura 87 Fotografias de habitações a demolir nas áreas I, II e VI, respectivamente.

Área I - 137 novas moradias (isoladas, geminadas e agrupadas), em 20 hectares, desalojando cerca de 30 habitantes com as demolições de tugúrios (fig.85);

Área II - 66 novas moradias, em 18,15 hectares, desalojando cerca de 80 habitantes (fig.86);

Área III - 72 novas moradias, em 5,09 hectares, desalojando 6 habitantes;

Área IV - 20 novas moradias, em 3,47 hectares, desalojando 14 habitantes;

Área V - 159 novas moradias, em 11,04 hectares, desalojando 80 habitantes;

Área VI - 159 novas moradias, em 22,60 hectares, desalojando cerca de 30 habitantes (fig.87).

Figura 88 Distribuição de novas moradias pelos 6 sectores da vila de Valongo por Moreira da Silva.

O edificado existente à data correspondente a instalações de interesse público era composto: pela Câmara Municipal entre outros serviços que funcionavam no Edifício dos Paços do Concelho (fig.83), na rua de S. Mamede (onde se encontra hoje o Museu e Arquivo Municipal), considerado por Moreira da Silva “(...) *antiquado e impróprio*, [tornando-se] *acanhado e [estando] a pedir condigna substituição*.” (Silva, 1955, p.46); pela estação dos C.T.T., considerada mal instalada no rés-do-chão de um prédio na rua Alves Saldanha; pelo posto da G.N.R. anexo ao Cinema, na rua Alves Saldanha; pela Estação de Caminho de Ferro, situada no extremo sudeste da vila; pelo Clube da União Desportiva Valonguense, cujo campo se situava junto ao apeadeiro de Susão e o “*rink*” de patinagem, como era designado no plano, este último, de construção recente à data, mal localizado segundo o urbanista, na Praça de Machado dos Santos. Em termos de organismos assistenciais, os serviços existentes eram assegurados: pelo Hospital da Misericórdia, próximo da E.N. nº209; pelo Grémio da Lavoura (fig. 84), na rua Alves Saldanha; e pelo Sindicato dos Mineiros de Lousa e Artes Correlativas, também na rua Alves Saldanha.

[ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO DE 1955]

Moreira da Silva, após o levantamento e análise do existente na vila de Valongo, bem como das necessidades de expansão do território, previa que a população duplicasse²⁴⁶ nos 30 anos de vigência do Antepiano de Urbanização. Ou seja, em 1985, a população perfazeria 7494 habitantes²⁴⁷.

Os sentidos ao longo dos quais se processaria a expansão, para o urbanista eram claros: para nordeste e noroeste. A expansão para Nordeste seria importante devido à aproximação da população do lugar de Susão, onde se encontravam à data os locais de trabalho (zona industrial) e o apeadeiro do caminho de ferro. A hipótese de expansão para Norte e Sul era excluída devido à topografia do terreno:

“Em terrenos acidentados como são os da parte velha da vila, onde a construção é cara, os acessos difíceis e nefastos os efeitos temporais, a fixação populacional é pouco recomendável.” (Silva, 1955, p.66)

A área total correspondente à rede viária (incluindo os arruamentos, existentes aproveitados e os rectificandos) era de 176,84 m². Comparativamente à área total de terrenos destinados a habitação, 803,65m², este número era muito inferior, algo que o urbanista justifica com o facto de algumas ruas serviriam apenas áreas industriais, ou seja, terrenos que não eram exclusivamente destinados a habitação.

A habitação nova prevista foi distribuída, por Moreira da Silva, pelas 6 áreas referidas anteriormente (fig. 88), de modo a atingir, em média, uma densidade habitacional de 100h/ha respeitante ao conjunto dos talhões ainda vagos na área urbanizada e por nova área de expansão. As densidades populacionais

²⁴⁶ A população existente na vila de Valongo em 1955 correspondia a 3998 habitantes. Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.64.

²⁴⁷ A este número eram acrescentados cerca de 250 habitantes que iriam ser desalojados por efeito das demolições previstas no antepiano. Fonte: idem. pp. 64-65.

ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO

PLANTA DE ZONAS

ESCALA 1:2000

MARIA JOSÉ M. MOREIRA DA SILVA, ARQUITECTA DIP. PELA ESCOLA DE B. A. DO PORTO . D. MOREIRA DA SILVA ANI. DIP. PELO GOVERNO FRANCÉS . URBANISTA DIP. PELO I. U. DA UNIVERSIDADE DE PARIS . PORTO 1955



Figura 89 Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo - Planta de zonas - Escala 1:2000, de 1955.

nestas áreas, depois da construção das referidas moradias, iriam variar entre 72,5 hab/ha e 120,8 hab/ha²⁴⁸.

As habitações existentes à data, segundo o urbanista, deveriam ser dotadas de melhores condições de salubridade, com a excepção das mais precárias, denominadas pelo autor de “tugúrios”, que deveriam ser “(...) *pura e simplesmente demolidas para defesa do bem estar individual e da saúde pública.*”²⁴⁹.

[ZONAMENTO]

Valongo era um núcleo urbano essencialmente residencial e administrativo, pelo que a sua organização e subdivisão foi definida, pelo urbanista, em centros e zonas correspondentes às necessidades da população à data através da designada “Planta de Zonas e Orientação” (fig.89) elaborada em 1955, acompanhada pelo respectivo regulamento²⁵⁰. O urbanista definia o aproveitamento e uso do solo através das seguintes zonas:

- Zona existente – Z.E.;
- Zona de habitação e comércio – H.C.;
- Zona residencial em construções agrupadas – H.A.;
- Zona residencial em moradias isoladas – H.M.;
- Zona industrial, de armazéns e artesanato – I.;
- Zona rural de protecção – R.P.;
- Zona de espaços livres – E.L.;
- Zona *non aedificandi* – N.E.;
- Zona de reserva – Z.R.;
- Zona destinada a instalações de interesse público – E.P.

ZONA EXISTENTE – Z.E.

A zona existente era destinada à habitação, comércio, actividades liberais, pequena indústria, artesanato, cafés, restaurantes, serviços públicos e garagens. Segundo a regulamentação não era permitida a construção de novo edificado, salvo parecer favorável da DGSU, e os quarteirões deveriam possuir logradouros interiores que formassem um espaço livre comum com o objectivo de se abrirem vãos para este espaço garantindo uma boa insolação e ventilação do edificado. A altura das edificações encontrava-se condicionada pelas características locais, tais como: largura da rua, salubridade dos quarteirões e altura ou exigências de ordem estética das edificações existentes²⁵¹.

²⁴⁸ Idem, pp. 74-80.

²⁴⁹ Idem, p.95.

²⁵⁰ A regulamentação anexa ao zonamento definia: as características das construções, a sua utilização, a área mínima dos talhões, percentagens de ocupação do terreno, a sua implantação, número de pisos, entre outros condicionamentos.

²⁵¹ Segundo as disposições regulamentares daquele antepiano, a construção de edifícios mistos de residência e comércio, em qualquer sector da referida zona Z.E., era perfeitamente lícita; mas a respectiva cêrcea deveria ser definida pela aplicação do disposto no Art. N° 59 do Dec. Lei n°38382 de 7 de Agosto de 1951 – altura igual à largura da rua, ou pela altura que a título excepcional a Câmara pudesse ter resolvido adoptar tendo em atenção as características e as alturas das edificações contíguas (ou mais próximas existentes) a construir na mesma rua. Fontes: Cartas de Moreira da Silva dirigidas à Câmara Municipal de Valongo a 18 de Julho de 1974 e 4 de Dezembro de 1975, consultada no arquivo n° FIMS/MSMS/2611/4292.



Figura 90 Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo - Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1955.

ZONA DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO – H.C.

A “Zona de habitação e comércio” era destinada à construção de habitação, escritórios, comércio e artesanato. Segundo a regulamentação, nesta zona apenas era permitida a construção de edifícios novos em ala, cuja profundidade das construções não podia exceder os 10 metros.

Esta zona abrangia quatro novos centros comerciais: um, na Boavista, o segundo junto ao apeadeiro do Susão, o terceiro no bairro da estação de caminho de ferro e, o último, junto ao futuro Mercado (que se encontrava na incluído na “zona destinada a instalações de interesse público – E.P.”).

O total de área coberta ocupada pelo comércio seria de 6670 m², no entanto os talhamentos considerados no antepiano, segundo o urbanista não passavam de simples sugestões ou possíveis pontos de partida pois “(...) *na prática e à medida que a vila se fôr desenvolvendo, os factos podem vir a aconselhar uma ou outra adaptação às conveniências dos interessados, esta ou aquela alteração ou ajuste das contas aqui feitas, sabido como é que, pela sua índole o presente antepiano está longe de ser um plano de execução.*”²⁵²

ZONAS DE EXPANSÃO HABITACIONAL – H.A. e H.M.

Um dos princípios orientadores utilizados pelo urbanista na distribuição da habitação foi, para além das diferentes categorias (moradias isoladas ou agrupadas), as classes sociais da população. Por conseguinte, as moradias destinadas às classes média e abastada iriam situar-se na “expansão imediata” dos núcleos residenciais da mesma categoria existentes à data²⁵³, enquanto que, as moradias modestas, destinadas às classes menos favorecidas, se iriam situar “(...) *nos terrenos ainda livres que a isso se prestam nas margens dos arruamentos existentes (...)*”²⁵⁴. Esta distribuição apenas tinha reflexo no tamanho e disposição de talhões pois, em termos de zonamento, as moradias destinadas a estas 3 classes sociais são distribuídas pelas zonas residenciais em construções agrupadas e em moradias isoladas²⁵⁵, com a excepção da “Zona de habitação e comércio” que era destinada à classe média²⁵⁶.

As zonas residenciais de moradias agrupadas (H.A) e isoladas (H.M) deveriam ser construídas de acordo com o disposto na “Planta de Apresentação” (fig.90), mas nunca em número superior a 10²⁵⁷. A superfície mínima de cada talhão variava entre 300 m² (H.A.) e 200 m² (H.M.) com uma percentagem máxima de ocupação em relação à área total do terreno de 35 e 30 %, respectivamente, e a percentagem mínima de ocupação dos anexos em relação à construção principal era de 15% . Quanto

²⁵² Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p. 85.

²⁵³ Na zona compreendia entre o Largo dos Centenários e o Calvário, pouco edificada à data. Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p. 85.

²⁵⁴ Idem, p.86.

²⁵⁵ Moreira da Silva previa a construção de 61 moradias isoladas, 462 geminadas e 341 do tipo contínuo. Fonte: parecer nº2893 do CSOP de 12 de Maio de 1959, com 29 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292, p.25.

²⁵⁶ Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.87.

²⁵⁷ Idem, p.97.

à altura das edificações seria de, no máximo dois pisos além da cave ou sótão, não podendo aquele ser destinado senão a arrecadação, e a altura dos anexos era limitada a 2,40m²⁵⁸. O afastamento mínimo da construção em relação ao alinhamento da rua era de 5m, em relação aos limites laterais do talhão era de 3m e em relação ao respectivo tardoz era de 7m.

ZONA INDUSTRIAL, DE ARMAZÉNS E ARTESANATO – I.

O artesanato e a pequena indústria de ardósia, susceptíveis de produzir ruídos, ficariam situadas, segundo o plano, a nascente do bairro da estação de caminho de ferro. Junto à estação ficaria a zona industrial, localização justificada pelo urbanista através do fácil acesso aos transportes, pela proximidade, tanto da matéria prima (jazigos de ardósia) como de residências. A proximidade da indústria à zona residencial era justificada, pelo urbanista, com o facto da sua localização encontrar-se fora do quadrante dos ventos predominantes, e por isso a produção de ruídos, fumos ou poeiras não iria ter impacto nas zonas limítrofes.

Por conseguinte, nesta zona apenas era permitida a construção de edificações industriais ou para armazém e instalações de formas de artesanato e pequena indústria. Ficava proibida a construção de habitações, salvo as necessárias para as residências dos respectivos guardas. Todas as instalações seriam providas de espaço para a carga e descarga, independentemente das áreas dos arruamentos definidos nas peças desenhadas do antepiano de urbanização e o volume de construção seria, no máximo, 5m³ por cada metro quadrado de terreno. A altura máxima dos muros de vedação no alinhamento da rua será de 1,50m, não podendo a respectiva parte opaca ter mais de 1,20m²⁵⁹.

ZONA RURAL DE PROTECÇÃO – R.P.

A Zona Rural de Protecção era destinada à exploração agrícola, englobada numa faixa de protecção que distava 1000 metros do limite de urbanização do antepiano. A título excepcional era permitida a construção nesta zona de sanatórios ou hospitais mediante autorização do MOP e em terrenos de pelo menos 3 hectares cuja área de construção não fosse superior a 1% da área total do terreno²⁶⁰.

Nesta zona, também denominada por zona rústica, apenas era permitida a construção de moradias isoladas quando: a) a área do respectivo talhão fosse igual ou superior a 5000 metros; b) a superfície coberta da construção principal não excedesse os 20% daquela área; c) a percentagem máxima de ocupação dos anexos não excedesse os 20% da área de construção principal; e d) a distância mínima da construção principal ao alinhamento da rua e aos limites laterais e posterior do respectivo talhão, fosse igual a 20 metros²⁶¹.

²⁵⁸ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 6 de Julho de 1966, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²⁵⁹ Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 16 de Junho de 1973, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²⁶⁰ Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.98.

²⁶¹ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 13 de Fevereiro de 1962, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

ZONA DE ESPAÇOS LIVRES – E.L

Os novos espaços livres públicos, consistiam na requalificação e ampliação da zona verde do Calvário de forma a “(...) *constituir o principal logradouro público da vila sob a forma de pequeno parque recreativo* (...)”²⁶² com ligação à zona central da vila à data - Praça Machado dos Santos – através de uma nova artéria denominada de “Avenida Central.

O parque desportivo existente, situado nas proximidades do Calvário e Susão, era incluído na Zona de Espaços Livres, no entanto não sofreria alterações pois, segundo o urbanista, encontrava-se bem situado com acesso satisfatório por caminho de ferro e não colidia com a expansão da vila planeada²⁶³.

Salvo os espaços livres previstos no antepiano não era permitida a construção de qualquer outra edificação nesta zona.

ZONA NON AEDIFICANDI – N.E.

A zona *non aedificandi* ficava vedada a toda e qualquer construção, distribuída de forma descontínua pela vila como assinalado a cor-de-rosa na Planta de Zonas (fig.89).

ZONA DE RESERVA – Z.R.

A Zona de Reserva, com cerca de 19 hectares, ficava compreendida entre a área urbanizável do Calvário, a Zona Industrial e a linha de caminho de ferro e regia-se pela regulamentação da Zona Rural. Nesta zona os terrenos só poderiam ser aproveitados para construção quando estivesse extinta a capacidade das restantes zonas, isto é, quando todos os arruamentos previstos estivessem construídos e os respectivos talhões ocupados.

ZONA DESTINADA A INSTALAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO – E.P.

O urbanista contempla no plano um novo centro cívico, a poente das instalações da Câmara Municipal à data, entre as ruas Conde Ferreira, S. Mamede e o Largo do Centenário, onde planeava concentrar os serviços municipalizados, uma nova praça do município bem como um novo edifício para os Paços do Concelho.

A localização dos Novos Paços dos Concelho era justificada pelo urbanista: pela sua posição central em relação às áreas edificadas e de expansão, pela sua “excelente” exposição para sudoeste, pelo terreno ser plano e “bem servido” por vias de comunicação e, por não haver “(...) *outro local na área da vila que melhor corresponda aos fins em vista ou permita situá-lo em tão boas condições de acesso e destaque.*”²⁶⁴.

Circundante ao centro cívico, a Noroeste dos Paços do Concelho, ficava uma faixa de terreno reservada à construção do Grémio da Lavoura e outras instalações de interesse público que no futuro fossem necessárias.

²⁶² Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.81.

²⁶³ Idem, p.83.

²⁶⁴ Idem, p.88.



Figura 91 Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo - Planta de Trabalho - Escala 1:2000, de 1955.



Figura 92 Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo - Condições naturais do terreno e esquema rodviário - Escala 1:5000, de 1955.

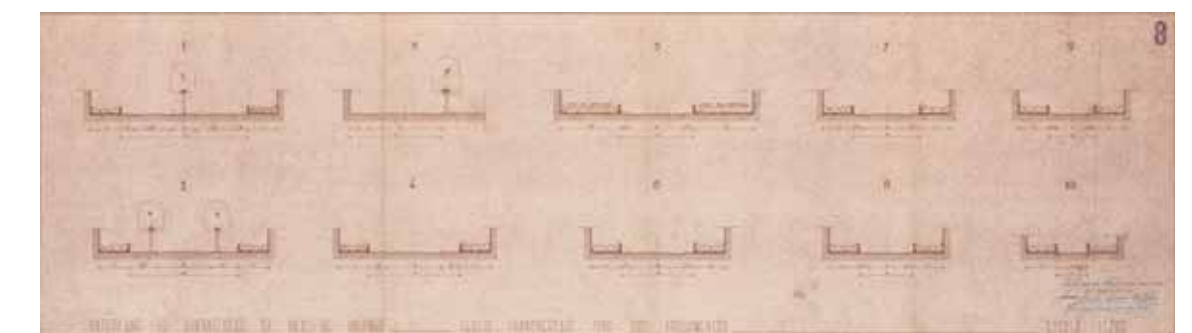


Figura 93 Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo - Perfis Transversais Tipo dos Arruamentos - Escala 1:200, de 1955.

Moreira da Silva previa um novo Mercado, substituindo o existente que, segundo o urbanista, funcionava num local “*acanhado, pouco airoso e incómodo*.”²⁶⁵. O novo Mercado seria transferido para as proximidades dos outros edifícios públicos a construir, num local central e de fácil acesso que à data se encontrava livre de edificações, com espaço suficiente para o mercado semanal e eventual construção de um ou dois pavilhões cobertos.

Ainda nesta zona, junto ao centro cívico, o urbanista previa um local para uma estação de camionagem ou apeadeiro²⁶⁶, a Sul dos novos Paços do Concelho, com acesso à E.N. nº 15 através da variante projectada pelo urbanista (fig.92).

Quanto aos estabelecimentos de ensino, o urbanista pretendia suprimir a escola Conde Ferreira pelas “deficiências do edifício”²⁶⁷ e proximidade da E.N. nº 15, mantendo as restantes (a do Calvário e a do Largo dos Centenários). Para além das existentes, eram indicadas mais duas escolas: uma na Boavista, na expansão planeada para Poente, e outra inserida na expansão para Nordeste, na área V. Junto ao último centro escolar referido estava prevista também a construção de uma nova igreja que viesse servir tanto a população da expansão projectada para Nordeste (área V) como a população existente na área II por estas se encontrarem distanciadas da igreja matriz²⁶⁸.

[ARRUAMENTOS]

Os arruamentos tipo propostos eram assinalados na “Planta de Trabalho” (fig. 91) em tons rosa e as suas dimensões eram definidas por Perfis Transversais Tipo (fig. 93), nomeadamente: (PT1) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 2 m cada um, duas faixas de rodagem com 6,5 m cada, separadas por uma faixa verde central arborizada com 4m; (PT2) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios arborizados com 4,5 m cada um e faixas de rodagem com um total de 9m; (PT3) com um passeio de 3 m e faixas de rodagem com o total de 12 m; (PT4) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 3 m cada um e faixas de rodagem com um total de 9 m; (PT5) com duas faixas *non aedificandi* de 10 m, passeios com 1,5 m cada um e faixas de rodagem com um total de 9m; (PT6) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 1,5 m cada um e faixas de rodagem com um total de 9m; (PT7) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 1,5 m cada um e faixas de rodagem com um total de 8m; (PT8) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 1,5 m cada um e faixa de rodagem com 6m; (PT9) com duas faixas *non aedificandi* de 5m, passeios com 1,25 m cada um e faixa de rodagem com 5m; e (PT10) com uma faixa *non aedificandi* de 5m e uma faixa de rodagem com 5 m.

As vias de comunicação mais relevantes da vila, como referido anteriormente, eram as E.N. nº15 e nº209, de tráfego intenso, razão pela qual o urbanista considerava importante criar uma variante. Esta nova via ficaria compreendido entre a rua Sousa Paupério (onde iria fazer a ligação com a E.N. nº15)

²⁶⁵ Idem, p.89.

²⁶⁶ Visto que o existente iria ser demolido por se encontrar no local previsto para a construção da praça do município.

²⁶⁷ Fonte: parecer nº2893 do CSOP de 12 de Maio de 1959, com 29 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292, p.17.

²⁶⁸ Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p. 92.

e o extremo sudoeste da vila, o que levava que a extensão Noroeste da E.N. nº15, correspondente à rua Conde Ferreira, fosse alargada o equivalente a uma faixa de rodagem para servidão local independente.

A nova variante, de acordo com o perfil nº 5, teria 10 metros de cada um dos lados de “faixas non aedificandi”, pois o urbanista considerava que esta zona não devia albergar construções²⁶⁹.

A artéria, designada de “Avenida Central”²⁷⁰, actual Avenida 5 de Outubro, foi concebida, segundo o urbanista²⁷¹, para ter dupla função, ou seja, uma função rodoviária e outra urbana. A função rodoviária, na medida em que pudesse vir a substituir, com evidente vantagem para o tráfego de longo curso, a estreita, algo sinuosa E.N. nº15. E a função urbana, na medida em que pudesse vir a ser “amplo e rectilíneo canal de acesso” e saída do tráfego local, visto que, sem ela, a remodelação proposta no antepiano para os arruamentos existentes nas suas imediações, as suas ligações ao actual núcleo central e às suas áreas de expansão residencial e industrial não fariam sentido.

O urbanista projectava também um novo arruamento, paralelo à rua Alves Saldanha, que faria a ligação entre Avenida Central e a Estação de caminho de ferro. Este arruamento correspondia ao perfil-tipo nº6, que incluía duas faixas verdes que separavam este troço do edificado projectado nesta área.

O arruamento de ligação da Igreja de Valongo do Calvário à Praça Machado dos Santos, correspondente à actual Avenida 5 de Outubro, sofria um alargamento representado no perfil 2.

A rua de Vale de Amores (zona industrial) sofria um alargamento de 7 para 11 metros de acordo com o antepiano de urbanização²⁷².

O perfil nº 10, segundo a Planta de Trabalho, era apenas utilizado como medida de referência nas artérias de acesso ao interior de alguns quarteirões residenciais.

Os restantes arruamentos, correspondentes às ruas recentemente criadas à data, eram mantidos, sendo suprimidos os mais antigos que estavam “(...) *mal pavimentados, [eram] tortuosos e acidentados e [formavam] mais uma malha de caminhos mal definidos, esburacados e cheios de pedras soltas, abundantes de poeiras, que em certas épocas os tornam impraticáveis, do que uma verdadeira malha de arruamentos.*” (Silva, 1955, p.71).

²⁶⁹ Fonte: Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, p.74.

²⁷⁰ Esta avenida era projectada por Moreira da Silva ainda em 1949 com uma faixa de rodagem de 9 metros, dois passeios com 2,5 m cada um e duas faixas laterais non aedificandi com 5 metros cada. Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao Director de Urbanização do Distrito do Porto a 2 de Abril de 1949, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²⁷¹ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Direcção de Urbanização do Distrito do Porto a 26 de Maio de 1972, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²⁷² Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 4 de Agosto de 1973, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

[FASES DE EXECUÇÃO]

Moreira da Silva dividiu o antepiano em 3 fases de execução ao longo dos 30 anos de vigência do mesmo. A primeira consistia: no aproveitamento e divisão dos talhões ainda livres à data junto dos arruamentos existentes; construção do Bairro e escola da Boavista; e abertura dos arruamentos projectados. A segunda consistia: na construção da praça do município e Paços do Concelho; construção da variante à E.N. nº 15 projectada pelo urbanista bem como dos restantes arruamentos, edifícios, jardins e parques que não tivessem sido construídos na fase anterior. Por último deveria proceder-se ao aproveitamento da zona de reserva, com base num estudo urbanístico da respectiva área, aquando da saturação das áreas urbanizada e urbanizável do antepiano²⁷³.

[O(S) PARECER(ES)]

O antepiano de urbanização da vila de Valongo foi entregue a 26 de Dezembro de 1955²⁷⁴, no entanto apenas em 1958 e 1959 eram elaborados os pareceres da DGSU e do CSOP²⁷⁵.

Nos pareceres eram referidas sugestões de alteração e revisão do antepiano, nomeadamente: ajustamento das larguras dos arruamentos, consideradas largas pela DGSU²⁷⁶; esclarecimento na definição das densidades populacionais que servira de base para o cálculo das áreas; arranjo centro cívico, cuja área era considerada exagerada para os edifícios públicos previstos; revisão da localização do mercado, da estação rodoviária e das escolas²⁷⁷; revisão da localização do artesanato e pequena indústria²⁷⁸; revisão da localização dos núcleos residenciais, considerados dispersos devidos às alargadas áreas de espaços livres e zonas *non aedificandi* que os intercalavam²⁷⁹; diminuição do tipo de habitação geminada e da área de alguns talhões para dar lugar a habitações em construção do tipo contínuo. E, como conclusão, o CSOP refere que Moreira da Silva não tomou em consideração o condicionamento imposto pelo Antepiano Regulador do Distrito do Porto quanto à criação de uma variante da E.N. 15, passando por fora da vila, deficiência essa que, só por si, conduziria à necessidade de revisão do antepiano²⁸⁰.

²⁷³ Idem, pp.92-93.

²⁷⁴ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 26 de Dezembro de 1955, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²⁷⁵ Fontes: parecer da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização de 30 de Dezembro de 1958, com 10 páginas, e parecer nº2893 do Conselho Superior de Obras Públicas de 12 de Maio de 1959, com 29 páginas, consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.

²⁷⁶ Fonte: parecer da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização de 30 de Dezembro de 1958, com 10 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292, p.3.

²⁷⁷ A DGSU considerava que tanto o Mercado e a Estação rodoviária previstos se encontravam-se demasiado próximos do centro cívico. Quanto às escolas propostas, a DGSU considerava a suas localizações longínquas dos núcleos residenciais que viriam a servir. Fonte: parecer da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização de 30 de Dezembro de 1958, com 10 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292, p. 7.

²⁷⁸ A DGSU discordava com a segregação dada a estas áreas em relação às zonas residenciais, bem como à inclusão destas na zona industrial. Fonte: parecer da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização de 30 de Dezembro de 1958, com 10 páginas, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292, p.5.

²⁷⁹ Idem, p.6.

²⁸⁰ Fonte: parecer nº2893 do Conselho Superior de Obras Públicas de 12 de Maio de 1959, com 29 páginas, consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429, p.27.

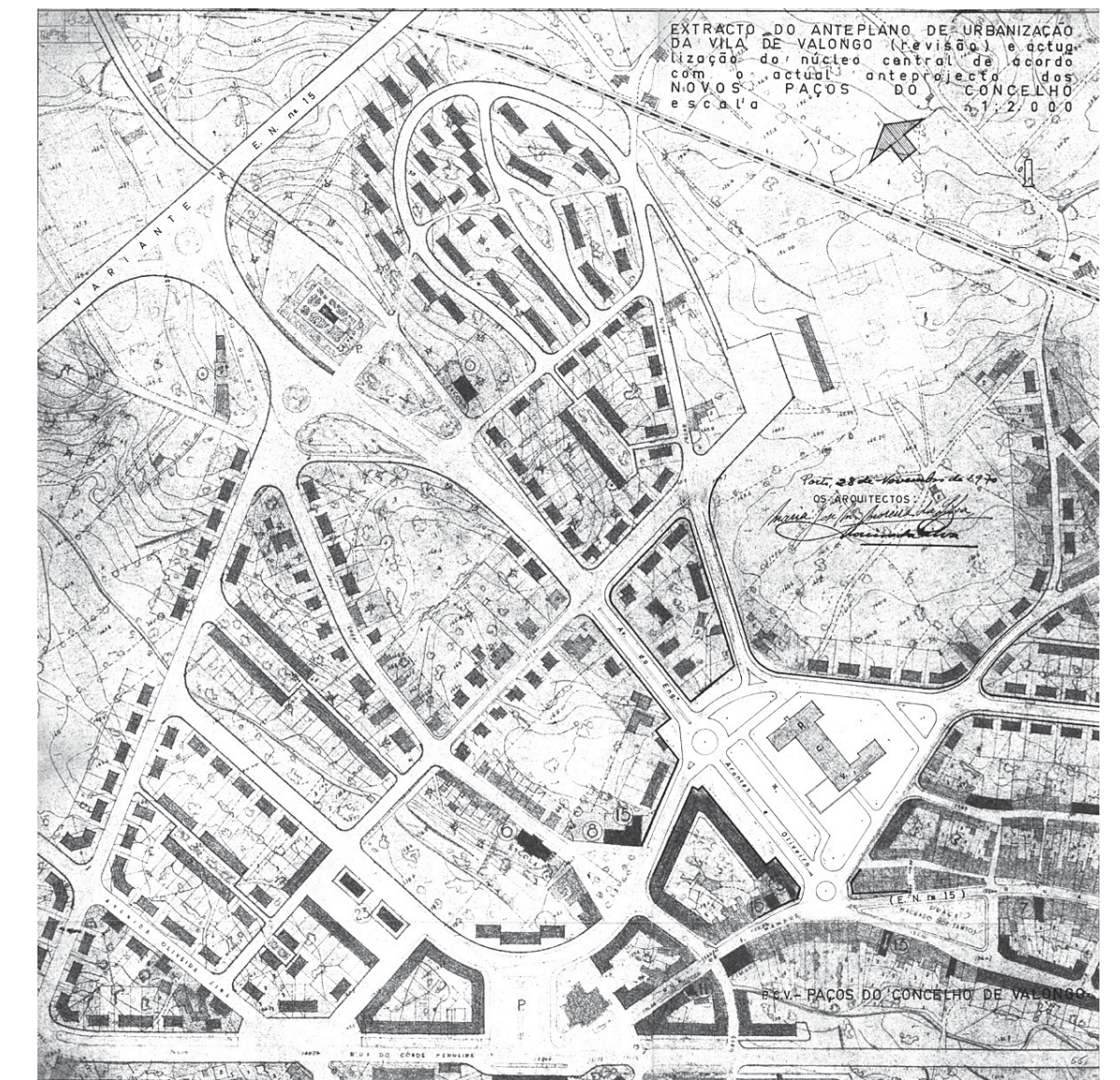


Figura 95 Extracto do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo (revisão) e actualização do núcleo central de acordo com o actual anteprojecto dos Novos Paços do Concelho - Escala 1:2000, de 1970.

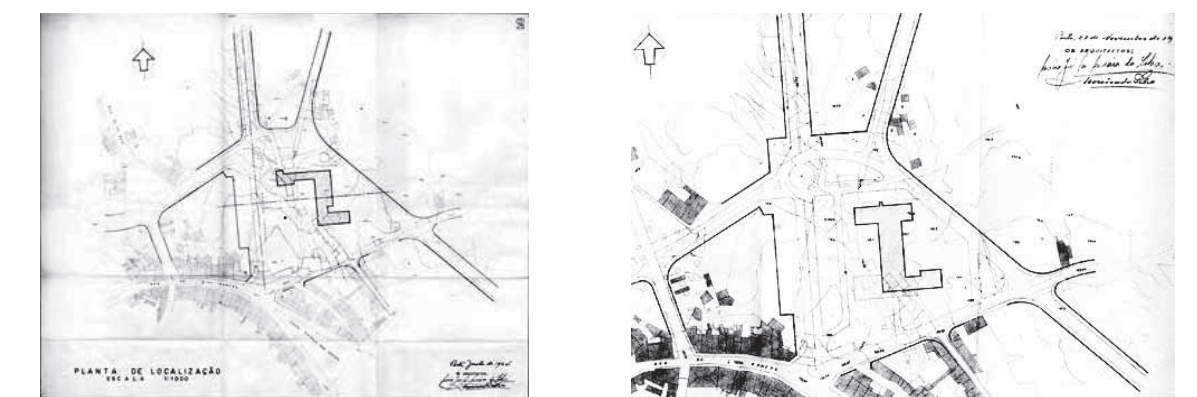


Figura 96 Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo - Planta de Localização - Escala 1:1000, de 1964. | Figura 97 Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo (aditamento) -Planta de Localização -s.e., de 1970.

Figura 94 Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo (revisão) - Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1961.

[REVISÃO DO ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO DE 1961]

Moreira da Silva, na revisão do Antepiano de Urbanização de 1961 (fig.94), considerou as sugestões do CSOP e DGSU nos pareceres do plano anterior, a variante ou variantes à E.N. nº15 e localização dos Novos Paços do Concelho. Seguindo as orientações do CSOP, Moreira da Silva acrescenta o traçado da nova variante à E.N. 15 sobre o caminho de ferro definida pela JAE.

A nova localização dos Novos Paços do Concelho preconizada pelo urbanista situava-se junto da Avenida do Calvário, “(...) *sitio suficientemente vasto, bem orientado e exposto e de relativamente fácil aquisição* (...)”²⁸¹.

Para além das remodelações supracitadas, o urbanista acrescenta um núcleo residencial para Nascente da Igreja do Calvário com um limite de altura de dois pisos²⁸². Este núcleo seria constituído por moradias geminadas e agrupadas, dispostas de acordo com a topografia do terreno e orientação solar, providas de novos acessos e, seguindo os princípios das unidades de vizinhança, com espaços verdes e próximas da escola do Plano dos Centenários já construída à data.

O urbanista altera a localização do campo de jogos, situando-o num terreno livre de edificações à data, onde hoje se encontra a Escola Secundária de Valongo²⁸³.

Os restantes acertos nomeadamente acerca da localização do Mercado não foram considerados na revisão do antepiano visto que o centro cívico era implantado num terreno mais afastado do anterior. Quanto à localização das escolas propostas na expansão dos núcleos residenciais nada foi alterado.

Ainda em 1961 Moreira da Silva era encarregado da elaboração do novo edifício dos Paços do Concelho²⁸⁴. O urbanista entregou este projecto em 1964²⁸⁵ (fig. 96), mas este foi mandado rever por decisão ministerial em 29 de Novembro de 1965²⁸⁶.

A implantação do novo edifício teria impacto no antepiano de urbanização, razão pela qual, em 1970 era feita uma nova revisão a este, com a actualização do núcleo central da vila de Valongo de acordo com o novo anteprojecto dos Novos Paços do Concelho (fig. 95).

Implantado à margem da Avenida do Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira²⁸⁷, no importante elo de ligação entre o Calvário e o núcleo central da vila, o edifício dos novos Paços do Concelho seria ali,

²⁸¹ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 15 Maio de 1961, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429.

²⁸² Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 2 de Maio de 1966, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429.

²⁸³ A localização do campo de jogos, apesar de rectificada na revisão do antepiano, manteve-se de acordo com o plano de 1955 no terreno a Poente da Igreja do Calvário.

²⁸⁴ Fonte: Certidão do livro de actas da Câmara Municipal de Valongo, páginas 39 e seguintes, do dia 13 de Março de 1961, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1381/4647.

²⁸⁵ Memória Descritiva e Justificativa de 22 de Junho de 1964, disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Volume 3, p.649-650.

²⁸⁶ Fonte: Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, pela 2ª Subsecção da sua 3ª Secção sobre o Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo a 7 de Março de 1972, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429.

²⁸⁷ No plano anterior este arruamento era denominado de Avenida Central, correspondendo hoje à Avenida 5 de Outubro.

segundo o urbanista, um “(...) *inconfundível pólo de atracção de múltiplos interesses e grande elemento de valorização urbana do aglomerado de que faz parte.*”²⁸⁸, justificando que o lugar escolhido beneficiaria de um arranjo urbanístico circundante e que ia de encontro o interesse dos munícipes à data²⁸⁹.

O novo edifício era implantado do lado Nascente da referida avenida²⁹⁰ devido a este terreno se situar numa cota mais alta e em maiores e melhores dimensões, configuração, orientação, exposição e possibilidades de “condigno enquadramento”²⁹¹.

Nesta revisão de 1970, considerando a implantação dos Novos Paços do Concelho no Antepiano de Urbanização de Valongo, o urbanista fazia alterações à regulamentação das edificações daquela zona, nomeadamente relativas ao quarteirão previsto a poente do novo edifício, permitindo apenas a construção em ala contínua, ou seja, só com frente e traseiras²⁹².

Em 1972 o CSOP e Transportes mandava rever o anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo e, por indicação do Secretário de Estado das Obras Públicas seria também necessário mudar o local de implantação do edifício²⁹³. Hoje, a Câmara Municipal de Valongo encontra-se implantada num terreno a Norte do previsto no antepiano.

Moreira da Silva permanece até 1976 como consultor da Câmara Municipal de Valongo, contribuindo e assistindo ao desenvolvimento urbano desta vila.

*“(...) É por demais evidente que o caso de Valongo, se é certo que apresenta alguma afinidade em matéria de dificuldades topográficas (...) mas, quanto a nós [Maria José e David Moreira da Silva], pecará por defeito quem não considerar que essa vila caminha, a passos largos, para se tornar uma simpática cidadezinha satélite do Porto, não só com excelentes condições para isso, mas até, sem grandes possibilidades de deixar de o vir a ser, embora com todas as vantagens e eventuais inconvenientes que deste irresistível facto possam vir a decorrer.”*²⁹⁴(Silva, 1972, p.2)

Passados 25 anos sobre a elaboração do primeiro antepiano de urbanização da vila o urbanista admitia que tanto as técnicas construtivas como as relações sociais e os programas habitacionais tinham evoluído, não no sentido individual, mas do colectivo²⁹⁵. Por conseguinte alterava a regulamentação da

²⁸⁸ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 5 de Fevereiro de 1973, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429.

²⁸⁹ Idem, p.1.

²⁹⁰ Que para além de proporcionar uma ligação facilitada ao sistema rodoviário concelhio, dava acesso à nova Variante à E.N. nº15 proposta pela JAE a Norte do aglomerado urbano. Fonte: em Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1970). Memória Descritiva dos Paços do Concelho de Valongo. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/3957, p.4.

²⁹¹ Idem, p.5.

²⁹² Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 6 de Julho de 1966, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429.

²⁹³ Fonte: Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, pela 2ª Subsecção da sua 3ª Secção sobre o Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo a 7 de Março de 1972, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429.

²⁹⁴ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 26 de Maio de 1972, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429, p.2.

²⁹⁵ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 26 de Julho de 1976, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429.

Zona habitacional H.A. para um limite de altura das edificações variável entre 2 a 6 andares²⁹⁶.

Para além dos planos elaborados por Moreira Silva, Valongo teve apenas mais um estudo urbanístico no século XX. Este estudo era um Plano Parcial de Urbanização, elaborado em 1969 pelos arquitectos Manuel D'Ávila e Domingos Fernandes e abrangia apenas uma zona de expansão da vila de Valongo para Norte do núcleo central, a Poente da Igreja do Calvário. Este plano de pormenor era requerido pela Câmara Municipal pela necessidade de expansão residencial causada pelo desenvolvimento da vila e pela união de Valongo à cidade do Porto através de novos transportes rodoviários²⁹⁷.

²⁹⁶ Idem, p.2.

²⁹⁷ Serviços de Transportes Colectivos do Porto. Fonte: D'Ávila, M & Fernandes, D. (1969). *Memória Descritiva do Plano Parcial de Urbanização – Ampliação para Poente da Urbanização de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.1.



LEGENDA:

- Arruamentos propostos
- Edifícios Públicos propostos
- Núcleos residenciais propostos

Figura 98 Planta do Estado Actual (Estado de Conservação e Nº de Pavimentos dos Edifícios) - Escala 1:2000, de 1955.

Figura 99 Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1961.

Figura 100 Fotografia aérea de Valongo, de 2017.

[O QUE FOI FEITO DOS PLANOS?]

Dos vários planos elaborados por Moreira Silva para Valongo, comparativamente ao existente hoje, conclui-se que apesar de não terem sido seguidos totalmente os mesmos traçados e geometrias propostos, as directivas de organização funcional estão presentes, em parte, na actualidade. Desde os traçados dos arruamentos, localização de edifícios públicos, espaços livres públicos e privados, às expansões residenciais, as propostas de Moreira da Silva marcaram o desenvolvimento deste aglomerado, hoje cidade.

Moreira da Silva, ao planear a localização de edifícios como os Paços do Concelho, teve sempre em conta os espaços livres públicos de modo a enfatizar o carácter destes edifícios, a sua disposição em relação à centralidade da vila e os acessos rodoviários. No caso particular dos Paços do Concelho, o edifício encontra-se a Nascente da Avenida 5 de Outubro (antiga Avenida do Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira) num terreno próximo do indicado pelo urbanista.

As zonas mistas e de expansão habitacional foram quase na sua totalidade construídas de acordo com as propostas dos planos. A localização de certos equipamentos ou residências podem não corresponder exactamente ao local previsto pelo autor, mas foram construídos um pouco mais ao lado, na mesma área de influência.

A organização funcional e distinção social nas áreas residenciais no antepiano de 1955 e na sua revisão, eram feitas de acordo com áreas de baixa densidade compostas por moradias unifamiliares com, no máximo, 2 pisos, com jardim em toda a volta e recuadas em relação ao alinhamento da rua. No entanto, em 1976, o urbanista adotou critérios diferentes para as zonas residenciais e previa construção em altura até 6 andares. Por conseguinte, a maioria das zonas habitacionais previstas pelo urbanista foram construídas, apesar de muitas não corresponderem à tipologia de construção indicada no plano de 1955.

[1946-51 CHAVES]

Chaves, na década de 1940, era já uma cidade importante no contexto nacional devido ao seu valor histórico, nomeadamente da descoberta, e conseqüente aproveitamento, das suas águas termais, anteriores à ocupação romana, e ainda devido às suas fortificações, que remontam aos primórdios da fundação da nacionalidade. Situada a 12 quilómetros da fronteira Norte do país e a 64 quilómetros de Vila Real, sua capital de distrito, Chaves é sede de concelho com 600 km², distribuídos por 47 freguesias na época em estudo²⁹⁸. A população da cidade, em 1940, contava com 8775 habitantes, mostrando um crescimento contínuo ao longo dos anos com uma tendência de expansão progressiva. Devido a estas características do núcleo urbano, especialmente o facto de Chaves ser sede de concelho, foi iniciado nesta década o estudo do seu Plano Geral de Urbanização.

Em Março de 1945, David Moreira da Silva foi oficialmente encarregado, por despacho do Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas,²⁹⁹ da elaboração do PGU de Chaves. Por conseguinte, a 13 de Novembro de 1946, foi celebrado o contrato, estabelecido por escritura, entre David Moreira da Silva e o presidente da Câmara Municipal de Chaves³⁰⁰, para a elaboração do Plano Geral de Urbanização da Cidade de Chaves.

O prazo estabelecido por contrato para a entrega do antepiano era de 18 meses a contar da data de entrega, por parte da Câmara Municipal, da planta topográfica da cidade de Chaves, bem como das informações relativas à população e documentos elucidativos sobre a situação económica da cidade. Ficava ainda estabelecido no contrato que a entrega do plano definitivo seria feita 15 meses após a aprovação do antepiano pela DGSU³⁰¹.

A elaboração do Antepiano de Urbanização da cidade de Chaves prolongou-se por cerca de 6 anos, período em que Moreira da Silva exerceu a função de urbanista consultor da Câmara Municipal, elaborando pareceres sobre as várias construções novas dos municípios ou da própria autarquia. Entre 1945 e 1947, Moreira da Silva, enquanto urbanista consultor, definiu a localização de edifícios públicos importantes a construir nesse período, tais como o Mercado Municipal e o Estádio Municipal de Chaves³⁰². Nesse período também elaborou, a pedido do presidente da Câmara Municipal à data, pequenos arranjos urbanísticos, nomeadamente a remodelação do Largo do Arrabalde e o desenho do

²⁹⁸ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justifica do Antepiano de Urbanização de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, pp. 2-20.

²⁹⁹ O Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas, à data, por despacho de 27 de Março de 1945, concordou com a proposta da DGSU de encarregar David Moreira da Silva da elaboração do Plano de Urbanização de Chaves. Fonte: ofício n° 849 da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Repartição de Estudos de Urbanização dirigido a Moreira da Silva a 23 de Maio de 1945, consultado no arquivo n° FIMS/MSMS/1522/460.

³⁰⁰ Moreira da Silva envia uma procuração a autorizar o Sr. Alfredo Rodrigues, residente em Chaves, a assinar o contrato, em nome do urbanista. Fonte: Carta de David Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara de Chaves a 8 de Novembro de 1946, consultada no arquivo n° FIMS/MSMS/1522/460.

³⁰¹ Fonte: Proposta de contrato de Moreira da Silva para a elaboração do Plano Geral de Urbanização da Cidade de Chaves de 5 de Janeiro de 1946, aprovada em 18 de Janeiro de 1946 pela DGSU no ofício n° U-264, documentos consultados no arquivo n° FIMS/MSMS/1522/460.

³⁰² Os projectos referentes a estes dois edifícios encontravam-se já na Câmara Municipal de Chaves em 1945, a função do urbanista era a de localização da implantação dos mesmos de acordo com o futuro antepiano geral de urbanização. Fontes: ofício n°778 da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Repartição de Estudos de Urbanização dirigido a Moreira da Silva a 9 de Maio de

escudo para as escadas do mercado. Em 1948, entregou o Anteplano Parcial da cidade de Chaves (zona Norte) que abrangia a área compreendida entre o caminho de ferro e o novo quartel de Caçadores nº10³⁰³, aprovado em sessão de Câmara a 22 de Dezembro desse ano³⁰⁴.

O Anteplano de Urbanização foi entregue à Câmara Municipal de Chaves em 1951³⁰⁵, aprovado parcialmente segundo o parecer nº 002804 do CSOP³⁰⁶, homologado por despacho ministerial de 7 de Julho de 1953, que recomendava a sua remodelação. Entre 1953 e 1962, Moreira da Silva, permaneceu no cargo de urbanista consultor da Câmara Municipal de Chaves, elaborando pequenos arranjos urbanísticos, tal como o Arranjo do Campo do Tabolado, ao mesmo tempo que procedeu à remodelação do Anteplano de Urbanização da cidade para um aditamento, por ordem do CSOP. Este aditamento nunca chegou a ser entregue devido à demora na resposta de Moreira da Silva para a assinatura de um novo contrato, sendo a Câmara Municipal aconselhada pela DSMU a escolher um outro urbanista para proceder à elaboração daquele plano³⁰⁷. Ainda 1962 era escolhido pela Câmara Municipal o arquitecto Nadir Afonso Rodrigues para a elaboração do novo Anteplano de Urbanização de Chaves, proposta entregue em 1965.

[ANTECEDENTES DO ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHAVES]

David Moreira da Silva, para dar início à elaboração do estudo do Anteplano de Urbanização, precisava de ter em sua posse os elementos topográficos do núcleo urbano em análise, o que a Câmara Municipal não possuía em 1946. O levantamento topográfico em causa ficou a cargo da Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, cujo trabalho concluiu apenas em 1948³⁰⁸. Por conseguinte, no período entre 1946 e 1948, Moreira da Silva não se pronunciou acerca do anteplano geral da cidade, mas desenvolveu pequenos arranjos urbanísticos, à medida que iam sendo feitas as cartas topográficas.

A Câmara Municipal de Chaves, desde 1945, tinha urgência na mudança de localização do mercado municipal que se realizava à data em pleno Largo do Arrabalde. Em 1947 Moreira da Silva estipulou que a implantação do novo mercado se localizasse, em substituição do anterior, entre as ruas das

1945 e ofício nº 543, processo nº VR-70, da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do Norte dirigido a Moreira da Silva a 1 de Junho de 1945, consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁰³ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves em 9 de Dezembro de 1948, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁰⁴ Fonte: Ofício nº1627 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva em 23 de Dezembro de 1948, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁰⁵ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves em 10 de Novembro de 1951, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁰⁶ Fonte: Ofício nº 1764 Processo nº U-264 da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos, Repartição de Estudos de Urbanização dirigido a Moreira da Silva a 18 de Julho de 1953, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468. Junto a este ofício apenas consta a página de conclusão do parecer que diz que o anteplano de urbanização da cidade de Chaves carecia ser remodelado tendo em consideração as observações constantes da apreciação e do parecer da Comissão de Revisão.

³⁰⁷ Fontes: Ofício nº 1162 da Câmara Municipal de Chaves de 20 de Julho de 1962 e ofício nº 3539 da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos de 13 de Julho de 1962, dirigidos a Moreira da Silva, consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³⁰⁸ Apenas a 9 de Fevereiro de 1948 era enviada pela Câmara Municipal de Chaves uma colecção de 17 cartas que formavam a planta aerofotogramétrica da cidade de Chaves. Fonte: Ofício nº 166 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva a 9 de Fevereiro de 1948, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

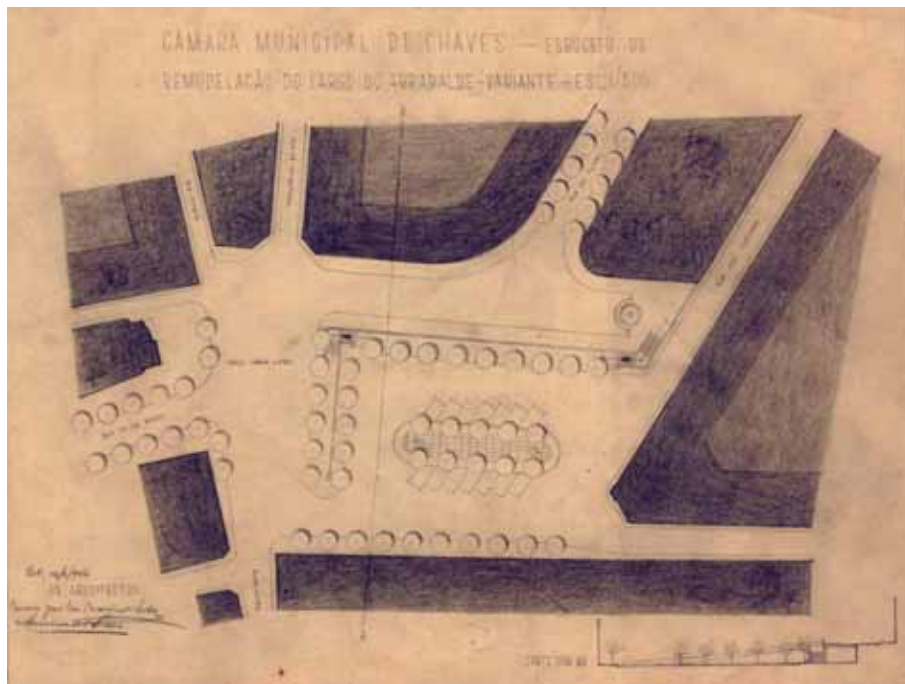
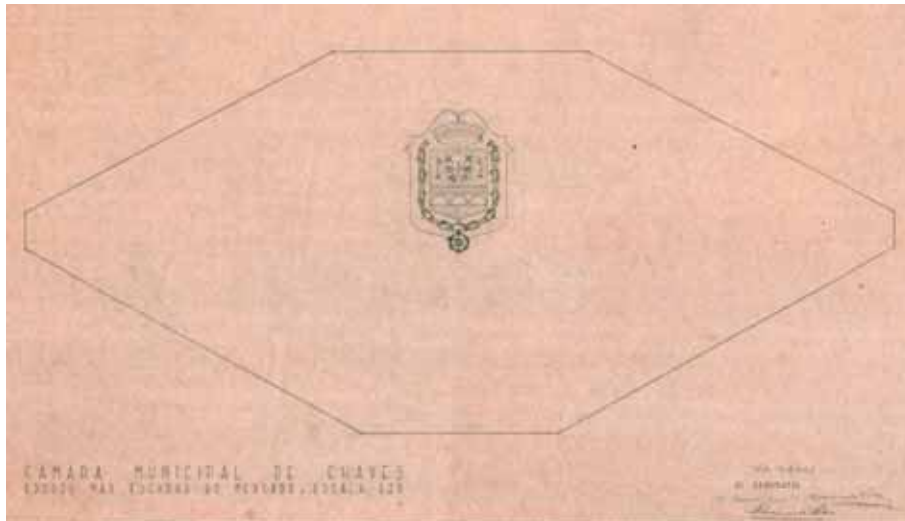


Figura 101 Câmara Municipal de Chaves - Escudo nas escadas do mercado - Escala 1:20, de 1947. | Figura 102 e Figura 103 Fotografias do “novo” mercado municipal, s.d. | Figura 104 Esboço de remodelação do Largo do Arrabalde, Variante - Escala 1:500, de 1946.

Longras e do Olival³⁰⁹. A pedido da autarquia, o urbanista desenhou ainda o escudo representativo da cidade (fig. 101), colocado no duplo escadório da entrada principal do mercado municipal³¹⁰.

Estabelecida a mudança definitiva do mercado do Largo do Arrabalde, a pedido da Câmara Municipal, era iniciado em 1946 o projecto de remodelação deste largo por David Moreira da Silva³¹¹. Em 1947, o urbanista enviava à autarquia o esboço de remodelação, que seria aprovado pela DGSU a 27 de Fevereiro de 1948³¹².

A proposta apresentada (fig. 104) compreendia genericamente uma placa central arborizada e dois “refúgios” destinados a regularizar o tráfego automóvel. Para isso, era fundamental a regularização do piso do largo, incluindo a demolição da designada “casa das varandas”, como era na altura designada. Nesta solução, o urbanista, propunha ainda o alargamento do largo até à rua das Longras, ficando o largo ao nível desta rua, mantendo a Praça de Ruy Garcia Lopes mais ou menos com a sua configuração existente à data. O desnível entre esta praça e o novo largo seria vencido através de um muro de suporte com uma balaustrada. Sob a rua existente, localizada a sul do novo largo, ficariam um ou mais estabelecimentos comerciais, com entrada ao nível da rua das Longras. O trânsito e estacionamento seriam organizados através da construção de uma placa central arborizada.

Com base neste esboço, aprovado pela DGSU, como referido, Moreira da Silva foi convidado pelo engenheiro chefe da Repartição de Melhoramentos Urbanos a realizar o projecto definitivo de Remodelação do Largo do Arrabalde, em virtude de se encontrar incluído no Plano de Melhoramentos Urbanos daquele ano (1948)³¹³. Entregue em 1951³¹⁴, o projeto era constituído, em triplicado, por peças desenhadas (a) e escritas (b)³¹⁵.

³⁰⁹ Fontes: Ofício nº553 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva a 4 de Março de 1947 e carta de Moreira da Silva dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves de 9 de Junho de 1947, documentos consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³¹⁰ O mercado manteve-se nesta localização até 1986 (data em que foi demolido). A partir dessa data instalou-se junto ao Forte de S. Neutel, no lugar onde anteriormente se fazia a Feira do Gado.

³¹¹ Fontes: Cartas manuscritas de Artur de Almeida Carvalho Júnior, presidente da Câmara Municipal de Chaves à data, de 22 de Novembro de 1946 e Março de 1947, e Ofício nº752 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva a 29 de Março de 1947, documentos consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460. Junto a estes documentos eram enviados a Moreira da Silva a planta topográfica do Largo do Arrabalde e respectivos perfis bem como os valores da matriz dos prédios para expropriação no Largo do Arrabalde, pedindo ainda, o presidente, a maior brevidade possível na execução do referido projecto para que este pudesse ser participado no ano seguinte.

³¹² Fontes: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves 12 de Junho de 1947 e Ofício nº 262 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva em 27 de Fevereiro de 1948, documentos consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³¹³ Fonte: Ofício nº4343, Processo nº246/MU/48, da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização dirigido a Moreira da Silva a 25 de Agosto de 1948, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³¹⁴ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves a 16 de Novembro de 1951, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³¹⁵ Estes elementos correspondiam a: a) extracto do antepiano de urbanização, na escala 1:500; planta do conjunto, na escala 1:200; planta de trabalho, na escala de 1:200; Planta do subsolo, na escala de 1:2000; perfis transversais, na escala 1:200; b) memória descritiva e justificativa; cálculo de volumes; distribuição das terras; medição auxiliar de aquedutos; medição; preços compostos; e orçamento. Este projecto foi executado, segundo Moreira da Silva, tanto quanto possível de acordo com o esboço anteriormente aprovado.

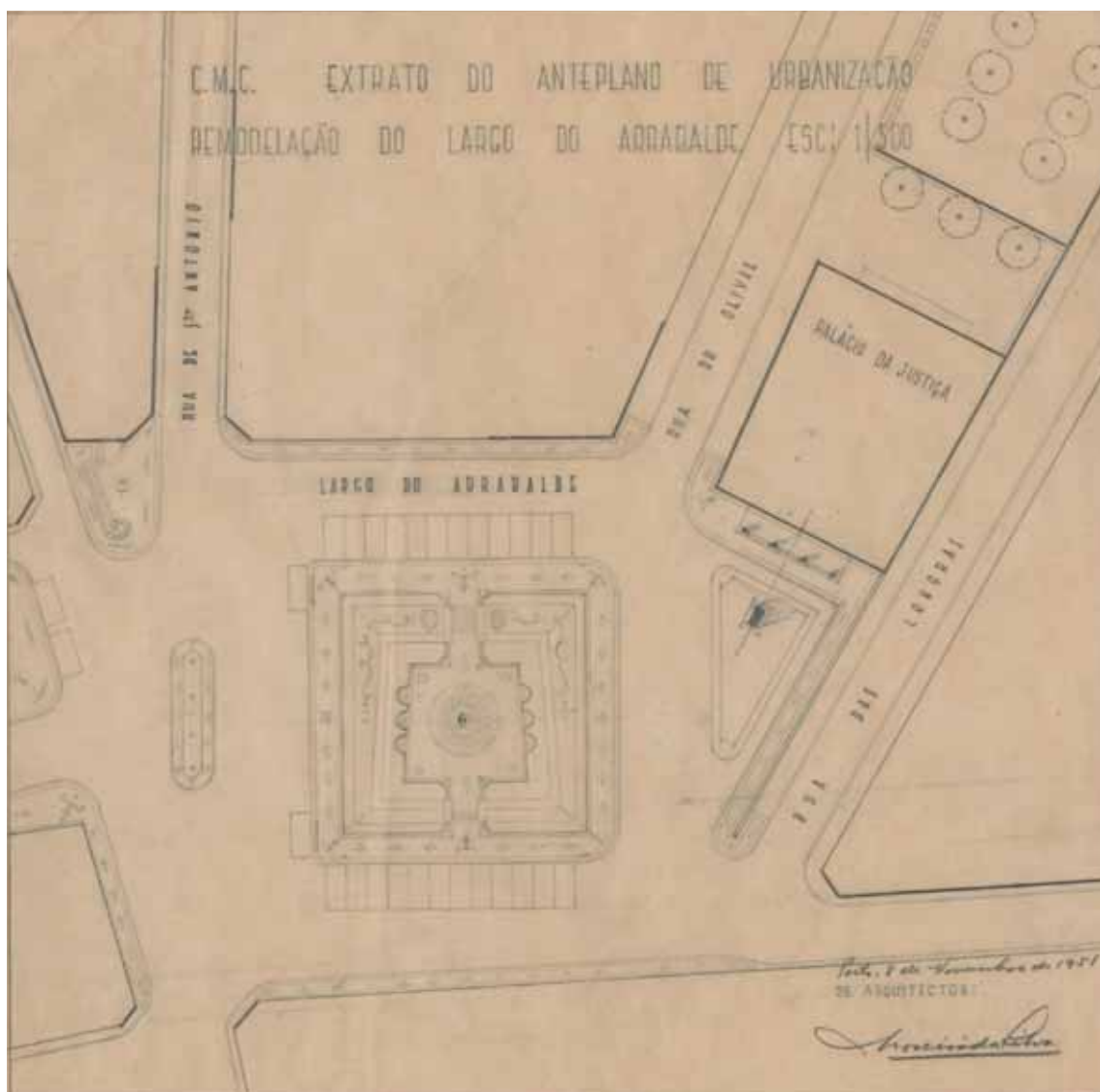


Figura 105 Extracto do Antepiano de Urbanização - Remodelação do Largo do Arrabalde - Escala 1:500, de 1951. | Figura 106 Fotografia com a legenda: “Aspecto do ângulo Noroeste do Largo do Arrabalde”, de 1951. | Figura 107 Fotografia com a legenda: “Aspecto da Rua o Olival, após a demolição das Casas das Varandas, no Largo do Arrabalde”, de 1951.

Em relação ao projeto anterior, este estudo mantinha algumas propostas, nomeadamente: a rectificação de alguns alinhamentos; a construção de uma placa central ajardinada; os mesmos arruamentos, desvios e facilidades de trânsito e estacionamento. Como propostas novas, o projeto avançava com o seguinte conjunto de intervenções que merecem relevo: a construção de mictórios no subsolo daquele largo, com entrada pela rua das Longras; o estudo pormenorizado da decoração dos passeios, em vidro e basalto, “(...) *por ser esta uma pavimentação muito portuguesa, que fica bem numa cidade fronteiriça, além do mais pelo contraste que estabelece com a pavimentação de granito ainda em grande escala na vizinhas cidades espanholas (...)*”³¹⁹; e a sugestão de execução de um monumento ao Marechal Carmona ou de uma fonte comemorativa da futura remodelação da rede de abastecimento de água à cidade, a meio da referida placa central; a localização de 4 candeeiros decorativos para iluminação do largo; a localização de dois grupos de bombas abastecedoras de gasolina, ar e água; e a indicação dos bancos de repouso, dos canteiros de flores, das árvores e arbustos a plantar.

Ainda em 1951, era pedida, a Moreira da Silva, a indicação da implantação do novo Palácio da Justiça, projecto já em curso à data pelo arquitecto Januário Godinho, de acordo com o antepiano geral de urbanização da cidade. Moreira da Silva, indica a localização do tribunal no Largo do Arrabalde devido à sua posição central e à cidade, proximidade aos edifícios públicos existentes à data, nomeadamente os Paços do Concelho, e pelo facto de este espaço ser objecto de uma remodelação em estudo pelo próprio urbanista³²⁰.

Em 1954, a remodelação do Largo do Arrabalde ainda não tinha sido feita por divergências entre o urbanista e os presidentes da Câmara Municipal entre 1948 e 1954³²¹. Em 1954 Moreira da Silva era informado que o projecto do Palácio da Justiça³²² da autoria de Januário Godinho, que incluía o arranjo e remodelação do Largo do Arrabalde, tinha sido aprovado em sessão camarária³²³.

ANTEPLANO PARCIAL DA CIDADE DE CHAVES DE 1948

Ainda sem ter em sua a posse a totalidade das cartas topográficas de Chaves, Moreira da Silva era encarregado de elaborar um Antepiano Parcial da Cidade de Chaves em 1948, com uma área de intervenção correspondente à zona Norte do núcleo central da cidade à data³²⁴. A urgência deste plano era devida ao facto de, no terreno onde iria ficar instalado o quartel do batalhão de Caçadores nº10 (já em construção à data), existir um pequeno bairro de casas modestas que tinham sido expropriadas e que os proprietários pretendiam reconstruir nas proximidades. Para isso, era urgente proceder ao

³¹⁹ Idem.

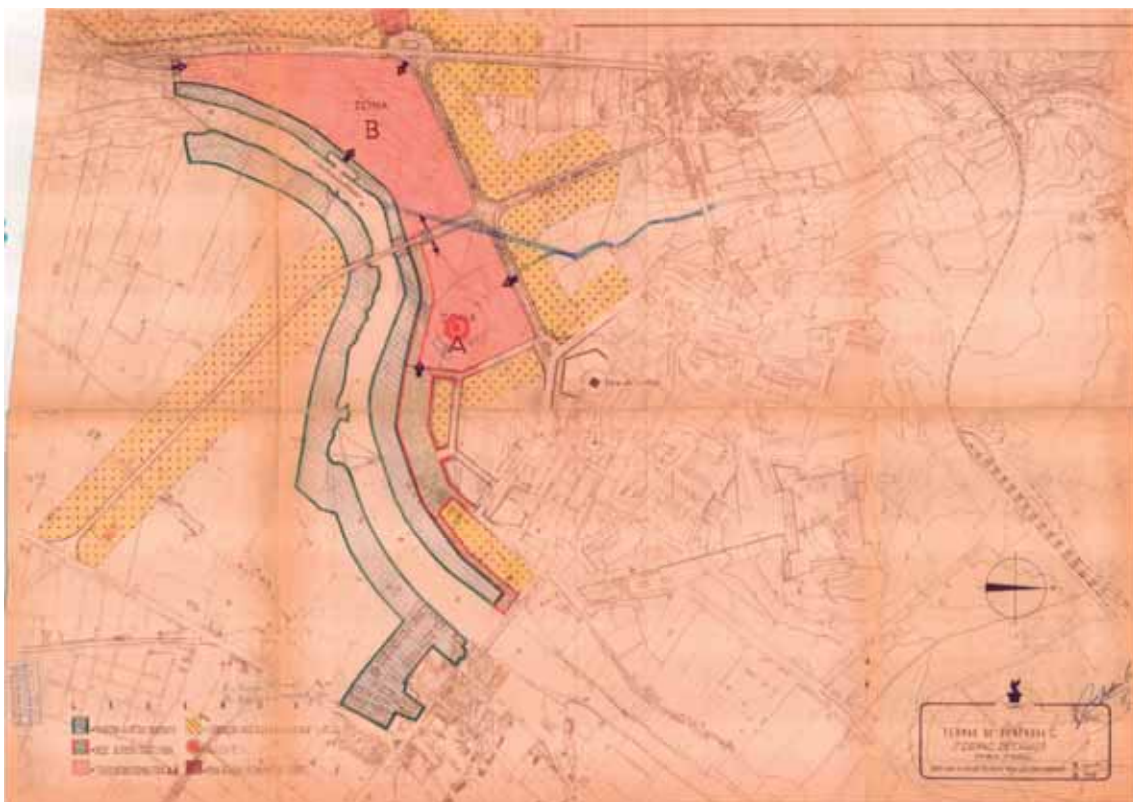
³²⁰ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves a 16 de Julho de 1951, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³²¹ Fontes: ofícios nº 1176 e nº 1326 da Câmara Municipal de Chaves dirigidos a Moreira da Silva a 11 de Junho e 5 de Julho de 1954, respectivamente, e Carta de Moreira da Silva dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves a 16 de Julho de 1954, documentos consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³²² O edifício do Palácio da Justiça da autoria de Januário Godinho foi inaugurado a 16 de junho de 1956. Fonte: Viçoso, M.I. (2015). *Chaves – Percurso de Históricas Memórias*. Chaves: Gráfica Sinal, p.260.

³²³ Fonte: Ofício nº 1696 da Câmara Municipal de Chaves dirigidos a Moreira da Silva a 2 de Setembro de 1954, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³²⁴ Fontes: ofícios nº461 e nº1155 da Câmara Municipal de Chaves dirigidos a Moreira da Silva a 7 de Abril e 21 de setembro de 1948, respectivamente, documentos consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.



Legenda: A - Zona Termal; B - Parque e Campos de Jogos.

Figura 108 Bases para o Estudo do Plano Geral das Termas de Chaves, elaborado por Januário Godinho – Escala 1:2000, de 1949.

estudo de novas vias de acesso em redor do novo quartel porque, enquanto essas vias não fossem estudadas, a câmara não podia atender aos pedidos de construção em terrenos que ficassem perto de onde se estava a fazer a deste. Para além disso, estava ainda a concluir-se a construção do Bairro para classes mais desfavorecidas (junto aos novos quartéis) sem que ainda tivessem sido estudados os locais adjacentes e vias de acesso a essa mesmo bairro.

O antepiano parcial da cidade de Chaves³²² abrangia a área compreendida entre o caminho de ferro e o novo quartel de Caçadores nº10, sendo composto por: a) uma faixa de protecção do novo quartel, com a largura de cem metros, dentro da qual deveria ficar proibida toda e qualquer construção particular³²³; b) uma ampla avenida de acesso ao novo quartel, partindo do Largo dos combatentes da grande guerra e passando sobre o caminho de ferro; c) uma avenida que contornava o quartel, em substituição do troço da estrada de Soutelinho existente à data; e uma série de pequenos arruamentos e praças residenciais e de comércio.

ESTUDO DO PLANO GERAL DAS TERMAS DE CHAVES DE JANUÁRIO GODINHO, 1949

Em 1947, o Engenheiro Director Geral dos Serviços de Urbanização, Manuel Sá e Melo, informou Moreira da Silva que a maquete da nova ponte sobre o Tâmega, actual Ponte Barbosa Carmona, iria estar na Exposição de Obras Públicas, no ano de 1948, e que, para poderem concluir essa maquete, o urbanista deveria proceder ao estudo de arranjo dos terrenos que lhe davam acesso³²⁴. No entanto, Moreira da Silva, sem ter em sua posse as cartas topográficas daquela área urbana, declinou o pedido dizendo que: “(...) enquanto V.Ex.^a [Presidente da Câmara Municipal de Chaves] não puder fornecer-me uma cópia da planta topográfica dessa cidade, eu estou praticamente impossibilitado de fazer, para aí, quer estudos gerais ou parciais de arranjo ou extensão, na área urbanizável.”³²⁵ (Silva, 1948, p.1).

A empresa Termas de Portugal Lda, tinha adquirido a concessão das termas em 1949, ao cargo do município de Chaves até à data, e, enquanto entidade adjudicante, encarregou Januário Godinho do estudo do arranjo urbanístico (fig 108) da zona termal no Campo do Tabolado nesse ano. Para além deste estudo, o arquitecto projectou ainda um balneário provisório e uma Buvete³²⁶.

³²² A informação encontrada nos arquivos consultados relativa a este antepiano parcial resume-se uma Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves em 9 de Dezembro de 1948, disponível no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460. No entanto o planeamento adoptado pelo urbanista neste antepiano parcial reflecte-se no Antepiano de Urbanização da cidade de Chaves de 1951.

³²³ A Zona de Protecção dos Novos Quartéis foi publicada no Diário do Governo nº 213, 2ª série de 12 Setembro de 1950 de acordo com o antepiano de urbanização, a única diferença é a largura da faixa que passava dos 100m planeados pelo urbanista, para os 80 m que constam nessa publicação. Fonte: Ofício nº 1548 da Câmara Municipal de Chaves dirigidos a Moreira da Silva a 13 de Setembro de 1951, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³²⁴ Fonte: carta da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização dirigida à Câmara Municipal de Chaves de 30 de Dezembro de 1947, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³²⁵ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves de 12 de Janeiro de 1948, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³²⁶ O “Balneário Provisório” era uma construção de 1949, demolido 30 anos depois, e a Buvete, ainda existente, foi aberta ao público em 1952. Em 1962 a concessão das termas volta para a Câmara Municipal de Chaves, ano em que foi encomendado o projecto do novo balneário das caldas, também a Januário Godinho, aprovado em 1964 e construído na década de 1970. Fonte: Viçoso, M.I. (2015). *Chaves – Percursos de Históricas Memórias*. Chaves: Gráfica Sinal, pp. 358-359.



Figura 109 Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves - Planta do Estado Actual - Escala 1:2000, s.d.

[ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CHAVES DE 1951]

Na década de 1950, a vida económica de Chaves, girava em torno da agricultura, da pequena indústria de cerâmica, das actividades desportivas e aquísticas, na época termal, e do comércio. Provida à data com as recentes construções de novas avenidas, da nova Ponte Barbosa Carmona e do prolongamento das estradas nacionais nº2 Chaves-Vila Real, nº103 Chaves-Braga e nº203 Chaves-Mirandela, Chaves carecia de um planeamento ordenado e racional do seu aglomerado urbano e futura expansão.

“(…) uma população activa só vive em boas condições de saúde moral, espiritual e física quando dispõe dos lugares de trabalho, recreio, abastecimento, cura e repouso necessários, como das vias de comunicação correspondentes às suas necessidades e exigências de toda a ordem, parece que, em matéria de urbanização racional, indispensável se torna escolher, distribuir e delimitar na área que essa população ocupa ou possa vir ocupar, em percentagens criteriosas e nos locais mais naturalmente indicados para cada um dos objectivos atingir, os terrenos que melhor possam convir ao exercício dessas actividades e, conseqüentemente, ao estabelecimento de uma ORDEM URBANA nova e à simples conservação ou remodelação do existente.” (Silva, 1951, p.42)

O Antepiano de Urbanização da Cidade Chaves em estudo desde 1946, foi concluído e entregue à Câmara Municipal de Chaves e ao CSOP em 1951 constituído, em triplicado, por peças desenhadas e escritas³²⁷.

O plano abrangia uma área urbana, urbanizada e urbanizável, de 520 hectares³²⁸ que, segundo Moreira da Silva, correspondia a quatro núcleos urbanos distintos, separados fisicamente pelo rio Tâmega, por terrenos de cultivo e pela linha de caminho de ferro. No entanto todos correspondiam a áreas mistas onde havia lugar para residências, comércio e oficinas. Estes quatro núcleos eram: a área central, a parte mais antiga da cidade intramuros e a expansão extramuros que se lhe seguiu, considerada a mais importante pelo seu comércio e número de habitantes à data; o da Madalena, situado na margem esquerda do rio; o de Santo Amaro, situado junto do caminho de ferro, a poente do núcleo central; e o da Trindade, considerado, pelo urbanista, o menos relevante, mas valorizado pela construção recente, à data, do Bairro Operário e dos Novos Quartéis.

A área urbanizada da cidade de Chaves, à data, encontrava-se distribuída por cerca de 700 000 m² que incluía: os 4 núcleos descritos anteriormente (436 111 m²), a área industrial (10 154 m²), arruamentos

³²⁷ Estes elementos correspondiam a: 1) planta do estado actual da cidade de Chaves, na escala de 1:2000 (fig. 109); 2) planta de trabalho e urbanização, na escala de 1:2000; 3) planta de trabalho e orientação, na escala de 1:2000; 4) planta das zonas e de orientação, na escala de 1:2000; 5) memória descritiva e justificativa, encadernada, em forma de livro, ilustrada com desenhos e fotografias; e regulamentos das zonas, dos talhamentos e das edificações, no mesmo volume. Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves a 10 de Novembro de 1951, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³²⁸ A área indicada pela Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, para urbanizar na cidade seria de 520 hectares. Fonte: Ofício nº 2241 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva em 24 de Novembro de 1945, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

(202 142 m²), e espaços livres públicos (91 171 m²), com a exclusão dos Fortes de S. Francisco e S. Neutel e a área dos Novos Quarteis (85 148 m²)³²⁹.

Após a análise criteriosa do aproveitamento do uso do solo de Chaves, Moreira da Silva conclui que a área edificada, ocupada por comércio e habitações, era a mais relevante, enquanto a área industrial era insignificante e a área dos arruamentos excessiva. De forma global, Moreira da Silva caracterizava a área urbanizada de Chaves com um exagerado aproveitamento do solo, sobretudo na parte mais antiga, onde as ruas eram estreitas, os quarteirões pequenos e os talhões integralmente cobertos pelas edificações. Em contraste, os espaços livres públicos eram numerosos e amplos, tais como o próprio rio Tâmega e respectiva alameda, os Largos do Arrabalde, do Tabolado e General Silveira, a parte poente da Avenida de Xavier Teixeira, o Terreiro do Calvário, o cemitério, a Norte o campo de jogos municipal e, na zona da Madalena, o Jardim Público, o Largo de S. Roque e o Campo da Fonte³³⁰. A disparidade entre a concentração de edificado em zonas urbanas e os amplos espaços livres, levava a que a densidade habitacional da cidade de Chaves fosse relativamente baixa, na década de 1940, com cerca de 128 habitantes por hectare.

Moreira da Silva considerava que as áreas urbanizadas em Chaves se encontravam dentro das “*boas normas urbanísticas*” comparando-as com as percentagens regulamentares exercidas em aglomerações europeias, em vigor antes da 2ª Guerra Mundial³³¹. Apologista da baixa densidade e da casa individual, o urbanista estipulava que, em Chaves, a “(...) *área urbanizável, exceção feita para a ZONA MISTA, onde poderá haver maior número de andares, os prédios não deverão ter mais de dois pavimentos acima do rés-do-chão.*” (Silva, 1951, p.48).

Tomando por base estes princípios, o aproveitamento racional do solo, as necessidades da população e a valorização do existente em Chaves, Moreira da Silva, dividiu estas áreas em zonas e centros, correspondendo esta divisão ao zonamento da cidade.

[ZONAMENTO]

A delimitação, localização e regulamentação de zonas tinham, para Moreira da Silva, o principal objectivo da criação de uma ordem urbana que não existia em Chaves à data do plano, criando “(...) *bôas condições higiénicas, económicas, estéticas e sociais* (...)”³³² de forma a facilitar o progresso devidamente ordenado de todas as actividades citadinas. Neste sentido, o urbanista definiu a divisão deste aglomerado urbano em zonas e centros, de acordo com as áreas a urbanizar e urbanizáveis, atribuindo-lhes as seguintes superfícies e percentagens:

³²⁹ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, pp.44-45.

³³⁰ Idem, pp.33-40.

³³¹ Moreira da Silva dava o exemplo da cidade de Berlim, que segundo a regulamentação de 1926, as zonas residenciais (H1, H2, H3) eram providas de construções baixas e espaçadas, correspondendo a 64,5% da área urbanizável; no entanto, em 1939, aquela percentagem baixou para 60%, facto atribuído à tendência generalizada da construção de edifícios em altura que, até certo ponto, o urbanista condenava. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, pp. 45-46.

³³² Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, p. 48.



Figura 110 Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves - Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2000, de 1951.

- Zonas Arqueológica;
- Zona Industrial;
- Zona Mista, Existente e Projectada: 308340 m2 - 11,93%;
- Zona Residencial H1: 188 117 m2 - 7,28%;
- Zona Residencial H2: 553 620 m2 - 21,42%;
- Zona Residencial H3: 166 751 m2 - 6,52%;
- Zona dos Espaços Livres Públicos: 234 458 m2 - 9,07%;
- Zona Termal: 239 736 m2 - 9,28%;
- Zona Rústica: 2 558 940 m2;
- Centro Administrativo;
- Centros Comerciais Locais: 11 805m2 - 0,46%;
- Centros Escolares: 39 276 m2 - 1,52%;
- Centros Clínicos: 43 780 m2 - 1,69%;
- Centros de Desportos: 48 912 m2 - 1,89%;
- Arruamentos: 587 158 m2 - 22,72%.

Moreira da Silva, de acordo com esta distribuição e aumento de superfícies, tendo em conta que em 1951, o número de habitantes em Chaves correspondia a 9501, previa um aumento de mais do dobro (25828 habitantes) para uma área total de intervenção do plano de 5450834 m2.

As áreas de expansão da cidade correspondiam a 5 zonas que ocupavam no seu conjunto toda a área que o urbanista considerava urbanizável: uma a Norte-Nascente do núcleo central actual à data, no espaço compreendido entre o rio e a Estação ferroviária; a segunda a Norte-Poente do mesmo núcleo, no espaço compreendido entre a Estação e os novos Quarteis; a terceira, a Poente do núcleo central, no espaço compreendido entre a via férrea e a zona termal; a quarta, a Sul, junto às E.N. de Vila Real e Carrzedo; e a quinta, a Nascente da Madalena³³³.

ZONA ARQUEOLÓGICA

A Zona Arqueológica correspondia ao edificado existente à data que, apesar de disperso na cidade, merecia ser, segundo o urbanista, salvaguardadas e valorizadas. Nesta zona, os edifícios a salvaguardar pelo interesse histórico, artístico ou paisagístico, definidos pelas entidades competentes, teriam normas regulamentares rígidas, podendo ser interiormente, parcial ou totalmente remodelados, enquanto que, no exterior deveriam ser conservados no que diz respeito à sua traça e cor primitivas. Estes edifícios ou conjuntos arquitectónicos teriam ainda um perímetro de protecção não inferior a 50 metros, em que, dentro deste, só seriam permitidas obras de “*acentuado cunho artístico*”³³⁴.

ZONA INDUSTRIAL

A Zona Industrial abrangia duas áreas existentes à data, uma junto ao caminho de ferro e outra junto ao aeródromo na rua Dom Gualdim Pais, onde se localizava (e localiza) a empresa de extração de argila Cerâmica Flaviense. Para além destas duas áreas, o urbanista assinalou também, na “Planta de Zonas e

³³³ Idem, p.69.

³³⁴ Idem, p.76.



Figura 111 Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves - Planta de zonas e de orientação - Escala 1:7500, de 1951.

de Orientação” (fig.111), o espaço referente ao Matadouro existente à data em Santa Maria Maior, adjacente à E.N. nº 103.

Nesta zona apenas era permitida a construção de estabelecimentos ou edifícios de carácter industrial de 2ª e 3ª classe, ficando proibida a instalação de indústrias perigosas, tóxicas, incómodas ou insalubres de 1ª classe. As fábricas ou oficinas que produzissem fumos, deveriam ser dotadas de dispositivos especiais que evitassem a sua difusão no ar. Além disso as cargas e descargas de mercadoria dos estabelecimentos industriais deveriam ser feitas no interior dos terrenos, ficando estas proibidas na via pública.

ZONA MISTA EXISTENTE

A Zona Mista Existente correspondia a quase toda a área edificada existente à data, destinada ao comércio, à habitação, à pequena indústria, ao artesanato, aos espectáculos e diversões nas “(...) condições que [permitissem] as defeituosas divisões do seu terreno em talhões.”³³⁵

Nesta zona era permitida a construção de novos edifícios, em ala, cuja altura não poderia exceder duas vezes a largura da rua onde ficassem voltadas as fachadas principais. A superfície coberta de cada talhão poderia atingir os 100% no piso térreo, à luz do edificado existente, no entanto os restantes pisos não poderiam exceder os 75%.

ZONA MISTA PROJECTADA

A Zona Mista Projectada, situada na área urbanizável, era destinada, tal como a Zona Mista Existente, ao comércio, à habitação, à pequena indústria, ao artesanato, aos espectáculos e diversões. Segundo a “Planta de Zonas e de Orientação” (fig.111), as áreas correspondentes a esta zona encontravam-se: na área circundante ao Largo de Santo Amaro; entre a actual Avenida Tenente Valadim e o Largo Maria Rita³³⁶; a Norte do Largo dos Combatentes da Grande Guerra; a área a Norte do Campo do Tabolado; toda a área ao longo da projectada alameda marginal ao rio Tâmega; e, na área de expansão projectada na Madalena.

Nesta zona apenas era autorizada a construção de edifícios ligados em ala ou de planta em forma de pente, cuja altura não deveria ultrapassar vez e meia a largura da rua, praça ou pátio para qual ficassem voltadas as fachadas principais, laterais ou posteriores sendo proibida. Era ainda permitida a construção de edifícios isolados apenas nos sítios indicados na Planta de Trabalho e Urbanização (fig. 110). Para estes e para as casas de espetáculo a regulamentação era específica: a superfície coberta dos talhões não poderia ultrapassar 80% da sua área e, no caso das salas de espectáculo com mais de 500 lugares, seria obrigatória a construção de parques de estacionamento.

³³⁵ Idem, p.50.

³³⁶ Nesta área, segundo a Planta de Trabalho e Orientação de 1951, Moreira da Silva, previa a demolição do edificado ali existente à data, de forma a rectificar o alinhamento da actual Avenida Bombeiros Voluntários planeando um eixo de ligação directa entre o cemitério e a creche existente à data, hoje Jardim de Infância de Chaves.

ZONA RESIDENCIAIS H1, H2 E H3

As Zonas Residenciais H1, H2 e H3 foram delimitadas por Moreira da Silva, observando diversas condicionantes, nomeadamente: a topografia, natureza e exposição do terreno; núcleos residenciais existentes e propostos de diferentes categorias ou classes; a posição definida ou em estudo dos locais de comércio, trabalho e escolares; e às percentagens definidas inicialmente de distribuição do aproveitamento e uso do solo. Estas três zonas destinavam-se às moradias isoladas e agrupadas de alto preço, preço médio e baixo preço³³⁷, respectivamente, e, devido a essa distinção continham regulamentação específica.

Segundo a regulamentação, estas zonas deveriam possuir como características comuns: a construção de moradias individuais isoladas, gémeas (geminadas) ou agrupadas em edifícios destinados a uma ou mais famílias, dotadas ou não com um pequeno estabelecimento, indústria caseira ou loja no piso do térreo e respectivos anexos. Ficava ainda proibida a construção de moradias isoladas no lugar onde, na planta de trabalho, se encontravam indicadas as edificações em ala, nomeadamente ao longo da actual Avenida de Santo Amaro, em contraponto era dada a possibilidade de construção em ala mesmo nas áreas que em planta se encontravam edifícios isolados. A distância entre as fachadas laterais e posteriores das habitações não poderia ser inferior à altura dos seus edifícios.

Na Zona Residencial H1 a faixa *non aedificandi*, entre a fachada principal e o alinhamento da rua seria de 7 metros e a altura dos seus muros seria de, no máximo, 1,20m. A superfície de cada talhão seria variável consoante o número de casas fosse superior a duas, geminadas ou isoladas, correspondendo a uma percentagem de superfície coberta a: 30% em talhões entre 500 e 600 m², 25% em talhões entre 700 e 800 m² e 20% em talhões entre 1000 e 1200 m², respectivamente. Quanto à altura das edificações, ficava apenas estabelecido que, no caso de moradias isoladas, o limite máximo seria de um andar acima do rés-do-chão com o aproveitamento do vão telhado, e o mínimo à de uma cave habitável (formando envasamento e um rés-do-chão elevado). Esta zona encontrava-se planeada ao longo do prolongamento da E.N. nº103, nas actuais Avenidas Engenheiro Duarte Pacheco e Dom João I, e em Santo Amaro junto ao Parque Termal.

Na Zona Residencial H2 a faixa *non aedificandi*, entre a fachada principal e o alinhamento da rua seria de 5 metros e a altura dos seus muros seria de, no máximo, 1,20m. A superfície de cada talhão seria variável consoante o número de casas fosse superior a duas, geminadas ou isoladas, correspondendo a uma percentagem de superfície coberta a: 30% em talhões entre 450 e 500 m², 25% em talhões entre 500 e 700 m² e 20% em talhões entre 700 e 800 m², respectivamente. A largura dos talhões variava segundo os mesmos critérios entre: 10 e 15 metros, 10 e 18 metros e 10 e 25 metros, respectivamente. Quanto à altura das edificações, ficava apenas estabelecido que, no caso de moradias isoladas, o limite máximo seria de dois andares acima do rés-do-chão com o aproveitamento do vão telhado, e o mínimo à de uma cave habitável (formando envasamento e um rés-do-chão elevado). Esta zona encontrava-se situada a Norte e Sul da linha de caminho de ferro, ao longo da Avenida 5 de Outubro, recentemente construída à data, e, na área de expansão projectada para Nascente, na Madalena.

³³⁷ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, p. 50.

Na Zona Residencial H3 a superfície de cada talhão seria variável consoante o número de casas fosse superior a duas, geminadas ou isoladas, correspondendo a uma percentagem de superfície coberta a: 35% em talhões entre 150 e 200 m², 30% em talhões entre 200 e 350 m² e 25% em talhões entre 300 e 500 m², respectivamente. A largura dos talhões variava segundo os mesmos critérios entre: 7 e 9 metros, 10 e 12 metros e 12 e 15 metros, respectivamente. Quanto à altura das edificações, à semelhança do estabelecido na Zona H1, no caso de moradias isoladas, o limite máximo seria de um andar acima do rés-do-chão com o aproveitamento do vão telhado, e o mínimo à de uma cave habitável (formando envasamento e um rés-do-chão elevado). Esta zona encontrava-se situada na área de expansão projectada para Noroeste que ficava entre a linha de caminho de ferro e os Novos Quarteis incluindo o Novo Bairro Operário³³⁸ e na área de expansão projectada para Nascente, na Madalena.

A zona residencial H2 corresponde à maior área de zonamento habitacional (cerca de 70%) nas áreas de expansão da cidade bem como no centro urbano da mesma e é a única onde é permitida a construção de moradias isoladas até 2 pisos (as restantes limitam-se a 1 piso).

ZONA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Moreira da Silva considerava a zona dos Espaços Livres Públicos como uma “(...) *reserva de ar e espaço indispensável para a saúde e logradouro a população citadina* (...)”³³⁹, onde não seria permitida a construção de edifícios estranhos natureza e funcionamento, nem a sua área poderia ser diminuída.

Segundo a "Planta de Zonas e de Orientação" (fig.111), estes espaços existentes e projectados encontravam-se dispersos por toda a cidade, incluindo as áreas urbanas onde se localizavam: os cemitérios (o existente e o projectado na Madalena), o novo Campo da feira (na Madalena), os largos do Arrabalde e Tabolado, o Jardim do Bacalhau e a Avenida Xavier Teixeira (actual Avenida Bombeiros Voluntários).

O novo Campo da feira correspondia a uma ampliação do Campo da fonte³⁴⁰, com o objectivo de albergar definitivamente a Feira do Gado que se fazia à data no largo do Tabolado e, por vezes, neste mesmo lugar³⁴¹.

³³⁸ Este era o Bairro para pobres referido no Antepiano Parcial de Urbanização de Moreira da Silva, de 1948, inaugurado nesse mesmo ano.

³³⁹ Idem, p.89.

³⁴⁰ O presidente da Câmara Municipal de Chaves, em 1956, informava Moreira da Silva que, de acordo com o parecer da Comissão de Revisão do Antepiano de Urbanização da cidade de Chaves de 1951, a Câmara Municipal escolhia um novo terreno para o Campo da Feira, indicado num extrato anexo a este ofício, localizado no terreno junto à E.M. Chaves-Vilarelho da Raia, funcionando lá, desde 1960 à actualidade, o mercado municipal. Fontes: Ofícios n.º533 e n.º40 da Câmara Municipal de Chaves dirigidos a Moreira da Silva a 2 de Março de 1956 e 5 de Janeiro de 1962, respectivamente, consultados nos arquivos n.º FIMS/MSMS/1522/460 e n.º FIMS/MSMS/1522/468.

³⁴¹ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, p.64.

ZONA TERMAL

A zona Termal ficava exclusivamente destinada às instalações necessárias para o aproveitamento comercial, industrial e clínico das águas minerais existentes no Largo do Tabolado.

A estância termal, situada nas imediações do Largo no Tabolado era rica pelo seu valor terapêutico, no entanto, apesar do estudo urbanístico de Januário Godinho em 1948 para esta zona, segundo Moreira da Silva, era pobre em matéria de instalações³⁴². Neste sentido o urbanista inclui no Zona Termal não só a zona das nascentes, como a zona adjacente à nova Ponte Barbosa Carmona e, os terrenos livres à data, numa e noutra margem do rio Tâmega, a criação de um parque público que serviria de fundo paisagístico e zona de recreio da estância termal com campos de jogos desportivos e alamedas arborizadas “(...) *para passeio e outras distrações susceptíveis de tornarem mais facilmente suportável a estadia ali dos aqùistas (...)*”³⁴³, com ligação directa ao jardim público existente à data na Madalena. A novas construções não tinham limitação de altura quando devidamente enquadradas no ambiente local e com “*bôas condições estéticas*”³⁴⁴.

Nesta zona era prevista ainda a construção de uma pequena estação de Caminho de Ferro³⁴⁵, situada no topo da actual Avenida Comendador Brenha da Frontoura, de forma a facilitar o acesso e futuro desenvolvimento da estância termal.

ZONA RÚSTICA

A zona rústica era a área periférica do plano de arranjo e expansão da cidade de Chaves e correspondia a uma reserva de espaço para futuros arranjos urbanísticos bem como à exploração agrícola. Em termos regulamentares apenas era permitida a construção de edifícios directamente relacionados com a exploração agrícola, incluindo a habitação dos agricultores desde que a área coberta das edificações não ultrapassasse 3% da superfície total do terreno, excepção feita às construções de estabelecimentos de cura, desporto ou recreio com vantagens para a cidade, desde que a superfície coberta destes não excedesse 1% da área total do terreno.

CENTRO ADMINISTRATIVO

O centro administrativo correspondia às áreas urbanas ocupadas pelos Paços do Concelho e Quartel de Caçadores nº10 de forma a permitir uma eventual expansão dos serviços municipalizados. Em termos regulamentares, neste centro apenas era permitida a construção de edifícios em ala, públicos ou mistos, destinados à administração, ao comércio e à habitação, com uma largura mínimo de 10 metros.

³⁴² Em 1951 existiam apenas um balneário provisório que funcionava junto às nascentes e um hotel, o único existente à data na cidade que ficava a cerca de 400 metros das mesmas. Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, p. 56.

³⁴³ Idem, p.57.

³⁴⁴ Idem, p.90.

³⁴⁵ O apeadeiro da Fonte Nova não tinha grande importância, segundo o presidente da Câmara Municipal, no entanto era considerada a hipótese da construção de uma estação naquele local pela proximidade das termas, futuro parque, e rápida ligação com a cidade pelas avenidas, já à data construídas de acesso à ponte Engenheiro Barbosa Carmona. Fonte: Ofício nº1787 da Câmara Municipal dirigido a Moreira da Silva a 11 de Setembro de 1954, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

CENTROS COMERCIAIS LOCAIS

Os centros comerciais locais correspondiam a áreas urbanas onde, fora a zona mista, se poderiam instalar o pequeno comércio, a pequena indústria e habitação. Segundo a "Planta de zonas e de orientação" (fig.111), estes centros ficavam estabelecidos segundo o princípio das unidades de vizinhança, ou seja, nas zonas de expansão da cidade para Noroeste e Nordeste, junto às novas zonas habitacionais e centros escolares.

Em termos regulamentares, nestes centros comerciais locais, apenas era permitida a construção de edifícios destinados ao comércio e à habitação com área superior a 150m². A superfície de cada talhão poderia variar entre 250 e 600 m², com um limite de superfície coberta, em termos percentuais, de 50% no rés-do-chão e 35% no 1º andar. A largura dos talhões não poderia ser inferior a 10 metros. A altura das edificações, nestes centros, não poderia exceder dois andares acima do rés-do-chão, com ou sem aproveitamento do vão do telhado. Nestes centros ficava proibida: a construção de pátios ou saguões individuais com área inferior a 200 m²; e a instalação de indústrias perigosas, tóxicas ou insalubres.

CENTROS ESCOLARES

Os Centros Escolares, dispersos por 7 áreas urbanas projectadas e existentes distintas, ficavam destinados exclusivamente aos estabelecimentos de ensino e educação, respectivos anexos e habitação de habitação de pessoal menor e docente. Nestas áreas urbanas eram indicados 7 estabelecimentos de ensino: na expansão projectada para Norte do aglomerado, a Oeste do arruamento "C" (hoje Avenida Nuno Álvares)³⁴⁶ era indicada uma escola primária; na Avenida Doutor António Granjo, junto à Estação de caminho de ferro, era indicada a localização de uma escola primária, correspondendo hoje às sedes do Rotary Club de Chaves e da Universidade Sénior do Autodidacta Flaviense³⁴⁷; no centro da cidade, na rua de Santo António, o liceu existente à data, hoje Escola Secundária Fernão de Magalhães; a sudeste do Hospital Regional projectado era indicada a localização da nova escola Industrial³⁴⁸; no Largo de Santo Amaro, era assinalada uma escola primária já existente à data, onde hoje se encontra a Escola Básica do 1º Ciclo de Santo Amaro; na Avenida Dom João I, era assinalada uma escola primária já existente à data, onde hoje se encontra a Escola Básica do 1º Ciclo do Caneiro; na expansão projectada para Nascente do aglomerado, entre as actuais rua São Roque e Avenida Doutor Mário Soares, era indicada a localização de uma escola primária³⁴⁹.

³⁴⁶ Esta escola nunca foi construída.

³⁴⁷ Segundo Viçoso, a "Escola da Estação" foi construída em 1948 ao abrigo do Plano dos Centenários, num local escolhido por um engenheiro dos Edifícios e Monumentos Nacionais. No entanto, na documentação consultada, a indicação da localização desta escola, perto da Estação de Caminho de Ferro, era atribuída a David Moreira da Silva. Fontes: Viçoso, M. I. (2015). *Chaves – Percurso de Históricas Memórias*. Chaves: Gráfica Sinal, p.301; e ofício nº 3620, Processo nº U-264, da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Repartição de Estudos de Urbanização dirigido a Moreira da Silva a 27 de Outubro de 1947, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁴⁸ À data da elaboração do plano, segundo a "Planta de trabalho e urbanização - Escala 1:2000", a escola industrial de chaves funcionava num edifício situado na rua Doutor Júlio Martins, onde hoje se encontra o Centro de Artes Criativas da Juventude.

³⁴⁹ Esta escola nunca foi construída.

Em termos regulamentares, o urbanista estipulava que, nestes centros, a percentagem de superfície coberta não poderia exceder 25% da sua área total, enquanto que a altura dos edifícios poderia variar de acordo com “(...) a exigência dos diferentes serviços ou à interpretação arquitectónica dos respectivos programas.”³⁵⁰.

CENTROS CLÍNICOS

Os centros clínicos correspondiam a áreas urbanas onde apenas era permitida a construção ou remodelação de instalações hospitalares e respectivos anexos. O urbanista indicava a localização do “Hospital Regional”, hoje Hospital Distrital de Chaves, previamente definida por ele ³⁵¹, na Raposeira, próximo de um pinhal e com a sua orientação a Sul, ficando assim o edifício protegido dos ventos³⁵².

CENTROS DE DESPORTOS

Os centros de desportos correspondiam a duas áreas urbanas da cidade de Chaves, onde apenas era permitida a construção de campos de jogos destinados à prática desportiva, a espectáculos de competição e respectivas instalações complementares. O campo de jogos municipal existente, segundo Moreira da Silva, “(...) [estava] *mal orientado, não [tinha] quaisquer instalações complementares, acessos capazes, nem parque de estacionamento para veículos (...)*”³⁵³, no entanto, por indicação da Câmara Municipal, a localização do Estádio Municipal de Chaves³⁵⁴ mantinha-se no terreno a leste do Forte de S. Neutel. Como complemento, ficava previsto um centro de desportos mais modesto, com campos de jogos para ténis, basquete, cricket, entre outros, e uma piscina nos terrenos fronteiros ao Largo do Tabolado (zona termal) destinados à população aquística.

ARRUAMENTOS

*“(...) elaborar um esquema de arruamentos sobre determinada área, sem cuidar das suas características ou atender à natureza e configuração do respectivo sólo, pode equivaler a tudo quanto se quizer, menos à elaboração dum plano racional de urbanização, isto é, de um plano que tome na melhor linha de conta possível – nunca é demais repeti-lo – o bem estar moral, espiritual, material e físico da população a que se destina.”*³⁵⁵

³⁵⁰ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, p. 95.

³⁵¹ Desde 1946 que estava em curso o projecto do novo edifício hospitalar de Chaves e, nessa data foi pedido pela Comissão de Construções Hospitalares do MOP que Moreira indicasse a localização do mesmo de acordo com o plano de urbanização da cidade. Fonte: Ofício nº383 da Comissão de Construções Hospitalares do Ministério das Obras Públicas e Comunicações dirigido a Moreira da Silva a 19 de Outubro de 1946, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁵² Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, p. 63.

³⁵³ Idem, p.65.

³⁵⁴ A localização do futuro Estádio Municipal ficava estabelecida a leste do Forte de S. Neutel por indicação da Câmara Municipal de Chaves. Fontes: Ofícios nº1079 e nº1670 da Câmara Municipal de Chaves dirigidos a Moreira da Silva a 27 de Junho e 9 de Outubro de 1951, respectivamente, consultados no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁵⁵ Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, p. 52.

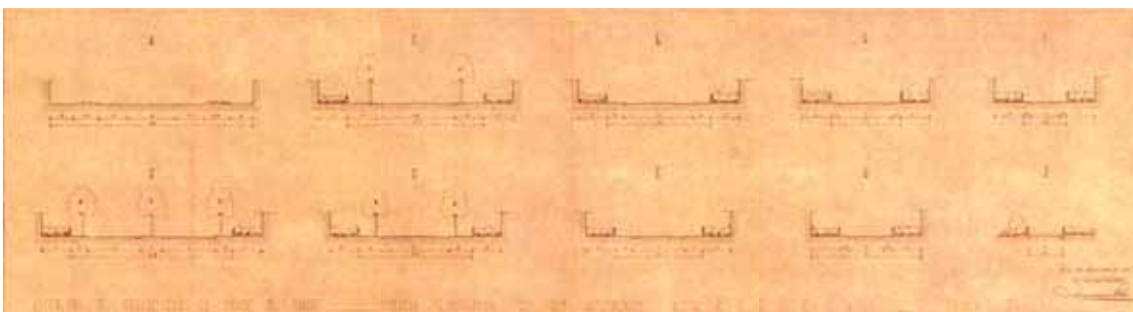


Figura 112 Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves - Perfis transversais tipo dos arruamentos A,B,C,D,E,F,G,H,I,J - Escala 1:200, de 1951.

Nos arruamentos existentes no centro da cidade, Moreira da Silva, para além aproveitar essas artérias pretendia proceder ao alargamento das mesmas salientando sua importância: “(...) *é necessário não esquecer que, no centro mais do que na periferia, é que os arruamentos das cidades precisam ser largos, a fim de poderem suportar o grande caudal de trânsito a que num futuro mais ou menos longínquo acabam, quasi sempre, por ficar sujeitos.*”³⁵⁶. Algumas das artérias referidas eram: a rua Santo António³⁵⁷ que deveria ser alargada para 16 metros; a Avenida dos Aliados, que tinha à data 15 metros de largura e, sendo esta a principal ligação entre o centro da cidade e o caminho de ferro, segundo o urbanista, deveria ser alargada para 25 metros³⁵⁸; a rua das Longras que media, em média, 8 metros de largura deveria ser alargada para 11 metros a fim de permitir uma faixa de rodagem de 6m e passeios de 2,50 m, facilitando assim o transito de veículos e peões em direcção ao mercado municipal existente à data.

Os arruamentos tipo propostos eram denominados de A, B, C, D, E, F, G, H e I (fig. 112), cada um deles com as seguintes larguras: (A) com passeios de 4 m seguidos de duas faixas verdes em toda a sua extensão de 4,5m, e outros dois passeios a ladear uma faixa de rodagem de 8m, cada um deles com 5 m, totalizando 35 metros; (B) com duas faixas non aedificandi de 5 m, passeios arborizados com 3m e duas faixas de rodagem cada uma com 9 m separadas por uma faixa verde central arborizada com 4 metros; (C) com duas faixas non aedificandi de 5 m, passeios arborizados com 5 m cada um e duas faixas de rodagem que totalizavam 14 m; (D) com duas faixas non aedificandi de 5 m, passeios arborizados com 4 m cada um e duas faixas de rodagem que totalizavam 12 m; (E) com duas faixas non aedificandi de 5 m, passeios com 3 m cada um e duas faixas de rodagem que totalizavam 12 m; (F) com duas faixas non aedificandi de 5 m, passeios com 3 m cada um e duas faixas de rodagem que totalizavam 9 m; (G) com duas faixas non aedificandi de 5 m, passeios com 1,5 m cada um e duas faixas de rodagem que totalizavam 9 m; (H) com duas faixas non aedificandi de 5 m, passeios com 1,5 m cada um e uma faixa de rodagem com 6 m; (I) com duas faixas non aedificandi de 5 m, passeios com 1,25 m cada um e uma faixa de rodagem com 5 m; e (J) com apenas uma faixa de rodagem de 6 m.

A actual avenida de Santo Amaro, que tinha inicio na rotunda das Avenidas, hoje Praça Brasil, de acesso à Ponte Barbosa Carmona (recentemente construída à data) prolongando-se até ao Bairro de Santo Amaro, foi planeada pelo urbanista com as medidas correspondentes ao perfil A, com uma largura total de 35 metros e 280 m de comprimento. No entanto, a Câmara admitia que a largura do arruamento era exagerada para o comprimento da mesma; que as duas faixas verdes previstas ao longo do arruamento não eram fáceis de manter naquela região devido às fortes geadas e que não havia concordância entre a largura desta Avenida em relação à largura das 3 restantes convergentes na rotunda referia anteriormente³⁵⁹.

Moreira da Silva justifica que a largura do arruamento planeado não tinha sido determinada em função da sua extensão, mas sim tendo em conta a sua eventual e múltipla função circulatória de veículos e

³⁵⁶ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves a 19 de Julho de 1948, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁵⁷ Idem, p.1.

³⁵⁸ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves a 11 de Junho de 1947, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁵⁹ Fonte: Ofício nº522 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva de 4 de Março de 1958, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.



Figura 113 Estudo de remodelação do actual caminho de acesso ao quartel do Batalhão de Caçadores 10 – Escala 1:1000, de 1959.

peões, que em futuro longínquo poderia ter certo relevo se a zona termal em que se situava viesse a atingir o desenvolvimento previsto no antepiano de urbanização, pois “(...) *nas boas zonas termais há toda a vantagem em possuir um ou outro arruamento ou sitio que pelas suas características se preste à passagem e estacionamento, simultâneos e independentes de veículos e peões, ao passeio a pé, à conversa ao ar livre, etc.*”³⁶⁰. Por estas razões justifica o urbanista que o perfil foi estudado que acordo que uma ordem de grandeza eventual e futura das termas. Moreira da Silva diz ainda que a faixa verde poderia ser arborizada ou adaptada a estacionamento de veículos conforme viesse a ser mais conveniente de futura para a vida termal ou cidadina. Moreira da Silva esclarece ainda: “(...) *urbanisticamente, sobretudo quanto se trata de fixar a largura dos arruamentos, parece-me preferível pecar por excesso a pecar por deficiência, tanto mais que nada há que obrigue a fazer as respectivas obras numa só fase.*”³⁶¹

O perfil C era utilizado por Moreira da Silva para definir as larguras do arruamento que hoje corresponde à Avenida Nuno Álvares, artéria esta planeada já em 1948 no Antepiano Parcial da Cidade de Chaves da autoria deste arquitecto. Em 1959, o urbanista efectuava um estudo de remodelação do “actual caminho de acesso ao quartel do Batalhão de Caçadores 10” (fig 113) em que esta artéria passa a formar uma ligeira torção no topo Norte de acesso ao quartel, alteração esta devida provavelmente a uma adaptação ou desvio de construções “clandestinas” feitas entre 1951 e 1959. Este último estudo corresponde efectivamente à Avenida que existe hoje.

O perfil tipo F foi utilizado para definir a disposição e largura de diversos arruamentos na cidade de Chaves, sendo que um deles, parcialmente construído, correspondia a uma artéria que desse acesso ao novo Hospital regional desde o centro da cidade. Esta nova artéria seria o prolongamento da avenida que tinha início no Largo do General António Óscar de Fragoso Carmona, hoje Largo 8 de Julho, e que passava pelo lado Sul da creche existente à data, onde se situa hoje a sede de freguesia de Santa Maria Maior. O prolongamento desta avenida previsto transpunha o Rivelas em viaduto e terminava numa praceta de acesso ao referido hospital. Como acesso também ao novo hospital, o urbanista propunha um prolongamento da actual Avenida de Santo Amaro, desde o Largo de Santo Amaro à nova praceta projectada.

O urbanista previa também a “(...) *rua marginal do Tâmega, para ocultação das fachadas posteriores voltadas para o rio (...)*”³⁶², a Sul da ponte romana. Esta Avenida Marginal, deveria ser feita numa cota mais elevada por causa das inundações, projectada com um passeio largo e arborizado junto ao alinhamento dos edifícios existentes à data, projectada com uma faixa de rodagem relativamente estreita pelo interesse ser apenas local³⁶³. Este arranjo urbanístico apenas foi concretizado em 2001 no âmbito do programa polis de Chaves, concebido para requalificar as margens ribeirinhas do Tâmega, obra esta inaugurada em 2008.

³⁶⁰ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves a 3 de Abril de 1958, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³⁶¹ Idem, p.1.

³⁶² Fonte: Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, p. 71.

³⁶³ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Chaves a 26 de Novembro de 1956, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.



Figura 114 Extracto do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves – Escala 1:1000, de 1956.

Moreira da Silva previa ainda a construção de uma nova ponte sobre o Tâmega, “(...) *para uma fase de realizações ainda longínqua, que o futuro justificará ainda mais do que o presente (...)*”³⁶⁴, a Norte do núcleo urbano da Madalena, que fizesse a ligação, sem passar pelo centro da cidade, entre a E.N. de Vila Real ao arruamento Sul dos novos quarteis. Esta travessia era requerida pela Câmara desde 1948³⁶⁵ mas apenas foi construída em 1994 com a inauguração da Ponte de S. Roque, que liga a Avenida Miguel Torga à Avenida Doutor Mário Soares.

O PARECER E ARRANJOS URBANISTICOS ULTERIORES AO ANTEPLANO

A apreciação do Antepiano de Urbanização de Chaves por parte do CSOP foi desfavorável essencialmente em três das soluções apresentadas por Moreira Silva, sendo estas: a localização da escola industrial nas imediações do novo hospital; a urbanização do núcleo da margem esquerda do Tâmega, pelo facto de haver água a cerca de um metro de profundidade³⁶⁶; e o quarteirão fronteiro ao Largo do Tabolado.

Moreira da Silva, em relação à primeira solução sugere a mudança de localização da escola industrial para a Avenida 5 de Outubro³⁶⁷, local onde esta foi construída, no início da década de 1960³⁶⁸, correspondendo hoje à Escola Secundária Dr. Júlio Martins. Quanto à expansão urbana planeada nos terrenos da Madalena ficaria sem efeito devido às características do terreno³⁶⁹.

Em 1956, a pedido da Câmara Municipal³⁷⁰, Moreira da Silva elabora um novo estudo do Largo do Tabolado (fig.114). Nesta solução, aproveitando as árvores e faixa de rodagem existentes à data, Moreira da Silva propunha um arruamento com 2 faixas de rodagem, separadas por uma placa central ajardinada, arborizada e com passeios estreitos, arruamento este com extensão até ao topo sudeste do quarteirão compreendido entre o Largo do Tabolado e a ponte romana. De acordo com o parecer do CSOP, Moreira da Silva segue a sugestão desta entidade de suprimir alguns edifícios velhos que escondiam o baluarte existente no gaveto formado pelas ruas do Sol e do Tabolado. Os arruamentos de ligação do Largo do Tabolado às avenidas da “futura Estação das termas e da Muralha” ficariam como os anteriormente planeados em 1951. As novas edificações fronteiras ao Largo deveriam ficar em

³⁶⁴ Idem, p. 61.

³⁶⁵ O presidente da Câmara Municipal de Chaves à data, Manuel Maria Lopes Cantista, em 1948, pedia a Moreira da Silva a indicação de uma nova ponte sobre o Tâmega, a montante da ponte romana, para que se pudesse fazer a travessia dos gados, entre uma e outra margem, sem que estes passassem pelo centro da cidade. Fonte: Ofício nº 1439 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva a 16 de Novembro de 1948, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

³⁶⁶ Fontes: Carta de Moreira da Silva dirigida ao Engenheiro Chefe da Repartição de Estudos de Urbanização a 4 de Outubro de 1955 e Carta da Câmara Municipal de Chaves dirigida a Moreira da Silva a 16 de Dezembro de 1955, consultadas no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³⁶⁷ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Chaves a 16 de Abril de 1955, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³⁶⁸ A escola Industrial e Comercial foi transferida, em 1961, para as novas instalações projectadas pelo arquitecto Januário Godinho, instaladas entre a Avenida Miguel Torga e a Avenida 5 de Outubro. Fonte: Viçoso, M.I. (2015). *Chaves – Percurso de Históricas Memórias*. Chaves: Gráfica Sinal, p.307.

³⁶⁹ Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Chaves a 4 de janeiro de 1956, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³⁷⁰ Fonte: ofício nº290 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva a 29 de Outubro de 1956, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

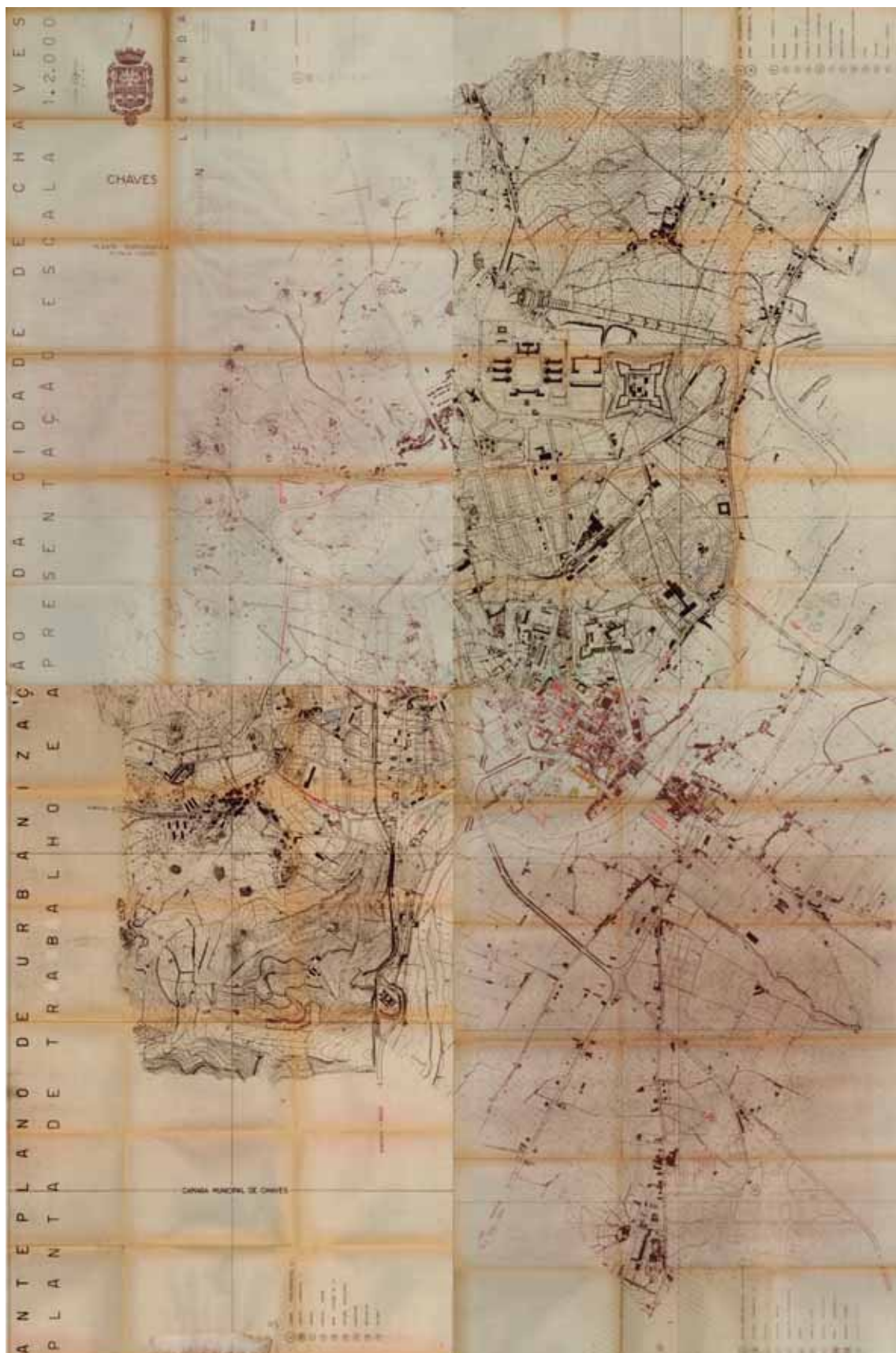


Figura 115 Anteplano de Chaves elabora por Nadir Afonso R. - Planta de Trabalho e Apresentação - Escala 1:2000, de 1965.

ala continua e com 3 andares acima do rés-do-chão. A parte central do Largo do Tabolado poderia vir a ser arborizada e ajardinada.³⁷¹.

Em 1958, no decorrer de obras de saneamento neste largo, descobriram que a cerca de 3 metros de profundidade neste local existia um lençol de água quente que atingia uma temperatura de 50º, assim a Câmara Municipal que se tornava inviável o projecto de se fazer ali um parque³⁷². No entanto, no âmbito do programa polis, em 2008, toda esta zona era revitalizada e o largo do Tabolado transformado efectivamente num parque arborizado e ajardinado³⁷³.

Moreira da Silva permaneceu como consultor da autarquia local até 1962 e definiu algumas alterações/alinhamentos relativamente aos arruamentos. No entanto não chegou a concluir o aditamento sugerido pelo CSOP, tendo a Câmara Municipal incumbido a Nadir Afonso Rodrigues a elaboração de um novo Anteplano de Urbanização.

[Anteplano Urbanização de Chaves de Nadir Afonso Rodrigues, 1965]

O Anteplano de Urbanização de Chaves (fig. 115), elaborado por Nadir Afonso, entre 1962 e 1972, abrangia uma total área, urbanizada e urbanizável, superior à do plano anterior e visava essencialmente o desenvolvimento do centro termal e da zona rural envolvente da cidade³⁷⁴. Os sentidos de expansão previstos no plano abrangiam, tal como no estudo de Moreira da Silva, as áreas a Norte e Nordeste do núcleo central da cidade, acrescentando ainda uma grande área de expansão para Sudoeste.

³⁷¹ Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Chaves a 26 de Novembro de 1956, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³⁷² Fonte: ofício nº547 da Câmara Municipal de Chaves dirigido a Moreira da Silva a 6 Março de 1958, consultado no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.

³⁷³ Projecto de requalificação e remodelação do Tabolado da autoria dos arquitectos Artur Alves e Miguel Diogo, no âmbito do Programa Polis.

³⁷⁴ Segundo Mangorrinha, Chaves, em 1962, possuía dois grandes recursos económicos: a agricultura, nos terrenos agrícolas da veiga, e as fontes termais. Fonte: Mangorrinha, J. (2012). *O que é uma cidade termal?*. Estudo decorrente da investigação para Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, no ramo do urbanismo em 2009, p.78.



LEGENDA:  Arruamentos propostos  Edifícios Públicos propostos  Núcleos residenciais propostos  Parque Público proposto

Figura 116 Planta de Trabalho e Orientação - Escala 1:2000, de 1951.

Figura 117 Fotografia aérea de Chaves, de 2017.

[O QUE FOI FEITO DOS PLANOS?]

Apesar de não seguir totalmente os mesmos traçados e geometrias propostos, as directivas de organização funcional utilizadas do plano da cidade de Chaves têm expressão no espaço físico actual.

Neste caso deve relevar-se que, para o urbanista, o principal objectivo do Antepiano de Chaves estabelecer linhas gerais e regras a que devia obedecer o desenvolvimento da cidade. Por conseguinte, era possível construir mesmo nos terrenos ou talhões que se encontravam livres (em planta), desde que fossem seguidas as normas do REGEU:

“(...) visto que nem tôdos os edificios poderão figurar num trabalho que apenas pretende fixar directivas e não pormenores de execução; o que é indispensável ter em conta, ao elaborar o respectivo projecto, é o disposto no Decreto-Lei nº 38 382, de 7 de Agosto do ano findo [1951], sôbre a distância a que devem ficar umas das outras as fachadas dos edificios.”³⁷⁵

Quanto aos arruamentos, salienta-se a Avenida Nuno Álvares, hoje um importante eixo de ligação entre o núcleo central da cidade e os quartéis, que permitiu o desenvolvimento e expansão do aglomerado com comércio, habitação e pequena indústria como planeado pelo urbanista. Praticamente toda a expansão para Norte do núcleo central existente na década 1950, foi construída de acordo com as funções e/ou serviços previstos pelo urbanista, excepto alguns arruamentos das áreas residenciais que seguem o Plano de Nadir Afonso.

Também a área de expansão Poente planeada por Moreira da Silva teve o desenvolvimento previsto com a localização do Hospital Distrital e a construção das novas avenidas.

Na década de 1950, Moreira da Silva previa ainda o aproveitamento das duas margens do rio com vista à valorização da Zona Termal, incluindo um parque público com zonas de lazer e recreio, integrando o jardim público existente à data. O planeamento do Zona Termal e do respectivo parque, delineado não passou de uma intenção durante largos anos, no entanto, já no século XXI, foi feita a construção do Parque Multiusos de Santa Cruz, no âmbito do Programa Polis, que inclui a requalificação das margens do rio Tâmega e a inserção de zonas de estar/lazer, percursos pedonais e ciclovias, construídas à luz dos objectivos delineados pelo urbanista anteriormente.

³⁷⁵ Carta de Moreira da Silva dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves a 23 de Janeiro de 1952, disponível no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.

[SÍNTESE CONCLUSIVA]

A metodologia de planeamento de Moreira da Silva, identificada nos *Casos de Estudo Gerais*, não se altera nestes cinco *Casos de Estudo Específicos*. No entanto, a possibilidade de acesso a documentação detalhada, nomeadamente correspondência trocada entre o urbanista e os intervenientes no processo de aprovação dos planos, permitiu entender todo o trâmite inerente aos mesmos. Ou seja, desde a assinatura do contrato, à elaboração do plano, a aprovação do mesmo até à sua implementação, Moreira da Silva percorreu um caminho longo (cerca de 20 anos por plano), no qual, simultaneamente exerceu consultadoria para as autarquias locais. Ressalta-se ainda que, durante este período, o urbanista emitia pareceres sobre novas construções a executar de acordo com o plano mesmo na fase da sua elaboração.

Quanto à execução dos planos, numa tentativa de responder à questão da investigação - “*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*” - identificaram-se edifícios, espaços públicos, arruamentos e, principalmente, as zonas de distribuição de funções do solo planeadas para os aglomerados urbanos em estudo e salientou-se o que foi construído de acordo com o delineado pelo urbanista.

Concluiu-se que pouco foi construído, na íntegra, de acordo com o planeado pelo urbanista. Todavia, todas as propostas de Moreira da Silva tiveram influência no desenvolvimento urbano dos aglomerados através da divisão racional do solo por zonas - o zonamento - independentemente da regulamentação associada, verificando-se hoje a permanência destas áreas de influência ou serviços estabelecidos pelo urbanista. Ou seja, na maioria dos casos, onde o autor previa zonas habitacionais, encontram-se hoje moradias (unifamiliares ou plurifamiliares); ou como no caso de Chaves a zona termal e revitalização das margens do rio realizada apenas recentemente; ou ainda como em Paredes os Centros de Desportos e Parque Infantil, cujas finalidades não servem exactamente os preceitos delineados.

Moreira da Silva preconizou vários planos de urbanização, planos estes que, segundo o autor, apenas definiam os princípios e linhas gerais da organização do aglomerado urbano, sempre mais ou menos sujeitos a ulteriores e pormenorizados acertos. Por conseguinte, não deveriam ser rigidamente interpretados, antes conviria que fossem revistos, em pormenor, de cada vez que se surgisse uma iniciativa válida de interesse para a vila ou cidade.³⁷⁶.

³⁷⁶ Fonte: Carta de Moreira da Silva dirigida à Câmara Municipal de Valongo a 1 de Maio de 1972, consultada no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/429, p.2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desta dissertação colocam-se a dois níveis. Por um lado, pretende contribuir para a história de cada núcleo urbano estudado através da análise da influência que as propostas de planos urbanísticos produzidas pelo Atelier Moreira da Silva, exerceram no seu desenvolvimento ao longo do tempo. Por outro lado, pretende identificar as teorias e métodos usados pelo Atelier na cronologia estudada — 1941 a 1963 — e assim contribuir para a história da urbanística em Portugal.

Estes objectivos foram atingidos. Permitiram entender a metodologia de planeamento do autor, enquadrada no período em análise, nas restrições regulamentares e políticas, e nas diferenças entre os aglomerados urbanos estudados. Permitiram também perceber todo processo de elaboração e execução de um plano na época em causa e a sua influência nos aglomerados urbanos estudados.

A análise da produção urbanística do Atelier divide-se em duas partes. Na primeira é feita uma análise às propostas de plano onde se focam os aspectos e características que melhor descrevem as teorias urbanísticas defendidas pelo Atelier, onde são estudados os casos de: 1940-41 Moledo do Minho; 1941-44 Luanda (colaboração com De Gröer); 1941-49 Elvas; 1941-42 Monte Real; 1943-56 Matosinhos; 1943-45 Gabela; 1944-49 Gerês; 1945-60 Aveiro; 1945-63 Barcelos; 1945-57 Guimarães (e 1954 Caldas das Taipas, Guimarães); 1946-55 S. Jacinto; 1950-59 Vizela; 1950-60 Cacia – Sarrazola. Na segunda parte é feita uma análise mais desenvolvida de 5 casos de estudo, onde, além do estudo do planeamento urbanístico do Atelier, se responde à pergunta “*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*” que dá nome à linha de investigação em que se inscreve esta dissertação. Organizados cronologicamente, estes casos são: 1941-45 Águeda; 1942-45 Paredes; 1945-55 Amares; 1946-61 Valongo; 1946-51 Chaves.

Entre 1941 e 1963, o Atelier Moreira da Silva desenvolveu a sua obra de urbanismo tendo por base a sua formação no IUUP, as influências transmitidas por Etienne De Gröer e o acompanhamento constante da evolução das teorias urbanísticas internacionais através da participação em Congressos.

A análise do primeiro conjunto de casos de estudo permitiu verificar que a metodologia do Atelier incidia na aplicação de teorias e experiências estrangeiras, tais como as teorias de Raymond Unwin (subúrbio-jardim) e dos subúrbios-jardim franceses, as experiências urbanísticas holandesas, belgas, inglesas e alemãs e as regulamentações aplicadas na Inglaterra (1919) e na Alemanha (1926).

Moreira da Silva elaborou planos não só para vilas e cidades, mas também para estâncias balneares e termas. As propostas diferiam consoante as características de cada núcleo, ou seja, o urbanista era sensível a aspectos de ordem moral, social, económico e higiénico, bem como às tendências de expansão e necessidades e exigências das populações. No entanto, essas propostas também tinham características comuns, nomeadamente os conceitos de zonamento, para o estabelecimento ou remodelação da “Ordem Urbana” de cada aglomerado e respectivo regulamento; as unidades de vizinhança na distribuição de funções em relação aos núcleos residenciais previstos; características tipológicas singulares no que diz respeito às habitações, nomeadamente moradias unifamiliares com, no máximo, dois pisos, espaçadas e recuadas em relação ao alinhamento das ruas e com jardim ou quintal; espaços verdes distribuídos como reservatórios de ar puro e exploração agrícola; traçado orgânico dos arruamentos com o intuito da sua adaptação à topografia; e ainda a atenção às preexistências.

A partir da década de 1960 nota-se uma evolução de pensamento do urbanista que procurava adaptar-se, ainda que timidamente, ao Movimento Moderno, com propostas de construção em altura destinada à habitação. Porém, através da análise do segundo conjunto de casos de estudo, verificou-se uma linha contínua na metodologia de planeamento utilizada nos casos analisados anteriormente.

O estudo destes casos foi aprofundado no que diz respeito ao processo de elaboração e execução dos planos, e é comple(men)tado pela identificação do que realmente foi construído de acordo com as intenções do Atelier.

O processo de elaboração dos planos era moroso dada a obrigatoriedade de aprovação dos mesmos por diversas entidades, tais como as autarquias locais, o MOP, a DGSU e JAE, entre outras. Desde a data de assinatura do contrato para a elaboração dos planos até à sua rescisão, Moreira da Silva exerceu, simultaneamente, o cargo de consultor nas várias Câmaras Municipais, em média, 20 anos.

Neste período, não obstante, o urbanista executava entre 4 a 5 planos concomitantemente para diferentes aglomerados, pelo que a consultadoria e pareceres sobre construções novas era feita através de correspondência.

Para responder à questão da investigação - “*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*” – identificaram-se edifícios, espaços públicos, arruamentos e, principalmente, as zonas de distribuição de usos do solo planeadas para os aglomerados urbanos em estudo. Concluiu-se que pouco foi construído de acordo com propostas de Moreira da Silva, no entanto, todas tiveram alguma influência no que existe hoje verificando-se a permanência das áreas de influência ou serviços planeados através do zonamento, independentemente do regulamento associado.

Por se tratar de temas tão amplos e complexos relativos à história da urbanística em Portugal, este não é um estudo que se encontre encerrado. Importa ressaltar que a documentação existente na sede da DGT, em Lisboa é imensa, tal como na FIMS, no Porto, que contém todo o espólio de Moreira da Silva. Nestes arquivos constam peças desenhadas e escritas dos planos a par de pareceres de as várias entidades e a análise desta documentação será uma mais valia para aprofundar a investigação destes temas.

No espólio de outros arquivos, designadamente os municipais, existem muitos documentos não inventariados e a análise de pareceres, bem como da correspondência trocada entre os autores e as diversas entidades públicas, pode enriquecer a compreensão das propostas e do processo de elaboração dos planos. No caso dos estudos urbanísticos elaborados por Moreira da Silva há muitos por estudar mais aprofundadamente, nomeadamente, Gabela, Matosinhos, São Jacinto e Cacia-Sarrazola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[PLANOS E REGULAMENTOS URBANÍSTICOS]

- D'Ávila, M & Fernandes, D. (1969). *Plano Parcial de Urbanização – Ampliação para Poente da Urbanização de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- DGSU (1951). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares – 1ª Remodelação*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Gröer, E. De (1940). *Anteprojecto do Plano de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Gröer, E. De (1944). *Anteplano de Urbanização de Braga*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Gröer, E. De & Silva, D. M. (1944). *Anteprojecto do Plano de Urbanização de Luanda*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1122.
- Gröer, E. De (1948). *Peças Escritas do Anteprojecto do Plano de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*. Tradução de David Moreira da Silva, edição da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra Editora.
- Godinho, J. (1949). *Bases para o Estudo do Plano Geral das Termas de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Martins, L.J.O. (1977). *Plano Geral de Urbanização - Chaves (Esboçeto)*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Rezende, M. (1959). *Ante-Plano de Urbanização de Águeda*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Rodrigues, N. A. (1965). *Anteplano de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, D. M. (1941). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho*. Peças Escritas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, D. M. (1941). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2074.
- Silva, D. M. (1941-1945). *Ante-projectos do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034.
- Silva, D. M. (1941-1957). *Correspondência trocada entre Moreira da Silva e diversas entidades no âmbito da elaboração e execução dos planos de Águeda*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/461.
- Silva, D. M. (1942-1964). *Correspondência trocada entre Moreira da Silva e diversas entidades no âmbito da elaboração e execução dos planos de Paredes*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/4282.
- Silva, D. M. (1942). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização de Monte Real*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

- Silva, D. M. (1942). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização de Monte Real*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2066.
- Silva, D. M. (1944-1962). *Correspondência trocada entre Moreira da Silva e diversas entidades no âmbito da elaboração e execução dos planos de Amares*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/446.
- Silva, D. M. (1945-1952). *Correspondência trocada entre Moreira da Silva e diversas entidades no âmbito da elaboração e execução dos planos de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/460.
- Silva, D. M. (1946-1976). *Correspondência trocada entre Moreira da Silva e diversas entidades no âmbito da elaboração e execução dos planos de Valongo*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4292.
- Silva, D. M. (1953-1962). *Correspondência trocada entre Moreira da Silva e diversas entidades no âmbito da elaboração e execução dos planos de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/468.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1944). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização da vila de Matosinhos*. Peças Escritas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1944). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização da vila de Matosinhos*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2041.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1944). *Anteplano de Urbanização das Termas do Gerês – 2º Estudo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1944-1949). *Anteprojecto e Anteplanos de Urbanização do Gerês*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2001.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteplano de Urbanização das termas do Gerês – 3º Estudo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2057.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda - aditamento*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da vila de Gabela*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1532.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1948). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1948-1960). *Anteplanos de Urbanização da Cidade de Aveiro*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2031.

- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2614.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949-1953). *Anteplanos de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2049.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949-1955). *Anteplanos de Urbanização da Vila de Amares*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2025.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização do Gerês – 4ª Remodelação (aditamento)*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1950). *Anteplano Parcial de Urbanização de Caldas de Vizela*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1950-1959). *Anteplano Parcial e Esboço do Anteplano de Urbanização de Caldas de Vizela*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2672.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951-1963). *Anteplano e Esboço Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1490.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1953). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães (aditamento)*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1953). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares – 2ª Remodelação*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1954). *Anteplano de Urbanização das Caldas das Taipas*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2049.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização de São Jacinto*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização de São Jacinto*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2031.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares – 3ª Remodelação*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Aditamento ao Regulamento do Anteplano de Urbanização – Zona Residencial H2 (Aveiro)*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplanos de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2611.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1956). *Esboçeto de Urbanização de Cácia-Sarrazola*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1956-1960). *Esboçetos de Urbanização de Cácia-Sarrazola*. Disponíveis na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2031.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1957). *Anteplano Parcial de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1960). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro - aditamento*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1960). *Esboçeto do Anteplano de Urbanização de Caldas de Vizela*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1960). *Memória Descritiva do Esboçeto de Urbanização de Cácia-Sarrazola (aditamento)*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2031/4064.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1961). *Revisão do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1963). *Esboçeto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.
- Vertice, C. de P. de C. (1985). *Plano Geral de Urbanização de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

[DOCUMENTOS LEGAIS]

Decreto-Lei n.º 21:454. 7 de Julho de 1932, Diário do Governo, 1 Série, número 157, pp. 1403-1404. Presidência do Ministério. Disponível em:

<https://dre.tretas.org/dre/2446786/decreto-21454-de-7-de-julho>.

Decreto-Lei n.º 24:802. 21 de Dezembro de 1934. Diário do Governo, 1 Série, número 299, pp. 2137 - 2141. Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Gabinete do Ministro. Disponível em:

<https://dre.pt/application/file/447210-decretolei24802>.

Decreto-Lei n.º 33:921. 5 de Setembro de 1944. Diário do Governo, 1 Série número 197, pp.883 – 887. Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Gabinete do Ministro. Disponível em:

<https://dre.tretas.org/dre/286877/decreto-lei-33921-de-5-de-setembro>.

Decreto-Lei n.º 34:337. 27 de Dezembro de 1944. Diário do Governo, 1 Série número 286, pp.1327-1328. Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Gabinete do Ministro. Disponível em:

<https://dre.tretas.org/dre/97054/decreto-lei-34337-de-27-de-dezembro>.

Decreto-Lei n.º 35:931. 4 de Novembro de 1946. Diário do Governo, 1 Série número 250, p. 1045. Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Gabinete do Ministro. Disponível em:

<https://dre.tretas.org/dre/286876/decreto-lei-35931-de-4-de-novembro>.

[MONOGRAFIAS]

- Brito, V. & Camarinhas, C. T. F. (2007). *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938)*. Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Cabrita, A. R. & Silva, M. M. C. F. (1973). *Monografia do concelho de Valongo*. Porto: O Comércio do Porto.
- Casanova, C. M. da R. G. (2015). *Transformação da Forma Urbana da Cidade de Barcelos*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Escola Superior da Gallaecia.
- Choay, F. (1997). *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*. São Paulo: Perspectiva.
- Costa, S. V. (Coord.) (2009). *O plano de urbanização da Costa do Sol: uma visão inovadora para o território: livro de actas da conferência proferida no âmbito das Jornadas Europeias do Património 2008*. Oeiras: Câmara Municipal.
- Costa, S. V. (2012). *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press.
- Fernandez, S. (1988). *Percursos: arquitectura portuguesa: 1930-1974* (2a ed). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de doutoramento em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Fernandes, M. G. (2013). *O centro histórico de Guimarães: formulações, desígnios, planos e substância*. Revista Monumentos nº 33 Cidades | Património | Reabilitação (Abril de 2013), Dossier Guimarães. Forte de Sacavém: Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico.
- Ferreira, C. (2007). *Coimbra aos Pedacos: uma abordagem ao espaço urbano da cidade*. Edição do autor, Coimbra. Prova final de licenciatura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- Ferreira, S. A. S. (2003). *Aveiro no Estado Novo – a cidade idealizada versus a cidade operacionalizada*. Dissertação de Mestrado em Urbano e Regional, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Filipe, R. M. T. de P. (2016). *O que foi feito dos planos gerais de urbanização? Centros de Identidade — Equipamento(s) e Espaço(s) Público(s) 1940's-1950's*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Fishman, R. (1982). *Urban utopias in the twentieth century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, and Le Corbusier*. Cambridge; London: The MIT Press.

- Freitas, I. L. (2016). *O que foi feito dos planos gerais de urbanização? Opções e tendências na localização e organização espacial da indústria - Vilas e cidades médias (1930's - 1970's)*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Graça, S. S. da (1988). *Águeda antiga: antologia*. Águeda: Câmara Municipal de Águeda.
- Grande, N. (2002). *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Trabalho de Síntese apresentado no âmbito da prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica ao Departamento de Arquitectura da F. C. T. da Universidade de Coimbra, 1997. Coimbra: EDARQ - Edições do Departamento de Arquitectura.
- Gravagnuolo, B. (1998). *Historia del urbanismo en Europa: 1750-1960*. Madrid: Akal, D.L.
- Gröer, E. De, (1945). *Introdução ao Urbanismo*. Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1945-46, Volume I. Lisboa: M.O.P.C.
- Hall, P. (2007). *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planeamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Howard, E. (2002). *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Annablume/ Hucitec.
- Lamas, J. M. R. G. (1993). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Lôbo, M. S. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco* (2a ed). Porto: FAUP Publicações.
- Lobo, S. M. (2013). *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia*. Edição do autor, Coimbra. Tese de Doutoramento em Arquitetura, Especialidade de Teoria e História da Arquitetura, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- Mangorrinha, J. (2012). *O que é uma cidade termal?*. Estudo decorrente da investigação para Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, no ramo do urbanismo em 2009.
- Martins, D. de O. (2016). *O que foi feito dos planos gerais de urbanização? Núcleos murallhados: património e desenvolvimento urbano (1930-1970)*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1941, Outubro 4). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5163, 2.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1941, Outubro 11). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5164, 3.

- Melo, A. H. de (Ed.) (1941, Outubro 25). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5166, 3.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1941, Novembro 8). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5168, 2.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1941, Novembro 22). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5170, 3.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1942, Janeiro 31). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5179, 3.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1942, Fevereiro 28). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5182, 3.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1943, Fevereiro 20). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5231, 2.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1944, Agosto 19). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5304, 3.
- Melo, A. H. de (Ed.) (1944, Setembro 30). *De Águeda e da Região*. Soberania do Povo, nº5310, 3.
- Milheiro, A. V. (2012). *O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português*. Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana vol.4 no.2 Curitiba. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/urbe.7397>.
- Moniz, G. C., Costa, A. A., & Bandeirinha, J. A. (2011). *O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Edição do autor, Coimbra. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Especialidade de Teoria e História da Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rosas, F. (Coord.) (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* in SERRÃO, J. e OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1992) — *Nova História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa: Editorial Presença.
- Santos, L. dos (1983). *Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra*. Coimbra: publicação do Museu Nacional de Machado de Castro.
- Silva, C. N. (Ed) (2015). *Urban Planning In Lusophone African Countries*. Taylor & Francis LTD.
- Silva, D. M. da (1961). *Curriculum Vitae*. Curriculum Vitae, apresentado ao Concurso de provas públicas para provimento de um lugar de professor do 2.º grupo da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Silva, D. M. da (1962). *Subsídios para a elaboração do Código Urbanístico Português*. Edição do Autor, Porto. Dissertação de Concurso para provimento de lugar de professor do 2º Grupo da Escola Superior de Belas Artes do Porto.

- Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1977). *Curriculum Vitae*. Curriculum Vitae de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins, disponível na Fundação Instituto Marques da Silva.
- Simões, L. M. da C. (2008) *Cidade Jardim em Coimbra: Bairro Norton de Matos e Solum*. Edição do autor, Coimbra. Prova final de licenciatura, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- Sousa, J. F. de (2004). *O Porto do Funchal no contexto do sistema portuário insular regional: as infraestruturas, os tráfegos e as funções portuárias*. Dissertação elaborada para a obtenção do grau de doutor no ramo de Geografia e Planeamento Regional, especialidade de Planeamento e Gestão do Território, a apresentar à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Sutcliffe, A. (1981). *Towards the planned city: Germany, Britain, the United States and France 1780-1914*. Oxford: Basil Blackwell.
- Talen, E. (2012). *City rules*. Washington, DC Island Press 2012.
- Tostões, A. (1997). *Arquitetura do século XX: Portugal*. Catálogo publicado pela ocasião da exposição: Arquitetura do século XX: Portugal. Lisboa: Portugal-Frankfurt: Centre Cultural de Belém
- Tostões, A. (1997). *Os verdes anos na arquitetura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP.
- Unwin, R. (1994). *Town planning in practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*. New York: Princeton Architectural Press.
- Viçoso, M. I. (2015). *Chaves – Percurso de Históricas Memórias*. Chaves: Gráfica Sinal.

[CRÉDITOS DE IMAGENS]

Figura 1 – Fotografia disponível em: <https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=15>.

Figura 2 – Silva, D. M. (1941). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho*. Disponível em: Lobo, S. M. (2013). *Arquitetura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia*. Edição do autor, Coimbra. Tese de Doutoramento em Arquitetura, Especialidade de Teoria e História da Arquitetura, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, parte II, p. 527.

Figura 3 – Silva, D. M. (1941). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.611.

Figura 4 e 5 – Gröer, E. De & Silva, D. M. (1944). *Anteprojecto do Plano de Urbanização de Luanda*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.684.

Figura 6 – Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 7 – Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.676.

Figura 8 – Silva, D. M. (1942). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização de Monte Real*. Disponível em: Mangorrinha, J. (2012). *O que é uma cidade termal?.* Estudo decorrente da investigação para Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, no ramo do urbanismo em 2009, p.173.

Figura 9 – Silva, D. M. (1942). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização de Monte Real*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.674.

Figura 10 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1944). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização da vila de Matosinhos*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor,

Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.655.

Figura 11 e 12 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1947). *C.M.M. – Casas de Renda Barata – Aldeia de Gondim*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.241.

Figura 13 – Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da vila de Gabela*. Disponível em: Silva, D. M. da (1961). *Curriculum Vitae*. Curriculum Vitae, apresentado ao Concurso de provas públicas para provimento de um lugar de professor do 2.º grupo da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, p.132.

Figura 14 – Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da vila de Gabela*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.691.

Figura 15 – Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteplano de Urbanização das Termas do Gerês - 3º Estudo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 16 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização do Gerês – 4ª Remodelação*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.618.

Figura 17 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1948). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 18 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1948). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.662.

Figura 19 e 20 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1960). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro - aditamento*. Disponível em: Silva, D. M. da (1961). *Curriculum Vitae*. Curriculum Vitae, apresentado ao Concurso de provas públicas para provimento de um lugar de professor do 2.º grupo da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa. p.116 e 115, respectivamente.

Figura 21 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 22 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 2, p.289.

Figura 23 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1963). *Esboçeto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 24 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1963). *Esboçeto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Disponível em: Casanova, C. M. da R. G. (2015). *Transformação da Forma Urbana da Cidade de Barcelos*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Escola Superior da Gallaecia, p.117.

Figura 25 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 26 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 1, p.240.

Figura 27 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1953). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães - Remodelação*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 1, p.245.

Figura 28 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1953). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães - Remodelação*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 29 e 30 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização de S. Jacinto*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 31 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1950). *Anteplano Parcial de Urbanização da Vila de Vizela*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 32 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1959). *Anteplano de Urbanização da Vila de Vizela (Esboçeto)*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 33 e 34 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1956). *Esboçeto de Urbanização de Cacia - Sarrazola*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 35 - Silva, D. M. (1941). *Ante-projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/pd0004.

Figura 36 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1941). *Ante-projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/Foto3901.

Figura 37 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Águeda.

Figura 38 - Silva, D. M. (1941). *Ante-projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/pd6263.

Figura 39 - Silva, D. M. (1941). *Ante-projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/pd6254.

Figura 40 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda (aditamento)*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 41 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1956). *Ante-projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/pd6257.

Figura 42 - Rezende. M. (1959). *Ante-Plano de Urbanização de Águeda*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 43 - Silva, D. M. (1941). *Ante-projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/pd0004.

Figura 44 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda*. Disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Águeda.

Figura 45 – imagem retirada do *Google Earth Pro*.

Figura 46 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 47 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/5.

Figura 48 – Tabela elaborada pela autora desta dissertação.

Figura 49 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 50 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.41 bis.

Figura 51 e 52 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.20 bis.

Figura 53 e 54 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.20 bis.

Figura 55 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Memória Descritiva do Anteprojecto de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.18 bis.

Figura 56 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.644.

Figura 57 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/6.

Figura 58 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1945). *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2057/7.

Figura 59 - imagem retirada do Google Earth Pro.

Figura 60 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 61 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 62 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 63 - Tabela elaborada pela autora desta dissertação.

Figura 64 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1949). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 65 e 66 - DGSU. (1951). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares – 1ª Remodelação*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 67 e 68 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1953). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares - 2ª Remodelação*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 69 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares- 3ª Remodelação*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/3996/5.

Figura 70 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares - 3ª Remodelação*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 71 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/3996/11.

Figura 72 - Vertice, C. de P. de C. (1985). *Plano Geral de Urbanização de Amares*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 73 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares – 3ª Remodelação*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/3996/2.

Figura 74 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Amares- 3ª Remodelação*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2025/3996/5.

Figura 75 – imagem retirada do *Google Earth Pro*.

Figura 76 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 77 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 78 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 79 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.42.

Figura 80 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.36.

Figura 81 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.49.

Figura 82 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.55.

Figura 83 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p. 54.

Figura 84 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p. 51.

Figura 85, 86 e 87 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Memória Descritiva do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da Direcção Geral do Território, consultado em várias datas, p.76, 77 e 82, respectivamente.

Figura 88 - Tabela elaborada pela autora desta dissertação.

Figura 89 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4067/0002.

Figura 90 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 91 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 92 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 93 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/4067/0009.

Figura 94 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1961). *Revisão do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 95 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1970). *Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2611/3957/0055.

Figura 96 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1964). *Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.111.

Figura 97 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1970). *Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo - aditamento*. Disponível em: Pires, M. do C. M. (2012). *O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória*. Edição do Autor, Porto. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume 3, p.112.

Figura 98 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1955). *Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 99 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1961). *Revisão do Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 100 - imagem retirada do *Google Earth Pro*.

Figura 101 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/pd0011.

Figura 102 e 103 - Disponíveis em: Viçoso, M.I. (2015). *Chaves – Percurso de Históricas Memórias*. Chaves: Gráfica Sinal, p.124.

Figura 104 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/pd0009.

Figura 105 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/pd0010.

Figura 106 e 107 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Memória Descritiva e Justificativa do Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas, p.37.

Figura 108 - Godinho, J. (1949). *Bases para o Estudo do Plano Geral das Termas de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 109 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 110 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 111 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/pd2612.

Figura 112 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 113 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/pd0006.

Figura 114 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1956). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/1522/pd0010.

Figura 115 - Rodrigues, N. A. (1965). *Anteplano de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 116 - Silva, M.J.M.M. & Silva, D. M. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado em várias datas.

Figura 117 - imagem retirada do *Google Earth Pro*.

ANEXOS

[1. INVENTÁRIO PLANOS DE URBANIZAÇÃO]

1940 MOLEDO DO MINHO

ENTIDADE ADJUDICANTE: Direcção Hidráulica do Douro – M.O.P

AUTOR(ES): David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1929 (estudo de Carlos Ramos para a Praia de Moledo)
1940 Adjudicação
1941 Anteprojecto do plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho
1943 Homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas

1941 ANTEPROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DE MOLEDO DO MINHO

PEÇAS DESENHADAS

- Escadas de acesso à praia 1:1000, de 1940 (Arquivo FIMS/MSMS/2074)
- Zoning - Escala 1:3000, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2074)
- Planta geral 1:1000, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2074)
- Divisão do terreno em talhões 1:500, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2074)
- Perfil Tipo do Passeio Público - Escala 0,01 p.m., de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2074)
- Perfil Transversal da Av.ª A - Esc. 0.01 p.m., (Arquivo FIMS/MSMS/2074)
- Planta de situação [do Plano hidográfico levantado em 1912], de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2074)
- Corte Transversal - Esc. 0.005 p.m., de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2074)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas, de 1941 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2074)

1941 LUANDA (ANGOLA)

ENTIDADE ADJUDICANTE: M.O.P.

AUTOR(ES): Etienne de Gröer e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1941 Adjudicação
1944 Anteprojecto do Plano de Urbanização de Luanda

1944 ANTEPROJETO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE LUANDA

PEÇAS DESENHADAS

- Av. General Carmona - Escala 1:200, de 1942 (Arquivo FIMS/MSMS/1122)
- Perspectiva: Luanda - Praça do Império, de 1942 (Arquivo FIMS/MSMS/1122)
- Luanda - Place d'entree - 1/1000, de 1942 (Arquivo FIMS/MSMS/1122)
- Exemplos esquemáticos da interdependência das construções dum quarteirão em duas zonas residenciais - Escala 1:2000, de 1943 (Arquivo FIMS/MSMS/1122)
- Plano de Urbanização da Cidade de Luanda [Calçada de S. António] - Escala 0.001 PMS, de 1944 (Arquivo FIMS/MSMS/1122)
- Praça D. Afonso Henriques, s.d. (Arquivo FIMS/MSMS/1122)
- Planta da Região de Luanda Escala 1:100000, s.d. (Arquivo FIMS/MSMS/1122)
- Region de Luanda Echelle 1:100000, s.d. (Arquivo FIMS/MSMS/1122)
- Planta Geral - Escala 1:5000, s.d. (Arquivo FIMS/MSMS/1122)

PEÇAS ESCRITAS

(ARQUIVO FIMS/MSMS/1122)

1941 ELVAS

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Elvas – M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1941 Ante-projecto de remodelação dos acessos à cidade de Elvas
1941 Projecto da Avenida do Presidente Carmona e da Abertura das Muralhas
1945 Esboçeto de remodelação da parte central da cidade
1949 Antepiano de Urbanização da Cidade de Elvas

1941 ANTE-PROJETO DE REMODELAÇÃO DOS ACESSOS À CIDADE DE ELVAS E PROJECTO DA AVENIDA DO PRESIDENTE CARMONA E DA ABERTURA DAS MURALHAS

PEÇAS DESENHADAS

- M.O.P.C. – Câmara Municipal de Elvas – Ante-Projeto de Remodelação dos Acessos à Cidade, População - Escala 1:25000, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2614)
 - M.O.P.C. – Elvas – Ante-Projeto da Avenida do Presidente Carmona e da Abertura das Muralhas, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2614)
 - M.O.P.C. – Elvas – Ante-Projeto da Avenida do Presidente Carmona e da Abertura das Muralhas [Alçado] - Escala 0,01p.m., de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2614)
 - M.O.P.C. – Elvas – Ante-Projeto da Avenida do Presidente Carmona - Planta Geral - Escala 1:500, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2614)
 - Avenida do Presidente Carmona e Nova abertura da Abertura da Muralha - Planta de Conjunto - Escala 1:1000, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2614)
 - Cunhal Noroeste da Nova Abertura da Muralha – Escala 0,05 P.M, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2614)
 - Cunhal Noroeste da Nova Abertura da Muralha Alçado e corte da Guarita – Escala 0,05 P.M., de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2614)
 - Alçado sobre a Avenida - Escala 0,02 p.m., de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2614)
- PEÇAS ESCRITAS
- Peças Escritas Memória descritiva e justificativa 1941 (FIMS/MSMS/2614)

1949 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ELVAS

PEÇAS DESENHADAS

- Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2000, de 1949 (DGOTDU)
- Planta das Zonas e de Orientação - Escala 1:2000, de 1949 (FIMS/MSMS/2614)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2614)

- Inclui:

- Planta da Região 1/100000, de 1949
- Planta - Esboceto de Remodelação da Parte Central da Cidade (1945) 1/1000
- Planta - Perfis Transversais-Tipo dos Principais Arruamentos (1949) 1/200

1941 Águeda

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Águeda – M.O.P.

AUTOR(ES): David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1941 Adjudicação
 1941 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda
 1944 Parecer favorável da DGEMN
 1945 Homologação do Parecer do CSOP
 1945 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda – Aditamento

1941 ANTE-PROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE Águeda

PEÇAS DESENHADAS:

- Redução da Planta da Vila de Águeda - Escala 1:2000, de 1936 (Arquivo FIMS/MSMS/2034/pd0004)
- Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2034/Foto3901)
- Perfis transversais tipo – Escala 1:100, s.d. (Arquivo FIMS/MSMS/2034-pd6263)
- Perfis longitudinais - Escala 0,005 P.M., s.d. (Arquivo FIMS/MSMS/2034-pd6254)

PEÇAS ESCRITAS

- Regulamento das Zonas de 1941 (Arquivo FIMS/MSMS/2034/1520)
- Correspondência - de 1941 a 1957 (Arquivo FIMS/MSMS/2034/461)

1945 ANTE-PROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE Águeda - ADITAMENTO

PEÇAS DESENHADAS:

- Planta das Zonas - Escala 1:2000, de 1945 (DGOTDU)
- 1945 Planta de Trabalho [folhas 1-6] - Escala 1:500, de 1945 (DGOTDU)
- Planta de Orientação - Escala 1:2000, de 1945 (Arquivo da Câmara Municipal de Águeda)
- Sugestão de alteração ao Plano de alinhamentos da Travessia de Borralha, Proximidades de Águeda, aprovado por despacho de sua excelência Sub-secretário de Estado das Obras Públicas em 15 de Julho de 1947 - Escala 1/500, de 1956 (Arquivo FIMS/MSMS 2034/pd6257)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2034)
- Inclui:

- Planta de Orientação (Escala 1/2000) 1945
- Correspondência - de 1941 a 1957 (Arquivo FIMS/MSMS/2034/461)
-

1941 MONTE REAL (LEIRIA)

ENTIDADE ADJUDICANTE: Junta de Turismo de Monte Real – M.O.P.

AUTOR(ES): David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 193? Plano de Arruamentos por Ernesto Korrodi, chefe da repartição técnica da Câmara de Leiria
1941 Adjudicação
1942 Anteprojecto do Plano de Urbanização de Monte Real
1943 Parecer favorável do arq. Raúl Lino, da repartição de estudos e obra de edifícios da DGEMN
1944 Homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas

1942 ANTE-PROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE MONTE REAL

PEÇAS DESENHADAS

- Ante-Projecto do Plano de Urbanização de Monte Real - Escala 1:1000, de 1942 (DGOTDU)
- Planta de zonas 1942 1:2000, de 1942 (Arquivo FIMS/MSMS/2066)
- Perfis tipo dos arruamentos de Monte Real - Escala 1:100, (s.d.) (Arquivo FIMS/MSMS/2066)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas, de 1942 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2066)
-

1942 PAREDES

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Paredes – M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1942 Adjudicação
1945 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes
1945 Homologação do Parecer do CSOP

1945 ANTE-PROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE PAREDES

PEÇAS DESENHADAS

- Planta das Zonas e de Orientação - Escala 1:2000, de 1944 (DGOTDU)
- Planta das Zonas e de Orientação - Escala 1:2000" de 1944, a grafite com a indicação do existente à data (Arquivo FIMS/MSMS/2057/7)
- Vila de Paredes - Estado Actual - Escala 1:2000, s/d (Arquivo FIMS/MSMS/2057/5)
- Planta da Região de Paredes indicando a solução para a variante à E.N. 15 destinada a evitar a travessia da vila - Escala 1:25000", s/d (Arquivo FIMS/MSMS/2057/6)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2057/4059)
 - Inclui:
 - Planta Parcial do Distrito do Porto escala 1/250.000, de 1942
 - Mapa das Estradas no Concelho de Paredes (1945) escala 1/100.000
 - Carta de Portugal (1945)
 - Planta da vila em 1923 [De Monografia de Paredes] - Escala 1:6000
 - Planta - Perfis Transversais Tipo dos Arruamentos A, B, C, D, E, F e Longitudinal nº 1 (1945) escala 1/1000
 - Correspondência de 1942 a 1964 (Arquivo FIMS/MSMS/2057/4282)
-

1943 Matosinhos

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Matosinhos – M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1943 Adjudicação
1944 Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos
1947 Habitações Económicas na Aldeia de Cruz de Pau em Matosinhos
1947 Casas de Renda Barata – Aldeia de Gondim - em Matosinhos
1956 Ampliação do Porto Comercial de Leixões

1944 ANTEPROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE Matosinhos

PEÇAS DESENHADAS (ARQUIVO FIMS/MSMS/2041)

- Planta esquemática do concelho e respectivas vias de comunicação - Escala 1:50000, de 1944

- Canal marítimo ligando os Portos Douro e Leixões - Escala 1:10000 1944
- Perfil transversal da Avenida Marginal em Matosinhos - Escala 1:200, de 1944
- Perfil transversal da avenida de turismo em Leça da Palmeira - Escala 1:200, de 1944
- Antepiano de urbanização da vila de Matosinhos, s.E., de 1944

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2041)

- Inclui:

- Planta - Porto Pré-Histórico, autor: Dr. Mendes Correia (1935)
- Planta - Porto de Leixões (1892)
- Planta - Porto de Leixões (1934)
- Planta - Carta de Portugal
- Planta - Canal marítimo ligando os Portos do Douro e Leixões (escala 1/10.000)
- Planta - Perfil Transversal da Avenida Marginal em Matosinhos (escala 1/200)
- Planta Esquemática do Concelho e respectivas Vias de Comunicação (escala 1/50.000)

1956 AMPLIAÇÃO DO PORTO COMERCIAL DE LEIXÕES

PEÇAS DESENHADAS (ARQUIVO FIMS/MSMS/2041)

- Extrato do Antepiano de Urbanização representando a implantação da ponte sobre as Docas nº 1 e 2, de 1955
- Projeto das Pracetas e Ruas de Acesso ao Viaduto do Porto Comercial de Leixões - Planta de Conjunto, de 1957
- Projeto das Pracetas e Ruas de Acesso ao Viaduto do Porto Comercial de Leixões - Planta das fases, de 1957
- Projeto das Pracetas e Ruas de Acesso ao Viaduto do Porto Comercial de Leixões - Planta parcelar, de 1957
- Projeto das Pracetas e Ruas de Acesso ao Viaduto do Porto Comercial de Leixões - Praceta em Matosinhos, de 1957
- Projeto das Pracetas e Ruas de Acesso ao Viaduto do Porto Comercial de Leixões - Praceta em Leça da Palmeira, de 1957
- Projeto das Pracetas e Ruas de Acesso ao Viaduto do Porto Comercial de Leixões - Praceta em Matosinhos Aproveitamento do sub-solo, de 1957
- Projeto das Pracetas e Ruas de Acesso ao Viaduto do Porto Comercial de Leixões - Planta geral - Leça da Palmeira 2º aditamento, de 1960

PEÇAS ESCRITAS (Arquivo FIMS/MSMS/2041)

1943 GABELA (ANGOLA)

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Gabela

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1943 Adjudicação

1945 Anteprojecto do Plano de Urbanização da vila de Gabela

1945 ANTEPROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE GABELA

PEÇAS DESENHADAS (ARQUIVO FIMS/MSMS/1532)

- Planta de Situação e das Principais vias de acesso - Escala 1:1500000 1945
- Planta do Concelho de Amboim - Escala 1:250000 1945
- Planta de Apresentação - Esboceto - Escala 1:2000 - 1945
- Planta do existente, s.d.

PEÇAS ESCRITAS (ARQUIVO FIMS/MSMS/1532)

1944 GERÊS (TERRAS DE BOURO)

ENTIDADE ADJUDICANTE: Junta de Turismo do Gerês - M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1936 (Plano de Urbanização das Termas do Gerês por José Porto)

1944 Anteprojecto do Plano de Urbanização do Gerês

1944 Antepiano de Urbanização do Gerês - 2º Estudo

1945 Antepiano de Urbanização das termas do Gerês - 3º Estudo

1949 Antepiano de Urbanização do Gerês - 4ª Remodelação (aditamento)

1944 ANTEPROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS TERMAS DO GERÊS - 2º ESTUDO

PEÇAS DESENHADAS

- Banhos e Nascentes - Escala 1:200, de 1944 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2001)
- Perfil Transversal - Escala 1:2000, de 1944 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2001)

PEÇAS ESCRITAS:

-Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2001)

1945 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DO GERÊS - 3º ESTUDO TERRAS DO BOURO

PEÇAS DESENHADAS:

- Estado Actual - Escala 1:2000, de 1945 (Arquivo FIMS/MSMS/2001)
- Planta das Zonas e de Orientação. 1:2000, de 1945 (DGOTDU)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2001)

1949 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DAS TERMAS DO GERÊS - 4ª REMODELAÇÃO TERRAS DO BOURO (ADITAMENTO)

PEÇAS DESENHADAS

- Planta Parcial do Estado Actual - Escala 1:2000, de 1949 (DGOTDU)
- Planta das Zonas e de Orientações - Escala 1:5000, de 1949 (Arquivo FIMS/MSMS/2001)
- Perfis Transversais Tipo dos Arruamentos - Escala 1:200, de 1949 (Arquivo FIMS/MSMS/2001)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2001)
-

1944 AMARES

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Amares – M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA:

- 1944 Adjudicação
- 1947 Esboceto Geral de Urbanização
- 1949** Antepiano de Urbanização da Vila de Amares
- 1951 Ministro das Obras Públicas determina reelaboração do Plano
- 1951 (Antepiano de Urbanização da Vila de Amares – 1ª Remodelação, elaborado pela DGSU)
- 1953 Antepiano de Urbanização da Vila de Amares – 2ª Remodelação (aditamento)
- 1955 Antepiano de Urbanização da Vila de Amares – 3ª Remodelação (aditamento)

1949 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE AMARES

PEÇAS DESENHADAS

- Planta das Zonas e de Orientação -Escala 1:5000, de 1949 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2025)
- Planta de Trabalho e Urbanização Escala 1:2000, de 1949 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2025)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2025)

Inclui:

- Perfis-Tipo dos arruamentos A, B, C, D, E, F, G, H, I - Escala 1/200, de 1949
- Correspondência entre 1944 a 1962 (Arquivo FIMS/MSMS/2025/446)

1953 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE AMARES - 2ª REMODELAÇÃO (ADITAMENTO)

PEÇAS DESENHADAS:

- Planta de Zonas - Escala 1:2000, de 1953 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2025)
- Planta de Trabalho - Escala 1:2000, de 1953 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2025)
- Perfis Transversais-Tipo - Escala 1:100, de 1953 (Arquivo FIMS/MSMS/2025/3996/11)

1955 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE AMARES - 3ª REMODELAÇÃO (ADITAMENTO)

PEÇAS DESENHADAS

- Planta de Zonas - Escala 1:2000, de 1955 (DGOTDU)
- Planta de Trabalho - Escala 1:2000, de 1955 (DGOTDU)
- Planta do Estado Actual - Utilização dos Edifícios - Escala 1:2000, de 1955 (Arquivo FIMS/MSMS/2025/3996/2)
- Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1955 (Arquivo FIMS/MSMS/2025/3996/5)
- Planta de trabalho 1ª Fase - Escala 1:2000, de 1955 (Arquivo FIMS/MSMS/2025/3996/7)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2025)
 - Correspondência entre 1944 a 1962 (Arquivo FIMS/MSMS/2025/446)
-

1945 AVEIRO

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Aveiro – M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1945 Adjudicação
1948 Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro (não aprovado)
1952 Ministro das Obras Públicas determina a elaboração de um aditamento
1955 Aditamento ao Regulamento do Antepiano de Urbanização – Zona Residencial H2 (Aveiro)
1960 Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro – Aditamento

1948 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE AVEIRO

PEÇAS DESENHADAS

- Plano Geral de Urbanização de Aveiro – Alinhamentos rectificadados (extracto), de 1945 (FIMS/MSMS/2031)
- Ponte sobre o canal central - Escala 1:500, de 1946 (DGOTDU)
- Planta de Trabalho e Urbanização, 1:2000, de 1947 (DGOTDU)
- Planta da Região e das Zonas - Escala 1:2000, de 1947 (FIMS/MSMS/2031)
- Perfis Transversais Tipo dos Arruamentos Escala: 1/200, de 6 de Setembro de 1948 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)
- Perfil Transversal da Rua do Cabouço – Escala 1/200, de 15 de Julho de 1948
- Perfil Transversal da Avenida Marginal – Escala 1/200, 15 de Agosto de 1948

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2031)
- Correspondência de 1946 a 1956 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)

1955 ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO - ZONA RESIDENCIAL H2 (AVEIRO)

PEÇAS DESENHADAS

- Aditamento ao Regulamento da Zona H2 [Planta] Escala 1:1000, de 1953 (DGOTDU)
- Vizinhaça do Liceu - Corte por A-B - Escala 1:200, de 1953 (DGOTDU)

PEÇAS ESCRITAS

- Memória Descritiva e Justificativa (DGOTDU)
- Correspondência de 1946 a 1956 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)

1954-60 EXTRACTOS DO ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE AVEIRO (FIMS/MSMS/2031)

PEÇAS DESENHADAS

- Estudo de Alargamento da Travessa da Corredoura Escala 1:1000, de 19 e 25 Março 1954
- Perfil Transversal da Rua Paralela à Avenida do Dr. Lourenço Peixinho – Escala 1:200, de 31 de Março de 1955
- Extrato do Antepiano de Urbanização – Rua do Rato – E.N. N.º 16-1 – Escala 1/1000, de 8 de Junho de 1955
- Extracto do Antepiano de Urbanização da Cidade Escala: 1/1000, de 1 de Março de 1957
- Extrato do Antepiano de Urbanização (Zona do Museu) – Escala 1:100, de 14 de Junho de 1957
- Extracto do Antepiano de Urbanização Escala: 1/1000, de 5 de Agosto de 1957
- Planta do Quarteirão Norte – Poente da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho – Escala 1/1000, de 14 de Novembro 1957
- Extrato do Antepiano de Urbanização da cidade – Escala 1/1000, de 12 de Junho de 1958
- Extrato do Antepiano de Urbanização – Escala 1:1000, de 24 de Agosto de 1958
- Extrato do Antepiano de Urbanização – Sugestão de Talhamento – Escala 1:1000, de 29 de Agosto de 1958
- Sugestão de Talhamento e de Altura dos Edifícios nos Quarteirões da Avenida Salazar, Entre o Liceu e a Escola Técnica – Escala 1/1000, de 25 de Março de 1959
- Extracto do Esquema Rodoviário da cidade de Aveiro Escala: 1:10000, de 18 de Maio de 1959 (FIMS/MSMS/2031)
- Sugestões para o perfil transversal da artéria paralela á Avenida Dr. Lourenço Peixinho – Escala 1/200, de 26 de Outubro de 1959
- Aveiro – Ponte – Escala 1/1000, s.d.

1960 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE AVEIRO - ADITAMENTO

PEÇAS DESENHADAS:

- Artéria de ligação entre o Canal de São Roque e a Capela do Senhor das Barrocas Escalas 1/1000 e 1/100, de 1956 (DGOTDU)
- Projecto de Remodelação Parcial do Centro Citadino - Planta Geral - Escala 1:500, de 1959 (DGOTDU)
- Projecto de Remodelação Parcial do Centro Citadino - Perfis Transversais - Escala 1:200, de 1959 (DGOTDU)
- Projecto de Remodelação Parcial do centro citadino – Perfil Longitudinal A Prolongamento da Rua de Gustavo Ferreira Pinto Basto até à Rua do Clube dos Galitos Escalas 1/500 e 1/50, de 1959 (DGOTDU)
- Projecto de Remodelação Parcial do Centro Citadino – Perfil Longitudinal B, Concordância entre as ruas de Caçadores nº 10 e do Clube dos Galitos Escalas 1/500 e 1/50, de 1959 (DGOTDU)

- Projecto de Remodelação Parcial do Centro Citadino – Perfil longitudinal C: Prolongamento da rua dos caçadores nº 10 até à Avenida do Dr. Lourenço Peixinho Escalas 1/500 e 1/50, de 1959 (DGOTDU)
- Projecto de Remodelação Parcial do Centro Citadino – Perfil Longitudinal D: Concordância entre as ruas de Caçadores nº 10 e Homem Cristo Escalas 1/500 e 1/50, de 1959 (DGOTDU)
- Planta da Região 1/25000, de 1960 (DGOTDU)
- Planta Litológica do Subsolo de Aveiro - Escala 1/5000, de 1960 (DGOTDU)
- Planta da região (da carta militar de Portugal - Escala 1/25000), s.d., de 1960 (DGOTDU)
- Planta de orientação - Escala 1:5000, s.d., de 1960 (DGOTDU)
- Perfis Transversais-tipo - Escala 1:200, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil longitudinal da Avenida Doutor Oliveira Salazar sob a linha férrea Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da rua “G” e da Faixa B da rua “C” ligando com a rua de Ílhavo Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da Faixa A da rua “C” entre ruas “B” e de Ílhavo Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da rua “B” entre a Avenida do Doutor Oliveira Salazar e a rua de São Sebastião Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da rua de Ílhavo Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da ligação da Avenida Araújo e Silva com a Rua de Ílhavo Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da Rua “F”, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da rua “H”, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal na ligação da Rua de Ílhavo com a E.N. nº335 para Palhaça 2 Perfil Longitudinal da ligação da Rua de Ílhavo com a E.N. ligação da rua de Ílhavo com a E.N. nº 109 para a Figueira da Foz Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal na concordância da variante a E.N. nº109 com a rua de Ílhavo Escalas 1/2500 e 1/250, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da rua “I” 2 Perfil Longitudinal do prolongamento da Avenida Dr. Artur Ravara até à rua “H” Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da Rua do Cabouço Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)
- Perfil Longitudinal da rua “J” (Esgueira) Escalas 1/1000 e 1/100, de 1960 (DGOTDU)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2031)
- Inclui:
 - A - Malha viária principal do Centro de Aveiro (escala 1/10000)
 - B - Malha viária principal do Centro de Aveiro (escala 1/10000)
 - C - Malha viária principal do Centro de Aveiro (escala 1/10000)
 - C.M.A. - Extracto do esquema rodoviário da Cidade de Aveiro (escala 1/10000)
 - Planta - Praceta no Lado norte da Rua de Castro Matoso (escala 1/1000)
 - Planta - Praceta no Lado norte da Rua de Castro Matoso - Aditamento (escala 1/1000)
 - Quadro – Regulamento
 - Planta - Cópia da solução a que se refere o nº 21 do Capítulo I das Peças Escritas deste Antepiano (escala 1/1000)
 - Perspectiva - Cópia da solução a que se refere o nº 21 do Capítulo I das Peças Escritas deste Antepiano
 - Correspondência de 1946 a 1956 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)

1945 **BARCELOS**

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Barcelos

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1945 Adjudicação
 1951 Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos
 1953 Parecer do CSOP – aprovado com observações
 1963 Esboceto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos
 1972 Aprovação por despacho Ministerial

1951 **ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BARCELOS**

PEÇAS DESENHADAS

- Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos - Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2500, de 1948 (DGOTDU)
- Planta de Zonas e Orientação - Escala 1:10000, de 1949 (Arquivo FIMS/MSMS/1490)

- Plano Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos - Planta do Estado Actual - Escala 1:2500, s.d. (DGOTDU)
 - Artéria de Acesso ao Futuro Estádio - Variante - Planta de Trabalho - Escala 1:500, s.d. (Arquivo FIMS/MSMS/1490)
- PEÇAS ESCRITAS
- Peças Escritas de 1949 (DGOTDU)
 - Inclui:
 - Mapa de Portugal – Vias de Comunicação (1951)
 - Planta da Região - Escala 1:100000, de 1951 (DGOTDU)
 - Esquema Rodoviário - Escala 1:10000, de 1951 (DGOTDU)
 - Variante à Estrada de Braga por Prado - Escala: 1/1000, de 1951 (DGOTDU)
 - Avenida projectada entre os Largos do Município [e de José Novais] - Escala 1/1000, de 1951 (DGOTDU)
 - Cércea da Avenida projectada entre os Largos do Município e de José Novais - Escala 1:200, de 1951 (DGOTDU)
 - Perfis Transversais-Tipo dos Arruamentos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K - Escala 1:200, de 1951 (DGOTDU)

1963 ESBOCETO GERAL DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BARCELOS

PEÇAS DESENHADAS

- Planta do Estado Actual - Localização de Edifícios, Monumentos e outros Motivos de Interesse Artístico, Histórico, Arqueológico e Paisagístico - Escala 1:2500, de 1963 (DGOTDU)
- Planta de Apresentação - Escala 1:2500, de 1963 (DGOTDU)
- Planta de Zonas - Escala 1:2500, de 1963 (Arquivo FIMS/MSMS/1490)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/1490)
- Inclui:
 - Variante à Localização da C.G.D.G.P. - Escala 1/2500, de 1963 (DGOTDU)
 - Variante ao Arranjo da Praceta Fronteira ao Palácio da Justiça - Escala 1/2500, de 1963 (DGOTDU)

1945 GUIMARÃES

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Guimarães – M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

- CRONOLOGIA:
- 1945 Adjudicação
 - 1949 Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães
 - 1952 Ministro das Obras Públicas determina reelaboração do Plano
 - 1953 Antepiano de Urbanização da Cidade de Guimarães (aditamento)
 - 1953 Homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas
 - 1954 Antepiano de Urbanização das Caldas das Taipas
 - 1957 Antepiano Parcial de Urbanização da Cidade de Guimarães

1949 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE GUIMARÃES

PEÇAS DESENHADAS

- Planta de Trabalho e Urbanização - Escala 1:2500, de 1949 (DGOTDU)
- Planta de zonas e de orientação - Escala 1:1000, de 1949 (Arquivo FIMS/MSMS/2049)
- Perfis transversais tipo arruamentos A,B,C,D,E,F,G,H,J, de 1949 (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2049)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2049)

1953 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE GUIMARÃES (ADITAMENTO)

PEÇAS DESENHADAS

- Planta de Trabalho - Escala 1:2500, de 1952 (DGOTDU)
- Planta de Apresentação - Escala 1: 2500, de 1953 (Arquivo FIMS/MSMS/2049)
- Planta de Apresentação aquarelada 1:2500, de 1953 (Arquivo FIMS/MSMS/2049)
- Esquema Rodoviário - Escala 1:10000, de 1953 (DGOTDU)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2049)

1954 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DAS CALDAS DAS TAIPAS

PEÇAS DESENHADAS

- Extrato do antepiano de urbanização 1:2000 (FIMS/MSMS/2670)

1957 ANTEPLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE GUIMARÃES

PEÇAS DESENHADAS

- Planta de Trabalho - Escala 1:1000, de 1957 (DGOTDU)
- Planta de Zonas - Escala 1:1000, de 1957 (DGOTDU)

PEÇAS ESCRITAS

- Memória Descritiva e Justificativa (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2049)
-

1946 VALONGO

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Valongo – M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1946 Adjudicação

1955 Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo (1955 data das P.E.)

1959 Homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas

1961 Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo – Revisão

1964 Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo

1970 Anteprojecto dos Paços do Concelho de Valongo -Revisão

1972 Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes

1955 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO

PEÇAS DESENHADAS

- Planta do Estado Actual (Utilização dos Edifícios) - Escala 1:2000, de 1955 (DGOTDU)
- Planta do Estado Actual (Estado de Conservação e Nº de Pavimentos dos Edifícios) - Escala 1:2000, de 1955 (DGOTDU)
- Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1955 (DGOTDU)
- Planta de zonas e Orientação - Escala 1:2000, de 1955 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/4067/0002)
- Planta de Trabalho - Escala 1:2000, de 1955 (DGOTDU)
- Perfis transversais tipo dos arruamentos - Escala 1:200, de 1955 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/4067/0009)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2611)

Inclui:

- Planta da Região - Escala 1/100.000, de 1955
- Condições naturais do terreno e esquema rodoviário - Escala 1:5000, de 1955
- Rua projectada entre a Praça Machado dos Santos e a Praça Machado dos Santos e o hospital - Escala 1:5000, de 1955
- Densidades habitacionais - Escala 1/5.000, de 1955
- Sistema utilizado para o Inquérito local, de 1955
- Correspondência de 1946 a 1976 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/4292)

1961 REVISÃO DO ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO

PEÇAS DESENHADAS

- Planta de Apresentação Revisão - Escala 1:2000, de 1961 (DGOTDU)

PEÇAS ESCRITAS

- Correspondência de 1946 a 1976 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/4292)

1964 ANTEPROJECTO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE VALONGO

PEÇAS DESENHADAS

- Planta de Localização, s.E., de 1964 (Arquivo FIMS/MSMS/2611)
- Planta de Implantação, s.E., de 1964 (Arquivo FIMS/MSMS/2611)

PEÇAS ESCRITAS

- Memória Descritiva 1964 (Arquivo FIMS/MSMS/1381)
- Correspondência de 1946 a 1976 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/4292)

1970 ANTEPROJECTO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE VALONGO-REVISÃO

PEÇAS DESENHADAS

- Extracto do Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo (revisão) e actualização do núcleo central de acordo com o actual anteprojecto dos Novos Paços do Concelho - Escala 1:2000, de 1970 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/3957/0055)
- Planta de Localização, s.E., de 1970 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/)

- Planta de implantação, s.E., de 1970 (Arquivo FIMS/MSMS/2611)
 - PEÇAS ESCRITAS
 - Memória Descritiva 1970 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/3957)
 - Correspondência de 1946 a 1976 (Arquivo FIMS/MSMS/2611/4292)
-

1946 CHAVES

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Chaves – M.O.P.

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

- CRONOLOGIA:
- 1946 Adjudicação
 - 1946-51 Esboçeto de remodelação do Largo do Arrabalde
 - 1948 Antepiano parcial da cidade de Chaves (Zona Norte)
 - 1949 (Bases para o Estudo do Plano Geral das Termas de Chaves de Januário Godinho)
 - 1951 Antepiano de Urbanização de Chaves
 - 1953 Homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas

1946-51 ESBOCETO DE REMODELAÇÃO DO LARGO DO ARRABALDE

PEÇAS DESENHADAS

- Projeto de remodelação do Largo do Arrabalde - Planta de Trabalho, de 1946 (Arquivo FIMS/MSMS/1522)
- Esboçeto de remodelação do Largo do Arrabalde, variante - Escala 1:500, de 1946 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/pd0009)
- Projeto de remodelação do Largo do Arrabalde - Planta de Sub-solo, s.d. (Arquivo FIMS/MSMS/1522)
- Projeto de remodelação do Largo do Arrabalde - Pormenores do mosaico, de 1951 (Arquivo FIMS/MSMS/1522)
- Extracto do Antepiano de Urbanização - Remodelação do Largo do Arrabalde - Escala 1:500, de 1951 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/pd0010)

1951 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHAVES

PEÇAS DESENHADAS

- Planta do Estado Actual - Escala 1:2000, de 1951 (DGOTDU)
- Planta de trabalho e urbanização - Escala 1:2000, de 1951 (DGOTDU)
- Planta de Trabalho e Orientação - Escala 1:2000, de 1951 (DGOTDU)
- Perfis transversais tipo dos arruamentos A,B,C,D,E,F,G,H,I,J - Escala 1:200, de 1951 (DGOTDU)
- Planta de zonas e de orientação - Escala 1:7500, de 1951 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/pd2612)
- Planta das zonas e orientação - Escala 1:7500" a grafite, de 1951 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/pd0008)
- Extracto do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves em estudo - Escala 1:1000, de 1951 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/pd0007)
- Extracto do Antepiano de Urbanização da Cidade de Chaves, de 1956 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/pd0010)
- Estudo de remodelação do actual caminho de acesso ao quartel do Batalhão de Caçadores 10, de 1959 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/pd0006)

PEÇAS ESCRITAS

- Peças Escritas (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/1522)
 - Correspondência de 1945 a 1952 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/460)
 - Correspondência de 1953 a 1962 (Arquivo FIMS/MSMS/1522/468)
-

1946 SÃO JACINTO - AVEIRO

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Aveiro

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

- CRONOLOGIA:
- 1946 Adjudicação
 - 1947 Antepiano de Urbanização de São Jacinto
 - 1955 Antepiano de Urbanização de São Jacinto
 - 1956 Despacho Ministerial de aprovação do plano

1955 ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE SÃO JACINTO

PEÇAS DESENHADAS

- Planta do Conjunto (aprovada em 25 de Setembro de 1947) - Escala 1:2000, de 1947 (DGOTDU)
- Planta de Apresentação (versão não alterada) - Escala 1/2000, de 1947 (DGOTDU)
- Perfil Transversal da Avenida Marginal - Escala 1:200, de 1948 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)
- C.M.A. - Extracto do Antepiano de Urbanização de S.Jacinto - Escala 1/1000, de 1952 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)
- Ampliação do bairro dos pescadores de S. Jacinto - Escala 1:1000, de 1952 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)

- Planta do Estado Actual - Utilização dos Edifícios - Escala 1:2000, de 1954 (DGOTDU)
 - Planta do Estado Actual - Estado de Conservação e Número de Pavimentos dos Edifícios - Escala 1:2000, de 1954 (DGOTDU)
 - Planta de Apresentação - Escala 1:2000, de 1954 (DGOTDU)
 - Planta de Zonas - Escala 1:2000, de 1954 (DGOTDU)
 - Planta de trabalho - Escala 1:2000, de 1954 (DGOTDU)
 - Planta de trabalho 1ª fase - Escala 1:2000, de 1954 (DGOTDU)
 - Planta da Região 1/50000 1955 (DGOTDU)
 - Perfil Longitudinal 1/2000 - Escala, de 1955 (DGOTDU)
 - Perfis transversais tipo - Escala 1/100, de 1955 (DGOTDU)
 - C.M.A. - Ampliação do Bairro dos Pescadores de S.Jacinto - Solução B - Escala 1:2000, de 1957 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)
- PEÇAS ESCRITAS
- Peças Escritas (DGOTDU)
 - Incluí:
 - Planta - Redução da Planta da Base Aérea nº 5 (1955) 1/5000
 - Planta - Extracto referente aos traçados da E.N. nº 327 (1955) 1/2000
 - Quadro - Regulamento das Zonas
-
- Correspondência (Aveiro) de 1946 a 1956 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)

1950 VIZELA (ESTÂNCIA TERMAL-GUIMARÃES)

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Guimarães

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1950 Antepiano Parcial de Urbanização de Vila de Vizela
 1950 Homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas
 1959 Esboceto do Antepiano de Urbanização de Caldas de Vizela

1950 ANTEPLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO DE CALDAS DE VIZELA

PEÇAS DESENHADAS

- Planta do conjunto - Escala 1:1000, de 1949 (Arquivo FIMS/MSMS/2672)
- Planta de Zonas, 1:1000, de 1950 (DGOTDU)
- Planta de zonas 1:1000, de 1950 (FIMS/MSMS/3262-0013)
- Extrato do antepiano de urbanização de Vizela Março Escala 1:1000, de 1955 (FIMS/MSMS/2672-pd00001)

PEÇAS ESCRITAS

- Memória Descritiva e Justificativa (DGOTDU)

1959 ESBOCETO DO ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE CALDAS DE VIZELA (ESTÂNCIA TERMAL - GUIMARÃES)

PEÇAS DESENHADAS

- Planta de zonas - Escala 1:2000, de 1959 (DGOTDU)
- Planta de trabalho - Escala 1:2000, de 1959 (DGOTDU)
- C.M.G. - Extracto do Antepiano de Urbanização da Vila de Vizela (Esboceto) - Escala 1:2000, de 1966 (Arquivo FIMS/MSMS/2672)

PEÇAS ESCRITAS

- Memória Descritiva e Justificativa (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2672)
-

1956 CACIA - SARRAZOLA (AVEIRO)

ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Aveiro

AUTOR(ES): Maria José M. Moreira da Silva e David Moreira da Silva

CRONOLOGIA: 1956 Esboceto de Urbanização de Cacia - Sarrazola
 1960 Esboceto de Urbanização de Cacia - Sarrazola - Aditamento

1956 ESBOCETO DE URBANIZAÇÃO DE CACIA - SARRAZOLA - AVEIRO

PEÇAS DESENHADAS

- Planta da Região - Escala 1/125000, de 1956 (DGOTDU)
- Planta de Urbanização - Escala 1/2000, de 1956 (DGOTDU)
- Planta Topográfica - Escala 1/2000, de 1956 (DGOTDU)
- Planta de Trabalho - Escala 1/2000, de 1956 (DGOTDU)

- Planta da C.P. (cópia) – Escala 1/1000, de 1956 (DGOTDU)
- PEÇAS ESCRITAS
- Memória Descritiva (DGOTDU e Arquivo FIMS/MSMS/2031)
- Inclui:

- Planta da Casa Rural – Tipo S/e
- Correspondência (Aveiro) de 1946 a 1956 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)

1960 ESBOCETO DE URBANIZAÇÃO DE CACIA - SARRAZOLA - AVEIRO – ADITAMENTO

PEÇAS DESENHADAS

(Arquivo **FIMS/MSMS/2031/4064**)

PEÇAS ESCRITAS

- Memória Descritiva de 1960 (Arquivo FIMS/MSMS/2031/4064)
 - Correspondência (Aveiro) de 1946 a 1956 (Arquivo FIMS/MSMS/2031)
-

[2. REGULAMENTAÇÃO DAS ZONAS - ÁGUEDA - 1941]

“Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Águeda de 1941 – Regulamentação das Zonas”

Autor: David Moreira da Silva

Disponível na Fundação Instituto Marques da Silva no arquivo nº FIMS/MSMS/2034/1520

ARTº 1º - *Em harmonia com a planta junta, a Vila de Águeda fica dividida nas seguintes ZONAS, CENTROS e ESPAÇOS LIVRES*

PÚBLICOS:

Zonas Residenciais – R1, R2 e R3;

Zona Mista – M;

Centros Comerciais – C;

Centros Escolares -E;

Centro Clínico – CC;

Zona Industrial – I;

Espaços Livres Públicos – L;

Zonas “Non Aedificandi” – N;

Zona Agrícola – A;

Zona Florestal – F.

ARTº 2º - *Nas zonas R1, R2 e R3, exclusivamente destinadas a casas individuais ou uni-familiares, só poderá ser construída uma casa, com ou sem anexos, - garagens individuais, aposentos dos criados, etc. – em cada um dos seus talhões.*

ZONA R1

ARTº 3º - *Na zona R1 só será permitida a construção de casas isoladas, singelas ou gémeas, ligadas, mas neste caso nunca em número superior a três.*

ARTº 4º - *Nas zonas R2 e R3 poderá haver casas isoladas singelas ou agrupadas, desde que obedeçam à orientação e extensão indicadas no Ante-projecto do Plano de Urbanização.*

ARTº 5º - *A superfície dos talhões, nas zonas R1, R2 e R3, não será, respectivamente, inferior a 1.500 m², 600 m² e 300 m².*

ARTº 6º - *Nas zonas R1, R2 e R3, a superfície coberta das edificações dum talhão não poderá ultrapassar, respectivamente, 20%, 30% e 40% da sua superfície total.*

§ ÚNICO – *Sempre que a Câmara a isso não se oponha, o cálculo daquelas percentagens poderá ser feito em relação a um quarteirão, e não a cada um dos seus talhões.*

ARTº 7º - *Nas zonas R1, R2 e R3, os prédios só poderão ter, além de um rés-do-chão e um primeiro andar, um pequeno envasamento e o aproveitamento do vão do telhado: sótão ou ático.*

§ ÚNICO – *Nas zonas residenciais, as casas cobertas com terraços poderão ter, além dos andares mencionados no corpo dêste Artigo, um pequeno andar correspondente ao do aproveitamento de um vão do telhado, desde que a sua superfície não exceda 30% da do terraço a que pertencer.*

ARTº 8º - *Nas zonas residenciais, a distância entre as fachadas sobre a rua será, pelo menos, igual a 3 vezes a altura média das casas dos quarterões a que pertencerem.*

ARTº 9º - *Na zona R1, a distância entre as fachadas dos prédios situados no interior de um quarteirão será, pelo menos, igual a 3 vezes a altura média, real ou regulamentar, das respectivas construções; nas zonas R2 e R3, aquela distância será, pelo menos, igual à altura média, real ou regulamentar das respectivas construções.*

ARTº 10º - *Na zona R1, os prédios ficarão recuados do alinhamento, pelo menos, 7 metros; nas zonas R2 e R3, aquele recuo nunca poderá ser inferior a 4 metros.*

ZONA MISTA

ARTº 11º - *Na zona mista, M, será autorizada a construção de edifícios destinados à habitação, ao comércio, a pequenas oficinas, escritórios, hotéis, pensões, espectáculos, garagens, etc.*

§ ÚNICO – *Os edifícios novos, desta zona, poderão ficar isolados ou ligados uns aos outros, recuados ou no alinhamento, desde que sejam construídos em harmonia com os diferentes Regulamentos que completam o Ante-Projecto do Plano de Urbanização. Quando recuados, os edifícios poderão ter, na sua frente, esplanadas descobertas destinadas ao comércio.*

ARTº 12º - *A superfície mínima, dos talhões novos, desta zona, é fixada em 240 m²; a largura de cada talhão, à face da rua será, pelo menos, de 10 metros quando os prédios ficarem ligados uns aos outros, e de 15 metros, quando isolados.*

ARTº 13º - *A superfície total dos pátios, directamente ligados, dos talhões de um quarteirão não poderá, em caso algum, ser inferior a 300 m². É permitida a construção de corpos avançados e reentrantes nos edifícios, mas a construção de pequenos pátios individuais ou saguões, fica proibida.*

ARTº 14º - A superfície coberta de cada talhão não poderá ultrapassar 50% da sua superfície total. A distância entre as fachadas paralelas, dando sobre as ruas ou pátios de um quarteirão, não será, em caso algum, inferior à altura média real ou regulamentar dos seus edifícios.

§ ÚNICO – Os talhões desta zona, exclusivamente destinados à construção de depósitos de materiais, barracões ou armazéns, poderão ficar 100% cobertos.

ARTº 15º - Na zona M, a altura máxima dos prédios, será determinada pela construção do rés-do-chão, o 1º e 2º andares, e o possível aproveitamento do vão do telhado. Em cada quarteirão, os prédios, sensivelmente, a mesma altura.

§ ÚNICO – Quando, nos quarteirões já em parte edificadas, se pretender construir um prédio de altura inferior à altura máxima prevista no corpo deste Artigo, essa possível diferença de altura nunca poderá ir além de um andar e só poderá ter lugar em prédios isolados e recuados do alinhamento.

ARTº 16º - Os edifícios com sala ou salas de reuniões ou de espectáculos – cinemas, teatros, clubes, hotéis, etc. – podendo receber mais de 100 pessoas, deverão, quando não comuniquem directamente com uma praça pública, possuir, pelo menos, um parque de estacionamento, facilmente acessível da via pública e capaz de receber, ao mesmo tempo, um automóvel por cada grupo de dez pessoas da sua lotação ou permitir o carregamento e descarregamento de mercadorias das caminhetas ou outros veículos, quando se trate de armazéns ou outros estabelecimentos.

ARTº 17º - Na zona M fica proibida a instalação de quaisquer indústrias perigosas, tóxicas, incómodas ou insalubres, mesmo de 2ª classe, tais como: as de produção de amoníaco, cloro e gases asfixiantes; ácidos sulfúrico e nítrico; explosivos, etc.

CENTROS COMERCIAIS

ARTº 18º - Fóra da zona M, a construção de edifícios mistos, isto é, com habitações e estabelecimentos comerciais ou industriais, tais como: lojas, garagens, pequenas oficinas, restaurantes, etc., só será permitida nos centros comerciais, C, indicados no Ante-projecto do Plano de Urbanização.

§ ÚNICO – Nestes centros C, todos os edifícios ficarão ligados uns aos outros e no alinhamento indicado no Ante-projecto do Plano de Urbanização.

ARTº 19º - A superfície mínima dos talhões novos, do centro C, de Assequins, já em parte edificado, será equivalente à superfície média dos talhões existentes, não podendo a dos restantes centros ser inferior a 10 metros, e a implantação dos respectivos prédios será, aproximadamente, a que vai indicada no Ante-Projecto do Plano de Urbanização.

ARTº 20º - Nestes centros C, fica proibida a construção de pequenos pátios ou saguões.

ARTº 21º - A superfície coberta de cada talhão nos centros C, não poderá ultrapassar 50% da sua superfície total.

ARTº 22º - A distância mínima entre as fachadas de um quarteirão, dando sobre a via pública, não poderá ser, nos centros C, inferior à altura média dos seus edifícios.

ARTº 23º - No centro já parcialmente edificado de Assequins, a altura máxima dos prédios novos será determinada pela altura média dos prédios existentes; nos restantes centros, a altura máxima será determinada pela construção de um envasamento, um rés-do-chão, um primeiro andar e o possível aproveitamento do vão do telhado. Em todos estes centros, os prédios terão, sensivelmente, a mesma altura.

ARTº 24º - Nos centros C, fica proibida a instalação de quaisquer indústrias perigosas, tóxicas, incómodas ou insalubres.

CENTROS ESCOLARES

ARTº 25º - Nestes centros, E, destinados à construção de escolas e respectivos anexos, não poderão ser construídos edifícios destinados a outro fim.

§ ÚNICO – Nos centros E, existentes, poderão ser mantidas as instalações anexas, porventura estranhas, mas consideradas necessárias para o bom funcionamento do ensino; nos centros escolares projectados, apenas será autorizada além das escolas e excepcionalmente, a construção das habitações dos directores e dos respectivos guardas.

ARTº 26º - Nos centros E, a superfície coberta das edificações escolares de um talhão, não excederá 15% da sua superfície total.

ARTº 27º - Nos centros E, a altura dos respectivos edifícios variará à vontade, em harmonia, com a natureza, as exigências e a interpretação que fôr dada aos respectivos programas.

CENTRO CLÍNICO

ARTº 28º - Neste centro clínico, CC, apenas será autorizada a ampliação do hospital e a remodelação dos demais edifícios existentes. A construção de edifícios novos fica proibida.

§ ÚNICO – A ampliação do hospital tanto poderá ser feita horizontal como verticalmente, mas, neste caso a sua ampliação não poderá começar a menos de dez metros de distância da sua actual fachada principal.

ZONA INDUSTRIAL

ARTº 29º - Na zona industrial, I, só poderão ser construídos, remodelados ou ampliados, edifícios destinados à indústria.

§ ÚNICO – Excepcionalmente, poderão também ser construídos, remodelados ou ampliados, os edifícios considerados estritamente necessários para a habitação dos directores e guardas das fábricas.

ARTº 30º - Os estabelecimentos industriais, existentes fóra da zona industrial, só poderão ser ampliados ou beneficiados, para corresponderem melhor às necessidades da própria industria. As industrias novas só poderão ficar instaladas na zona I.

ARTº 31º - Na zona I, a superfície dos talhões poderá ser 100% ocupada, e a altura de cada fábrica determinada pelas necessidades da respectiva industria.

ARTº 32º - Na zona I, fica proibido o carregamento ou descarregamento de mercadorias na via publica. Cada estabelecimento industrial deverá possuir o local ou locais necessários e suficientes para esse feito.

ARTº 33º - As fábricas e manufacturas produzindo fumos, terão fumívoros, e a parte superior das suas chaminés nunca ficará menos de 6 metros acima da parte mais alta das coberturas dos prédios vizinhos, abrangidos por um raio de 100 metros.

ARTº 34º - Os estabelecimentos industriais e as manufacturas deverão, além disso, obedecer à legislação especial em vigor que lhe seja aplicável.

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

ARTº 35º - Além dos espaços livres particulares ou privados, resultantes da superfície não coberta dos talhões, e das zonas “non aedificandi”, e da cortina de verdura, de 10 metros de largura, que separará a zona industrial das restantes, haverá, em Águeda, os espaços livres públicos, L, indicados no Ante-Projecto do Plano de Urbanização.

ARTº 36º - A superfície destes espaços livres, sempre mais ou menos arborizados, não poderá, em tempo algum, ser diminuída. Quando, porém, por motivo justificado, a Câmara resolver destinar a outro fim um espaço livre publico, a sua adaptação não poderá fazer-se sem que, previamente, outro espaço livre de superfície equivalente tenha sido criado a dentro do território da vila.

ARTº 37º - Embora propriedade privada, o Parque da Alta Vila fica, a partir da data da aprovação deste Regulamento, considerado espaço livre público, ainda que de facto só o venha a ser quando a Câmara houver procedido à sua aquisição legal.

§ ÚNICO – A partir da data da aprovação do presente Regulamento, a Câmara, caso não possa, por motivo de força maior, adquirir o Parque da Alta Vila, ficará, todavia, com o direito de impedir o corte das suas árvores e de intimar o seu proprietário a mantê-lo em perfeito estado de conservação até à data, ainda que não prevista, da sua compra. Se, apesar da intimação, o seu proprietário não mandar proceder aos necessários trabalhos de conservação, a Câmara poderá tomar deles a iniciativa, correndo as respectivas despêsas por conta do proprietário.

ARTº 38º - Nos espaços livres públicos fica proibida a construção de edifícios que, pela sua natureza, sejam flagrantemente estranhos às características principais desses lugares. Assim: No Parque da Alta Vila só será autorizada a construção de estufas, quiosques, pérgulas, pequenos muros, e floreiras, dos recintos necessários e da aparelhagem própria para as diversões infantis, etc.; na praça projectada na bifurcação da avenida do Dr. Joaquim de Melo e da Estrada Nacional nº 10 – 1ª só será permitida a implantação dos candeeiros de iluminação, os postes telefónicos e telegráficos, as bombas de gasolina indispensáveis, etc.; no cemitério só será permitida a construção de templos, jazigos ou mausoléus; e no adro da igreja a construção de cruzeiros bancos e outros motivos de utilidade ou embelezamento próprios deste local.

ZONAS “NON AEDIFICANDI”

ARTº 39º - Nas zonas “non aedificandi”, N, onde o solo é muito acidentado e há vistas panorâmicas a conservar, só serão permitidas as construções estritamente necessárias para a sua conservação e bom aspecto, tanto parcial como de conjunto.

ZONAS AGRÍCOLAS

ARTº 40º - Estas zonas agrícolas, A, são, como a própria palavra indica, reservadas à agricultura. Nela só podem ser construídos os edifícios necessários e indispensáveis aos trabalhos e à exploração agrícolas. A construção de fábricas, de estabelecimentos comerciais, sanitários ou outros fica proibida.

§ ÚNICO – A construção de lavadouros públicos pode, todavia, ser autorizada, desde que para tal fim tenha sido solicitada a respectiva licença e reconhecida a sua necessidade.

ARTº 41º - A superfície coberta das edificações de cada campo, não poderá ir além de 3 % da sua superfície total.

ARTº 42º - A altura das edificações da zona A não poderá exceder, em caso algum, a de um rés-do-chão, do primeiro andar e do aproveitamento do vão do telhado. A altura dos grandes alpendres, barracas ou barracões, quando os houver, não excederá, em caso algum, 8 metros.

ZONA FLORESTAL

ARTº 43º - Nesta zona, F, só é permitida, em principio, a construção de casas destinadas aos guarda-matas. A construção de algumas habitações pode, todavia, ser tolerada, desde que fiquem situadas a mais de 100 metros das zonas residenciais indicadas no Ante-Projecto do Plano de Urbanização. A construção de um ou outro estabelecimento de utilidade publica poderá também ser autorizada.

ARTº 44º - Na zona florestal fica proibido o corte no mesmo ano, de todos os pinheiros, ou outras espécies, situados na faixa compreendida entre as zonas residenciais e uma linha teórica que, situada a 100 metros, lhes ficará paralela. Naquela faixa, o corte das árvores só poderá ser feito alternadamente e nas percentagens autorizadas pela Câmara.